

TRIEB

SOCIEDADE BRASILEIRA
DE PSICANÁLISE DO RIO DE JANEIRO
VOLUME 23 / NÚMERO 1 / 2024

PRESENÇA / AUSÊNCIA



TRIEB



A **TRIEB**, revista semestral da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro – SBPRJ – publica artigos inéditos que se referem ao campo teórico e clínico da psicanálise e suas articulações com outros campos do saber. Os artigos sobre clínica são, necessariamente, acompanhados por uma discussão teórica e/ou crítica. Publica, ainda, conferências, entrevistas, traduções, artigos de valor histórico e resenhas de interesse para o campo da psicanálise.

EDITORAS

Magda Rodrigues Costa
Maria Elisa Alvarenga

COLABORADORAS

Evelyeze Louzada
Maria Inês Tornaghi Grabowsky F. Basto

CONSELHO EDITORIAL

Admar Horn
Psicanalista, Membro Efetivo com funções específicas da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ); Vice-presidente da Associação Internacional de Psicossomática de Paris Pierre Marty (AIPPM); Presidente do IPSO Brasil

Aurea Maria Lowenkron
Psicanalista, Membro Efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ); Professora Adjunta aposentada do Instituto de Psiquiatria da UFRJ (Saúde Mental da Infância e da Adolescência); Doutora em Ciências da Saúde pela UFRJ

Ivan Figueira
Doutor em Psiquiatria, IPUB-UFRJ; Professor Adjunto da Faculdade de Medicina da UFRJ

Jane Russo
Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional, UFRJ; Professora Adjunta do Instituto de Medicina Social, UERJ

Laura Mello Machado
Mestre em Psicologia Clínica, PUC-RIO; Diretora da InterAge Consultoria em Gerontologia e representante da Associação Internacional de Geriatria e Gerontologia nas Nações Unidas

Luiz Fernando Guedes Gallego Soares
Psicanalista, Membro Honorário da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ)

Marcelo Marques
Psicanalista, Association Psychanalytique de France

Marcia Rozenthal
Doutora em Psiquiatria, Professora da Escola de Medicina e Cirurgia da UNI-Rio e Coordenadora do Centro Multidisciplinar de Pesquisa e Extensão sobre o Envelhecimento - CEMPE

Miguel Calmon Du Pin e Almeida
Psicanalista, Membro Efetivo e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ); Editor Regional da Revista Brasileira de Psicanálise

Rosine Jozef Perelberg
Psicanalista, Training Analyst of the British Psycho-Analytical Society; Doutora em Antropologia Social, London School of Economics, University of London

Ruth Lerner Froimtchuk
Psicanalista, Membro Efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ)

Wania Maria Coelho Ferreira Cidade
Psicanalista, Membro Efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ)

Wilson Amendoeira
Psicanalista, Membro Efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ)

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Tatiana Podlubny

SECRETARIA ADMINISTRATIVA
Celyne Maués

REVISÃO
André Luiz A. Vale
Tomás Sertã

TRADUÇÃO
André Luiz A. Vale

EDITORES ANTERIORES

Fernando José Barbosa Rocha - 1991 a 1993
Miguel Calmon Du Pin e Almeida - 1994 a 2001
Fernando José Barbosa Rocha, Marci Doria Passos e Viviane Frankenthal - 2002 a 2010
Aloysio Augusto d'Abreu - 2011 a 2012
Sherrine Maria Njaine - 2011
Maria de Fátima Amin - 2012 a 2016
Maria do Carmo Palhares - 2011 a 2018
Munira Aiex Proença - 2016 a 2018 e 2006 a 2017 (consultora editorial)
Bernard Miodownik - 2013 a 2018
Karla Loyo - 2018 a 2021
Maria Noel Brena Sertã – 2018 a 2024

TRIEB

SOCIEDADE BRASILEIRA
DE PSICANÁLISE DO RIO DE JANEIRO
VOLUME 23 / NÚMERO 1 / 2024

PRESENÇA / AUSÊNCIA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICANÁLISE DO RIO DE JANEIRO

Rua David Campista, 80 – Humaitá – CEP 22261-010 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tels.: (21) 2537-1333

E-mail: sbprj@sbprj.org.br | revistatrieb@sbprj.org.br

Home Page: sbprj.org.br

CONSELHO DIRETOR DA SBPRJ - Biênio 2023 - 2024

Presidente: Ruth Naidin	Diretora do Conselho Profissional: Margaret Waddington Binder	Diretora da Clínica Social: Mônica Taunay
Vice-Presidente: Miguel Calmon du Pin e Almeida	Secretária do Conselho Profissional: Wania Peçanha de Oliveira	Secretária da Clínica Social: Renata Martinelli
Primeira Secretária: Adriana Guimarães Lasalvia	Diretora do Conselho Científico: Letícia Tavares Neves	Diretora do Centro de Estudos Psicanalíticos: Haydée Côrtes de Barros S. Pina Rodrigues
Segunda Secretária: Magda Rodrigues Costa	Secretária do Conselho Científico: Marina Magalhães Leitão Miranda	Secretária do Centro de Estudos Psicanalíticos: Rebeca Nonato Machado
Primeira Tesoureira: Gabriela Pszczol Krebs	Diretora do Departamento de Publicações e Divulgação: Maria Fernanda Borges Rossi	Diretora do Departamento de Comunidade e Cultura (DCC): Sonia Verjovsky
Segunda Tesoureira: Clara Sauberman	Secretária do Departamento de Publicações e Divulgação: Indira Stevanato	Secretária do Departamento de Comunidade e Cultura (DCC): Maria Teresa Naylor Rocha
Diretora do Instituto de Formação Psicanalítica: Ana Maria Sabrosa Gomes da Costa Nogueira	Diretora do Departamento de Difusão da Psicanálise: Michelle Gorin Zaidhaft	
Vice-diretor do Instituto de Formação Psicanalítica: Bernard Miodownik	Secretária do Departamento de Difusão da Psicanálise: Lucía Moret	
Secretária do Instituto de Formação Psicanalítica: Nazli Faraj Sasson		

T825 **TRIEB** / Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro – SBPRJ
Nova série, v.1, n.1 (2002).

Semestral
Publicada desde 1991 – n.10, 2001.
ISSN 1517 – 185 X

1. Psicanálise – Periódicos. I. Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.

CDD 616.891705
04-1101

Disponível na Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia – ReBAP.
Periódico indexado na base Index Psi Periódicos (www.bvs-psi.org.br).

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja ela total ou parcial, constitui violação da Lei nº 5.988.

Sumário

EDITORIAL

Entre presenças e ausências **9**

ENTREVISTAS

17

Fábio Belo
Romildo do Rêgo Barros
Tereza Estarque

CORRESPONDÊNCIA

Espera, morte, poesia e sonho **39**
Celso Gutfreind
Decio Gurfinkel

CONVIDADOS

Luto terminável e interminável **71**
Aída Ungier

Quando nada acontece, há um milagre que não vemos **79**
Neyza Maria Sarmento Prochet

ARTIGOS TEMÁTICOS

Uma linha tênue entre separar e morrer **99**
Karina Miziara Rocha

Famílias monoparentais: ensaio sobre representações referentes ao pai ausente Naytiara da Silva de Almeida Rodrigues Rebeca Nonato Machado	111	Diferenças em um mundo compartilhado Benilton Bezerra Jr.	231
		TRADUÇÃO	
Ausências presentes, ausências vazias: Lou Andreas-Salomé, o <i>Fort-da</i> e o divã Samantha Nigri	125	A dialética presença- ausência; por uma metapsicologia da presença René Roussillon	245
		PSICANÁLISE E CINEMA	
DEPOIMENTO		Da zona de interesse à esperança	267
Nós por todas Maria Eduarda de Carvalho	143	Luciana Saddi	
		PSICANÁLISE E LITERATURA	
CONFERÊNCIA		EIS QUE SER	281
Afeto, supereu e processo de pensamento Marina Papageorgiou	147	Arnaldo antunes	
		Resenha: Literatura infantil: Cartas ao filho	283
INTERFACE		Maria Noel Brena Sertã	
Presentes-Ausentes Lena Bergstein	177	Resenha: A palavra que resta Ruth Naidin	289
		HOMENAGEM	
O que uma antropóloga e psicanalista negra tem a dizer sobre ausência e presença para uma revista sobre teoria e clínica psicanalítica? Sônia Beatriz dos Santos	183	Homenagem a Jean-Claude Rolland Psicanálise: a ciência da linguagem Simone Grinapel Prais	295
FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE		Homenagem a Fernando Rocha	
História da psicanálise com criança: alguns recortes Anna-Maria de Lemos Bittencourt	203	Amigo Fernando, saudades... Sonia Bromberger	307
Tornar-se psicanalista Dora Tognolli	221	Criação, parceria e amizade: lembranças com Fernando Rocha Viviane Frankenthal	309

Ficção e psicanálise: a pergunta feita a Ariosto Roberto Bittencourt Martins	315
Agradecimento aos pareceristas	325
Instruções aos autores	327

Entre presenças e ausências

Em plena comoção de 2020, lançamos o número *Pandemia*. Sentimos a necessidade de registrar aquele momento quando, diante de uma situação de confinamento, a modalidade remota se impunha como a única possibilidade de darmos prosseguimento aos nossos atendimentos. Navegávamos com muitas dúvidas e incertezas sobre o fazer analítico naquelas circunstâncias.

Quatro anos se passaram e a modalidade remota foi assimilada ou naturalizada por muitos analistas e analisandos, e o que parecia ser circunstancial se tem como “o novo normal”. O modo remoto encurtou distâncias, instituiu novas possibilidades de relação de trabalho, de educação e de comportamento, transformando, para muitos, a natureza da intimidade.

Às voltas com a escolha do tema para uma nova edição da revista, pensamos ser ainda pouco exploradas as possíveis implicações da modalidade remota nos processos psicanalíticos, nos institutos de formação, por meio de seus processos de transmissão, e nos modos de relações sociais. Sem dúvida, são questões para o nosso tempo. Buscamos um tema que dialogasse com essa ideia, mas não se reduzisse a ela.

Presença/Ausência surge como possibilidade de alcance amplo que abraça a nossa intenção e oferece um caleidoscópio de recortes. Cantadas, declamadas, vividas, desejadas, temidas e ansiadas, presença e ausência são recorrentes na música, na filosofia, na religião, na literatura e na ciência porque nos conectam com experiências emocionais universais e sentimentos profundos de amor, saudade e perda. Presença e ausência são experiências psíquicas que o ser humano realiza ao longo de sua vida. Formam um binômio que compõem a dinâmica das relações humanas.

Como não pensar na perda de um ente querido? Na presença dessa ausência que resta em nós? Na ausência de uma presença esperada?

Para a psicanálise, as formas de presença e ausência do objeto primário têm importância na constituição subjetiva. Os modos como se apresentam e

são vivenciados terão papel determinante no desenvolvimento do sujeito e nas formas de relação que empreenderá.

Presença e ausência interagem, se antagonizam e se complementam. São conceitos centrais na compreensão da dinâmica entre analista e analisando e, portanto, na compreensão dos processos de transferência e contratransferência, fundamentais para o desenvolvimento do trabalho analítico.

Nesse campo transferencial complexo de “vastas emoções e pensamentos imperfeitos”, a psicanálise se amplia e exige dispositivos clínicos que acolham o sujeito em sua singularidade. Desde Ferenczi, novas formas de presença do psicanalista são buscadas para fazer frente aos pacientes que se encontram em situações clínicas nas quais o enquadre clássico não atende, podendo este ser, inclusive, (re)traumatizante.

A presença do psicanalista extrapola os muros do consultório e das instituições de formação e alcança hospitais, instituições jurídicas, escolares etc., espaços nos quais o sofrimento e a subjetividade humana se apresentam.

A psicanálise é um instrumento poderoso para pensar o sujeito no mundo e intervir nos mais diversos campos. É preciso que os psicanalistas e as instituições psicanalíticas não se ausentem das questões do seu tempo e assumam suas responsabilidades frente à sociedade e à cultura.

Iniciamos o número com a seção ENTREVISTAS, na qual os psicanalistas Tereza Estarque, Fábio Belo e Romildo do Rêgo Barros respondem sobre como as experiências em torno da dupla ausência/presença são revividos no *setting* e como contribuem para que o paciente em análise possa se tornar plenamente si mesmo. Abordam a incidência do on-line não somente nas relações transfero-contratransferenciais, mas especialmente no enquadre analítico. Analisam os efeitos dessa mudança na formação dos candidatos a psicanalistas e na própria vida das instituições psicanalíticas. E, por fim, discutem o apagamento das fronteiras entre o real e o virtual, entre o tempo adiado e o imediato, e o mundo que desconhecemos e ainda está por vir.

Na seção CORRESPONDÊNCIA, temos o prazer de acompanhar a rica troca entre os psicanalistas e escritores Celso Gutfreind e Decio Gurfienkel. Os autores convidam o leitor a participar de reflexões profundas sobre as vicissitudes da ausência e da presença, explorando temas como “diferenças de ritmos”, “a arte de usar a vida”, compartilhando anedotas, sonhos e poesias. A leitura nos leva do riso à emoção, num percurso que enriquece e cativa.

Na seção CONVIDADOS, contamos com as presenças de Aída Ungier e Neyza Prochet. Como elaborar um luto? Como nos mover entre a necessidade

de lembrar e o desejo de esquecer? No artigo *Luto terminável e interminável*, Aída Ungier reflete sobre a presença e a ausência na experiência de elaboração do luto e aborda o conceito de “antimemorial” para pensar a criação, nas últimas décadas, de espaços de silêncio como narrativa visual de passados sensíveis e memórias traumáticas.

Em *Quando nada acontece, há um milagre que não vemos*, Neyza Prochet nos oferece interessantes reflexões sobre o mundo contemporâneo, pleno de paradoxos e complexidades. A autora faz um rico passeio pelas noções de dualismo, dualidade e dualidades paradoxais, desembocando em Winnicott, para quem os paradoxos não existem para serem solucionados, mas “para serem vividos e expressar modos de existência humana”.

Abrimos os ARTIGOS TEMÁTICOS com *Uma linha tênue entre separar e morrer*, de Karina Miziara Rocha. A autora apresenta a possibilidade de acompanhar o processo psicoterapêutico de um menino de nove anos, que apresentava quadro de ansiedade e fobias após um evento traumático, proporcionando uma reflexão clínico-teórica enriquecedora.

No artigo *Famílias monoparentais: ensaio sobre representações referentes ao pai ausente*, Naytiara da Silva de Almeida Rodrigues e Rebeca Nonato Machado abordam o lugar do filho homem em famílias monoparentais femininas e os atravessamentos da ausência paterna e das representações maternas frente a esta falta na subjetividade da criança.

A ausência é destacada como um potencial criativo na vivência do processo de análise e na própria teoria psicanalítica. A clássica brincadeira do *fort-da* é retomada pela autora Samantha Nigri como um modelo para desenvolver de forma original o artigo *Ausências presentes, ausências vazias: Lou Andreas-Salomé, o Fort-da e o divã*.

O que sentir quando o nascimento da filha encontra a morte da irmã? Na seção DEPOIMENTO, a atriz Maria Eduarda de Carvalho, com muita sensibilidade, relata momentos de forte impacto emocional na sua vida e a saída encontrada para o luto.

Na seção CONFERÊNCIA, Marina Papageorgiou, no seu trabalho *Afeto, supereu e processo de pensamento*, compreende o afeto como conceito específico da metapsicologia enquanto representante da pulsão, sendo, ao mesmo tempo, quantidade em movimento e qualidade de investimento em “pequenas quantidades”. A partir das contribuições de Freud, André Green e Michel Fain, a autora examina o trabalho do afeto não somente no processo analítico, mas igualmente no pensamento teorizante do analista e na formação do supereu.

Lena Bergstein e Sônia Beatriz dos Santos compõem a seção INTERFA-CE. A artista plástica Lena Bergstein, em *Presentes-Ausentes*, aborda com sensibilidade e delicadeza o drama do não pertencimento dos refugiados palestinos, os presentes-ausentes em sua própria terra.

Em *O que uma antropóloga e psicanalista negra tem a dizer sobre ausência e presença para uma revista sobre teoria e clínica psicanalítica?*, Sônia Beatriz dos Santos busca explorar, a partir de recordações da sua experiência pessoal e social na pandemia, as noções de ausência e presença à luz do racismo e de como este influencia negativamente a saúde mental da população afrobrasileira, ao contribuir para a construção social de suas noções de sensorialidade e corporalidade de formas distorcidas.

Iniciamos a seção FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE com o trabalho *História da psicanálise com criança: alguns recortes* de Anna-Maria de Lemos Bittencourt. A autora nos brinda com a história da psicanálise com criança desde os primórdios, passando pelos pioneiros no Brasil até a formação de analistas de crianças e adolescentes, na modalidade integrada que ora se inicia na SBPRJ.

O texto *Tornar-se psicanalista*, de Dora Tognolli, apoia-se em trabalhos e em correspondências de Freud, propondo reflexões sobre a formação psicanalítica. Destaca a importância da análise pessoal, a transmissão do conhecimento e os desafios institucionais, correlacionando-os e conectando-os às questões contemporâneas. Trata-se de uma leitura essencial para aqueles que buscam entender a complexidade e as possibilidades transformadoras de ser psicanalista no contexto atual.

Benilton Bezerra Jr., em *Diferenças em um mundo compartilhado*, diz que “falar das diferenças num mundo compartilhado significa tocar em questões que são ao mesmo tempo antigas e atuais, universais e historicamente contingentes”. O autor elenca as transformações ocorridas na passagem do mundo tradicional para o mundo moderno, o paradigma neoliberal e a emergência das tecnologias digitais como fatores que impactam e tornam a nossa relação com as diferenças complexa e problemática.

Nesta edição, em TRADUÇÃO, contamos com o artigo *A dialética presença-ausência: por uma metapsicologia da presença*, de René Roussillon, publicado originalmente em 2010 e gentilmente cedido para publicação na **TRIEB** pela *Tribune psychanalytique*. Neste trabalho, Roussillon se propõe a esboçar uma metapsicologia da presença por acreditar que esta não somente é possível, como indispensável para a compreensão e a exploração de uma série de qua-

dro clínicos, mais particularmente as formas de sofrimento narcísico-identitário, nas quais a questão da presença está fundamentalmente implicada.

Na seção PSICANÁLISE E CINEMA, Luciana Saddi, em *Da zona de interesse à esperança*, comenta o filme *Zona de interesse*, de Jonathan Glazer. Assistimos o comandante de Auschwitz, sua família e amigos desfrutarem uma vida comum e bucólica enquanto, a poucos metros dali, um genocídio acontece no campo de concentração. A autora nos convoca à importante reflexão sobre “os horrores do presente e as cisões que hoje perpetramos”.

Em PSICANÁLISE E LITERATURA, três presenças! O multiartista Arnaldo Antunes nos presenteia com *EIS QUE SER*, poema visual que brinca com o duplo sentido das palavras, instigando a imaginação do leitor.

Com uma escrita profunda e reflexiva sobre *Literatura infantil: Cartas ao filho* de Alejandro Zambra, Maria Noel Brena Sertã explora a complexidade da obra, a relação entre a paternidade e a memória, e destaca que, apesar do título, o livro não se destina à literatura infantil, mas busca revisitar e entender a experiência de ser pai e filho. De forma singular, Noel apresenta conexões com a teoria de Freud sobre o narcisismo primário, sugerindo que a paternidade pode ser uma tentativa de resgatar a figura do pai ausente ou distante da própria infância. Por fim, vale ressaltar a visão de que toda literatura é, de certa forma, infantil, pois busca recuperar percepções esquecidas na infância.

Ruth Naidin nos oferece uma delicada e acurada resenha de *A palavra que resta*, de Stênio Gardel, a qual conta a história de Raimundo, homem analfabeto que teve seu amor por Cícero brutalmente interrompido. Desse amor, leva uma carta, e é através da palavra, segundo Ruth, que sua história poderá ser ressignificada.

A seção HOMENAGEM, repleta de emoção por presenças em ausência, inicia com *Psicanálise: a ciência da linguagem*, na qual a psicanalista Simone Grinapel Prais nos apresenta um pouco da vida, da obra e do legado do seu amigo e mestre Jean Claude Rolland, falecido em 2024. Para homenageá-lo, Simone utiliza o texto não publicado “Enlutamento e desenlutamento” e o articula com uma sessão de sua clínica para que as ideias do autor possam ser mais vivamente apreendidas.

Em meio à produção da revista, um baque, um choque: Fernando Rocha, psicanalista de muitos, supervisor e professor de outros tantos, nos deixou. Criador da **TRIEB** com Viviane Frankenthal, Fernando era admirado, respeitado e muito querido, dentro e fora da comunidade psicanalítica. Poderíamos falar sobre o psicanalista, o colega da vida institucional, o amigo, a pessoa de

Fernando, mas preferimos, como forma de homenageá-lo, dar a palavra aos psicanalistas remanescentes do primeiro grupo editorial que com ele deram vida à **TRIEB**. Nossos convidados são: Carlos Alberto Quilelli, Miguel Calmon, Sonia Bromberger e Viviane Frankenthal. *Amigo Fernando, saudades... e Criação, parceria e amizade: lembranças com Fernando Rocha* foram escritos em nome do grupo por Sonia Bromberger e Viviane Frankenthal, respectivamente. São textos complementares que, na opinião de Miguel Calmon, “recuperam a história sob vários ângulos, não somente do nascimento da **TRIEB**, como também da afetividade tão fortemente presente em tudo o que Fernando promoveu”.

Na seção MEMÓRIA **TRIEB**, contamos com o belo artigo *Ficção e psicanálise: a pergunta feita a Ariosto*, de Roberto Bittencourt Martins. Nesse texto, nosso prezado psicanalista e escritor explora a relação entre o fenômeno da ficção, a psicanálise e o brincar, destacando como a criatividade e a imaginação desempenham papéis cruciais na constituição do psiquismo. A reflexão inicia-se com a pergunta feita ao poeta Ludovico Ariosto no século XVI: “Onde encontraste tantas histórias?”. Essa indagação sugere uma conexão entre a imaginação criativa e a realidade psíquica, um tema retomado por Freud e outros psicanalistas – como tão bem Roberto expõe.

Boa leitura!

As Editoras.

Entrevistas

Fábio Belo¹

Romildo do Rêgo Barros²

Tereza Estarque³

1. Ausência e presença são experiências psíquicas que o ser humano realiza ao longo de toda a sua vida. Para a psicanálise, os modos de presença e ausência dos objetos primários e de como são vivenciados pelo sujeito têm papel determinante na sua dinâmica psíquica. Quais formas de presença e ausência do psicanalista devem ser oferecidas ao paciente para que a experiência analítica, além de mitigar o seu sofrimento, o ajude a tornar-se mais plenamente si mesmo?

Fábio Belo

É importante lembrar que um dos aspectos fundamentais da transferência é o que Laplanche (1993) chama de reabertura da situação originária ou situação antropológica fundamental. Isso implica que a presença do analista convoca a presença não apenas dos pais (os cuidadores) do paciente, mas da alteridade, o inconsciente, dos pais. O analista enquanto provocador da transferência é aquele que vai tentar nomear a presença do que aparentemente está ausente: o recalcado, as mensagens não traduzidas, o clivado. Nesses momentos de convocação do aparentemente ausente, o analista sustenta o paradoxo de se ausentar para que o trabalho de tradução e retradução seja, efetivamente, do paciente. Estar

1. Professor Associado da Universidade Federal de Minas Gerais, psicanalista, autor de *Ensaio de psicanálise* (INM Editora) e coordenador do projeto *Conversas virtuais sobre psicanálise* (youtube.com/@fabiobelo).

2. Psicanalista, Membro da Escola Brasileira de Psicanálise e da Associação Mundial de Psicanálise.

3. Psicanalista. Supervisora e membro fundador do IEC. Membro Efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro. Pós-doutoramento em Filosofia Política pelo IUPERJ.

ausente na presença de alguém, para lembrar Winnicott (1958/1998). Condição para que a interpretação seja criada pelo paciente na medida em que ele a encontra na cena analítica.

Outras formas paradoxais de presença-ausência são importantes para a análise acontecer. O que Laplanche (1993) vai chamar de tina, um recipiente dentro do qual a análise acontece, é construído por conta dessas recusas do analista, isto é, regras que a um só tempo marcam uma presença e também uma falta. Por exemplo: o tempo da sessão, estável e bem marcado, acaba por funcionar como um terceiro que estabiliza o enquadre. O analista abre e fecha o tempo, se apresenta aí, nesse controle, mas deve se ausentar para que o trabalho livre-associativo tenha prioridade absoluta no encontro analítico.

Temos dois extremos quando pensamos na presença do analista. O primeiro diz do caráter quase descartável do analista, que seria um tipo de *decoy*, um chamariz que atrai a caça e pode ser dispensado logo que o trabalho termina. No outro extremo, temos toda uma história do analista como modelo moral, quase como um ideal identificatório. Essas duas leituras apareceram na história da psicanálise. As duas me parecem excessivas. O caminho do meio entre elas me parece mais cuidadoso, tanto com o analista, quanto com o paciente.

O analista não é descartável, ele é necessário ao processo terapêutico. Fica em aberto a questão sobre os destinos do analista depois da análise, mas ele certamente resta como parte do processo analítico. Da mesma forma, o analista não é o centro do processo de cura. É uma arte estar presente sem desejar ser indispensável, sem querer ser o modelo ideal identificatório, sem exigir certa obediência ou dependência. Esses riscos devem estar sempre em questão para que a análise não se torne infinita, por exemplo. No fundo, a transferência é uma transferência com a própria análise, com o enigma que funda o inconsciente, não apenas com o analista especificamente.

É um erro, portanto, reduzir o analista a uma mera função, como se não houvesse um sujeito moral que tivesse escolhido essa profissão, a partir de sua história libidinal. A questão está em como se ausentar, ir se ausentando, sustentando as condições de análise, sem abrir mão do paradoxo de que sua presença é importante.

Romildo do Rêgo Barros

Ausência e presença de quê? De um corpo.

Na experiência analítica, a presença não se dá simplesmente pela visão ou por outra forma de acesso ao corpo. Freud, aliás, já nos ensinava no *Além do*

princípio do prazer, de 1920, por meio da experiência do seu neto de um ano e meio, que tanto a presença quanto a ausência do objeto implicam o desejo do sujeito. Sem o desejo, que é antes de tudo um trabalho de simbolização, uma tarefa fundamental como o luto, por exemplo, seria impensável. Neste sentido, o contato do sujeito com o objeto, na aquisição ou na perda, não é passivo, mas, pelo contrário, há algo de uma criação.

Não me parece que já sabemos muita coisa sobre os efeitos dos novos instrumentos que têm sido adotados pelos psicanalistas em uma redefinição do que é uma presença e uma ausência. Por exemplo: o que muda no trabalho de um psicanalista que decide atender os seus pacientes exclusivamente on-line? O que muda no trabalho do seu paciente, mas também no seu próprio trabalho?

Tereza Estarque

Para iniciarmos esta conversa, será preciso indicar meu ponto de partida: no princípio, estava o outro. Para o animalzinho humano recém-nascido, *a presença é anterior à ausência*. O ato é anterior ao verbo. Deixaremos de fora o período intrauterino, para não nos alongarmos demasiadamente.

Imerso em seu desamparo originário e entregue à turbulência das tensões endógenas de seu pequeno corpo, acontece uma ação específica externa, executada pela presença de um outro benevolente, que lhe permite alívio através da descarga dessas tensões. Está dada a largada da primeira e mítica experiência de satisfação.

No princípio, era o ato. E a partir deste ato executado por um outro, inicia-se o circuito pulsional. Quando essa urgência se apresentar novamente, na ausência desse outro, agora elevado à condição de objeto de satisfação, o bebê já pode alucinar sua presença, mesmo na sua ausência. Um psiquismo insipiente começa a surgir nesta interação entre as premências internas e a presença-ausência do objeto de satisfação.

O binômio presença-ausência constitui-se, desde os primórdios da vida anímica, como substrato propício ao desenvolvimento e complexificação do psiquismo. Estará presente, desde esse princípio até as mais sofisticadas respostas exigidas diante dos constantes e crescentes desafios postos ao sujeito ao longo de sua existência, inclusive nos processos de luto.

Se, a partir da primeira experiência de satisfação, o imaginário permite antecipar o reencontro do objeto, o aprendizado do jogo do *Fort-da* introduz o sujeito na arte de brincar e se divertir com a ilusão narcísica que o faz supor ter o controle sobre o reencontro do objeto perdido. Mais adiante, na descrição

freudiana da sexualidade, o binômio fálico x castrado introduzirá o sujeito na angústia de castração, no temor de perder aquilo que acreditava ter. Estaremos já no território do simbólico, que oferecerá os elementos possíveis para os contornos dessa angústia. Fora desta área metafórica, só a cegueira facultada ao objeto fetiche pode recobrir a ausência. Mais adiante, confrontado com o real da morte, que transforma em pó a corporeidade do objeto perdido, o sujeito encontra o maior de todos os seus desafios: escolher entre o trabalho de luto ou os destinos da melancolia.

A partir da internalização deste objeto primário e da permanente alternância de sua presença-ausência, as vias da subjetivação e o acesso à simbolização encontrarão seus caminhos, sempre singulares e autorais. Se consideramos que o processo de análise envolve entrar em contato ou reviver nossas relações objetais primárias, a questão do lugar do analista comparece como catalizador, fazendo parte importante do manejo, no interior do dispositivo.

Em que momento e de que forma a presença ou retirada do analista favorece a condução de uma cura? Naturalmente, todo trabalho analítico é único e o analista se posicionará de formas diferentes, sempre tendo em conta a organização psíquica preponderante de seu paciente – se está diante de uma neurose, de uma psicose ou de um caso limite ou se, mesmo dentro de uma neurose, ele se defronta com a emergência de um núcleo psicótico ou com um processo de cisão do ego até então encoberto por defesas que permitiram, a duras penas, um estar no mundo mais funcional.

Para cada analisando e para cada momento de uma análise, a subtração do analista pode ser o principal motor para que o sujeito se defronte com suas questões e com seu desejo. Da mesma forma, a retirada estratégica do analista, visando frustrar a demanda de amor do paciente, seja por contenção, silêncio ou corte, a depender da estrutura ou momento do paciente em análise, envolve o risco de reconduzi-lo a experiências extremamente desorganizadoras e de muita dor, incluindo a terrificante experiência de cair indefinidamente.

Não se pode excluir também desta reflexão, a presença-ausência do paciente como formas de esquivar-se, na transferência, através de suas resistências, especialmente na presença do analista. Prolongados silêncios e outras formas de evadir-se, seja mudando subitamente de assunto, seja por faltas consecutivas que podem permear o processo. Colocar-se face a face ou deitar-se no divã, cada situação clínica traz em si seus desafios na compreensão e na condução de uma análise. A relação entre presença e ausência no *setting* analítico é, por-

tanto, uma dança sutil que envolve a dupla, incluindo também, naturalmente, o inconsciente do analista.

Pode-se pensar essa alternância, presença-ausência do analista, como lugar ou posição que capitaneia a transferência. Mas também importa pensar a presença como corporeidade, seja do analista ou do paciente. Teremos oportunidade de retomar a questão da corporeidade na sequência das questões postas nesta entrevista.

2. Nos atendimentos remotos há, na relação analista-paciente, a ausência das dimensões da sensorialidade e da corporalidade. Cheiros, respiração, ritmos, o corpo no divã, o corpo do analista fazem da comunicação não verbal um dos fundamentos da terapêutica psicanalítica. Como pensar, pós-pandemia, a adoção desta modalidade de atendimento para pacientes que moram na mesma cidade e a escolha de alguns analistas por atender exclusivamente no modo remoto?

Fábio Belo

Acredito que jamais deixaremos de sentir que o encontro presencial com o analista é, de alguma forma, melhor que o encontro remoto. Meu receio aqui é romantizarmos esse encontro em detrimento do encontro online. É claro que, tendo em vista a formação de todos nós enquanto sujeitos, a presença do corpo do outro é condição inescapável e insubstituível. Essa situação antropológica fundamental é reaberta pela análise. Será que conseguiríamos reabri-la de fato diante da tela de um computador?

Recentemente, escrevi um artigo sobre psicanálise e inteligência artificial. Acredito que será uma questão de tempo que alguns analistas virtuais sejam criados. Isso irá colocar novas questões sobre a transferência e a relação terapêutica. Mais uma vez, meu receio é um tipo de idealização que esse tipo de conversa traz: ou o analista será visto como insubstituível ou o analista virtual será visto como incapaz de errar, por exemplo.

É muito provável que o encontro presencial traga mais elementos da situação originária que o encontro virtual. A questão é se o encontro virtual traz elementos suficientes para a análise. A meu ver, não resta dúvida quanto a isso: o encontro virtual, quando bem conduzido, é totalmente capaz de produzir uma boa análise para a maior parte dos pacientes. Os dois, encontro presencial e virtual, têm problemas e possíveis efeitos iatrogênicos. Os dois também têm suas vantagens e desvantagens, tanto pragmáticas, quanto clínicas, como já mostrei em meu livro sobre o tema.

É preciso levar em consideração fatores pragmáticos quando conversamos sobre a virtualização de nossa profissão. Por exemplo, qual o valor do aluguel de um consultório, durante quanto tempo um recém-formado precisa pagar para trabalhar? Atender em casa seria uma forma de cobrir esses custos? Pacientes com baixa mobilidade, pessoas com deficiências diversas, poderiam se beneficiar do atendimento virtual? Fariam análise se tivessem que se deslocar pela cidade? Pessoas muito pobres que não têm dinheiro para o transporte, mas conseguiriam pagar um valor irrisório para a terapia: elas se tornam um grupo terapêutico possível com o online?

Sem responder questões pragmáticas como essas, toda discussão corre o risco de romantizar nossa profissão, como se ela não fosse parte dos processos de subjetivação sob o modo de produção capitalista, como se não constituíssemos um campo deontológico específico, com uma economia simbólica específica.

Romildo do Rêgo Barros

O surgimento dos atendimentos remotos em psicanálise, como se sabe, não se deu como um progresso, como um novo recurso técnico que viria acrescentar algo ao que já se tinha. Tínhamos o presencial, como ficou sendo chamado, e agora o on-line, como se fossem dois ambientes equivalentes que se enriqueceriam mutuamente. Pelo contrário, os atendimentos remotos foram no começo uma solução de urgência para os encontros que se tornaram impossíveis com a pandemia. Têm, portanto, uma precariedade que somente o tempo vai ajudar a esclarecer. Essa precariedade não atinge somente a qualidade do encontro, como também o sentido da inovação: o que esse novo recurso terá trazido para a psicanálise e para a função do analista? Restará algo de novo, e de positivo, quando tivermos superado a urgência que tiveram no começo (e ainda têm)? Isto vai além, entendamos bem, da simples praticidade ou do maior conforto que terão supostamente trazido, tanto para os pacientes quanto para os analistas.

Temos um precedente importante na história da psicanálise, no que diz respeito às relações entre o corpo e a máquina. Refiro-me aos comentários de Freud sobre certas funções do corpo e o uso de instrumentos criados pela tecnologia. Esses instrumentos representam, no geral, uma ampliação das funções naturais, tais como a lente como multiplicação do poder da visão, o telefone como expansão da voz etc. Um bom exemplo me foi descrito outro dia: alguém em um estádio assistindo a performance de um grande atleta, mas que, ao invés de simplesmente usar os próprios olhos, que estão em bom funcionamento, as-

sistia a corrida através de uma lente. A câmera expande a função da memória, e a lente a dos olhos: eis o homem desses tempos de que nos falava Freud.

Tereza Estarque

Retomo a pergunta spinozista: o que pode um corpo? Dela derivo duas outras questões: o quanto importa um corpo? Qual o lugar do corpo na teoria e no *setting* analítico?

Foram os enigmas postos pelos corpos, na histeria, que atraíram a curiosidade de Freud. O que fazer com aquela plêiade de sintomas que gritavam e não encontravam entendimento na clínica médica? Como sanar ou mitigar o tamanho do sofrimento que ninguém explicava?

Foi guiado por sua genial sensibilidade e acurada sagacidade de pesquisador, que Freud decidiu ouvir aquelas mulheres. O que pode um corpo? Como era possível que paralisias, convulsões e dores pudessem estar traduzindo um léxico e uma sintaxe oculta? Foi esta linguagem, hoje conhecida por nós como a fala do inconsciente expressa no corpo, que foi sendo apresentada a Freud por suas histéricas.

Todos sabemos como se desenrolou a continuidade desta história inaugural da psicanálise. Freud introduziu uma mudança paradigmática: corpo e mente estariam, doravante, irreversivelmente interligados. Todos os seus desenvolvimentos teóricos se deram nesta interface corpo-psiquismo, incluindo suas dobras e torções, evolutivas e involutivas.

Como então poderíamos excluir a dimensão do corpo na prática clínica psicanalítica, se, desde o início, sensorialidade, cheiros, respiração, ritmos, estiveram presentes, mesmo antes da introdução do divã?

Apesar das diferentes vertentes teóricas derivadas da psicanálise freudiana, nenhuma orientação psicanalítica negligencia o lugar do corpo, seja no campo teórico ou no manejo clínico.

É importante termos em mente que o atendimento remoto já era usado muito antes da pandemia. Naqueles tempos, contudo, eram exceção. Mesmo assim, longe de serem banalizados, foram tomados por alguns colegas como material de estudos e pesquisa, por se tratar de uma prática bastante heterodoxa e inusitada.

Com a chegada da pandemia do coronavírus, o que era exceção tornou-se regra da noite para o dia. Com o isolamento social compulsório, com a angústia, o medo do inimigo desconhecido e a realidade da morte batendo em nossas portas fechadas, fomos compulsoriamente levados a transferir nossos atendimentos presenciais para a modalidade remota. As solicitações foram

muitas, todos fomos pegos de surpresa, analistas e pacientes imersos na mesma situação traumática. Felizmente, tínhamos a comunicação on-line, com imagem e som de boa qualidade.

Trabalhamos demasiadamente naqueles tempos pandêmicos, tempos também do governo Bolsonaro. O pavor e o *nonsense* daqueles dias gerou a necessidade de múltiplos encontros on-line para combater a angústia, a solidão e o desamparo. Grande parte de nós acumulou atendimentos on-line e serviços domésticos. O cheiro do álcool 70 e o esforço para criar um ambiente acético se impôs nos lares, mas também nas relações, sendo a respiração do outro, uma ameaça à nossa existência.

Na impossibilidade do abraço, da grupalidade, eram nas sessões on-line e nos inúmeros grupos de estudos que floresceram naquele período de sombras, que procurávamos alento na imagem do outro ausente, para o esforço de nos ocuparmos criativamente, nas saídas sublimatórias possíveis.

A pandemia dentro do pandemônio do governo Bolsonaro foi um trauma coletivo de grandes proporções.

Para pensarmos a adoção e proliferação e banalização da modalidade on-line de atendimento no pós-pandemia e a escolha de alguns analistas por atender exclusivamente no modo remoto, precisamos historicizar a cronologia do horror que, estranhamente, esquecemos em menos de dois anos.

Foi assim a cronologia do horror:

No dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou Emergência de Saúde Pública Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, previsto no Regulamento Sanitário Internacional.

Pouco mais de um mês depois, em 11 de março de 2020, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, anunciou em Genebra, na Suíça, que a COVID-19 estava caracterizada como uma pandemia.

Na primeira quinzena de março de 2021, 24 estados e o Distrito Federal apresentaram taxas de ocupação de leitos de UTI superiores a 80%, sendo 16 acima dos 90%. Os números refletiram um colapso nacional e rapidamente o Brasil começou a registrar mortes em filas de espera por leitos e alertas para possíveis desabastecimentos de oxigênio e equipamentos para a intubação de pacientes. Especialmente em Manaus, já em abril de 2021, um ano após o isolamento social, os necrotérios não suportaram o aumento da demanda e os cemitérios públicos começaram a abrir valas comuns.

Como se isso não fosse suficiente, a pandemia diminuiu o número de procedimentos cirúrgicos, impactou o diagnóstico e o tratamento de câncer e

agravou a saúde mental. O sistema educacional paralisou as aulas presenciais em todo o país. O Brasil foi o país que manteve escolas fechadas por mais tempo em 2020, 178 dias, ou seja, seis meses. Em algumas universidades públicas, principalmente as federais, o calendário do ano letivo foi cancelado. Com a impossibilidade das aulas presenciais, escolas e universidades adotaram a educação à distância.

A trágica marca das 700.000 mortes foi atingida no final de 2022.

A vacinação em todo território nacional teve início em 19 de janeiro de 2021, com profissionais de saúde, residentes de asilos e indígenas recebendo a imunização. Em setembro de 2021, o país havia vacinado parcialmente 147 milhões de pessoas, o que contribuiu para uma queda no número de mortes de 79%. O ano de 2021, aliás, foi encerrado com 80% da população adulta vacinada com as duas doses.

Somente em 5/5/2023, a OMS declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à COVID-19.

Visto isso, podemos pensar a proliferação dos atendimentos on-line e a dificuldade de retomarmos a vida institucional na plenitude do encontro presencial, como um sintoma que recobre o trauma coletivo regido pelo isolamento social. Não era esta, a única fórmula possível, no primeiro ano da pandemia, ainda sem vacinas, de tentarmos evitar a morte?

A questão posta pela *TRIEB* me ajuda a sistematizar, minimamente, um pensamento que jazia um tanto obscurecido em mim: aquilo que restou da pandemia, enquanto trauma coletivo de natureza vital⁴, não só nos atingiu na totalidade de nossas vidas individuais e em comum, mas está, ainda, muito presente em nós.

Não obstante, esquecemos. E sinto uma perplexidade ao constatar que esquecemos, em menos de dois anos, os dois piores anos de nossas vidas. Foram dois anos de horror, seguidos pelos dois anos subsequentes, nos quais vivemos como se nada tivesse acontecido. Falar sobre as modalidades de esquecimento, desde o psíquico às práticas políticas em favor do esquecimento, abriria um leque de questões que ultrapassaria em muito os limites desta entrevista.

4. A expressão trauma de natureza vital, tomada de empréstimo à Pontalis, vem sendo utilizada por Jurandir Freire Costa em seus seminários no CPRJ, para designar traumas de natureza não edipiana, mas que envolvam ameaça de vida ou aniquilamento do sujeito. Pode se aplicar à um indivíduo ou à uma coletividade submetida à mesma ameaça de vida, vinda de fora. São os casos de guerras, catástrofes naturais, pandemias, movimentos migratórios de refugiados, traumas étnicos, abusos, entre outros.

Diante do tamanho do trauma, talvez tenhamos feito certo tipo de cisão. E, como em toda cisão, travamos uma luta permanente para preservar o que há de melhor em termos de nossa saúde psíquica, ainda que com enormes prejuízos em nossas vidas laborais e emocionais. Sempre poderemos argumentar que os atendimentos on-line foram um benefício deixado pela pandemia. Como exceção, sim, como normatização, normalização e banalização, a meu ver, é sintoma que recobre o trauma coletivo vivido e esquecido.

Seguimos agindo, ainda em grande parte, pela evitação ou mesmo redução do encontro dos corpos, que só é possível em presença física. E como Freud nunca aboliu a separação corpo-psiquismo, o que resta nos encontros on-line, dos encontros que tínhamos em presença, com nossos pacientes e com nossos pares?

3. As instituições psicanalíticas e os institutos de formação não ficaram imunes aos novos tempos. Conferências, cursos, seminários, supervisões e análises, atividades que antes se davam presencialmente são realizadas no modo remoto. Qual impacto esta medida pode ter nas análises de formação e na vida institucional para a construção dos laços sociais, da intimidade e do reconhecimento entre os seus membros?

Fábio Belo

Acredito que essa seja a principal vantagem pragmática do virtual: aproximar as pessoas que, de outra forma, não teriam a menor possibilidade de encontrar abrigo em instituições, análises, supervisões etc.

Pra se falar em termos de Brasil, pensemos na dimensão continental do país e também na dificuldade real de interiorização das práticas clínicas. Como alguém no interior de Minas teria acesso a bons grupos de formação e supervisão de São Paulo ou Rio, senão pelo online? Os custos de uma formação seriam impraticáveis se fosse exigida grande carga presencial. Nas pesquisas que fiz para meu livro sobre psicanálise online, destaquei o quanto analistas chineses, por exemplo, têm conseguido fazer formação, análise e supervisão com analistas dos Estados Unidos. Mais uma vez: o pragmático é uma vantagem que vale a pena.

A questão que vocês levantam é pertinente porque há, claro, um ataque generalizado à intimidade, aos tempos tranquilos, aos encontros sustentados pelo paradigma da amizade. O capitalismo tende a colonizar todos esses encontros a fim de torná-los mais produtivos, funcionais, meramente técnicos. Nesse sentido, acredito que a questão ultrapassa em muito nosso campo profissional. O modo de produção capitalista tende a destruir essas redes de solidariedade

e intimidade não produtivas. Há, claro, modos de resistir a isso, seja pessoal, seja institucionalmente. Manter, por exemplo, encontros presenciais periódicos é uma ótima ideia e parece uma solução de compromisso entre o desejo de acolher quem está muito longe e o desejo de resistir à redução do encontro ao meramente técnico.

Romildo do Rêgo Barros

As instituições psicanalíticas, no que se refere às suas atividades coletivas, tais como conferências, cursos e seminários, ganharam, é evidente, uma facilitação, um progresso técnico. Muita gente que não participaria dessas atividades, pelas mais diversas razões, pode agora acompanhar e participar do ensino da instituição. É bem possível que o ganho epistêmico predomine, ou seja, que a troca doutrinária e teórica possa se manter e até avançar.

Não é certo, no entanto, que o mesmo ganho se possa garantir na dimensão política, isto é, na divisão das responsabilidades que o funcionamento institucional exige, ou na resposta que a instituição é levada a dar face aos problemas sociais e extra-psicanalíticos. Parece-me, até onde tenho podido observar, que se a participação no ensino é possível, e, em alguns casos, até facilitada, as tarefas de direção parecem depender da presença física de alguns, daqueles que decidem mais diretamente sobre os destinos da instituição. Isto é substituível? Talvez não. E sendo assim, que perfil terão nossas instituições, se a distância entre os participantes por via remota e os participantes presenciais tender a aumentar, diminuindo assim o contato entre eles?

Tereza Estarque

Todos nos lembramos do grau de dificuldade que tivemos para voltar ao presencial. Num primeiro momento, o tempo de deslocamento havia sido suprimido e precisávamos reinventá-lo e inseri-lo em nossas agendas e nas agendas de todos. Talvez ainda não tivéssemos nos dado conta de que o tempo de ir e vir cumpria uma função que havia sido abolida. Neste tempo de ir e vir, exercitávamos o binômio presença-ausência, doravante substituído pelo aparecimento mágico e instantâneo da imagem do outro e de si mesmo nas telas.

Que analistas e pacientes vejam também a si próprios, durante os atendimentos, não deixa de ser bizarro. No presencial, vemos a face do outro e não as nossas próprias. Não estamos no espelho, mas diante do outro. No presencial, não há espaço especular para ajeitadinhas narcísicas no cabelo, que permeiam os atendimentos remotos. No divã ou não, a presença de dois corpos no interior

de um espaço privado proporciona um outro dispositivo que os atendimentos on-line não substituem.

Não quero dizer com isso que numa sessão on-line não haja transferência – especialmente se houve encontro prévio – ou que não se operem relatos de sonhos e associações livres.

Com alguns pacientes, muitos de nós e alguns dentre eles, ensaiaram a simulação do *setting*: cumprimentos iniciais, desligamento da câmera, o paciente deitado na cama de sua casa e o religar da câmera para as despedidas. Sim, foi um artifício, ou mais do que isso, um simulacro. Mas sabemos bem o quanto nos servimos dos simulacros no período pandêmico. Quando nos rondavam a ignorância e o medo da morte, somados às perdas que se acumulavam cada vez mais perto de nós, era isso ou a interrupção abrupta de nossas análises, deixando-nos no mais absoluto desamparo. Era o descaso pela vida, o cinismo e o que ficou conhecido como política de extermínio, visto que os mais vulneráveis estavam do lado de fora da porta, responsáveis pelos serviços alçados à categoria de essenciais, realizados pelos entregadores que materializavam em nossas mãos, os itens básicos de alimentos e higiene que escolhíamos por detrás de nossas telas. Esses profissionais fizeram também, sem que o soubéssemos, esse trânsito entre a ausência e a presença.

Nem as instituições e nem qualquer um de nós ficamos imunes aos “novos tempos” ou ao que se convencionou chamar novo normal. Esse novo normal revelou-se muito mais distópico do que criativo ou reparador. Os encontros on-line não permitem aprofundamento das relações, falar um pouquinho da vida antes ou depois da reunião, marcar um almoço antes ou depois do seminário.

Nos “novos tempos distópicos” sobraram os vícios e restos pós-pandêmicos. Com as reuniões institucionais on-line, nos desobrigamos a guardar os nomes dos colegas, que aparecem automaticamente abaixo dos recortes da tela que cabe a cada um. Nesta desconexão entre imagem – nome – corpo, o reconhecimento sofre prejuízo e cede lugar ao desconhecimento, uma identidade em franjas evanescentes ou em frangalhos.

O que dizer então, deste período de nossa história de 1/1/2020 a 31/12/2022, quando estávamos sob esse duplo risco: da morte pela pandemia e da morte da democracia com todas as ameaças implicadas. Deveria ser impossível esquecer estes dois anos. Não que devamos nos deixar paralisar pelo horror.

Mas esquecer é tampar os ouvidos para os alertas de E. Morin em seu livro *É hora de mudarmos de via, as lições do coronavírus* (2020). Não mudamos de via e não aprendemos nenhuma das lições, desperdiçamos preciosas oportu-

nidades de mudança sobre a nossa existência, sobre a condição humana marcada pelas incertezas, sobre nossa relação com a morte, sobre o despertar da solidariedade, dentre outras. Se não houve mudança de via, mas, ao contrário, retomamos do mesmo lugar com uma enorme demanda reprimida de satisfação e consumos imediatos, nos defrontaremos com muitos desafios: o desafio da crise da democracia, da defesa de nossas liberdades, da propagação digital, da proteção ecológica, da crise econômica. Todo esse apagamento nos leva a perigos de grandes retrocessos, intelectuais, morais, belicistas.

Esquecer da potência do encontro dos corpos nos deixa mais vulneráveis e enfraquecidos em relação ao crescimento dos governos extremistas. A bidimensionalidade superficial dos diálogos on-line não é sinônimo de leveza. Esses muitos não ditos inter-ditados na tela, conduziu-me, por associação livre, ao diálogo travado na música “Sinal fechado”, vencedora do Festival de 1969 e composta por Paulinho da Viola. As ditaduras, como as pandemias, também se encarregam de picotar diálogos, evitar e proibir reuniões. De espalhar o medo em relação ao sofrimento físico e à morte.

No bojo da canção de Paulinho da Viola está um sonho, motivo a mais para que eu me sirva de sua letra para concluir e deixar em aberta esta resposta. Paulinho da Viola nos conta seu sonho: ele estava num ônibus cheio, no Aterro do Flamengo. Na parte da frente do ônibus, havia uma pessoa com quem ele queria e tentava falar, mas não conseguia. O ônibus para em frente ao Monumento dos Pracinhas, ele tem certeza de que fora ali que o ônibus havia parado. A pessoa desce e Paulinho se vê gesticulando do lado de dentro e ela do lado de fora, sem que conseguissem efetivamente travar a tão desejada comunicação.

Em seu entendimento, eram tempos duros, em que ninguém falava com ninguém e quando por ventura se encontrava alguém que se adivinhava pensar parecido, trocavam poucas e interrompidas palavras. O sinal abre, por favor não esqueça, não esqueça... a conexão cai... por favor, ligue novamente... estou tentando, conexão fraca... conexão fraca... até o próximo encontro.

“[...] Tanta coisa que eu tinha a dizer
Mas eu sumi na poeira das ruas
Eu também tenho algo a dizer
Mas me foge a lembrança
Por favor, telefone, eu preciso
Beber alguma coisa, rapidamente
Pra semana

O sinal
 Eu procuro você
 Vai abrir, vai abrir
 Prometo, não esqueço
 Por favor, não esqueça, não esqueça, não esqueça
 Adeus” (Paulinho da Viola, 1970)

4. A presença do recurso remoto trouxe mudanças profundas: encurtou distâncias, alterou modos de trabalho, de educação e de comportamento. Vivemos conectados 24 horas por dia na rede e com pessoas de todo o mundo. A hiperconectividade acontece em vertiginosa ampliação, parecendo borrar as fronteiras entre virtual e real, presença e ausência e com a própria noção de tempo, fazendo tudo parecer imediato e instantâneo. O que você poderia dizer sobre isso?

Fábio Belo

Meu convite aqui é para que sustentemos um paradoxo ou uma ambivalência. Por um lado, é certo que o avanço da virtualidade e da inteligência artificial traz mais dominação e mais alienação. Os tentáculos do capitalismo são inúmeros e os virtuais parecem penetrar todas as frestas do existir humano. Por outro, o virtual também traz vantagens e novas formas de vida antes impensáveis.

Um fenômeno complexo como a virtualidade merece a advertência de Freud (1900/1996): ele é sempre sobredeterminado. Por exemplo, vemos um massacre criado pelas redes sociais incrementando a baixa autoestima das pessoas. Por outro lado, as mesmas redes sociais dão acesso praticamente ilimitado a informações, pessoas e instituições.

A possibilidade de ter acesso a profissionais do nosso campo em qualquer lugar, a qualquer momento, é uma vantagem indiscutível. Imaginemos a vida das pessoas no interior do país ou que vivem fora do Brasil. Ter acesso a canais do YouTube, eventos online, mantém os vínculos e fortalece a formação continuada. A UFMG, para citar a Universidade na qual leciono, tem se esforçado muito nos programas de extensão e também na possibilidade de divulgação científica por meio virtual. O acesso ao conhecimento passa a ser efetivamente público e não restrito à comunidade interna da Universidade.

Por outro lado, é ingênuo acreditar que essas maquinarias virtuais existem para facilitar nossas vidas. Parece evidente que o devir algoritmo da vida

serve para controlar todo nosso tempo. O lazer, o consumo, o prazer, a política: tudo vai se transformando em algoritmo, em informação para as *big techs* capitalizarem a vida cotidiana.

Pensemos no virtual como um objeto libidinal como outro qualquer. Há aqueles já totalmente viciados nos jogos eletrônicos, nas apostas, no imageamento de si mesmo, na busca incessante de estímulos da rolagem do *feed*. Há, no entanto, aqueles que usam o virtual e conseguem opor alguma resistência à voracidade que ele impõe. Mais uma vez, acredito que a solução de compromisso que evita a demonização de um lado e a idealização do outro é o melhor caminho.

Romildo do Rêgo Barros

O homem, acrescido dos instrumentos artificiais dos quais falava Freud, não representa, pelo menos em aparência (e por enquanto), nenhuma ruptura com o que costumamos entender como natureza humana: as lentes multiplicam os olhos, mas se limitam à visão; a fotografia, ou o gravador, continuam a ser uma forma de memória, assim como o alto-falante expande a voz e a audição. Essas máquinas mantêm com o corpo uma relação, diríamos com Lacan, metonímica, no sentido de que nenhuma transformação essencial é feita no corpo. Mas, ao mesmo tempo, é uma relação cujo limite não podemos determinar com precisão: até que ponto esses instrumentos se limitarão às funções próprias dos órgãos e membros do corpo humano? Será que, em algum momento, em um clique, aparecerão instrumentos que manterão conosco uma relação inédita e em ruptura com o corpo natural?

É o que se perguntava, anos atrás, o artista australiano Stelarc: como um corpo humano natural, tal como o entendemos, poderia, por exemplo, suportar uma longa viagem espacial, com as limitações que tem atualmente? Stelarc propunha então, e fez ele próprio algumas experiências concretas no próprio corpo, a construção de um corpo natural combinado a novos órgãos sintéticos, de tal maneira que possa não só expandir as possibilidades atuais, como também criar novas capacidades ainda inexistentes.

Estamos bem longe disso, que por enquanto pertence ao domínio da ficção científica ou da arte de vanguarda. Por enquanto, nossa tarefa é avaliar que contribuição a prática on-line tem trazido para a psicanálise: não no simples aspecto do seu dispositivo, na sua montagem prática, mas no que a psicanálise tem de discurso, de laço social.

Uma coisa podemos dizer, mesmo sem sabermos ainda aonde nos conduzem esses avanços técnicos e científicos, que trazem necessariamente uma

nova exigência para a prática da psicanálise: o mundo, e com ele a psicanálise, nunca mais será o mesmo que conhecíamos.

Tereza Estarque

Alguns pensadores que costuro aqui me ajudam a refletir sobre esta questão. Jonathan Crary escreveu *24/7 Capitalismo tardio e os fins do sono* (2024). Estamos ligados 24 horas por sete dias da semana. Dessa hiperconexão, decorre uma importante mudança fisiológica: a diminuição do sono. A diminuição de nosso tempo de sono corresponde a um resultado orquestrado, que inscreve a vida humana num moto-contínuo sem repouso. Desde a invenção da luz, até o malogrado experimento do consórcio espacial russo-europeu de 1990, que visava iluminar a Terra 24 horas por dia através de satélites, o objetivo não era outro: o aumento da produtividade humana. O slogan do programa, “Luz do dia a noite toda”, não deixa dúvida sobre os objetivos de transformação do metabolismo humano em maquínico. Na concepção de Crary, a diferença entre máquina e seres vivos será ultrapassada num futuro cada vez mais próximo. Uma reorganização identitária e de processos de subjetivação se daria, paralelamente, tornando quase impossível escapar a este rearranjo de nossas identificações na esfera pessoal e social.

No clássico livro de Maturana e Varela, *De máquinas e seres vivos: auto-poiese – a organização do vivo* (1977), a abordagem é o avesso do que se propõe, hoje, como paradigma de sucesso e liberdade do homem empreendedor de si mesmo. Onde deveria estar o *Homo Sapiens Demens* de E. Morin, que regula a razão e a desmesura da criação, está o *Homo Imprehendorus*. Este homem que não sonha mais, está sempre no *sleep mode* das máquinas, um tipo de modo repouso, para economizar energia e manter a prontidão para o despertar e se pôr em trabalho com apenas um toque de dedos.

Sabemos que estase não significa saúde física e/ou psíquica. Mas o elogio do movimento contínuo em detrimento da ideia de ritmicidade está longe de poder ser parâmetro de saúde. Em *sleep mode*, nada está de fato desligado. Mui-to ao contrário, presenciamos apenas a superficialidade de um frágil repouso.

A ligação do imperativo 24/7 à crise ambiental é evidente. Estimulando a produção e o consumo desenfreados, contribui também para a supressão dos ciclos e estações fundamentais, tanto à nossa saúde quanto à saúde do planeta.

Em toda a sua obra, Paul Virilio (1996) chamou a atenção sobre a gestão do tempo humano pela cultura do *Homo Economicus*. Trata-se das mesmas críticas e riscos apontados por Crary: compatibilizar os ritmos biológicos com os

ritmos tecnológicos, forjando uma aparência de mundo social através de uma modelagem maquínica à qual, facilmente, nos submetemos. Para Virilio, o progresso tecnológico e a catástrofe são o verso e o reverso de uma mesma moeda.

Byung-Chul Han, em *Sociedade do cansaço* (2017), aponta uma complexificação à esta engrenagem. A sociedade do século XXI acrescenta uma dobra a mais à sociedade disciplinar de M. Foucault. Não se trata mais de sujeitos obedientes, mas de sujeitos de desempenho e produção. Empresários de si mesmos, que chamei acima de *Homo Imprehendorus*. Nessa sociedade, que Han nomeia “sociedade do desempenho”, o sujeito dispensa a cobrança do Outro, tornando-se, ele mesmo, seu tirano e seu algoz. Este sujeito sofre do paradoxo da liberdade. É livre para gerir seu tempo, mas precisa empreender permanentemente, porque internalizou o senhor tornando-se escravo de si mesmo. O depressivo é aquele que perdeu esta guerra internalizada. O hiperativo é o que reverbera agitação tentando ganhar a guerra contra si mesmo, na impossibilidade de uma vida contemplativa.

Han se serve da crítica posta por Nietzsche à sociedade moderna, com pouco espaço para descanso e reflexão. Em obras como *Assim falou Zaratustra* e *A Gaia Ciência*, Nietzsche argumenta que a incessante busca por atividade e produtividade pode levar à desumanização. A verdadeira valorização do ser humano deve incluir momentos de contemplação e repouso.

Somente a contemplação e a arte escapam à essa luta de gladiadores internos. A contemplação é avessa a qualquer desempenho. A arte não tem a produção como propósito primeiro. É uma ação expressiva. O movimento espontâneo de um corpo no espaço com seus movimentos ondulatórios e inesperados exemplifica um fluxo que foge totalmente do princípio do desempenho. Aqui temos um corpo que dança e se expande; do outro lado, um corpo aprisionado em si mesmo, com movimentos retilíneos, previsíveis e enrijecidos: um corpo que dói.

Ainda sobre a questão proposta pela Revista *TRIEB*, do atendimento on-line, presença-ausência do outro, a pesquisadora e artista plástica brasileira, Giselle Beiguelman aporta valiosas reflexões em seu livro *Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera* (2021). A autora chama a nossa atenção para este período de transição em que vivemos, em que uma desarticulação entre tato e visibilidade se encontra em marcha. Citando Cracy em seu outro livro, *Técnicas do observador*, chama a atenção para um olhar que vem se reorganizando, havendo um deslocamento deste olhar para longe dos referenciais encarnados na tatilidade e na relação com o espaço percebido. As imagens di-

gital, às quais nos habituamos em nossos atendimentos on-line, ocupam lugar privilegiado no campo das imagens maquínicas e produzem subjetividades menos aptas à sociabilidade. A adaptação visual à uma tela compartilhada e delimitada por linhas divisórias situa os indivíduos “cada um no seu quadrado”. Se há conforto nisso, é aquele do distanciamento da prática, por vezes incômoda, do compartilhamento de um espaço habitado por imagens encarnadas em corpos vivos.

Para finalizar este princípio de reflexão, vale pensar que as imagens bidimensionais com as quais lidamos nos atendimentos on-line estão prestes a saltar para fora do *screen*.

Exemplo disso são as holografias vivas, já presentes em mini-matérias noticiosas comuns às redes sociais: no Instagram da revistatrip (2024), a data do primeiro casamento entre um humano e um holograma é anunciado para novembro/2024 com o título “Até que o *bug* nos separe” – tudo em nome da arte. Na performance, uma espanhola vai trocar alianças com um parceiro criado por inteligência artificial. O objetivo é nos mostrar que a tecnologia pode nos livrar da solidão e que, relacionamentos deste tipo não serão tão absurdos no futuro.

Segundo os pesquisadores da área, hologramas são o futuro das imagens e este futuro está bem próximo de nós. Em 2000, escrevi sobre a antecipação na ficção e o *a posteriori* na ciência, *Nachtraglich*. Sigo acreditando firmemente nisso.

Referências (Fábio Belo)

- Freud, S. (1996). A interpretação dos sonhos. In S. Freud, *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. IV-V). Imago. (Original publicado em 1900).
- Laplanche, J. (1993). Da transferência: sua provocação pelo analista. *Percurso*, 10: 73-83.
- Winnicott, D. W. (1998). A capacidade para estar só. In D. W. Winnicott, *Os ambientes e os processos de maturação* (pp. 31-37). Artes Médicas. (Original publicado em 1958).

Referências (Tereza Estarque)

- Beigelman, G. (2021). *Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera*. Ubu Editora.
- Crary, J. (2014). *24/7 Capitalismo tardio e os fins do sono* (J. Toledo Jr., trad.). Cosacnaify.
- Han, Byung-Chul(2017). *Sociedade do cansaço* (E. P. Giachini, trad.). Vozes.
- Maturana, H. & Varela, F. (1977). *De máquinas e seres vivos: autopoiese – a organização do vivo* (J. A. Llorens, trad.). Artes Médicas.

Morin, E. (2020). *É hora de mudarmos de via, as lições do coronavírus* (I. C. Benedetti, trad.). Bertrand Brasil.

Paulinho da Viola (1970). Sinal fechado. *Foi um rio que passou na minha vida*. Odeon.

Revista Trip. *Até que o bug nos separe*. Post no Instagram de 20 out 2024, recuperado de <https://www.instagram.com/revistatrip/p/DBXRZhVON6V/>

Virilio, P. (1996). *A arte do motor* (P. R. Pires, trad.). Estação Liberdade.

–
Fábio Belo

fabiobelo76@gmail.com

Romildo do Rêgo Barros

romildorbarros@terra.com.br

Tereza Estarque

tereza@estarque.com.br

Correspondências

Espera, morte, poesia e sonho

Decio Gurfinkel¹

Celso Gutfreind²

Porto Alegre, 21 de julho de 2024.

Querido Decio,

É uma alegria conversar contigo por aqui. Mas é uma alegria que transcende a si mesma e chega a áreas menos nobres de um sentimento, por mais que temperadas por algum humor. Assim espero.

Conversar contigo, por aqui também, é avaliado como um sentimento de vingança, desses que toda psicanálise que se preze estimula expressar.

Vamos aos fatos externos e internos. Há pelo menos um ano trocamos mensagens, de forma um tanto peculiar. Já não são aquelas missivas de antigamente e que fazem tanta falta aos dias corridos de hoje. Falar sobre elas já talvez desse conta do tema ausência-presença, na medida em que foram substituídas por mensagens cada vez mais rápidas.

Trocamos áudios. Longos áudios em que falamos das nossas vidas, das vidas alheias e, sobretudo, da arte. Da escrita e das nossas escritas. Aí é que está... Qualquer sujeito atento ao ritmo identificará minhas prontas respostas

1. Decio Gurfinkel é psicanalista, doutor pelo Instituto de Psicologia da USP, e realizou seu pós-doutorado na PUC-SP. É membro do Departamento de Psicanálise e do Departamento de Psicossomática Psicanalítica do Instituto Sedes Sapientiae (São Paulo), e autor de diversos escritos e livros, tais como *Relações de objeto* (Blucher, 2017), *Adições: paixão e vício* (Casa do Psicólogo, 2011 e Artesã, 2022 – segunda edição), *Sonhar, dormir e psicanalisar: viagens ao informe* (Escuta, 2008), *Do sonho ao trauma: psicossoma e adições* (Casa do Psicólogo, 2001) e *A pulsão e seu objeto-droga: estudo psicanalítico sobre a toxicomania* (Vozes, 1996).

2. Celso Gutfreind é psicanalista e escritor, Membro Titular com funções didáticas da SBPdePA, doutor em psicologia e pós-doutor em psiquiatria da infância pela Universidade de Paris, autor de 50 livros, dentre poesias, crônicas, infanto-juvenis e psicanálise.

diante da necessidade de aguardarem, longamente, a maturação das tuas. Eu que me vire...

O que o Decio dirá desse artigo?

O que dirá desse poema?

Dessa canção?

Do filme?

E de suas férias?

Conseguiu concluir os textos inacabados que levou consigo?

Paciência, tempo, eu aguardo e, quando quase perco a esperança de saber do Decio, tão somente mitigada pelo esquecimento, ele me aparece com sua voz firme e cadenciada, dando conta de todas aquelas inquietações, e trazendo outras mais.

Pois quando nos puseram a conversar por aqui (muito obrigado!), fiquei pensando o quanto esses ritmos diversos de uma intersubjetividade podem estar naquilo que mais escrevemos.

Penso aqui no teu longo livro sobre as relações de objeto e no mais enxuto, de que também gosto tanto, sobre a metapsicologia dos sonhos, mas com teu estilo repleto de referências estéticas. São obras maturadas, sem pressa, de quem levou um tempo enorme para dizer aquilo, o mesmo tempo que exige do leitor. É o que me alivia: saber que não é pessoal e também demoras com a tua arte.

Quanto a mim, no miolo do que mais escrevo, há, sim, maturação por detrás, mas logo cede ao poema, esse jorro, como dizia Gastão Torres Filho; essa brevidade quando é lírico, dando conta da ausência e, especialmente, de uma ausência arcaica, primordial, próximo da música dos primeiros sons, do ritmo das primeiras interações.

Acho que estou montando duas hipóteses esquisitas. Uma, que o ritmo das nossas trocas fala bastante do que é presença e ausência. Outra é que os gêneros diversos a que mais nos dedicamos também o fazem.

E não imaginas o prazer que estou sentindo agora por saber que Magda Costa e equipe vão te pedir uma resposta pronta, e com prazo exíguo. Ao mesmo tempo, não podemos fugir da ambivalência, e temo que a pressa possa desfigurar teu sempre denso pensamento.

Sou capaz de solicitar que elas não venham com muita sede ao pote. Em se tratando de nós dois, talvez eu possa transmitir a elas a minha experiência.

Fraterno abraço!

Celso Gutfreind

São Paulo, 29 de julho de 2024.

Caríssimo Celso!

Que sorte termos recebido este estimulante e saboroso convite da **TRIEB** – a quem também agradeço. Pois, se já vínhamos tendo uma correspondência à nossa maneira, como você bem lembrou, por que não a fazer agora “em público”?

Afinal, como escritores, temos uma relação tão especial com este obscuro objeto do desejo que é o leitor potencial, a cenourinha que tanto nos move... Lembremos das perguntas de sempre: para que escrevemos? Para quem escrevemos? É porque desejamos nos comunicar e imaginamos um alvo (alvo, meta: um dos 4 atributos da *trieb*, segundo Freud), um destinatário para a nossa escrita; investimos em um ausente sonhado no momento em que escrevemos, alentando a esperança que ele venha a se fazer presente em um momento projetado no futuro. Quem sabe ele esteja se fazendo presente agora mesmo, enquanto nos lê nas páginas da *Revista TRIEB*? Doce esperança...

A ausência / presença movendo montanhas.

Temos, pois, agora, um terceiro entre nós!

Retomando o fio que você propôs como ponto de partida: as diferenças de ritmo. Assunto fundamental, que certamente está totalmente conectado com o tema ausência / presença. De fato, vivemos esta questão na carne das nossas trocas, e já conversamos sobre ela; creio que se não tivéssemos conseguido lidar minimamente com ela, não teríamos seguido em frente nas nossas conversas, o que seria para mim uma enorme perda. Ao ler tua carta, pensei que você tem sido para mim um amigo suficientemente bom, o que não é tão fácil de se encontrar. Pois você tolera e busca compreender, à sua maneira, este meu ritmo tão mais lento do que o teu, e consegue me conservar como um objeto vivo dentro de você, como diria Winnicott. Você compreende e brinca, e com humor (aliás, topo brincar de vingança...). Este objeto “Decio para o Celso” pode variar nos matizes afetivos, deixar lacunas e interrogações e até despertar desejos de vingança, mas sinto agora que permanece vivo e presente. Isto é, para mim, um alívio e uma benção – pois sei bem, pela minha experiência de vida, que compor com o meu ritmo não é fácil.

Uma fórmula: manter a chama acesa de um objeto vivo e presente na ausência, interessante e interessado.

Queria agora complementar as tuas hipóteses.

Os ritmos diversos correspondem a modos diferentes de ser, ou a características dos *selves* psicossomáticos de cada um de nós. Para mim, a dimensão corporal do *self* é fundamental: penso em todos os ritmos do corpo – o acordar e dormir, se alimentar, namorar e pausar, se atirar e se retirar etc. –, em um arco que vai do corporal ao psíquico (homenageando mais uma vez o nome da revista: **TRIEB** / pulsão). Mas habitamos um mundo, e temos o desafio constante de compor os ritmos do *self* com este “estar com” – e eis o grande desafio! Que mundo é este em que vivemos, por vezes tão impaciente, intolerante e implacável com os ritmos próprios de cada um? Assim, lembrando novamente o mestre Winnicott: necessitaríamos de um ambiente suficientemente bom para poder existir com o nosso *self* psicossomático, no seu próprio ritmo; mas até onde isto é factível, ou apenas uma utopia “infantil”? Não há respostas ou modelos que encerrem este desafio, apenas uma luta constante...

Daí o valor de um amigo suficientemente bom – seja em prosa, seja em verso.

Gosto de pensar o viver como um constante interjogo entre o “estar só” e o “estar com”; em ambos os casos, se trata de uma “capacidade” a ser desenvolvida e cultivada, e que envolve muito trabalho psíquico.

Bem, mas antes de terminar: não esqueçamos dos territórios mais sombrios. Há também ausências que dilaceram, que rompem e rasgam o coração, e que deixam marcas e feridas de extensão e repercussões de outra ordem, nos colocando à beira do abismo. Vou deixar estas para uma próxima carta.

Grande abraço, e que o retorno das férias nos deixe com ânimo e energia renovados para enfrentar as nossas obras inacabadas...

Decio.

Porto Alegre, 30 de julho de 2024.

Querido Decio,

Por um lado, estou com a alma lavada e devo à **TRIEB**, a quem mais uma vez eu agradeço, a reversão da expectativa de esperar um longo tempo pela tua réplica. E, agora, todas as metapsicologias me sustentam. Sinto-me reparado, representado, devaneado e até mesmo contido. E sabemos que, no caso de confluência delas, um conceito sólido pode estar vindo. Assim foi com a contra-transferência no século passado e, com a simbolização primária, recentemente. Por outro lado, estou aqui esgarçando a saúde do humor (de Freud e Quintana) e quase chegando à hipomania, de tanto trabalho que preciso dar a esse dispositivo, diante das questões profundas que naturalmente levantaste.

Não serei direto. Haverá este preâmbulo. Acho impressionante que, por aqui ou em nosso canal habitual de missiva, não dissemos para onde fomos nas férias. E olha que não somos europeus, desses que temem qualquer invasão à privacidade. Netos de imigrantes, mas já suficientemente latinos. E tu, mais do que ninguém, sabe o alcance de um suficientemente. Acho que tem aí mais um tanto da pertinência da ausência. Do que precisa faltar em um relato (o lugar das férias, por exemplo) para que a gente o imagine. Imaginei-te recluso, em uma praia paulistana, escrevendo de dia, e lendo à noite. Mas também fazendo alguma participação na biblioteca aberta da Tavistock.

Sinto um prazer imenso nesta troca. A carta pode ter sido o gênero literário que eu mais li ao longo da vida. Não os romances epistolares, que não são muitos, mas as correspondências em si, entre os grandes autores. Acho que Drummond não seria Drummond sem as cartas de Mário de Andrade que se dedicou a salvar Sabino da frivolidade, justamente graças às suas cartas. Passei anos lendo as cartas do Mário e acho que aprendi com essa prosa íntima tanto quanto com os poetas. Imagino agora o quanto a psicanálise teria perdido de sua metapsicologia sem Fliess e as cartas. Freud teria avançado tanto em seus-nossos conceitos se o seu canal inicial fosse o Twitter para qualquer um e ninguém?

Acho que eu tinha nesses grandes correspondentes a parte maior do meu ego ideal. Inatingível como sempre, mas identificado em caminhos possíveis, pelos quais troquei cartas com muita gente. Confesso a ti que fui um chato, mas arranquei de Gullar, certa vez, um bilhete. Eu o perdi em uma mudança e essa ausência é uma de minhas maiores presenças. Mas hoje não escrevemos mais cartas. Meu último correspondente foi o poeta alagoano Fernando Fiúza e já faz um par

de anos que só nos mandamos coisas no Messenger. Por isso, considero sagrado o espaço largo que abrimos, por lá e aqui, com a *Trieb* dando-nos oportunidade e um belo exemplo. E, como bem disseste, cavando espaços para manter acesa a esperança de alcançar um leitor, este outro sagrado para quem escreve.

Mas falavas do ritmo e da falta (da falta) e tua carta me encontrou de férias, nos Estados Unidos (chega dessa ausência), onde sofro uma espécie de *Unheimlich*. Por aqui não há ninguém para receber a minha conta na Target, onde vou comprar coisas gerais, bem como nas casas de alimentação de Berkeley. Quando estou com os mais jovens, ok, mas, quando estou sozinho, não consigo mais pedir nem um café. Dia desses, tentei um lugar francês, onde tocava uma música marroquina. Achei que tinha encomendado um croissant e me alcançaram um muffin. O café estou esperando até hoje. Confesso que venho dando um jeito (Freud) de aceitar a realidade. E, assim como Bandeira aprendia diariamente com o aeroporto as lições de partir, tomo com os jovens uma lição cotidiana de poder estar sozinho entre máquinas para galgar os serviços de que precisamos para escalar o dia. Ainda ontem, consegui jantar comigo mesmo, sem recorrer aos serviços dos universitários.

Mas há um trecho da tua carta apressada pela **TRIEB** que me deu o que pensar. Tu sempre me dás o que pensar, Decio, e o largo tempo da ausência de tua resposta me bota a imaginar a tua próxima presença. Acho que isso está nas metapsicologias do desenvolvimento, não é mesmo? Acho que já te disse o quanto os teus livros, repletos de referências literárias (*a la* Freud) andam me reconciliando com a metapsicologia.

O trecho: “Que mundo é este em que vivemos, por vezes tão impaciente, intolerante e implacável com os ritmos próprios de cada um?”

Ficou ecoando por aqui como o olho do furacão da pior das *triebs* (não essa de excelência que nos reúne) de uma contemporaneidade ainda mais tática que anda tornando o planeta inabitável (obrigado pela empatia, durante as enchentes, aqui no Sul). Sim, não respeitamos os ritmos uns dos outros e já não consideramos a Terra um outro, senão a extensão narcisista de nós mesmos, onde não há espaço para a espera, para o ritmo, para a ausência, essa véspera de uma presença, desde que a gente possa esperar e construir essa batida, esse tempo entre uma subjetividade e outra, motor natural da construção e da continuidade. Será que não continuaremos por falta de suportar o ritmo alheio, logo a ausência?

Andei te contando um bocado do *Elogio ao começo*, este pequeno ensaio que acabo de compor nas férias. Há nele um momento em que eu paro

de chamar a análise de “*talking cure*”. Não que ela não seja, não porque eu provocasse os grandes que assim a fizeram para nós, mas porque ali, revisando a intersubjetividade nascente no bebê, eu a chamava de “*silence cure*” e de “*poetic cure*”, considerando a importância de tudo o que não se disse e esteve ausente, semente silenciosa em processo de maturação até que a presença – e a presença da palavra – pudessem chegar para ganhar os louros de uma vitória construída, muito antes delas.

Lembra da página que te fotografei e enviei durante a escrita? Eu utilizava a tua referência, nos estudos das relações de objeto, com a expressão “perspectiva intersubjetivista”. Mantenho a importância do conteúdo, mas estou aqui pensando no quanto a forma de nossa troca, respeitando ritmos, estava mais ainda no cerne dos novos apelidos que eu dava à tal de cura. Estou pensando na ausência que me concedeste, através do largo tempo de silêncio, e a poesia da pausa que vem com isso. Fizeste-me pensar que, se o for, o mundo será salvo por conversas respeitando empaticamente os diferentes ritmos. *Talking saving*.

Sei que estou me alongando, à guisa talvez de adiar a ausência, mas não posso encerrar antes de mencionar a música, este auge do ritmo que ouves e tocas. Então, ouvi por dentro “Vila Esperança”, do teu conterrâneo Adoniran Barbosa, com aquela imagem ritmada da saudade que ele sentia de um fevereiro com o seu amor primeiro. Ele não o dava como o materno, mas nós, analistas, costumamos dar. Convém, então, lembrar que, seja qual for o amor, materno, primeiro, terceiro, ele também é feito de ausências e todos os outros serão. Não costumamos dizer que o bebê investe no objeto ainda durante a sua ausência?

Mas você falava dos territórios mais sombrios da ausência como estrelas (Leminski) na beira do abismo (Décio). Adiavas esse tema para a próxima carta, salvaguardando (Sherazade) a nossa conversa infinita (Blanchot) e, graças a **TRIEB**, com data marcada para continuar e, infelizmente, para terminar, porque a mesma ausência que nos alimenta, aponta para o dia de uma ausência final, ausência das ausências, aquela irrepresentável.

Socorre-me agora o humor, eu aqui me imaginando o Rilke a esperar algum consolo freudiano (ou winnicottiano) para a transitoriedade.

Com a certeza de que merecias um Rilke melhor do que esse, com um fraterno abraço,

Celso.

São Paulo, 06 de agosto de 2024.

Amigo Rilke:

Gostaria de falar muitas coisas pra você: contar, compartilhar, responder, perguntar, brincar... talvez em uma caminhada pelos campos floridos, quem sabe? Vejo-me muito estimulado pela nossa Correspondência, torcendo para que a Equipe e os leitores da *TRIEB* apreciem também nossas trocas.

Você imaginou bem minhas férias: estive mesmo no litoral paulista, em uma praia muito especial para mim: Toque-Toque Pequeno, no município de São Sebastião, litoral norte do Estado. Especial por vários motivos, mas o principal é por eu ter morado lá durante a pandemia, e ter vivido o sonho de morar e trabalhar na praia. É uma praia linda e pequena, poucas ruas e uma pequena comunidade local (ainda com pescadores, escola pública, pequena praça), um único bar pé na areia, dois restaurantes – um deles delicioso, com música de primeira qualidade –, um pequeno supermercado na pista e, é claro, os condomínios luxuosos “invadindo” e comprando nossas belas praias... Mas o pôr do sol – o pôr do sol! Lá o sol se esconde no mar, fato raro em nosso litoral, e é deslumbrante! Você acredita que neste julho fiquei esperando por ele por 20 dias, e ele só deu o ar da graça em três dias? Chuva, frio, tempo nublado... Definitivamente, a Terra dos Sonhos não é um parque de diversões; ela nos envolve, atrai e trai, arrebatada, angustia e prega muitas peças...

Lembrei, então, como desde a adolescência e juventude eu tinha uma série de sonhos com uma praia imaginária muito especial, isolada e maravilhosa (talvez ecos daquelas aventuras míticas de nossa geração desbravando as praias do nordeste, a partir do final da década de 1970: Canoa Quebrada sendo acessada apenas por escaladas nas dunas ou burricos, dormindo nas casas de pescadores e fazendo cocô ao ar livre nos cocos; algo parecido também com Arraial da Ajuda e Trancoso, acessível apenas pela praia etc...). Com o tempo, estes sonhos foram se transformando, e esta praia foi sendo mais habitada – mas eu não cessava de ali me deliciar. Depois, eles foram minguando. Mas, nestes dias, sonhei com um gigantesco caminhão que chegava na praia, gerando um susto; que invasão! De fato, minha praia de sonho já não era mais a mesma! Eis o planeta inabitável que você evoca, explorado e espoliado como no tempo da escravidão, sem noção sobre o valor do sangue dos outros (Simone de Beauvoir) e da sustentabilidade. A transitoriedade, este mundo louco... O caminhão, no entanto, trazia em sua carroceria um enorme trem que... pasme... era um Trem

Azul! Acho que os mineiros do Clube da Esquina – daquele estado tão rico em música e montanhas, mas sem litoral – vieram para nos vingar, revelando a Ponta de Areia, que ligava Minas ao mar...

Voltar para Toque-Toque foi movido por saudade e nostalgia, aposta de risco que bem pode nos levar a um fiasco; mas lá nesta Pasárgada reencontrei algo que me reabasteceu de sentido. E, de fato, fiquei mais recolhido, lendo e passeando, e até trabalhando um pouco nas minhas produções (especialmente em um site que estou construindo); mas também me divertindo com pessoas queridas.

Vejo que você me convida a um jogo de papéis: você o poeta, eu o metapsicológico. Vamos brincar disto, então. Na praia, após receber tua primeira carta, estava conversando com uma amiga que lá estava conosco e soube que ela havia trazido teu livro *Mais relato menos metapsicologia*; ela leu alguns trechos, e se sentia muito identificada com tais proposições. Eu ainda pretendo lê-lo com a devida atenção. Acho que você muito contribui para desmistificar e desglamourizar os poderes da bruxa, e para desmascarar os que se afirmam por uma erudição psicanalítica estéril e dissociada. Mas tenho uma pergunta: será que não há aqui também uma paixão secreta?

Para mim, metapsicologia é experiência psicanalítica.

Voltemos, pois, à bruxa. O tempo de espera é o tempo do processamento, o tempo do pensar – um parar para pensar – entre a emergência de uma questão e seu encaminhamento, tempo-espaco potencial no qual são engendrados um projeto e um plano de ação. Por exemplo, o tempo necessário para se responder a uma carta. Por quanto tempo ela ficou ecoando em algum lugar, em silêncio, sendo digerida, pensada, sonhada? Qual é o momento apropriado para se abrir as comportas e sentar diante do teclado, deixando fluir o pensamento e as palavras – como agora o faço? O tempo e o ritmo do *self* psicossomático, teimando em existir neste mundo louco. Para encontrar a resposta justa, uma latência entre a concepção e a realização se faz necessária; penso que o modelo do sono-sonho aqui é muito apropriado. E a confiança na sabedoria inconsciente é um ingrediente fundamental. Em minhas andanças, encontrei um artigo primoroso de Masud Khan que fala disto – “*On lying fallow*”: deixar a terra descansar – e escrevi sobre o assunto no artigo “Espera, esperança e sonho: deixar a terra descansar”, publicado na Revista Brasileira de Psicanálise.

Sonhar uma carta, para enfim e só então fazer sua nova carta-jogada (nas férias, aliás, jogamos um pouco de cartas, brincadeira de velho; optamos por jogar “Orifício”, e não “Buraco”, só para variar um pouco...). Uma nova jogada, uma cartada? Não gosto muito de pensar assim. A “cartada” pode ser um lance

de inteligência e habilidade que busca o domínio e o controle sobre o outro e a realidade, movida pelo desejo de vencer e de ganhar. Quando jogo Orificio, perco na maioria das vezes, pois sou um pouco desatento e pouco apaixonado pelo pódio (não sou afeito e feito para Olimpíadas, apesar do seu significado histórico, universalista e simbólico ser tão interessante). Meu jogo é mais lúdico, e menos hábil (lembrando aqui o título do teu livro). Cansei de exercícios de inteligência, e não vejo esta como um mérito pessoal; eu a vejo como um instrumento de que fui dotado e que me coloca um desafio e uma responsabilidade: qual o melhor uso que devo dela fazer?

Tenho bastante convicção de que somos todos perdedores.

Você fala dos jovens e das máquinas, e deste novo mundo que não nos é afável. Como já tivemos oportunidade de conversar, vejo e sinto o envelhecimento como um grande e difícil desafio, que muito me mobiliza nestes 60 anos que hoje tenho. Tive a oportunidade de compartilhar com você também um artigo sobre isto (“Envelhecimento: corpo, tempo e elaboração imaginativa”), que em breve será publicado também na Revista Brasileira de Psicanálise. Empréstimo esta feliz expressão cunhada por Manoel Berlinck – “envelhecimento”, que é pensada por ele em paralelo à adolescência –, com o intuito de apontar para o grande trabalho psíquico – do Eu e do *Self* – que está aqui implicado, e que é mais ou menos enfrentado ou eludido por cada um de nós que envelhecemos.

Acho que vale a pena seguirmos construindo esta “metapsicologia da transitoriedade”... E na companhia de Freud e de Rilke; nada mal, hein?

Bem, parece que a zona sombria da “ausência final” – como você bem a nomeou – ficou para uma próxima. De novo Sherazade com suas artimanhas. Queria mesmo te falar mais do impacto da morte recente do Fernando Rocha – amigo da SBPRJ –, de algumas perdas difíceis que tive nos últimos 12 anos (sendo uma especialmente arrebatadora), e de uma experiência recente de participar de uma homenagem a Orestes Forlenza, meu ex-analista também recém falecido, e que trouxe uma cascata de lembranças, dores e elaborações. Espero a chegada deste tempo. E, pensando que talvez já esteja abusando da extensão desta carta, guardo para a próxima também um outro tema que gostaria de compartilhar com você: a questão dos usos e abusos.

Que sejamos capazes de apreciar as flores enquanto elas não murcharem.

Grande abraço!

Decio.

Porto Alegre, 07 de agosto de 2024.

Querido Decio,

Que poema prosaicamente disfarçado a tua carta...

Ela me fez pensar no que eu já desconfiava: és um poeta trajado de metapsicólogo, daí eu gostar tanto de ler a tua metapsicologia, assim como gosto do Freud mais poético (boa parte dele) e de praticamente todo o Winnicott, o Bion (a matemática ali é puro disfarce) e o Ferenczi.

Mas acho que me deste uma alfinetada na questão da bruxa, a mesma que levei, faz décadas, do meu amigo Alberto. Eu vivia falando mal da Liana, uma colega em comum, até que num recreio ele veio me dizer que eu falava mal da Liana só para disfarçar o quanto estava apaixonado por ela.

Bingo deste precursor do analista de Bagé que – desperdício – se tornou um engenheiro, com especialização na utilização da madeira, em Lausanne, vai ver pela experiência com o amigo cara de pau.

Sim, vocês estão terrivelmente certos, amo a bruxa que leio, releio e de que me valho para cada encontro cotidiano em busca de alguma transcendência (cura). Mas há senões, como em tudo, e o que tentei dizer no *Mais relato menos metapsicologia*, o livro de que fala a tua amiga (ah, então é dela o único exemplar vendido – risos), ou seja, que com frequência nos escondemos atrás da teoria e nos valem dela para nos proteger da experiência (Bion), o que se torna fatal para alguma transformação da dupla, e tentei ali reunir algumas leituras que o justificassem; afinal, como dizer sem palavras que uma imagem vale por mil palavras?

Ainda penso no assunto e, já que estamos pretensiosamente entre metapsicólogos poetas, deixa eu te mostrar um texto que andei escrevendo sobre o abuso da teoria a que aludes com propriedade através da expressão “uma psicanálise estéril e dissociada”, e que hoje diz mais do que aquele livrinho inteiro:

A teoria está correta
mas quem a carrega
é uma pessoa
escondida
alma
na carne
recolhida,

em detrimento de outra
 pessoa que leva a teoria
 discutível,
 mas está ali – pessoa –
 entre choro, riso, erro
 e disposta
 às faíscas
 das vidas

Adorei saber das tuas férias calmamente faiscantes e descobrir a nossa ancestralidade em comum com praias como Canoa Quebrada, Arraial da Ajuda, Trancoso etc. Aos poucos, as ausências vão ganhando sentidos ficcionalmente reais sobre a vida que poderia ter sido e foi. Mais tarde, em tua carta e na minha, usarás a adolescência como protótipo da velhice, assim como a utilizamos, hoje, como protótipo para os bebês, daí serem tão fundantes aquelas praias que desbravávamos no final dos 1970, começo dos 1980, quando éramos adolescentes.

Tuas observações sobre o gênero carta são supimpas e evocam em mim a análise, assim como eles – análise, carta –, candidatam-se a últimos guardiões de uma conversa necessária e hoje abolida por – nosso tema – não suportar a ausência: ali dizes bem o quanto precisa escrever, selar, postar, enviar e o outro que espere, produto raro em nossa sociedade compulsiva-narcisista-aditiva (tua especialidade). Vai ver uma análise tem aí um de seus carros-chefes ao resgatar a importância da espera em uma conversa, o que supõe (na carta) ler, o que supõe (na análise) esperar para processar e rebater ou, melhor dizendo, elaborar. Lembro aqui o quanto Melanie Klein, injustamente acusada de ser bageense, deixava claro o quanto uma interpretação precisava esperar para ser proferida, assim como você esperou vinte dias para ver o pôr do sol em Toque-Toque. Hoje essa espera estaria borrifada de encontro, de vivências que resgatam a sonoridade do princípio que não poderia ser interpretado e aí só com música (a música da interpretação, de Wallerstein), como a do Clube da Esquina.

Achei meio estranho o parágrafo anterior, mas pouco importa. Estou brincando e agora, convidado por ti, sou Rilke. Ando, aliás, um pouco cansado, te confesso, das noites intermináveis de colóquios carnavais com a Lou, uma mulher realmente a frente de seu tempo. Hoje posso te dizer que ela me ensinou tudo o que sei fazer com o meu corpo e isso me torna menos depressivo, algo que Freud não me proporcionaria só com a sua *talking cure*. Imagina se a Lou não existisse... Câmbio desligo.

E – Celso aqui – foi muito bem você ter me chamado para brincar alçando a brincadeira ao topo dessa carta. Ela também está no topo da psicanálise, com o Freud dos escritores criativos e devaneios, na primeira década do século passado, quando nos comparou com a criança que brinca e, pouco mais de uma década depois, fazendo aquelas confidências do carretel de seu neto. Acho apropriada a evocação, porque já não pode haver análise (nem vida) sem brincadeira e (Freud) brincamos (o tema aqui proposto) para suportar a ausência e talvez nada mais.

Falando nisso e naquilo, tocou-me profundamente teu relato sobre as perdas de teu amigo Fernando Rocha e Orestes Forlenza, teu ex-analista, assim como todas as outras em tuas entrelinhas. Igualmente aos 60 anos, sem contar essas dores espalhadas em um corpo suficientemente sedentário de quem trabalha sentado e escutando fogos verbais, avulta já essa dor maior de todos aqueles que perdemos. No meu caso, neste caso, entre tantas perdas, incluindo as por enquanto inomináveis, só brincando, ou seja, escrevendo como tentei expressar neste dístico:

Já há cenas em que
 só eu sobrevivi,

evocando essas reminiscências que, conforme o Paul Auster (outra perda) vão aumentando, já depois dos cinquenta, fazendo-me lembrar de cenas em que, fora delas, já não estão mais acessíveis por aqui gente fundamental como Victor Guerra, Salvador Célia, Odon Cavalcanti e Júlio Campos, igualmente meu ex-analista, autor de máximas e mínimas que ainda me sustentam.

Resta-me-nos sonhar com eles-elas (“A tua ausência não finda:/ o que os olhos não veem/ o coração sente ainda”), o que colocas, com conhecimento de causa (vide teu livro inteiro consagrado ao sonho), como o grande protótipo de lidar com o que o desejo não conseguiu manter presente (nada, tudo), sem contar o sentimento de culpa e o evento de ambivalência, presentes nesses casos. Viver não é fácil; sobreviver, idem.

Vou procurar o teu artigo “Espera, esperança e sonho: deixar a terra descansar”, que ainda não li, ao contrário do “Envelhecimento: corpo, tempo e elaboração imaginativa”, que recomendo vivamente a quem está nos lendo. Aliás, seu Decio (volta o Rilke), o Senhor é extremamente imaginativo para títulos e nada deve a Kafka, neste quesito. Quanto a mim, nem Lou apreciou o meu “Elegias de Duíno”, achando-o óbvio na referência ao castelo onde as fiz. Pois

é, aqui estamos, homens e mulheres sempre reclamando da ausência e da falta presente em nossos encontros.

Falando em títulos, estou me perguntando se Toque-Toque existe mesmo ou é uma invenção brincante sua para o nome dessa praia que voltou a te acolher nas tuas férias. Às vezes acho que sim (como um nome desses resistiria ao tempo?); às vezes acho que não, quando lembro da nota inicial do Brejo das Almas, de Drummond, sobre o mesmo tema do progresso chegando e aniquilando a inocência de todos os nomes. Ele, poeta, manteve o nome, assim como nós poetas e analistas lutamos para a representação de um verbo que o trauma do progresso deseja aniquilar.

Sobre o tema adiado que propões, de usos e abusos, pergunto-me se terei tempo para alguma réplica. Pelos meus cálculos, acho que não, já que devo estar em minha derradeira carta. Por isso, por força das circunstâncias, eu volto a ser Rilke e expressar todo o meu protesto depressivo e melancólico pelo final de nosso encontro “*trieb*”. Sei que Freud aguardará para me dizer alguma coisa inteligente, mas prefiro pensar no que farei com Lou, mais tarde, sob os lençóis da estalagem, isso se a fila já não tiver andado, o que não seria nada *Unheimlich*, em se tratando de Lou.

Grande abraço,
Celso.

São Paulo, 12 de agosto de 2024.

Querido Celso,

A tua última carta – a última! – foi estonteante.

Estonteante pela profusão de imagens e fios de pensamento. Lembrei-me dos versos de Goethe (de *Fausto*) citados por Freud, referindo-se à nossa “fábrica de pensamentos” que “Qual máquina de tecimento / Em um só piso já mil fios move”. Há uma profusão no conteúdo, e uma inventividade na forma – uma carta em verso e em prosa. Alguns dos elementos que ficaram ressoando: o “poeta trajado de metapsicólogo”, a “imagem que vale por mil palavras” (seria uma referência a Goethe / Freud?), “a teoria, quem carrega é uma pessoa!”, aquelas praias que nos são “tão fundantes”, “a espera borrifada de encontros sonoros”, a solidão do “único sobrevivente de certas cenas”, o “progresso aniquilando a inocência de todos os nomes” e... os “colóquios carnavais” com Lou. Nestes últimos, senti o retorno da alfinetada: Freud aqui chupando o dedo diante das insinuações do que se passa sob os lençóis da estalagem – eis aí a vingança anunciada na tua primeira carta!

Meu amigo Alberto, velho amigo de infância, agora é a minha vez de entregar-me, e me confessar apaixonado – apaixonado pela tua poesia! A tua carta é uma alfinetada poética, e estonteou o metapsicólogo: a riqueza de ideias e o poder evocativo da carta é enorme. Aliás, procurando Wally, achei Alberto no conto “Liana livro”, do teu livro de contos infanto-juvenis *Grilos*, que fala justamente destas nossas adolescências. Coloco o leitor da *TRIEB* a par da conversa: neste conto, João (seria Celso?) está apaixonado por Liana, que lhe dá um fora e lhe diz: “vai te enxergar!”. Liana fica com Alberto (achei Wally!), e João, arrasado, descobre um novo caminho: começa a escrever uma história! Nela, João se enxerga com “olhos alegres, dentes retos, nenhuma sarda, nenhum medo”, e Liana aceita dançar com ele; não é justamente assim que Freud nos descreve os sonhos infantis: curtos, simples e sem disfarce, nada mais do que a franca e transparente realização de desejos? Bem, e como já poderíamos prever, a história de João – suas histórias e escritos – continuou, e continua! Outra e outra história, outra e outra Liana, no tapete mágico com João / Celso, acima de qualquer engarrafamento. Ah, Rilke e sua Lou...

João, Alberto e Liana; Rilke, Freud e Lou – voltamos para nosso velho conhecido triângulo edipiano, transferido no atual para a nossa relação triangular com a estimada Revista *TRIEB*. Vejamos qual de nós dois ela irá preferir!!

Vejo-me aqui, também, reencontrando nosso admirado e saudoso Paul Auster (cuja morte também muito me tocou): estamos, com João / Celso, igualmente em uma “história dentro da história”. E vai aqui mais uma vinheta pessoal: eu era tão “transferido” com P. Auster que cheguei a ter uma fantasia de tê-lo como analista (acho que, de uma certa maneira, ele em parte o foi); ao finalmente encontrá-lo “de verdade” e “pessoalmente” em Paraty, na fila de autógrafos da FLIP (após tê-lo assistido em mesa-redonda com Chico Buarque, sentado no chão, no gargarejo, a alguns metros de distância), eu estava mais nervoso do que o João diante de Liana e, gaguejando, mal consegui falar... Ah, os nossos sonhos, nossas fantasias, nosso infantil – e a literatura: com sua presença / ausência, movem montanhas!

Mas... bem, mas... justamente a partir de uma espécie de “efeito contra-transferencial”, fiquei pensando: um uso estonteante de imagens e pensamentos não poderia se tornar, em algumas circunstâncias, uma espécie de *abuso*? Um jogo ilusionista! O abuso de um “fazedor de sonhos”, conforme nos descreveu Pontalis na esteira do “fantasiar” descrito por Winnicott: um beco sem saída, uma atividade imaginativa ruminava, fechada em si mesma – a lacuna de um verdadeiro espaço potencial. Como distinguir o verdadeiro sonhar do fantasiar, como separar o joio do trigo? Você vem nos lembrando do abuso da teoria; haveria que se considerar também seu contraponto, o abuso da poesia?

Sobre as perdas e ausências sem retorno, e seus restos.

Eu recebi o convite para esta Correspondência, feito por Magda, quando havia acabado de saber da morte de Fernando Rocha. A coincidência de se tratar de alguém da mesma instituição (SBPRJ) me tocou. Conheci Fernando em 1997, quando estivemos juntos em mesa-redonda de Simpósio de Psicossomática do Sedes, e desde então seguimos em uma amizade muito significativa para mim. A música – e sua interface com a psicanálise – sempre nos uniu, e sua generosidade e temperamento receptivo sempre me sensibilizaram. Adorávamos conversar sobre suas experiências com Pontalis, outro mestre e figura de transferência marcante para mim. Nos anos que vivi na ponte aérea, ele foi também uma espécie de pai simbólico. Como tamanha capacidade de encantar e bem viver pode se desfazer? Conversando com amigos e pessoas próximas a ele – inclusive sua querida companheira de vida – percebi como, em relação à sua morte, predomina aquela impressão doce-azedada de uma vida, afinal, bem vivida, e de uma morte, afinal, bem morrida (sem uma agonia se prolongando *ad infinitum*, em uma situação incapacitante). Talvez, um bom modelo para um bom final – o que não é pouca coisa. Ficamos com lindos registros de sua voz penetrante, romântica e expressiva.

Esta conjunção dos astros me tocou, mas foi também reforçada pela conexão que se estabeleceu com a experiência também recente com a morte de Orestes – ambos analistas veteranos, octogenários, e respeitados em seus respectivos ambientes psicanalíticos. Mas a história com Orestes tem tonalidades mais delicadas e difíceis, que instaurou uma ausência mais desafiadora – incluindo-se aqui, provavelmente, a culpa e a ambivalência a que você alude. Eu estava há sete anos em análise com ele (uma reanálise, depois de outras experiências analíticas anteriores), com quatro sessões por semana e, na segunda-feira da última semana antes das férias de verão de 2016/17, ele iniciou a sessão me dizendo: “eu te falei que vou sair de férias?”. Eu estranhei, pois estava já bem informado, e respondi que sim; na terça-feira, na quarta e na quinta ele iniciou a sessão com a mesma pergunta. Foi um choque, e um desafio que levei para aquelas férias: ter que enxergar, assimilar, digerir e me ressituar diante do fato de meu analista estar doente, com alguma demência. Naquela época, eu estava bastante “transferido” e tomado por angústias e desafios pessoais, e não “contava com esta”. As semanas seguintes foram invadidas pelo trabalho difícil e doloroso de ter que me separar à força dele, protegendo-se do pior e buscando sobreviver.

Em junho fiquei sabendo de sua morte e, após ir à missa de sétimo dia (e por uma série de circunstâncias), fui convidado a participar de uma mesa-redonda – mais uma! – em homenagem a ele. Inicialmente pensei em recusar – o que teria eu a falar sobre ele? Dele nada sei, *eu* é que falava, e ele apenas me escutava! Mas, com os dias, uma torrente de lembranças, impressões fragmentadas e reelaborações foram acontecendo, e me senti apto, motivado e “tendo o que dizer”. Dentre diversas coisas, relatei minhas experiências com ele desde o início até esta partida brusca, e algumas reflexões emergiram. Percebi como, talvez pela primeira vez, tive que exercitar realmente “sozinho” um trabalho de separação exigente, contando apenas com minha solidão essencial. Curiosa ironia do destino: acompanhado por ele, vivi duas separações muito significativas da minha vida – a primeira delas, a de um casamento de 30 anos –, e que geraram perdas / ausências importantes; vendo à distância, creio que o procurei, principalmente, para construir ou fortalecer a “capacidade de (me) separar”. Difícil negar que o exercício da separação do Orestes, traumática como foi, deixou sequelas; mas também percebi que, além de ter sobrevivido, eu já estava suficientemente apto para sobreviver. Este “fim de análise” serviu de modelo para algumas outras três separações que vieram depois, uma delas incomparavelmente mais violenta e traumática, com a qual estou às voltas mais recentemente; creio que, hoje, posso reconhecer que, para fazer frente a estes desafios, já trago al-

gum recurso e alguma bagagem comigo que têm me habilitado a enfrentá-las. Recursos e bagagem vindos de onde? Produzidos / construídos / conquistados como e quando? Impossível determinar.

Acho que fui aprendendo que não existe mesmo *happy end*, e que o caminho de uma vida não é uma ascendência em linha reta e certa rumo a uma apoteose. Muitas novas questões. Lembrei também de uma frase de Pontalis: “toda análise é uma decepção” – acho que hoje a compreendo melhor. E ainda: o que é o fim de uma análise? O que é uma análise bem-sucedida? O que é uma análise suficientemente boa? Acho que pude enxergar um pouco melhor minha mágoa e decepção com Orestes, mas pude também ver com muito mais clareza alguns frutos (quem os plantou? de onde vieram?): sem perceber, pouco a pouco, me sinto realmente reconciliado e próximo a meus pais – sempre fui um filho rebelde! –, e com alguma boa dose de confiança na sabedoria inconsciente que me habita.

Eu havia lido recentemente o livro *Em agosto nos vemos*, de García Márquez, publicado postumamente, e compartilhei no evento o testemunho tocante de seus dois filhos no prefácio do livro. Gabo estava perdendo a memória e sofrendo muito com isto, e pediu que destruíssem o livro – “este livro não presta”, disse; “a memória é, ao mesmo tempo, minha matéria-prima e minha ferramenta. Sem ela, não existe nada”. Pergunta: isto se aplicaria também ao psicanalista, assim como ao escritor? Os filhos, no entanto, não destruíram o livro; e, *a posteriori*, perceberam que ali estava toda a marca e a riqueza dos escritos do pai, apesar de algumas imperfeições, e, traíndo o próprio pai, resolveram publicá-lo. E, de fato, o livro é encantador. Fiquei, então, me perguntando: enquanto Orestes perdia a memória – e isto já vinha de um bom tempo, eu já “percebia”, mas não queria crer – ele “não estava mais lá”? Eis mais uma hipótese para nós seguirmos investigando: talvez – e isto pode ser pensado em várias demências – o Eu estivesse se desfazendo, mas o seu *Self* psicanalítico ainda estava lá!

Nesta mesa-redonda, ao lado de seu filho psiquiatra, de muitos colegas e irmãos de divã e de sua família, descobri, na sua ausência, um Orestes presente em mim mais do que nunca. E acho que pude compreender o que ele estava tentando me dizer naqueles últimos dias, com tanta insistência – “te falei que vou sair de férias?”: ele queria me avisar que estava de partida, para uma viagem longa e sem volta. Bem, e ao contrário do que teu dístico prenuncia para muitas situações, nesta “cena” da mesa-redonda, por felicidade minha, eu não era o único sobrevivente, e já não estava tão sozinho; tive a oportunidade e o privilégio de poder compartilhar, recordar, repetir e elaborar...

Uau! Vi agora que já abusei bastante do número de caracteres, e não poderei falar mais do tema anunciado dos “usos e abusos” – apesar de já estarmos falando nele, de alguma forma. Sinteticamente: queria te falar da “arte de usar a vida” como um modelo para a transitoriedade; fica pra próxima.

Mas não dá pra terminar sem mais uma última história, que lembrei a partir da tua dúvida sobre a existência da Praia de Toque-Toque. Trata-se de uma cena antológica – lembrança infantil – de *O assassinato do comendador*, de Murakami. Nela, o personagem, quando menino, está com sua adorada irmã menor explorando uma caverna no Monte Fugi, e ela, muito atirada, entra em um túnel bastante estreito – o que o deixa apavorado, temendo que não voltasse. Mas ela retorna – e exultante! –, dizendo que lá no fundo da caverna viu o sorriso do gato da Alice e seu coelho, e anuncia sua descoberta: “O coelho existe mesmo!”. Esta irmã irá morrer ainda menina, e se tornará para ele a personificação de uma “determinação otimista” diante dos desafios da vida. Pois é, meu caro Celso (Rilke, João, Freud, Alberto – papéis por entre os quais transitamos): Toque-Toque existe mesmo!

Fiquei com a função de fechar as cortinas, de apagar as luzes. Encerro então agradecendo aos parceiros desta Correspondência pela oportunidade e pela interlocução: Celso, Equipe da *TRIEB* e potenciais leitores que porventura venham a nós se juntar.

Grande abraço!
Decio.

Porto Alegre, 13 de agosto de 2024.

Querido Decio,

Mesmo com o pique poético na metapsicologia, achei essa a mais pessoal das tuas cartas, com imagens coruscantes, incluindo aquela engraçada de Freud chupando o dedo diante de Rilke e Lou: até tu, Freud? Sim, até ele, e apreciei a aproximação que propões entre o conto e o sonho e supomos o quanto a chegada a eles pode ser decisiva nos destinos de uma vida e de uma análise.

Falando nisso, tocante aqui teu sonho de ter como analista o nosso Paul Auster. Levou-me a pensar novamente o quanto meus primeiros analistas foram de fato os poetas, e de um poema que escrevi e já não consigo encontrar, mas que era uma paródia daquele Manuel Bandeira dizendo que o seu porquinho da Índia foi a sua primeira namorada. No tal poema, eu dizia que o Bandeira foi o meu primeiro analista e acredito contigo que analisar-se é penetrar nas trilhas que foram abertas pelos artistas das nossas vidas, a começar com a mãe, essa poeta, e não só por ter sido a primeira.

Depois imaginei que poderíamos ser inimigos do fim, opositores do enquadre, adversários da castração e continuarmos escrevendo para além da revista e, até quem sabe, chegarmos a um voluminho que parasse em pé com nossas cartas. Vaidade, sim, vaidade, como disse o Eclesiastes, mas também com a possível contribuição de dois psicanalistas expressando as suas pessoas, essas que no fundo são seus instrumentos de trabalho, mas pouco aparecem nas publicações da área.

Entre a profusão de assuntos pertinentes que trazes, avulta para mim essa ideia estranha da poesia como um abuso, tal qual a metapsicologia. Acho outra alfinetada densa que pode dar o que falar. Ou escrever. Por um lado, nunca havia pensado na poesia como um abuso e sempre como uma sublimação, ou o melhor destino dessas *triebs*. O melhor de nós, enfim, a saúde possível. Ao mesmo tempo, faz muito sentido essa tua ideia, no sentido de que volta e meia essa poesia pode servir para a retirada de uma vida em si como o destino de um encontro em carne e osso e alma, agora desviado para essas pulsões. Ou por elas. Das retiradas, talvez, a menor, mas ainda assim retirada, e que me faz lembrar um diálogo entre os escritores Philip Roth e Saul Bellow. O primeiro perguntava ao segundo por que tantos artistas eram bêbados e suicidas, se a arte servia justamente para salvar. Bellow pensou um pouco e respondeu que a arte servia mesmo para salvar, mas ela também tinha lacunas.

Pois é: estamos na lacuna e a ideia da poesia como um abuso pode fazer outro sentido quando nos defendemos nela em demasia para evitar uma parte da vida. Já andei escrevendo sobre isso a propósito de Emily Dickinson, essa extraordinária poeta que nunca saiu de seu quarto em Massachussets, mas poderia ser Proust na sua cama em Paris. Abusaram? Não abusaram? Ao te ler, as duas versões me parecem possíveis, os poetas românticos que o digam. E nisso, mesmo sem ser romântico, sou um ás do abuso e faz tanto sentido que já cheguei a escrever muito sobre. Pinçando ao léu, ocorre-me um soneto que acaba de reaparecer na edição de “Meus melhores poemas”, esse título pretensioso dando a entender que consegui escrever alguns poemas melhores. Não, não consegui, porque a arte é ainda mais difícil do que a vida:

Os inocentes

Nós íamos ao parque na inocência
para muito prazer, divertimentos
e um pouco de sorte nas argolas.
Jamais nós retivemos uma imagem

de forma superior à sua essência
a fim de que depois fosse expressada.
Jamais observamos qualquer ritmo
de carrossel, de roda ou trem-fantasma

exatos e velozes como o medo.
Jamais nos dirigimos ao porteiro
a fim de questionar o que não fosse

um preço de bilhetes ou a hora.
Jamais pensamos que essa arte toda
seria assim, um dia, necessária.

Aí é que está, a arte vem como necessária para lidar com as faltas, mas ela também falta e, por isso, o abuso recomeça. O desafio seria, como bem apontas (Pontalis) separar o joio do trigo, lá entre o verdadeiro sonhar e o fantasiar (expressões tuas, a partir do Winnicott) e aqui confesso – vide o poema – que venho sendo um mau aluno. Daí a pérola que pinças no teu Pontalis, de que

toda análise estará fadada a uma decepção e a utopia de uma cura pode ser aqui o estado de suportar essa decepção sem abusar de nada na vida ou na arte. Lembro-me agora de uma sessão com meu falecido analista Júlio Campos em que talvez ele apontasse algo parecido. Eu contava a minha ida a um show do Paul McCartney e o quanto passei parte daquele espetáculo antológico fazendo anotações para futuros poemas, e o quanto, segundo ele, eu desperdiçara o momento de desfrutar daquela arte no presente. De certa forma, o Júlio concordava contigo sobre o abuso da poesia, e o teu comovente depoimento sobre a morte do teu analista me levou de volta ao final da minha análise com o Júlio, quando poucos meses antes de partir, já doente e em quimioterapia, recomendou-me a alta como se uma análise fosse terminável. Custei a entender que terminável era a vida e a dele estava terminando e que me poupava de estar junto a ele e igualmente se poupava nessa hora tão dele.

Isso da morte, mas da vida, sem dourar pílula, apontas o triângulo entre mim, tu e *trieb*, onde em dois de seus vértices estaríamos disputando belezas junto às editoras, postadas no terceiro. Faz um sentido enorme para Freud e as reverberações intermináveis do conflito edípico e, entre a vida e a morte, remeteu-me a um episódio comezinho e engraçado que vivi com Victor Guerra, esse extraordinário psicanalista uruguaio, que foi um irmão que a vida me deu e me tirou, ao menos externamente.

Victor e eu, já quarentões, costumávamos visitar a icônica psicanalista Vida Prego, na Montevideu de ambos. Ela já era nonagenária, mas mantinha o pique, incluindo beleza e sensualidade. A sua descida na escada de sua casa em Punta Ballena era uma aparição fisicamente comovente, bem como o seu banho de maiô, na piscina da casa. Em Montevideu, ela nos preparava chá, uísque, canapés e lá íamos conversar a três. No fundo, no fundo, nós dois disputávamos a sua atenção e tentávamos impressioná-la com o que tínhamos de conhecimentos literários. A disputa era terrível, pois o Victor era um tanto *scholar* e até os poetas brasileiros ele conhecia. Mas eu não me encolhia e fazia aqui e ali as minhas citações. Certa vez, em que a disputa atingia níveis estratosféricos, Vida nos interrompeu para dizer que sentia muitas saudades do marido, o grande psicanalista Luis Enrique Prego. Ela nos dava a entender que aquele sim era um homem e que a gente parasse de bancar o que não éramos, já que éramos tão somente uns meninos disputando o amor impossível da mãe.

Espero que não cheguemos a esse ponto, se é que já não estamos nele. De qualquer forma, na vida e nas cartas, precisamos transcender e deixa eu te dizer que fiquei impressionado e até mesmo comovido com a tua ida às fontes

de meus textos infanto-juvenis e, sobretudo, com os teus depoimentos sobre a perda do teu analista Orestes e a maneira que encontraste para lidar com isso. A imagem (real, imaginária) de morrer como quem sai de férias é impagável e de uma beleza tamanha, assim como o trecho do Murakami que evocas, com a irmã que morreu deixando uma pá de otimismo aliciano e que reencontra o Freud fazendo o mesmo com o Rilke e a Lou, não deixando de continuar produtivo, mesmo quando chupava os dedos.

Outra: apontas a perda de memória de Orestes, o que me fez lembrar o difícil desafio de saber parar (e quem o sabe?) na nossa profissão (e todas as outras) e o que li em Irving Yalom, um psicoterapeuta extraordinário que, ao flagrar-se desmemoriado, decidiu continuar trabalhando tão somente em sessões pontuais.

Acho que teus relatos transcendem o edípico, trazem-nos para um período mais arcaico onde a nossa sustentação se construiu para lidar com toda essa transitoriedade. Descontados os arroubos teóricos, incluindo o abuso da poesia, espero que isso possa ficar como um modelo bacana para nossos eventuais leitores.

Celso.

São Paulo, 20-24 de agosto de 2024.

Querido Celso,

Segue aqui a minha quarta carta, a carta roubada.

Sim, você a roubou – a quarta carta – das nossas queridas e já mais íntimas leitoras em primeira instância. Você as roubou! Em termos formais, elas são As Editoras; na nossa fantasia poética, as terceiras, as musas, a mulher disputada, o amor impossível da mãe. Fiquei mais uma vez admirado por tua agilidade e habilidade: uma prova de amor conquistada pela tua sedução, argúcia e ousadia – “inimigos do fim, opositores do enquadre, adversários da castração”: belos eufemismos para o abuso! O “Ás do abuso”: criança inocente que jamais pensou que “esta arte toda seria um dia assim necessária”! E você não deixa barato, hein? Da menina Liana à nonagenária Vida, na qual teu olhar generoso, imaginativo e malicioso enxerga ainda uma garota de Ipanema descendo as escadas, ou de maiô na piscina. A Vida, sempre Eros e a vida! Sim, na fantasia podemos ousar conquistar o obscuro objeto-motor do desejo, dar uma rasteira na castração. E, no plano da dita “realidade”, você tentou, e brincou: “não pude resistir, envio aqui mais uma carta, mas NÃO, NÃO, não se sintam pressionadas!”; você as tentou, e veio a resposta do Coro neste nosso teatro grego – elas concederam-nos mais uma rodada de cartas! O jogo não acabou. Vai ter prorrogação. Estamos, como no “Sétimo Selo” de Bergman, jogando xadrez com a morte em uma praia? Para Freud, se trata das três figuras femininas: a mãe, a companheira e a Morte.

Evoco aqui uma voz do coro, apenas para registrar com mais ênfase alguns elementos. Maria Elisa Alvarenga – perdão pela licença poética de aqui citá-la sem te consultar previamente; se isto for inconveniente, favor “editar” esta parte da carta – compartilhou conosco sua memória afetiva de Fernando Rocha – “estou aqui dando jeitos de assimilar a ausência de presença tão fundamental” –, e relembrou um ponto muito importante: ele foi um dos criadores da *TRIEB*, além de ter sido o analista de gerações de colegas da SBPRJ, e neste sentido se trata mesmo de um pai simbólico. Sinto-me um pouco constrangido de ter retratado aqui TÃO POUCO do que ele foi, especialmente no âmbito deste veículo editorial que ora habitamos. Recebi da Sonia Bromberger o obituário dele escrito por Vivian Frankenthal, um belo retrato do Fernando; lembrei então que quando da morte de Joyce McDougall, Fernando, que era bem próximo a ela e a seu trabalho, escreveu um ótimo texto de apresentação de sua

trajetória. Na época, ele me enviou o texto, sabendo do meu interesse pela Joyce e de quanto estávamos estudando sua obra por aqui; usei muito este trabalho, e ainda o utilizo eventualmente hoje em grupos de estudo. Aliás, o primeiro livro dela publicado no Brasil foi Conferências Brasileiras, em 1987, sob a coordenação, tradução e revisão técnica de Fernando, que fez também um bom prefácio, no qual ele nos conta que participou de seminários e simpósios dela em Paris. Outra lembrança-imagem saltando agora aos olhos: a figura da Joyce, em seminário clínico que assisti por aqui.

Bem, mais uma nota memorialista complementar, emergida enquanto lia tua última carta. Orestes ficou conhecido como aquele que introduziu Winnicott na SBPSP; eu tinha uma vaga lembrança – vinda de onde? algum comentário dele mesmo? – que foi Prego quem lhe apresentou Winnicott. Informação a ser checada, mas que vale aqui pelas costuras imaginativas que estamos exercitando. Eita! De novo, a “compulsão a ligar” do inconsciente, teimando em aproximar Fernando e Orestes... Obras do acaso, forças do destino? Um Winnicott “viajando” de Londres a Montevideu e depois a São Paulo, nos fertilizando por aqui; uma Joyce McDougall importada de Paris para o Rio, e depois aportando por aqui; e estes dois mensageiros – Orestes e Fernando – que se foram, nos deixando sozinhos na cena. E, de quebra, mais esta tua conexão: Prego, o “verdadeiro homem” ausente e evocado pela sua Mulher Vida, em uma passagem secreta pela crônica de um psicanalista-poeta de Porto Alegre!

* * *

Volto à carta – carta interrompida, pausa devido à Roda Viva – após 4 dias de ausência.

Caro Celso: Toque-Toque existe mesmo, e os sonhos não envelhecem; será?

Queria te contar um sonho, com a suposição que ele (também) nos concerne. Quando eu trabalhava mais intensamente em minha pesquisa sobre sonhos – que originou o livro que você mencionou em outra carta –, aprendi a ler certos sonhos como sonhos-resposta. Na ocasião, passei a perceber que algumas perguntas que me fazia durante a pesquisa – o trabalho do dia – reapareciam em certos sonhos na forma de dicas, sugestões, orientações indiretas – como se fossem sonhos-resposta. Tais sonhos, quando retomados e pensados à luz do dia, acabaram por servir de instrumentos de navegação que orientaram a minha escrita posterior. Alguns destes sonhos – e seus respectivos efeitos – estão relatados no livro.

O sonho (um recorte): “Estamos (eu e minha companheira) caminhando em uma estrada de terra, e após longa jornada chegamos ao local que procurávamos (antes ainda do esperado). Vou pedir informações a alguém em um guichê; devido à dica anterior, procuro por um tal de A. – como se fosse um guia turístico. Sou bem atendido por um homem, que me dá o telefone de A. e pergunta se vamos ficar por pouco tempo; digo que não, que vamos nos hospedar em pousada por ali. Ele então resolve nos dar uma dica: ‘olha, por aqui não tem perigo nenhum, nem em termos de segurança, nem de acidentes; vocês podem entrar em qualquer cachoeira. Talvez nem precisem de guia’. Digo a ele, em tom nostálgico, que já fui a muitas cachoeiras, na Mantiqueira, em Visconde de Mauá etc.”

Ora, um dos restos diurnos deste sonho foi a troca de mensagens que tivemos, no dia do sonho, no nosso grupo de WhatsApp “Correspondência Trieb”, quando me propus a escrever esta quarta carta. Mas por quais caminhos tal conversa me levou a este sonho?

Algumas associações. 1. Acabo de ter notícia de um acidente grave e terrível que aconteceu há pouco com um amigo de infância do meu filho, que caiu de uma cachoeira em atividade de trabalho (ele é biólogo), e muito me comoveu; ligo isto a outras situações trágicas. 2. No dia do sonho, li reportagem no jornal de um belo projeto de reserva ecológica em cidade do Rio, em “Cachoeiras de Macacu”, que me encantou. 3. Lembro do primeiro dia em Toque-Toque em que, ao passear na praia em dia frio, deparei com uma tartaruga gigante morta na praia, que estava sendo assistida por dois técnicos do Ibama (eles estavam fazendo uma necropsia, e em seguida a enterraram – cortejo que foi acompanhado por três andarilhos solitários na praia vazia). 4. O sonho alude às “aventuras de juventude”, evocadas, por sua vez, em tempos de maturidade; tema que tem sido evocado aqui em nossa Correspondência, e se torna explícito quando, no sonho, exponho minha nostalgia e conto das minhas aventuras por cachoeiras em tempos idos. 5. A estrada de terra fez lembrar aventura da adolescência: um dos rituais de formatura do Fundamental feita por minha classe foi uma caminhada de 30kms por uma estrada de terra até chegar em Atibaia, em casa de campo que até hoje é um refúgio da família. 6. Esta aventura foi evocada estes dias por uma grande amiga, em emocionante encontro na Casa do Povo; me explico: esta Casa é onde ficava a tal escola que frequentamos – Scholem Aleichem –, e estávamos em uma roda de conversa de evento que aconteceu no próprio prédio histórico, onde hoje existe um centro cultural bastante interessante e marcante. Neste centro acontece, dentre outras

coisas, uma Clínica Aberta de psicanálise muito arrojada, na qual diversos colegas próximos participam. 7. Um destes colegas veio conversar comigo no dia de tal evento; tendo trilhado um caminho inicial em psicanálise, ele havia se tornado poeta; agora – veio me contar – estava retornando para a clínica. Depois, este amigo me escreveu, brincando: “tenho escuta de analista com coração de poeta”; ora, pensei, preciso apresentá-lo ao Celso!

A Casa do Povo – casa da minha infância, berço de minha formação emocional, intelectual, política e ética, lugar mítico da esquerda judaica de São Paulo – situada no hoje decadente bairro do Bom Retiro, onde moraram meus avós, nasceu meu pai etc., etc. Nos últimos tempos, ela vem renascendo das cinzas! Pois bem: quando você contou do teu encontro com a Vida em Punta Ballena, me veio à lembrança a visita que lá fiz a Casapueblo, a impressionante Museo-Taller de Vilaró – estou olhando agora para um quadro dele que comprei lá, e está aqui na minha sala: um nu feminino (as nossas musas...). Pensei então: Casa do Povo aqui, Casapueblo por lá, Volkshaus por aí, Mein Gutfreind! Uma instituição-símbolo judaico-progressista das diásporas mundo afora, renascendo das cinzas das mortes “naturais” e/ou violentas. E o nosso Freud, no pós-guerra, sempre nos ajudando com sua aposta na força e na beleza da transitoriedade...

Acho que refiz aqui nesta Correspondência, na tua companhia, um pouco das minhas viagens: para Toque-Toque, Punta Ballena, as praias do nordeste da década de 1980, a caminhada da formatura para Atibaia – enfim, minhas viagens de sonho.

“Não há perigo nenhum!” – que ilusão, que ironia diante da tragédia do amigo do meu filho, e de tantas outras! A força do princípio do prazer, que tudo distorce e transforma a seu favor, negando a realidade que está embaixo do nosso nariz? Alguns momentos de alento e descanso, pelo menos no teatro noturno dos olhos fechados? E, no entanto, como prosseguir e dar os próximos passos, sem esta ilusão?

Sempre tive fases em que anotei mais os meus sonhos (incluindo associações, ideias, reflexões etc.); às vezes mais, outras menos, dentro do possível e dos movimentos psíquicos e emocionais de cada momento. Desde a interrupção brusca da minha análise com Orestes, me voltei a este hábito com bastante afinco, e iniciei uma série de cadernos de anotação que denominei “Os sonhos não envelhecem”; hoje estou no volume IX desta série. De novo, um questionamento: até onde este espaço autoanalítico é um uso (recurso elaborativo) ou um abuso – defesa pela retirada, utopia de uma autonomia forçada, negação da perda e da dependência? Lembrei-me de você anotando ideias para poemas no

show do Paul McCartney: que loucura é esta? Retirada do palco da vida? O que estamos perdendo (ou ganhando) da Vida com estes hábitos tão persistentes e talvez compulsivos?

Bem, seguem aqui mais duas associações ainda. Nestes mesmos dias do sonho, minha filha, também musicista e apaixonada pelo Clube, me enviou o novo álbum do Milton, em parceria com Esperanza Spalding – a Esperança! Magnífico, tocante, reescrevendo a história nesta parceria velho / novo(a); nas “Asas da Panair”, ouvimos uma nova Elis, além de Paul Simon cantando em português, revisitando o *Sound of Silence* a as águas turbulentas... etc. E, ainda, retornando ao tema de Toque-Toque e o pôr do sol, a outra associação – todas de algum modo entrelaçadas: tanto lá na praia quanto em muitos outros lugares, tenho um ritual de escutar “Clube da Esquina” quando do crepúsculo, especialmente devido ao verso “e lá se vai mais um dia...”. A transitoriedade, na sua versão mineira!

Enfim, vai aqui a minha hipótese interpretativa: o sonho-resposta estaria nos dizendo “sim, a poesia / fantasia / sonho mantém todo o seu valor, apesar de todos os perigos e tragédias”. Envelhecemos, nos desgastamos, nos desiludimos e nos esgarçamos, mas os sonhos não envelhecem. O inconsciente é atemporal. Será? Na época, emprestei este epíteto “Os sonhos não envelhecem” de música do Clube da Esquina, que temos aqui evocado. Antes (lembra-se do Antes, do Pontalis?), tinha mais convicção sobre esta proposição; depois, em momentos de crise maior, cheguei a pôr em dúvida: talvez os sonhos também envelheçam, como aquele da praia virgem da adolescência que foi invadida por um caminho gigante. “Caminho de terra / mandaram arrancar” (in Ponta de Areia). Sinceramente, não sei mais.

Nas tuas cartas, você me oferece poemas; aqui, te retribuo com sonhos. Uma troca justa!

Desisto. Desisto de tentar abarcar, acompanhar e tentar comentar minimamente os principais pontos de tua última carta – esforço que fiz em minha carta anterior. Desisto, bem acompanhado aqui do genial livro mais recente de Adam Phillips – aliás, preciso desistir de algumas coisas para conseguir tempo para melhor saboreá-lo! Os mil fios são infindáveis, e em cada carta tua eles parecem se multiplicar mais!

Por fim: lembrando-me que Freud cita os versos de Goethe dos “mil fios” quando da análise do sonho da monografia botânica, me dou conta de mais um fio que nos une. Um dos desejos mais óbvios de Freud neste sonho era o de ver na vitrine de uma livraria seu “Livro dos Sonhos” exposto – o mesmo que esta-

va então sonhando e escrevendo, livro que estava sendo alimentado, inclusive, pelo fio condutor de seus próprios sonhos. Bem, e aí vem você e me escreve: “até quem sabe chegaremos a um voluminho que parasse em pé com nossas cartas”.

Um livro que pare em pé! Que bela metáfora poética; este sonho estaria se tornando realidade?

Penso que o teu impulso antissocial da carta roubada talvez seja, como queria Winnicott, um grito de esperança, um gesto vigoroso do verdadeiro *self* buscando um lugar no mundo: um livro que pare em pé! Nada mau...

Abraço fraterno, extensível à toda Equipe, amigos e agregados da **TRIEB!**
Decio.

Celso Gutfreind
celso.gut@terra.com.br

Decio Gurfinkel
deciogur@gmail.com

Convidados

Luto terminável e interminável

Aída Ungier¹

RESUMO: A autora reflete sobre a alternância entre presença e ausência na experiência de elaboração do luto, tanto frente às perdas da história pessoal e coletiva, quanto frente às vicissitudes da constituição da subjetividade. Aborda o conceito de "antimemorial", que designa os espaços vazios, de silêncio e reflexão, espaços potenciais, que homenageiam as vítimas de catástrofes impensáveis da história humana.

PALAVRAS-CHAVE: luto; subjetivação; criatividade; arte; antimemorial.

*Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la
Em cofre não se guarda coisa alguma
Em cofre perde-se a coisa a vista
Guardar uma coisa e olhá-la, isto é, vigiá-la, fitá-la, mirá-la por
admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado
Guardar uma coisa e vigiá-la, isto é, fazer vigília por ela,
Isto é, estar por ela ou ser por ela
Por isso melhor se guardar o voo de um pássaro
do que um pássaro sem voo
Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica
Por isso se declara e declama um poema
Para guardá-lo:
Para que ele, por sua vez, guarde o que guarda:
Guarde o que quer que guarda o poema:
Por isso o lance do poema:
Para guardar-se o que se quer guardar
(Cícero, 1996)*

1. Psicanalista. Membro Efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.

Introdução

Freud, em *Luto e melancolia* (1917[1915]/1974), propõe que a elaboração do luto depende da possibilidade de o sujeito retirar o investimento libidinal que depositava no objeto perdido, transferindo-o para outros objetos, de sorte que, o que era perda, se transforma em esperança e o objeto perdido, em saudade.

Esse processo nos acompanha desde nossa pré-história. Começamos com uma catástrofe: perder o paraíso para ganhar o mundo. Aqui chegando, inicialmente, a mãe não é reconhecida como um objeto separado, não existe distinção entre o eu e o não-eu. Essa bolha narcísica protege o bebê. Por isso, a ameaça de separação, mesmo fantasiada, promove uma vivência de desamparo impensável. No momento oportuno, e se tudo correr bem, se o ambiente for favorável, ele colherá os frutos dessa aventura: a perda será suportada e o sujeito se fará presente convivendo com o outro. Esse risco paira, irremediavelmente, sobre o humano que atravessará a vida sempre no fio da navalha.

É a presença/ausência primeva, acolhedora, da mãe, que o encorajará a fazer essa travessia. É esse equilíbrio entre presença/ausência que sustentará a esperança de que novos objetos serão encontrados. Daí por diante, cada passo à frente representa a perda do terreno onde se depositava o pé e, em determinadas ocasiões, é com o coração na mão que damos o passo. Carece aceitar a injúria narcísica de não ter tudo, tendo que deixar algo para trás como penhor de seguir adiante. Refletindo, justamente, a respeito desse momento mítico, Lacan (1964/1988) comentou que, quando Freud percebeu a repetição no brinqueado de seu neto, pôde compreender que a criança obstruiu o efeito do desaparecimento de sua mãe, fazendo-se agente dele: “Pois o jogo do carretel é a resposta do sujeito àquilo que a ausência da mãe veio criar na fronteira de seu domínio – a borda do berço – isto é, um *fosso*, em torno do qual ele nada mais tem a fazer senão o jogo do salto” (p. 63, grifo do autor).

Pensando essa alternância permanente, lembrei-me de um encontro social, no qual me vejo conversando com uma jovem senhora simpática, inteligente, agradável, que me causou certo estranhamento. Algo em sua expressão me incomodava. Subitamente me dei conta que observei em sua face uma contradição: seu sorriso alegre era incompatível com a profunda tristeza do olhar. O grupo conversava sobre frivolidades, como acontece nessas reuniões em que todos são amigos, embora nunca tenham sido apresentados. O sorriso caía bem. Ela não estava enganando ninguém, apenas era traída por seu semblante. É sempre bom lembrar, que a encontrei, eventualmente, em outras oca-

siões, e esta impressão se repetiu. Alguns meses depois soube que a senhora, em questão, havia perdido um filho há poucos anos. Surpresa com a informação e me remetendo à minha primeira impressão, conjecturei que o rosto dela trazia duas informações: o sorriso remetia à presença da vida, evidenciada no convívio com os amigos, no desfrutar da família, no sucesso profissional; por outro lado, o olhar revelava a ausência inelutável do filho perdido.

Luto terminável e interminável

Desde então, tenho observado que algumas pessoas expõem essa contradição ao longo da elaboração de uma perda. Não necessariamente a perda de um ente amado, não necessariamente no olhar, mas em uma atitude de recolhimento, ou em um envolvimento inesperado com a religião, ou no hábito de leituras de cunho espiritual, ou na adesão à trabalhos de caridade etc.... Lembrei d’*As cidades invisíveis*, de Ítalo Calvino (1972/1990). Quando Kublai Khan interrogou Marco Polo quanto a ele nunca ter falado sobre a Veneza, que havia perdido, em suas descrições sobre as inúmeras cidades do Império Mongol, ele respondeu que era à Veneza que se referia em todas as cidades que descrevera. Apesar do passar dos anos, eles continuam necessitando arduamente trabalhar para elaborar a perda. Fazer da ausência um estímulo para criar uma nova vida, em que possam repousar seu luto.

Sabemos que esse processo depende de inúmeros fatores, basicamente do valor do objeto de investimento libidinal do sujeito. Sabemos ainda que a ambivalência, tão natural nas relações humanas, é uma barreira contra a retirada dos antigos investimentos e a transferência para os novos. Às vezes, o sujeito engole o objeto e a identificação narcísica pode criar um algoz que dificulta a própria sobrevivência. Lacan (1964/1988) nos oferece um ótimo exemplo sobre este fenômeno, ao lembrar do pai enlutado, cujo sonho abre o capítulo sete d’*A interpretação dos sonhos*. Embora Freud use este exemplo para confirmar sua afirmação de que o sonho seja uma realização alucinatoria de desejo, trata-se de um sonho de angústia: o sonhador revê o filho morto, dirigindo-lhe uma súplica que perpetua o remorso: “pai, não vês que estou queimando?”. A realidade nele estampada não permite que o sonhador continue dormindo. O menino não poderia ser salvo da febre, como o foi das chamas? Aquele que ele colocou para fazer vigília não estava à altura da tarefa, não vendo a vela tombar e atear fogo no esquife. Ele também, enquanto pai, não esteve à altura de sua tarefa, deixando-o queimar de febre. Não é que o sonho sustente apenas que o filho vive ainda, mas

o filho morto designa um mais-além que se faz ouvir no sonho. Só um sonho, quiçá sempre repetido, pode engendrar esse encontro imemorable.

Penso nas inúmeras perdas que mobilizam profundamente nossas reservas narcísicas, além de um filho, a falência econômica da construção de uma vida, a pátria, o lar, um grande amor. Por exemplo, como fazer a cicatrização subjetiva da população traumatizada da região sul do Brasil, após as chuvas torrenciais? Nem todos tiveram um começo de vida que os temperasse para tamanho insucesso. A maioria está se reinventando, investindo na reconstrução da casa e da vida, mas nem todos conseguem essa proeza. Não é diferente com aqueles expostos à tormenta da guerra. São tantas feridas a cicatrizar. O sujeito se depara com uma cratera aberta em seu mundo interno, espelhando as crateras do mundo externo. Carece considerar que cada perda vai reverberar em uma sucessão de outras perdas, confundindo tempos e lugares. O presente não é uma unidade simples, todavia, uma sucessão de momentos e espaços.

Não estou defendendo a ideia da impossibilidade de elaborar o luto. Não se trata de melancolia. Porém, qualquer experiência humana é constitutiva da subjetividade, se insere numa cadeia histórica, passando por novas leituras, encontrando novos sentidos – logo, não se pode desacontecer a perda. O trabalho do luto é inesgotável. Este ciclo interminável está no cerne da vida e do fazer psicanalítico. O processo analítico, em si, é uma jornada de elaboração de lutos. Na relação analítica cria-se um espaço em que a ferida da perda é cerzida com o fio da relação transferencial, do investimento libidinal de ambos, criando um espaço capaz de produzir novos encontros.

O bebê se constitui a partir da presença / ausência materna, o *fort / da* não nos deixa mentir. É preciso ficar só na presença de alguém, para viver o risco de estar só sem se sentir desamparado, ameaçado de angústias impensáveis. A análise é feita de ausências e presenças. No divã, o paciente não vê o analista, existe o final da sessão, a interrupção das férias, imprevistos e previstos. É a possibilidade de conviver com as ausências que aponta o final da análise, no que ela tem de terminável.

Sobre memoriais: a necessidade de lembrar e o desejo de esquecer

Pensando em refletir sobre esse tema, numa feliz coincidência encontrei o texto seminal de Mirian Malzyner, “Sobre memoriais: a necessidade de lembrar e o desejo de esquecer” (2021), que me ofereceu subsídios para continuar minhas

reflexões. Ela aborda o conceito de antimemoriais ao pensar a resposta estética frente à violência humana, principalmente o terrorismo e as guerras, sob a forma de memoriais. Cita o trabalho de Pierre Nora, que aponta a distinção entre memória e história. Memória é vida e está sempre em transformação, enquanto a história aproxima os fatos em reconstruções problemáticas e incompletas. O historiador, procurando dar sentido ao fato histórico, elabora um arquivo, por exemplo. Por outro lado, um minuto de silêncio serve como um incisivo apelo à memória, quebrando de forma literal a continuidade do tempo. Os monumentos celebram feitos, são para lembrar; os memoriais são lugar de luto, são para nunca esquecer.

Malzyner (2021), em sua pesquisa, articulando arte e psicanálise, observou que, nas últimas décadas, as formas de representação dessas grandes tragédias foram caminhando para espaços negativos, para uma representação do vazio. Maya Lin, por exemplo, idealizadora do Memorial dos Veteranos do Vietnam, considerado o primeiro antimemorial do século XX, criou uma abertura, uma ferida na terra, para simbolizar a dor causada pela guerra. Insere-se neste recorte uma enorme placa de granito negro com o nome dos milhares de militares que não voltaram. A arte está lá para revelar o impensável da condição humana. O antimemorial não comemora, ao contrário, propõe um espaço de reflexão, no qual cabem a renúncia e a culpa, sem oferecer nenhuma ilusão de imortalidade. A mesma mensagem encontramos no monumento sobre o atentado às Torres Gêmeas: no lugar dos edifícios, duas piscinas cortando um campo de carvalhos brancos. O espaço vazio torna a perda visível, um vazio inconsolável. O monumento só existe na memória.

O olhar melancólico da mulher que sorria, num dia ensolarado, poderia ser considerado um antimemorial, assim como os nomes dos soldados gravados na ferida aberta na terra ou como o sonho do capítulo sétimo. Pôde haver superação, mas não esquecimento. Ela espelha no olhar a presença / ausência do filho. A memória diz: não esqueço. Os novos objetos convidam: vem viver. É inevitável, cultivamos a memória daquilo que queremos esquecer. Os memoriais guardam a memória dos perdidos e dos enlutados. Trata-se de espaços abertos, potenciais, como Winnicott (1958/1974, 1958/1982, 1974/1994) nos ensinou, para a criação de recursos que capacitam o sujeito a se recompor frente às injúrias narcísicas que atropelam o viver.

Malzyner (2021) enfatiza a importância da criatividade para engendrar espaços vivos de memória que os processos de luto demandam, dando ensejo a novas experiências reparadoras. Arte e psicanálise dialogam, enriquecendo o

repertório pessoal de paciente e analista para enfrentar os lutos. A ausência cria um símbolo para a perda. O gesto espontâneo engendra um espaço de silêncio em memória de alguém ou algo que se perdeu. Permeando esse espaço, o choro, linguagem primordial que antecede a palavra, cria um espaço transicional, articulando presença e ausência, materialidade e espiritualidade, morte e vida. A ausência pode, então, ser imajada, povoada, tolerada. Guardar uma coisa na memória é fazer dela parte do barro que molda a vida, é revelá-la na palavra, na escrita. Por isso, como diz o poeta, se declara e se declama o poema... para guardar-se o que se quer guardar.

Terminable and interminable mourning

ABSTRACT: *The author reflects on the alternation between presence and absence in the experience of mourning, both in the face of losses in personal and collective history and in the face of the vicissitudes of the constitution of subjectivity. It addresses the concept of "antimemorial", which designates empty spaces of silence and reflection, potential spaces that honor the victims of unthinkable catastrophes in human history.*

KEYWORDS: *mourning; subjectivation; creativity; art; antimemorial.*

Duelo terminable e interminable

RESUMEN: *El autor reflexiona sobre la alternancia entre presencia y ausencia en la experiencia del duelo, tanto ante las pérdidas en la historia personal y colectiva, como ante los avatares de la constitución de la subjetividad. Aborda el concepto de "antimemorial", que designa espacios vacíos de silencio y reflexión, espacios potenciales que honran a las víctimas de catástrofes impensables en la historia de la humanidad.*

PALABRAS CLAVE: *duelo; subjetivación; creatividad; arte; antimemorial.*

Referências

- Cicero, A. (1996). *Guardar: poemas escolhidos*. Record.
- Calvino, I. (1990). *As cidades invisíveis*. Companhia das Letras. (Original publicado em 1972).
- Freud, S. (1974). Luto e melancolia. In S. Freud, *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIV). Imago. (Original escrito em 1915 e publicado em 1917).
- Malzyner, M. (2021). Sobre memoriais: a necessidade de lembrar e o desejo de esquecer. *Revista Bergasse* 19, 11(2): 40-56.

Lacan, J. (1988). *O seminário: livro 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1964).

Winnicott, D. W. (1974). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In D. W. Winnicott, *O brincar e a realidade*. Imago. (Original escrito em 1958).

Winnicott, D. W. (1982). A capacidade de estar só. In D. W. Winnicott, *O ambiente e processo de maturação*. Artes Médicas. (Original publicado em 1958).

Winnicott, D. W. (1994). O medo do colapso. In D. W. Winnicott, *Explorações psicanalíticas*. Artes Médicas. (Original publicado em 1974).

Recebido: 27/08/2024

Aceito: 05/09/2024

Aída Ungier

aidaungier@gmail.com

Quando nada acontece, há um milagre que não vemos

Neyza Maria Sarmiento Prochet¹

RESUMO: Presença e ausência são experiências psíquicas constantes na vida humana. Na contemporaneidade, uma multiplicidade de fenômenos coexiste em uma perspectiva multifacetada, o que justifica falarmos de dualidades paradoxais. O elemento fundamental é a ideia de transformação como condição de existência. A presença materna e sua capacidade de adaptabilidade serão o diferencial qualitativo das primeiras experiências do bebê sustentando sua tarefa de criação do mundo. Precisamos criar e recriar os mundos, internos e externos, através de suas descontinuidades permeadas de presenças e ausências; e, apesar delas e por causa delas, ser capazes de estabelecer ligações entre elas.

PALAVRAS-CHAVE: presença; ausência; dualidades paradoxais; contemporaneidade; capacidade adaptativa.

*Tudo, aliás, é a ponta de um mistério. Inclusive, os fatos.
Ou a ausência deles. Duvida? Quando nada acontece, há
um milagre que não estamos vendo.*

(Guimarães Rosa, 2001)

Breve introdução

Ao se referir à escrita do livro *A interpretação dos sonhos*, Freud comenta com Fliess numa carta datada de 7 de julho de 1898: “Meu trabalho foi inteiramente ditado pelo inconsciente, segundo o famoso princípio de Itzig, o cavaleiro

1. Psicóloga, Psicanalista, Membro Efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro. Especialista em Psicologia Clínica e Atendimento à Família (IFF/Fiocruz). Mestre e Doutora em Psicologia Clínica pela USP-SP.

dominical: — Para onde estás indo, Itzig? – E eu sei? Não tenho a menor ideia. Pergunte ao meu cavalo!” (Freud, 1898/1986, p. 320).

Freud (1893-1895/2016) era um escritor extraordinário, pois oferecia ao leitor um convite permanente de interlocução, mesmo em seus textos mais teóricos. Sua obra é permeada de citações de poetas e escritores como modos de oferecer inteligibilidade ao material sobre o qual desejava discutir. Sabiamente, ampliava um dos preceitos fundamentais da técnica analítica – a livre associação – para poder percorrer com mais propriedade os caminhos da comunicação compartilhada. Seguir o cavalo de Itzig.

Ao ouvir o conselho de Freud, percebi que pontos de partida insistiam em se apresentar, desde o início, de diversas maneiras. Refletindo sobre o tema proposto e a tarefa a realizar, trechos de livros, versos, letras de música, expressões artísticas iam e vinham nas muitas páginas esboçadas e insistiam em apontar os caminhos mais diversos de onde poderia iniciar minha narrativa. Escuto a voz de Safra (2005) quando realça o valor comunicacional dos símbolos da cultura como elementos potenciais em um campo onírico de experiência, capazes de facilitar o mergulho no espaço imaginativo do outro, de poder nele imergir e depois emergir, graças à figurabilidade das imagens culturais compartilhadas.

Entro na área do sonho e da livre associação e aceito a mediação oferecida pelos traços da cultura que me convidam a imaginar e criar uma comunicação pessoal e singular. Sei que não encontrarei respostas prontas, mas acolho, prazerosa, os indícios geradores de sentidos que a Arte e, em especial, a literatura me oferecem. Reconheço e valorizo em ambas a capacidade criadora de construir, reconstruir, comunicar e transformar realidades.

Uma certa rua em Lisboa

O ponto de partida (o cavalo escolheu) foi uma rua em Lisboa, em 1928, nas cercanias de uma tabacaria frequentada por um homem chamado Álvaro de Campos. O homem, angustiado, pensa sobre si e a vida. Dá-se conta de que, se é capaz de pensar e perguntar sobre si mesmo, também é incapaz de tolerar as ausências de respostas. Tenta preencher as lacunas do que não sabe, buscando no mundo e em si, nos sonhos e no medo, num movimento incessante em direção à... Em direção a quê? Em direção a quem? Em qual direção?

Estou hoje perplexo, como quem pensou e achou e esqueceu.
Estou hoje dividido entre a lealdade que devo.

À Tabacaria do outro lado da rua, como coisa real por fora,
E à sensação de que tudo é sonho, como coisa real por dentro.
(Pessoa, 1928/1988, p. 183)

O homem hesita sobre qual calçada tomar. A calçada da Tabacaria, que oferece aos clientes produtos do universo determinista, newtoniano, do pensamento moderno e das verdades irreduzíveis que não acolhem sua totalidade? Do outro lado da calçada, a interioridade, o sonho, onde encontramos sentimentos, os afetos e o imaterial, mas pode ser um lugar solitário e isolado e cheio de dúvidas?

Que sei eu do que serei, eu que não sei o que sou?
Ser o que penso? Mas penso tanta coisa!
(Pessoa, 1928/1988, p. 185)

Era assim que o homem moderno se sentia, como Álvaro de Campos, aprisionado num dualismo que o convocava a sacrificar partes essenciais de si mesmo, num conflito impossível de ser equacionado, se tratado como condição precípua em que uma das instâncias precisa ser falsa para a outra se tornar verdadeira. A quem será leal? Às coisas materiais e objetivas do mundo, pois não se pode delas abstrair ou esquecer ou abdicar de si e do infinito de sua interioridade?

Real e não real, por fora e por dentro, presente e ausente. A ciência e a própria psicanálise, por muito tempo, trataram as multiplicidades do viver como sendo mutuamente excludentes, como Pessoa descreve, apresentando um indivíduo dividido entre o real e o sonho e as certezas que teve e as dúvidas que possui. Mais ainda, alguém que não sabe dizer quem é, dentre os tantos que o habitam.

Para uma rua inacessível a todos os pensamentos, /
Real, impossivelmente real, certa, desconhecidamente certa
(Pessoa, 1928/1988, p. 184)

Dualismo, dualidades e paradoxos

Presença e ausência são experiências psíquicas constantes na vida desde sua origem. Estamos sós e acompanhados o tempo todo, onde pessoas e coisas aparecem e desaparecem incessantemente. Ora antagônicos, ora em oposição complementar, ora em termos paradoxais, vivenciamos estas experiências ao longo de toda a vida. Que sentidos podemos extrair sobre estas instâncias? O

modo como a presença e a ausência foram sendo percebidas ao longo dos tempos variou de modo significativo, dependendo do período histórico e de qual cosmovisão específica emanava daquela perspectiva.

Na Modernidade, o mundo de Freud e Fernando Pessoa, a ideia vigente era de que conseguiríamos, através da ciência e do intelecto, controlar a vida e o mundo, buscando descobrir suas leis e lógicas próprias. O domínio do mundo externo ofereceria a emancipação do homem dos males que o afligiam, ficando este livre da fome, da peste e da morte, como primorosamente descrito pelo historiador israelense Yuval Harari em seus livros (2015; 2016; 2018; 2020). A soberania da racionalidade prometia a alforria da irracionalidade e a libertação de todo o lado obscuro e adoecido da natureza humana. O mundo moderno apresentava uma perspectiva dualista para ver o mundo, entendendo como dualismo o termo oriundo da filosofia que postula a existência de dois princípios supremos opostos, independentes, antagônicos e irreduzíveis – um modelo que fracassou em dar conta da complexidade humana, no esforço de aprisionar a experiência humana em modelos irreduzíveis e incomunicáveis.

A partir da segunda metade do século XX, mudanças radicais abalaram profundamente o pensamento moderno. A fantasia de vir a descobrir verdades absolutas, respostas inquestionáveis ou caminhos únicos desmorona, “os heróis morrem de overdose” e as noções de tempo e espaço clássicas são tragadas por um mundo de velocidades e tempos espantosos, onde as palavras-chave são fluidez, liquidez, velocidade. A pós-modernidade emerge e abala profundamente o pensamento dualista, desbancando a razão como bastião de superioridade e garantia do progresso da humanidade. Mais do que um ideário próprio, o homem pós-moderno é alguém desiludido, alguém que não mais acredita nas promessas da modernidade, percebida como insuficiente e mentirosa, falhando em garantir suportes suficientemente sólidos que possibilitassem ultrapassar sua frágil humanidade.

A noção de dualidade sobrevive ao pensamento pós-moderno, pois restaura a qualidade e a valorização nas forças e nas relações dinâmicas, mais do que nos valores *per se*. Não se trata de uma incompatibilidade lógica, como o dualismo, mas de um equilíbrio dinâmico entre instâncias complementares e interdependentes. Dia e noite, imóvel e em movimento, dentro e fora, claro e escuro, são traços materiais e independem da visão de mundo do sujeito. A dualidade existe por si mesma, psíquica e materialmente, tolerando a coexistência de mais de um. Os opostos não são excludentes, mas realidades que se interpenetram e coexistem, permanecendo sempre um vestígio de cada uma na

outra. A construção desse fundamento se baseia numa premissa básica – tudo o que existe pode ser visto a partir do seu oposto, de mais de uma perspectiva.

Nosso mundo hoje não é mais o mundo do homem da tabacaria. O mundo que o homem contemporâneo vive é um mundo de complexidades, imerso no pensamento de Heráclito, em que a única coisa permanente na vida é a mudança. A contemporaneidade é fluxo permanente, plena de paradoxos e realidades paradoxais, recusando a integralidade do ideário do mundo moderno e também o de sua antítese, a pós-modernidade. Hoje, observamos uma multiplicidade de manifestações, tanto da modernidade como da pós-modernidade, coexistindo em modos distintos de pensar, numa perspectiva multifacetada, o que justifica falarmos não apenas de dualidades, mas dualidades paradoxais, termo que pode melhor expressar ideias que buscam descrever a multiplicidade da experiência humana.

Langlands (2003) considera que o elemento fundamental para o pensamento contemporâneo é a ideia de transformação como condição de existência – daquilo que é estático para o que está em movimento, daquilo que está presente, para sua ausência, das variações de estado para novas e múltiplas variações.

Tal como no mundo quântico,

Os objetos não teriam uma forma definida, seriam agregados de propriedades – dependendo da estrutura vai emergir uma ou outra forma: esta seria imprecisa, incerta. Ali se teria, na verdade, um feixe de atributos virtuais ou atributos possíveis; só *a posteriori* é que se constituiria uma forma. (Langlands, 2003, p. 21)

Pensar em termos de complexidade é poder conquistar outras maneiras de olhar o mundo, o que implica a aceitação de que movimento e mudança são traços essenciais dos seres vivos, sendo estes não “uma reunião de substâncias e sim como um feixe de processos” (Langlands, 2003, p. 19).

Ao adotar o pensamento de Winnicott como eixo central das ideias aqui apresentadas, é inevitável apresentar outro termo muito importante a ser incorporado em nossa discussão – o conceito de paradoxo, entendido como uma contradição lógica de duas ideias numa frase só, uma se contrapondo à outra.

Winnicott (1989/1990) considera que o existir humano começa com uma condição paradoxal. No início não há dois, mas alguma coisa onde corpo e psiquismo de mãe e bebê não se diferenciam, através do investimento maciço da mãe em seu bebê, tomando como seu aquele corpo, identificando, nomeando e correlacionando respostas somáticas involuntárias do bebê como manifes-

tações de uma inter-relação, de uma comunicação endereçada a ela e que possui algum sentido para aquele bebê, muito antes de algum sentido ali existir.

Pondé e Peixoto Júnior (2019) enfatizam que a perspectiva intersubjetiva é a possibilidade de poder acolher sem solucionar os paradoxos humanos. O que importa para a saída dos impasses e dos paradoxos seria a compreensão do que se passa na entidade relacional originária criada entre o bebê e sua mãe. Alvarez (2020) defende a ideia de uma unidade na dualidade, uma “unidade relacional”, sendo esta essencialmente a base do pensamento de Winnicott (1968/1983a) que se refere à matriz mãe-bebê como uma nova entidade psicológica: o composto mãe-bebê. Ou seja, a mãe cria a presença do bebê antecipando sua existência. Neste momento, não existe realidade externa ou interna, nem existe eu e não eu, embora todas estas instâncias permaneçam presentes, apesar de ausentes sob a ótica do bebê numa dualidade paradoxal encontrada ao longo de todo o pensamento winnicottiano. Para o autor, paradoxos não existem para serem solucionados. Existem para serem vividos e existem para enfatizar e expressar modos de existência humanos. A dualidade paradoxal aparece em outros conceitos essenciais no pensamento winnicottiano.

Em “Sobre o uso de um objeto”, Winnicott (1968/1994a) descreve a diferença entre o relacionar-se e o uso do objeto, apontando o primeiro como acontecendo quando o sujeito se encontra isolado, ou seja, apenas ele e seus objetos internos. O uso do objeto acontece posteriormente, quando este objeto pode ser percebido em sua natureza e modo de funcionamento pessoal e, assim, é capaz de ser real e ser percebido fora da interioridade do paciente, na realidade compartilhada.

Em “A capacidade de estar só”, Winnicott (1958/1983b) aponta um de seus mais famosos paradoxos – estar só na presença de alguém. Trata-se da capacidade de, simultaneamente, experienciar sua realidade interna e sustentar a experiência de realidade externa. Ambas as realidades se comunicam, sem que uma destrua a outra. Estar sozinho na própria interioridade, embora a mãe esteja por perto na realidade externa.

Em “Objetos transicionais e fenômenos transicionais”, Winnicott (1951/2000) descreve o estado intermediário em que os objetos existem em simultaneidade, tanto na interioridade como na externalidade. Ab’Saber (2021) define como “primeira materialidade não eu no interior mais subjetivo e onipotente do amplo narcisismo do bebê” (p. 80), um exemplo claro do início do processo maturacional da criança marcado por dualidades paradoxais. É o início do sentido de realidade no bebê ao reconhecer, sem ameaça, que uma realidade

preexistia a ele, mas que só passou a existir quando descoberta, fundamento para uma realidade compartilhada.

Embora Winnicott tenha vivido na primeira parte do século XX, ele é um pensador contemporâneo, nos termos que descrevemos acima. Sua obra faz uma crítica radical ao pensamento moderno, recusando definições operativas e baseadas na normatividade e na mensurabilidade. Recusa não só o uso de termos técnicos, como também o uso de “técnicas” para trabalhar com seus pacientes, preferindo chamar “de meios de se conseguir entrar em contato com a criança” (Winnicott, 1971/1984, p. 11). Ab’Saber (2021) considera – e concordo plenamente com ele – que, para Winnicott, nenhum significante dá conta do que se vive de fato no universo da transicionalidade.

A história de um ser humano é, desde o início, a história da relação deste indivíduo com o outro e com o mundo. Será uma história permeada de presenças e ausências, em que os acontecimentos mais importantes acontecerão no espaço do “entre”, um espaço que recusa dualismos e acolhe dualidades. “Portanto, o bebê deve ser pensado entre o que ele vive e faz com o que recebe do mundo e o que lhe é efetivamente dado por uma humanidade que o antecede” (Ab’Saber, 2021, p. 21).

O lugar onde as presenças e ausências estão no mesmo lugar: aqui os milagres podem ser vistos

Nossa primeira experiência com as coisas e os outros envolve necessariamente os encontros e não encontros vividos em nossa materialidade corpórea. O recém-nascido é apresentado às presenças e às ausências radicais com ritmos e modulações desconhecidos até o nascimento: luz e escuridão, fome e saciedade, repouso e excitação, silêncio e som. O papel da figura materna será fundamental na apresentação e ordenação destas presenças e ausências, buscando um ritmo e uma sincronicidade que tornem toleráveis os acontecimentos iniciais. A mãe funciona como uma reguladora do ambiente, evitando, com sua adaptação ao bebê, que este perceba o mundo como aterrador, como seria, de fato, sem ela. Ela assim o fará, ao entrar na pele e na mente do bebê, compartilhando os sentimentos como se fosse ele. Ela então reúne os pedaços do bebê em seu interior, deixando-os relativamente próximos, de modo que a integração se torna uma decorrência natural (Prochet, 2000).

A passagem dos objetos da interioridade para a exterioridade não acontece de forma abrupta, há um processo de transição em que a presença da mãe é

gradualmente substituída por coisas e objetos que passam a adquirir a característica singular de sustentar uma condição paradoxal: serem ao mesmo tempo subjetivos (criação da criança) e objetivos (localizados na externalidade). Estes objetos localizados na externalidade serão investidos de uma qualidade afetiva que os transforma em internos, apesar de permanecerem na realidade.

Quanto maior a possibilidade de trocas, combinações e mesmo oposições, mais criativo o indivíduo poderá se tornar, contribuindo para um viver em movimento e mudança de maneira mais harmônica. Este processo acontece juntamente com a criação e o desenvolvimento de uma área do psiquismo da criança que vai permitir a coexistência das inúmeras dualidades e multiplicidades encontradas em seu desenvolvimento. É o que Winnicott (1971/1975) chama de espaço potencial, lugar privilegiado onde há a possibilidade de estabelecer correspondências bilaterais entre as duas razões, funcionando como uma espécie de ponte entre ambas, embora nunca haja a completa tradução entre elas, sempre existindo o para além, aspectos que serão intraduzíveis e incomunicáveis.

Também chamado de “terceira área de experiência” ou “área da ilusão”, é um espaço onde o dualismo não tem lugar. O que é relevante não é o elemento isoladamente, mas as conexões possíveis de serem estabelecidas com outros elementos (presentes e ausentes) ou áreas próximas ou distantes, criando uma rede de ligações que organiza as experiências ocorridas na interação destas áreas.

Coelho Júnior (2001) descreve:

Não são experiências puramente subjetivas, nem puramente objetivas. Elas não se dão “dentro” do sujeito, mas também não ocorrem “fora”, no mundo. Binswanger (1933: 343-344) afirma: “Não se deve perder de vista que o espaço (neste sentido bastante amplo) não pode ser encontrado ‘no sujeito’, nem no mundo [...]. Habito o espaço, não o possuo, nem posso circunscrevê-lo. Neste espaço vivido não há dentro e fora, interno e externo. Há, se quisermos, expansão e retraimento, queda e elevação. (p. 13)

Neste lugar, os acontecimentos vividos pelo bebê podem vir a se tornar experiências pessoais, uma apropriação impossível de ser realizada na ausência destas condições descritas acima. Quando o espaço potencial pode ser preenchido com a imaginação do bebê, este potencial imaginativo/alucinatório encontra o objeto objetivo, real. Duas dimensões, muito diferentes, integram-se num lugar comum, sendo possível viver em simultaneidade a experiência de encontro e

inauguração do momento de ilusão. Será esta ilusão, o ato da criação de si e do mundo, que irá constituir o ser humano.

A unidade fusional indiferenciada mãe-bebê cria uma unidade que protege o bebê até ele estar pronto para o espantoso ato de coragem de agrupar partes de si, reivindicar estas partes como próprias, repudiar o resto, mesmo temendo o ataque do mundo e poder dizer EU SOU (Winnicott, 1968/1989).

Ao mesmo tempo em que a presença materna realiza esta tarefa gigantesca, será fundamental que a ausência da mãe também ocorra, no tempo e no modo que a criança puder suportar sem viver uma ameaça de colapso. O tempo da ausência será o tempo do diferente e do novo – um tempo e um espaço constitutivos.

Qualidades opostas, dualidades e multiplicidades podem acontecer e fazer parte, ao mesmo tempo, não só do espaço na interioridade da criança, como oferecendo a ela uma experiência inaugural do paradoxo – realidade e fantasia, interno e externo, presente e ausente. Para que a maior conquista deste espaço seja criada – o objeto transicional – é fundamental a ausência da mãe, mas, ao mesmo tempo, é fundamental que ela tenha estado presente, repetidas vezes antes disso, para que a ilusão de presença vinculada ao objeto real tenha valor. Se tentarmos solucionar o paradoxo, separando nas razões paradoxais ou utilitárias, perdemos o próprio paradoxo e a capacidade de apreender a beleza desta experiência.

A ausência de comunicação temporária entre o bebê e sua mãe permite a ambos serem atingidos por outras vivências que não derivem desta busca unitária, num risco de fusão mortífera. A criança não precisará mais depender exclusivamente de sua mãe para dar sentido a suas experiências. Ela mesma precisará fazê-lo e partir ao encontro de outras experiências. Pouco a pouco, fará cada vez mais novas coisas em seu constante processo de interação e adaptação com o mundo, até também estar habilitada a desenvolver seu pensamento lógico formal pessoal enquanto que, simultaneamente, também é capaz de viver plenamente sua interioridade.

No artigo “Psicanálise ontológica ou ‘O que você quer ser quando crescer?’”, Thomas Ogden (2020) relata uma pergunta que ele costumava fazer a todos os adolescentes que atendia: O que eu quero vir a ser? Quem é que eu quero me tornar? Ele dava grande importância às respostas oferecidas.

Ogden (2020) considera que há dois tipos de psicanálise: uma relacionada ao conhecimento e à compreensão, cujos principais representantes são Freud e Melanie Klein. O segundo tipo seria a psicanálise ontológica, relaciona-

da ao ser e ao tornar-se, tendo como referências Winnicott e Bion. A psicanálise ontológica envolve, sobretudo, a busca de sentidos de ser, modos criativos de se tornar mais vivo. Winnicott (1989/1990) considera que a necessidade primordial de um indivíduo é ser si mesmo e manter o esforço permanente em continuar a ser, e isto só acontece se houver uma pessoa/ambiente que esteja lá desde o princípio para facilitar a sustentação e o desenvolvimento deste processo. Winnicott entende que “nos estágios iniciais, a dependência do ambiente é tamanha que não há utilidade alguma em pensarmos no novo indivíduo humano como sendo ele a unidade. Nesse estágio, a unidade é o conjunto ambiente-indivíduo” (p. 153).

Winnicott desenvolve o tema da comunicação silenciosa entre o bebê e a sua mãe, comunicação esta que se dá por meio da experiência intercorpórea através da ênfase na presença física e psicologicamente conectada entre a mãe e o bebê para que os fenômenos do uso do objeto possam acontecer. Através de sua adaptação ativa, a mãe vincula as necessidades de seu bebê à comunicação, condição sem a qual nenhum processo de saúde pode acontecer. O atendimento das necessidades corpóreas inaugura a possibilidade da construção do eu e suas demandas específicas, numa comunicação passível de ser estabelecida não através da linguagem oral, mas pelo gesto que vai de encontro à esta necessidade. É uma tarefa que não se refere à satisfação pulsional ou a conquistas cognitivas ou motoras, mas a conquistas e construções relacionais que acontecem a partir da continuidade de experiências com as presenças e as ausências ambientais.

A sucessão dos fenômenos vividos oferece ao bebê um senso de continuidade e confiabilidade, permitindo que este seja capaz de sedimentar suas vivências e tornar-se, assim, ele mesmo, responsável pela memória e organização dessas. A capacidade amorosa da mãe funda o lugar onde existir e a realidade podem se constituir e coexistir, um sentimento de confiança básico que permite “a instalação de uma crença nas pessoas e na disponibilidade de cuidado e ajuda” e eu incluo o devir (Winnicott, 1970/1987, p. 227). Acredito ser este o milagre ao qual a epígrafe deste trabalho se refere. Poder tolerar as ausências, aguardar o que não está lá, mas que acredito poderá vir a ser.

O tempo da travessia em busca de ilhas desconhecidas

Testemunhei uma cena inesquecível há dois anos. Uma mãe com seu bebê recém-nascido. Na hora da mamada, uma de suas primeiras, o bebê tem dificuldade em pegar o bico do seio, ainda não coordena a respiração e a sucção. Ele

engasga, o bico lhe escapa. Fica cada vez mais agitado e o choro se intensifica, seu corpinho se contorce, recusando o seio. A mãe experiente tenta, de várias maneiras, apresentar-lhe o bico, mas ele não consegue sugar e tudo se desorganiza. Choro forte, caos e fúria.

A mãe, calma, conversa com seu bebê: “Você ficou aborrecido, está difícil, eu sei, mas você vai conseguir, pode se acalmar, vai dar tudo certo”. Tira o bebê do seio e o aconchega, abraçando-o firme, aninhado na dobra do pescoço. Embala suavemente a criança, oferecendo uma chupeta de recém-nascido a ele. A chupeta é vazada, tem uma reentrância onde é possível colocar um dedo no interior do bico. Desta forma, a criança encontra algo para sugar com textura e densidade de carne humana, firme, viva e flexível. A criança se acalma, encontrando refúgio no emalo sereno e ritmado. Não demora muito e encontra também o ritmo entre a respiração e a sucção da chupeta. Só então a mãe suavemente desliza o bebê de volta à posição de mamar, afasta a chupeta e reapresenta o bico do seio que pode ser finalmente encontrado, o ritmo mantido e a mamada acontece. Mais tarde, saciado, o bebê brinca com o bico, usufruindo, não mais o leite, mas o repouso no corpo da mãe.

Se o seio disponível é, ele permite ao bebê também vir a ser, via identificação; se o seio simplesmente age, mas não é, o bebê também não será, ou, no mínimo, terá o seu ser truncado. Entendo que afirmar que “o seio é” pressupõe, aí, uma forma materna de existir autônoma, serena, tranquila, que não depende de nada nem de ninguém que a confirme enquanto tal; portanto, capaz de ultrapassar o próprio narcisismo para se adaptar às necessidades do bebê. Por outro lado, o “seio que não é” indica uma mãe que depende da confirmação de um outro para existir, portanto, que simplesmente age, moldando a sua ação não às necessidades do bebê, mas às urgências de afirmação e confirmação dela própria como ser humano (e, em particular, como mãe). (Naffah Neto, 2010, p. 129)

“Ser”, no caso, está relacionado a uma experiência emocional da dupla mãe-bebê que emerge sem a interferência de elementos externos ao processo em curso, afirmando que aquilo que foi vivido deriva deles próprios e permitindo o sentimento de criação daquela experiência. A mãe estava lá, preexistia, sabe que é sua função garantir a sobrevivência do seu bebê, alimentando-o. No entanto, deixa-se descobrir no momento em que o bebê se torna capaz de fazê-lo. Ao se deixar descobrir, descobre aquele bebê e se descobre como sua mãe. Um e outro vão se criando.

N’*O conto da ilha desconhecida* de José Saramago (1998), um homem vai até o castelo do rei para pedir-lhe um barco, pois deseja ir à busca de uma ilha desconhecida. O rei achou um absurdo o pedido. Afinal, todas as ilhas existentes já estavam assinaladas no mapa, ao que o moço respondeu que no mapa só estavam registradas as ilhas conhecidas, ele queria partir em busca de uma ilha desconhecida. O rei insiste em perguntar ao moço informações objetivas que evidenciassem a existência da ilha:

E que ilha desconhecida é essa de que queres ir à procura. Se eu to pudesse dizer, então não seria desconhecida. [...] por que teimas em dizer que ela existe. Simplesmente porque é impossível que não exista uma ilha desconhecida. Não te peço marinheiros nem piloto, só te peço um barco. (Saramago, 1998, p. 17-18)

Considero *O conto da ilha desconhecida* uma das narrativas mais expressivas e poéticas sobre a incrível jornada da criança em busca de si mesma. Para Winnicott (1968/1988), as experiências primordiais infantis estão ligadas “à busca de um objeto” – movimento do bebê em direção à exterioridade, que ele sequer sabe que existe, mas que vai poder se constituir através das trocas físicas estabelecidas entre a mãe e seu bebê² – o toque, o olhar, o cheiro, em que “a comunicação é uma questão de reciprocidade na experiência física” (Winnicott, 1969/1994b, p. 202). Temos em nós, desde o nascimento, o anseio de ir à busca de ilhas desconhecidas. Uma criança não pode existir sem que tenha sido capaz de descobrir seu próprio e inaugural lugar no mundo, um lugar seu, de existência singular.

Bion (citado por Fochesatto, 2013), em sua teoria sobre o pensar, assinala que, no início, o indivíduo tem pensamentos antes que seja capaz de pensar, isto é, que há uma pré-concepção, uma expectativa de que vai existir algo na exterioridade que irá aplacar as necessidades inatas do bebê. São pensamentos inicialmente vazios, espaços de disponibilidade para que uma experiência emocional aconteça. Quando a pré-concepção encontra uma realização, estabelece-se uma conexão resultante desta troca, como Winnicott descreveu acima.

No entanto, para que a criança comece a desenvolver a capacidade de pensar há uma condição específica para tal. Assim como a experiência de satis-

fação foi necessária, também será essencial que uma experiência de frustração aconteça para que um pensamento possa ser concebido. Ela só não pode ser além da capacidade da criança de suportá-la. Ela precisa de ajuda do meio para a tarefa de descobrir o mundo e descobrir-se. “Vou dar-te um barco, mas a tripulação terá de arranjá-la tu, os meus marinheiros são-me precisos para as ilhas conhecidas” (Saramago, 1998, p. 19-20).

O homem, ao chegar ao porto e procurar o barco no cais, é novamente indagado pelo capitão, que reafirma não haver ilhas desconhecidas:

É estranho que tu, homem do mar, me digas isso, que já não há ilhas desconhecidas. [...] todas as ilhas, mesmo as conhecidas, são desconhecidas enquanto não desembarcamos nelas, Mas tu vais à procura de uma onde nunca ninguém tenha desembarcado, Sabê-lo-ei quando lá chegar, Se chegares, Sim, às vezes naufraga-se pelo caminho, mas se tal me viesse acontecer, deverias escrever nos anais do porto que o ponto a que cheguei foi esse, Queres dizer que chegar, sempre se chega, Não serias quem é se não o soubesse já. (Saramago, 1998, p. 27-28)

O homem não consegue marinheiros para ir consigo, exceto a mulher da limpeza que o acompanhou desde o castelo, desde seu pedido inicial. Ela lhe pergunta por que não contou aos marinheiros sobre a ilha: “Como poderia falar-lhes eu duma ilha desconhecida, se não a conheço? – Mas tens a certeza de que ela existe” (Saramago, 1998, p. 39).

A mulher também duvida:

E se for uma ilusão? Quero encontrar a ilha desconhecida, quero saber quem sou quando nela estiver, Não o sabes, Se não saís de ti, não chegas a saber quem és. (Saramago, 1998, p. 40)

É necessário sair da ilha para ver a ilha, que não nos vemos se não nos saímos de nós. (Saramago, 1998, p. 41)

Pedi-lha (a embarcação) para ir procurar uma ilha desconhecida, Mas estas coisas não se fazem do pé para a mão, levam o seu tempo, já meu avô dizia que quem vai ao mar avia-se em terra. (Saramago, 1998, p. 46)

Uma criança precisa ser capaz de ir à busca de algo que ela sequer sabe que existe, mas que ela precisa acreditar que exista e precisa que alguém acredite que ela seja capaz de ir em busca disto, sem questionar nem sua capacidade ou existência do adiante, do desconhecido. É preciso que haja a confiança implícita que a não

2. Situação que já vinha acontecendo desde a vida intrauterina, quando o bebê se comunicava com a mãe em sua interioridade, corporal e psíquica. O nascimento não rompe, apenas modifica, esta comunicação absolutamente única que se estende ao longo dos primeiros meses de vida da criança.

existência, a ausência, não implicam inexistência ou falta, mas uma contingência do próprio processo que irá acontecer ao longo do tempo necessário para ele.

O bebê será capaz de, por seus próprios caminhos, criar o mundo externo e alcançar a capacidade de relacionar-se com a realidade externa sem que isto represente ameaça para o si mesmo. Para que isto aconteça, dependerá de ele ter sido cuidado de tal forma que a apresentação do mundo externo não tenha implicado a perda da realidade de seu mundo subjetivo.

Como visto na vinheta clínica, a presença materna e sua capacidade de adaptabilidade foi o diferencial qualitativo das primeiras experiências do bebê. Uma mãe não pode não estar de menos nem estar demais, cumprindo sua tarefa de ser continente, de barco, através da “preocupação materna primária”. Ela irá aceitar ser usada como um objeto em construção, um proto-objeto transicional, suficientemente mutável para ser adaptativo e suficientemente estável para ser confiável (Prochet, 2021).

Através da identificação total com seu bebê, a mãe sustentou um lugar em que seu bebê pôde criar com sucesso suas primeiras experiências. Foi capaz de conter sua própria ansiedade, não o forçou a fazer algo que ele não estava pronto. Afastou o bebê da fonte de angústia, aninhando-o com seu corpo, sustentou com serenidade sua desorganização e, apenas com a criança acalmada, permitiu que uma nova oportunidade de criação e descoberta do seio ocorresse. O colo e o psiquismo da mãe sustentaram o bebê ao longo de sua tarefa de criação do mundo.

O homem e a mulher, cansados, adormecem.

Perguntava-se se já dormiria, se teria tardado a entrar no sono, depois imaginou que andava à procura dela e não a encontrava em nenhum sítio, que estavam perdidos os dois num barco enorme, o sonho é um prestidigitador hábil, muda as proporções das coisas e suas distâncias, separa as pessoas se ela estão juntas, reúne-as, e quase não se veem uma a outra, a mulher dorme a poucos metros e ele não soube como alcançá-la. [...] ele levou toda a noite a sonhar (Saramago, 1998, p. 50)

Através da repetição das experiências de presença e ausência, uma criança se torna capaz de constituir fronteiras e limites psíquicos, construindo os elementos fundamentais de sua subjetividade: a noção de si mesmo, de alteridade, de sua corporeidade e a noção de mundo, a partir do encontro com a realidade interna e a criação recíproca de uma exterioridade. Quando esta dualidade presença/ausência não acontece e não há espaço para a representação, a mãe continua sendo

a parte “eu do Bebê”, sem que ele possa vir a ser um eu em separado. Todos os espaços já são conhecidos e ocupados, não há novos espaços que a criança possa descobrir, ela não está autorizada a partir em busca de sua ilha a ser descoberta.

As dúvidas e as incertezas geradas pela falência dos mitos de verdade única e universalidade levaram o homem contemporâneo a se defrontar com a descontinuidade, o pluralismo e a multideterminação. Vivemos num impasse entre cosmogonias, atraídos pelo conforto que a perspectiva dualista oferece, por ser uma forma muito mais eficaz de evitação de sofrimento psíquico, eliminando incertezas e ambiguidades, mas, ao mesmo tempo, nos sentimos receosos e ameaçados por uma coletividade globalizante que anula a singularidade e impede o reconhecimento dos limites e do irredutível, de tudo aquilo que pode ser experimentado como real além do sujeito.

É fundamental reconhecer que viver implica impermanência e ter a possibilidade de poder continuamente construir e reconstruir, numa organização não mais pautada em presença e ausência como elementos excludentes, mas em termos essenciais de criação e adaptabilidade. Paradoxalmente, a criança, apenas ao sobreviver a tantas transformações, pode adquirir um senso de estabilidade e consistência que liga, de forma sutil, tudo o que foi vivido. Torna-se capaz de novas relações, novas buscas, novos encontros, novas perdas, novas identificações, novos lutos, viva ao longo de um processo que demanda tempo e lugar para acontecer.

Como diz Winnicott (1966/2005): “Toda criança precisa tornar-se capaz de criar o mundo, caso contrário ele não terá nenhum significado” (p. 125). Sabemos que esta não é uma tarefa única, a ser completada no início da vida. Precisamos criar e recriar os mundos, internos e externos, através de suas descontinuidades permeadas de presenças e ausências, e apesar delas e por causa delas, ser capazes de estabelecer ligações entre elas. Conectar o que foi vivido, o presente e o futuro como parte de um processo contínuo de descoberta de si e do mundo, fundamentado pelas experiências primitivas adquiridas na unidade mãe-bebê, sustentados pela confiança oriunda das experiências originárias de que sempre haverá ilhas desconhecidas a serem encontradas.

Acordou abraçado à mulher da limpeza, e ela a ele, confundidos os corpos, confundidos os beliches. Depois [...] o homem e a mulher foram pintar na proa do barco, de um lado e do outro, o nome que ainda faltava dar à caravela. Pela hora do meio-dia, com a maré, A Ilha Desconhecida fez-se enfim ao mar, à procura de si mesma. (Saramago, 1998, p. 62)

When nothing happens, there is a miracle that we don't see

Abstract: *Presence and absence are constant psychic experiences in human life. In contemporaneity, a multiplicity of phenomena coexist in a multifaceted perspective, which justifies talking about paradoxical dualities. The fundamental element is the idea of transformation as a condition of existence. The maternal presence and its capacity for adaptability will be the qualitative differential in the baby's first experiences, sustaining its task of creating the world. We need to create and recreate the world, both internal and external, through their discontinuities, permeated by presences and absences, and despite them and because of them, be able to establish links between them.*

Keywords: *presence; absence; paradoxical dualities; contemporaneity; adaptive capacity.*

Cuando no ocurre nada, hay un milagro que no vemos

Resumen: *Presencia y ausencia son experiencias psíquicas constantes en la vida humana. En la Contemporaneidad, una multiplicidad de fenómenos coexisten en una perspectiva multifacética, lo que justifica hablar de dualidades paradójicas. El elemento fundamental es la idea de transformación como condición de la existencia. La presencia materna y su capacidad de adaptabilidad serán el diferencial cualitativo en las primeras experiencias del bebé, sustentando su tarea de crear el mundo. Necesitamos crear y recrear los mundos, interno y externo, a través de sus discontinuidades impregnadas de presencias y ausencias, y a pesar de ellas y gracias a ellas, ser capaces de establecer vínculos entre ellos.*

Palabras clave: *presencia; ausencia; dualidades paradójicas; contemporaneidad; capacidad adaptativa.*

Referências

- Ab'Saber, T. (2021). *Winnicott: experiência e paradoxo*. Ubu Editora.
- Alvarez, A. (2020). *Companhia viva*. Blucher.
- Coelho Junior, N. E. (2001). A superação da dualidade interno/externo nas teorias fenomenológicas de Binswanger e Merleau Ponty. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 4(2): 11-17.
- Fochesatto, W. P. F. (2013). Reflexões sobre a “teoria do pensar”, de Bion. *Estudos de Psicanálise*, 40: 119-122.
- Freud, S. (1986). Carta a Fliess (7 de julho de 1898). In Masson, J. M. *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess (1887-1904)* (V. Ribeiro, trad.). Imago.
- Freud, S. & Breuer, J. (2016). Estudos sobre a histeria. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 2). Companhia das Letras. (Original publicado entre 1893 e 1895).

- Harari, Y. N. (2015). *Sapiens: uma breve história da humanidade*. L&PM.
- Harari, Y. N. (2016). *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. Companhia das Letras.
- Harari, Y. N. (2018). *21 Lições para o século 21*. Companhia das Letras.
- Harari, Y. N. (2020). *Notas sobre a pandemia: e breves lições para o mundo pós-coronavírus*. Companhia das Letras.
- Langlands, S. N. (2003). *O lugar dos processos criativos em Wilfred Bion*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Naffah Neto, A. (2010). Paradoxo e racionalidade no homem winnicottiano: a sombra de Heráclito de Éfeso. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 44(2): 123-133.
- Ogden, T. H. (2020). Psicanálise ontológica ou “O que você quer ser quando crescer?”. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 54(1): 22-45.
- Pessoa, F. (1988). Tabacaria. In F. Pessoa, *O guardador de rebanhos e outros poemas*. Cultrix. (Original publicado em 1928).
- Pondé, C. & Peixoto Junior, C. A. (2019). O paradoxo da unidade na dualidade: elementos para a clínica dos casos-limite. *Estilos da Clínica*, 4(1): 98-110.
- Prochet, N. (2000). *Tempo de criação*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Prochet, N. (2021). *A hospitalidade encarnada na escuta analítica*. Encontro Clínico on-line da SPCRJ em 28 de agosto de 2021. Recuperado de <https://youtu.be/aMxeWAmKT70?si=TjU6pjSAWyh2wcB5>.
- Rosa, G. (2001). O Espelho. In G. Rosa, *Primeiras estórias*. Nova Fronteira.
- Safra, G. (2005). *Curando com histórias: A inclusão dos pais na consulta terapêutica das crianças*. Sobornost.
- Saramago, J. (1998). *O conto da ilha desconhecida*. Companhia das Letras.
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Imago. (Original publicado em 1971).
- Winnicott, D. W. (1983a). Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento*. Artes Médicas. (Original publicado em 1963).
- Winnicott, D. W. (1983b). A capacidade de estar só. In D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento*. Artes Médicas. (Original publicado em 1958).
- Winnicott, D. W. (1984). *Consultas terapêuticas em psiquiatria infantil*. Imago. (Original publicado em 1971).
- Winnicott, D. W. (1987). Assistência residencial como terapia. In D. W. Winnicott, *Privação e delinquência*. Martins Fontes. (Original publicado em 1970).
- Winnicott, D. W. (1988). A comunicação entre o bebê e sua mãe: convergências e divergências. In D. W. Winnicott, *Os bebês e suas mães*. Martins Fontes. (Original publicado em 1968).
- Winnicott, D. W. (1989). Sum, eu sou. In D. W. Winnicott, *Tudo começa em casa*. Martins Fontes. (Original publicado em 1968).

Neyza Maria Sarmiento Prochet

Winnicott, D. W. (1990). *Natureza humana*. Imago. (Original publicado em 1989).

Winnicott, D. W. (1994a). Sobre o uso de um objeto. In D. W. Winnicott, *Explorações psicanalíticas*. Artes Médicas. (Original publicado em 1968).

Winnicott, D. W. (1994b). A experiência mãe-bebê de mutualidade. In D. W. Winnicott, *Explorações psicanalíticas*. Artes Médicas. (Original publicado em 1969).

Winnicott, D. W. (2000). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Imago. (Original publicado em 1951).

Winnicott, D. W. (2005). Ausência do sentimento de culpa. In D. W. Winnicott, *Privação e delinquência*. Martins Fontes. (Original publicado em 1966).

Recebido: 01/09/2024

Aceito: 21/09/2024

Neyza Maria Sarmiento Prochet

neprochet@gmail.com

Artigos temáticos

Uma linha tênue entre separar e morrer

Karina Miziara Rocha¹

RESUMO: Este estudo explora o processo psicoterapêutico de um menino de nove anos que apresentava quadro de ansiedade e fobias após um evento traumático. O paciente exibia sintomas como hábitos alimentares restritivos e medos constantes. Através da teoria psicanalítica, percebe-se a manifestação da ansiedade de castração e do complexo de Édipo, bem como questões relacionadas ao controle, agressividade e ansiedade de separação. Ao longo de um ano e meio, intervenções terapêuticas utilizando o manejo da transferência, assim como uma apropriação do *setting* analítico, viabilizaram uma melhora na elaboração dos medos e fobias, embora os problemas alimentares tenham persistido.

PALAVRAS-CHAVE: ansiedade infantil; objetos transicionais; *setting* analítico; complexo de Édipo.

O caso clínico: aquecimento

Fui contactada por Vanessa em janeiro de 2018, trazendo uma demanda de atendimento psicoterápico para seu filho único, João, que na época tinha nove anos.

Em uma primeira entrevista, a mãe contou que teve um quadro de hipotensão liquórica após o parto, com dores lancinantes na nuca e na cabeça, que a obrigavam a permanecer deitada. Sua irmã, que é médica, lhe deu todo suporte, mas como consequência, ela não conseguia segurar o filho e acabou não amamentando. “Demorou um tempo para conseguir segurá-lo e, no início, eu só fazia chorar”. O pai, Marcos, é descrito como sendo sempre carinhoso e presente e se dividia entre cuidados dispensados ao filho e à esposa.

1. Membro Associado da SBPRJ, Mestre em Psicologia Social pela UFMG, Especialista em Saúde Mental pelo Instituto Philippe Pinel e pela Fiocruz.

Esse relato inicial remeteu-me à fala de Winnicott (1957/1982): “As crianças são uma carga”, acrescentando, “e se trazem alegria é porque duas pessoas decidiram aceitar esse tipo de carga; na realidade, concordaram em não chamá-la de carga, e sim de bebê” (p. 22). O parto, para além de qualquer idealização que se possa criar em torno da decisão de se ter um bebê, nos confronta com a realidade envolvida nesse percurso.

Passado esse início turbulento, a infância transcorreu sem maiores intercorrências. Os pais descrevem o filho como um menino muito inteligente, maduro para a idade, e feliz. O que naquela época os preocupava, e os principais motivos alegados para que o trouxessem ao meu consultório foram: o fato de ele estar muito abaixo do peso, apresentando uma “recusa” em experimentar coisas novas, com uma dieta muito restrita; e o fato de ter muitos medos, como vieram a descrever. João presenciou um assalto à mão armada em uma noite que passou na casa de um tio e, desde então, tinha muita dificuldade para dormir. Ele “até dorme cedo [e é quando os pais conseguem namorar], mas acorda cerca de duas horas depois apavorado e precisam manter a luz do corredor acesa e a porta do quarto aberta...”.

Presenciar o assalto, no momento edípico que passava, deu a João um componente material, que viria a confirmar a ameaça da castração, aumentando sua dificuldade de dormir e suas fobias, por representar uma angústia real.

Marcos descreve um medo recorrente de João: “desde o assalto, João imagina que ninjas com facas vão entrar pela janela do apartamento para atacá-lo”.

Ele tinha acabado de entrar em uma escola nova, bem maior que a anterior, e os pais temiam que esse medo atrapalhasse sua adaptação.

Após essa entrevista inicial, marquei um encontro com João.

Primeira entrevista com João

João entrou em minha sala com um gesto muito significativo do que viveríamos em pouco mais de um ano de tratamento: ele “mergulhou” no chão e ficou confortavelmente sentado no tapete. Eu levantei de minha cadeira, sentei-me próxima e começamos a interagir.

Ele estava com uma camisa de time e logo me perguntou:

– Sabe que time é esse?

– Bem, sei que não é o Botafogo, mas que time é, isso não sei não.

Após uma boa gargalhada, João respondeu:

– É do Juventus! kkkk, sabia que não conhecia!! Pelo menos sabia que não era o Botafogo... pensei que ia errar...

– Pelo menos...

– E esse passe, sabe qual é?

João pegou uma bola de futebol que eu tinha na sala e começou a me mostrar vários passes: caneta, bicicleta, carrinho... “esse é drible, oh!”, me convidando para sua performance. Depois de muitas jogadas, quase ao final da sessão, perguntei:

– Tô vendo que você sabe de muitas coisas, João, que tem muito a me ensinar. E eu, o que será que posso fazer por você?

– Você tem poderes mágicos!

– Jura? E pra que eles servem?

– Pra me ajudar...

João chegou bem perto de mim e, de cabeça baixa, me esticou as mãos. Eu as segurei e ele falou:

– Viu? Eu preciso que você me ajude em três coisas: parar de roer as unhas, medo de experimentar coisas novas e parar de me preocupar com coisas que não deveria, coisas de adulto.

– O que são coisas de adulto?

– Eu sou muito positivo, sabe? Quer dizer, negativo. Penso em todas as possibilidades. Uma vez estava com minha mãe em um país da América Latina, daí pegamos um táxi e eu fiquei com muito medo de ele nos roubar. Pedi para ficar com a carteira dela e quis conferir muitas vezes o dinheiro antes de ele pegar. E eu tenho muito medo de um homem descer de paraquedas com um facão na minha casa e cortar a rede de proteção.

– E o que aconteceria sem essa rede?

– Eu caio, né?!

– Será?

João fez que não sabia, levantando as duas mãos.

A partir do relato de João, percebi a ambivalência presente em seu pensamento (através do ato falho positivo x negativo), que me remeteu ao cerne do complexo de Édipo: um menino que nutre desejos incestuosos pela mãe e quer se livrar do pai; pai amoroso que também ama, trazendo a necessidade de deslocar seu desejo, também como resposta à angústia de castração (Freud, 1924/2011). Além disso, seu relato traz questões relacionadas à onipotência e à falta, afinal, ele procura alguém com poderes mágicos!

O episódio no táxi exemplifica a tríade presente neste contexto: ele controla a carteira da mãe (a palavra *boceta*, em espanhol, língua falada no país em que estavam, também tem como um de seus significados um porta-moedas), confere o dinheiro e reluta em entregá-lo ao taxista. E assim controla a vida sexual dos pais, que namoram quando o sono vence, até que seja rapidamente acordado e retome seu posto controlador.

João também traz de mãos estendidas, para não dizer “de mãos beijadas”, os desdobramentos clínicos de seu drama, ao mesmo tempo tão particular e universal: o ato de roer as unhas, que nos remete à ansiedade, mas também possivelmente à fase oral, refazendo o caminho da sexualidade na relação mãe e filho em seus primórdios (Freud, 1905/2016); à inibição alimentar (pela recusa em comer coisas novas) e ao medo “de ser atacado por ninjas com facas”, escancarando o complexo de castração.

Escutar seu relato, junto à entrevista anterior com os pais, era como me transportar para a Viena do início do século XX, e me encontrar diante de um pequeno Hans (Freud, 1909/2005) assombrado pelo complexo de castração, negociando com seus medos e inibições, na busca de acomodar amor, desejo e separação, dentro de seu corpo franzino. A atualidade freudiana subverte a noção de tempo, suspende anos, e aproxima gerações tão distantes. Assim como o espaço que, através da transferência, transformou minha sala de poucos metros quadrados em um imenso campo de futebol.

Iniciamos um tratamento com frequência semanal, mas acomodamos, porém, uma peculiaridade: por saber que eu iria me mudar no ano seguinte, avisei à família que poderia atendê-lo por, no máximo, um ano e meio. Ou seja, esse tratamento trazia a marca da separação.

O jogo

Nos primeiros meses de terapia, os pais compareciam de tempos em tempos ao consultório. Nestas ocasiões, relataram uma enxurrada de medos por parte do filho, alguns novos, que se juntavam aos já conhecidos. João tinha medo das provas da nova escola, tinha medo dos ninjas, de pássaros na rua, dos assaltantes que poderiam chegar a qualquer momento.

Por ocasião de uma viagem de férias à uma ilha no Caribe, João viveu o auge de sua fobia de animais; especialmente aqueles “do céu e da água”: ambientes que, segundo sua explicação, o deixavam em clara desvantagem, “por não controlar o meio”. João gritava com a aparição de qualquer pássaro no céu e

se desesperou em um passeio de barco. Não conseguia imaginar-se mergulhando com “aquelas tartarugas marinhas”.

Mas nada disso aparecia em suas sessões. Pelo contrário, quando estava comigo, João parecia cada vez mais forte e agressivo. Chegava na sala, pegava sua bola e iniciava a partida de futebol. Seu objetivo era fazer tantos gols quanto o tempo da sessão permitisse. Esse comportamento repetitivo, aparentemente sem trocas de conversas, poderia ser expressão de recusa ou afastamento. Ou mesmo de demonstração de força e agressividade. Ou ainda uma forma de lidar com um possível medo no consultório, tão comum, uma vez que se encontrava em um campo de futebol; um ambiente em que se sentia à vontade.

Os jogos tinham regras bem definidas, por ele, e sempre o beneficiavam. Se eu reclamava, ele gritava: falta! Ele sentia um júbilo a cada bola que entrava debaixo da minha poltrona/trave, e não aceitava, sob hipótese alguma, que eu também pudesse fazer um gol. Como resultado desse jogo/ato sexual – na medida em que envolve penetração da sua bola entre as pernas da analista – tínhamos placares disparatados: 100 x 0, 200 x 2, 350 x 1, e assim por diante. No começo, eu questionava bastante, dizia que assim não tinha graça, tentava problematizar. Estava em busca de uma “lei” (Lacan, 1963/2005) que pudesse fazer parte daquele jogo. Até que entendi que algo muito anterior estava se processando. Algo de sua relação com a analista, como uma necessidade de controlar a situação, o ambiente e as regras, em um jogo em que podia extravasar seus desejos e, ao mesmo tempo – sem a presença do pai – ser o próprio juiz. Sendo assim, optei por seguir nesse “jogo”, sem pensar em “fechar as pernas” para “atuar” com a lei e não apenas falar, na medida em que via a importância daquela repetição em seu processo analítico.

Melanie Klein, ao discorrer sobre o amor e o ódio presentes em nossas relações mais primitivas e as formas sublimatórias de lidarmos com a agressividade e o ódio advindos dessas relações, afirma que:

Uma das muitas maneiras em que a agressividade pode ser legitimamente e até louvavelmente traduzida é nas competições, em que o adversário é provisoriamente - e o fato de ser provisório também ajuda a reduzir o sentimento de culpa - atacado com sentimentos que também derivam de situações emocionais primitivas. Existem portanto diversas maneiras - algumas sublimadas, outras diretas - através das quais a agressividade e o ódio encontram expressão em pessoas que são ao mesmo tempo muito generosas e capazes de amar. (Klein & Rivière, 1970, p. 107)

João pouco conversava, mas assim que entrava na sala apontava se um livro ou objeto estava fora do lugar. Arrumava, pegava sua bola e iniciávamos nossos jogos; jogos estes que às vezes pareciam fugir ao seu controle. Uma vez quebrou um espelho, por vezes bateu mais forte no divã, ou em outro móvel qualquer, e confesso que cheguei a ter medo de ser machucada também. Mas isso nunca aconteceu, apesar de as bolas virem cada vez mais fortes na minha direção.

Margaret Little (1990), ao discorrer sobre seu processo de análise com Winnicott, descreve quando ela quebrou um vaso em seu consultório e, em vez de reagir com punição ou julgamento, ele simplesmente restaurou o vaso. Esse ato foi carregado de simbolismo, representando a capacidade do terapeuta de suportar os danos causados pela paciente sem retaliar, oferecendo um espaço seguro para que a paciente pudesse explorar suas ansiedades e impulsos destrutivos sem medo de rejeição.

Assim como Margaret Little, João também manifestava sua agressividade de forma contundente. Meu desafio era suportar seus atos agressivos sem me desintegrar.

O comportamento de João pode ser compreendido transferencialmente como uma manifestação de agressividade dirigida a mim e ao próprio espaço terapêutico (*setting*). Nessa transferência, ele expressa suas angústias e impulsos agressivos, testando os limites do ambiente e, possivelmente, minha capacidade de suportar esses ataques sem desmoralizar ou retaliar. O medo que senti reflete não apenas a agressividade de João, mas também suas possíveis ansiedades em relação à confiança no ambiente terapêutico e na minha capacidade como terapeuta de “sobreviver” a esses ataques.

Um dia, perto do final da consulta, olhei a sala: não havia um só livro no lugar. Tinta, massinha, cola, papéis, almofada, copo, tudo, simplesmente tudo estava revirado. Quase pensando alto, perguntei:

- João, olha pra sala. É assim que você se sente?
- Isso. Só que tudo girando, sem parar.

Nesse dia, em silêncio, contrariando seu hábito de sair deixando tudo como estava, me ajudou a pegar peça por peça e arrumar, talvez como forma de reparação.

Certo dia, entre um chute e outro, João se interessou pela janela fechada da minha sala, que fica no andar térreo de uma casa com quintal.

- Onde ela dá? Perguntou.
- Abre! Respondi.

E assim ele o fez, com alguma hesitação.

- Ah, tem chão aqui fora! Posso pular?

- Se eu estiver junto, pode. Quer ver o que tem lá fora?
- Quero!

Ganhamos o quintal da clínica! Logo de início, João encontrou alguns pássaros voando. Quis voltar para a sala. Na sessão seguinte, pegou giz e uma *Nerf* (uma arminha de brinquedo que dispara dardos de borracha) que encontrou dentro do baú e pediu para voltarmos lá fora. Quando aparecia um pássaro, ele atirava em sua direção. Corria, gritava, se divertia com a situação. Depois sempre voltava para a sala. Passou algumas sessões repetindo esse ritual, até que deixou a janela de lado. “Prefiro jogar aqui dentro”.

A partida

E assim, já próximo do final do semestre, quando João entraria de férias e iríamos finalizar seu atendimento, ele chega à sessão, propondo um jogo diferente.

- Vamos jogar bola de luz apagada?
- Vamos.

O mesmo ritual: minha poltrona – que fazia as vezes de trave; João do outro lado da sala, a bola de um lado para o outro. Só que no escuro.

Depois de algum tempo, eu não aguentei.

- João, estou muito agoniada, não consigo ver nada! Como você está?
- kkkkk, eu tô tranquilo. Vou te ensinar um segredo. Você está vendo a bola daí?

- Não!
- Agora anda na minha direção.
- Ah, agora consigo ver.

– É isso. Eu me concentro no que está bem na minha frente, daí não tenho medo. Se a gente fica tentando olhar lá longe, não consegue e fica agoniado...

João começava a me ensinar aquilo que mais precisava aprender.

Freud (1916-1917/2014a), ao discorrer sobre a angústia, afirma que quando uma criança teme um estranho ou a escuridão, na verdade o que está em jogo é a separação de sua mãe: “O estranho e a escuridão são temidos pela mesma razão, pela separação da criança de sua mãe” (p. 539).

Bion (1979/2018) afirma: “*Open your eyes and you will see: it is darkness of the womb*”² (p. 2). João, ao propor o jogo no escuro, pôde, para além de qualquer

2. “Abra os olhos e você verá: é a escuridão do útero”.

palavra que pudesse encontrar, acionar a contratransferência (Bion, 1970/1991) em mim e me remeter a três dimensões de desamparo que traduzem a angústia que viveu: o desamparo do nascimento, o desamparo diante da ameaça de castração e, ainda, o desamparo frente à necessidade de se separar dos pais/analista como objetos de amor. E também demonstrou uma forma de ganhar controle sobre essa escuridão/separação.

Em “Inibição, sintoma e angústia”, Freud (1926/2014b) afirma que:

O perigo do desamparo psíquico se adéqua ao período de vida em que o Eu é imaturo, assim como o perigo da perda do objeto corresponde à dependência dos primeiros anos da infância, o perigo da castração, à fase fálica, a angústia ante o Super-eu, à época da latência. Mas todas essas situações de perigo e condições para a angústia podem subsistir uma ao lado da outra e induzir o Eu à reação de angústia também em épocas posteriores àquela adequada. É possível que também haja relações estreitas entre a situação de perigo que tem efeito e a forma da neurose subsequente. (p. 85)

Sendo assim, se ao nascer ainda não temos uma noção de objeto que nos permita falar em “separação” da mãe, sendo essa experiência marcada pelo narcisismo, temos uma experiência de desamparo (vivida como registro de prazer/desprazer) que perdura e se atualiza ao longo da vida, toda vez que nos vemos diante de uma ameaça de perda e/ou separação.

Um dia, já nas vésperas de nossa despedida, ele me ligou na hora da sessão. Estava chorando muito e disse que não queria vir. Contou que teve uma dinâmica na escola sobre o passado e lembrou do cachorrinho que morreu. Queria ir pra casa. Disse-lhe que entendia e que estaria esperando por ele na semana seguinte.

Ele veio e chegou me perguntando:

– Como a gente se separa sem morrer?

Fiquei muito impactada com sua elaboração, mas antes que pudesse responder, quem dirá interpretar, ele pegou a bola e chutou na minha direção! Jogamos como de costume e ao final perguntei se ele gostaria de levar a bola junto com ele. Primeiro ele a pegou todo contente, mas logo desistiu e a guardou na estante, explicando:

– Assim a gente pode jogar quando eu voltar aqui.

– Ótima ideia, João. Assim a gente se separa sem morrer, né?

Ele sorriu e saiu saltitante.

Winnicott (1971/1975), ao abordar o tema da diferenciação entre o relacionar-se com um objeto e usar um objeto, afirma que essa transição se dá pela ação do princípio da realidade.

Entre o relacionamento e o uso existe a colocação, pelo sujeito, do objeto fora da área de seu controle onipotente, isto é, a percepção, pelo sujeito, do objeto como fenômeno externo, não como entidade projetiva; na verdade o reconhecimento do objeto como entidade por seu próprio direito. (p. 125)

Ao renunciar à oferta de levar a bola (ou a analista) consigo, João demonstrou que podia usar o objeto (agora simbolizado) quando voltasse, podendo, assim, se separar sem morrer (Freud, 1920/2010).

Objeto que sobreviveu aos seus ataques destrutivos e retaliações e que, por isso mesmo, poderia voltar e reencontrá-lo. “O sujeito pode agora usar o objeto que sobreviveu” (Winnicott, 1971/1975, p. 126).

Dentro de uma perspectiva kleiniana, o desenvolvimento psíquico ocorre por meio de uma relação com os objetos internos e externos, os quais são inicialmente vividos como parciais e gradualmente percebidos como totais. A partir da integração dos objetos bons e maus, o sujeito consegue estabelecer uma relação mais madura com os objetos externos, sem depender de uma identificação onipotente ou projetiva. A bola utilizada no jogo entre João e eu, pode ser vista como um objeto transicional, que atuou como ponte entre a fantasia interna e a realidade externa. A dinâmica do jogo de futebol, com o movimento de chutar a bola para mim, ilustra a projeção de sentimentos ambivalentes, como a agressividade e a necessidade de reparação, típicos da posição esquizoparanoide. Ao aceitar deixar a bola na estante, João demonstrou que pôde internalizar a relação e utilizar o objeto de forma simbólica, expressando a capacidade de preservar a relação com o objeto sem a ansiedade da perda total, tal como Klein descreve no processo de reparação e luto (Klein, 1940/1991).

Nesse sentido, o futebol no *setting* kleiniano se tornou uma metáfora para os ataques simbólicos ao objeto (a analista), em que João expressou impulsos destrutivos e, ao mesmo tempo, a esperança de que o objeto sobrevivesse. O jogo permitiu a ele ensaiar a ambivalência de suas fantasias inconscientes: a destruição e a reparação, o afastamento e o retorno. A bola, enquanto objeto, carregou essas emoções e sua recusa em levá-la para casa indica a capacidade de João de perceber a continuidade da existência do objeto fora do espaço

terapêutico. Assim, o futebol se tornou um espaço lúdico para trabalhar sentimentos difíceis, o que ilustra a função do objeto em sobreviver aos ataques e continuar disponível (Klein, 1935; 1940/1991).

Seis meses se passaram até que eu voltasse ao Brasil. Quando voltei, perguntei se João gostaria de vir ao meu consultório, e ele adorou a ideia.

Lá estávamos nós, a sala, a bola; mas João estava diferente, especialmente o placar. 4 x 1 (para ele, é claro), 3 x 2. Havia algo mais equilibrado, tranquilo... honesto, eu diria.

No final da consulta, sua mãe se juntou a nós. Disse que João tinha amadurecido bastante. Já não tinha mais tanta dificuldade de dormir, já não tinha mais tanto medo. Porém, em relação à comida, pouco tinha avançado. Ainda comia muito pouco e se recusava a experimentar coisas novas.

Apesar de João nunca ter trazido diretamente esse tema em suas sessões, eu compreendia o fato de ele comer pouco e ainda sua recusa em experimentar alimentos novos, dentro da perspectiva de seus medos e angústias. A comida, nesse caso, poderia simbolizar não apenas sustento físico, mas também experiências emocionais e a aceitação do novo, o que poderia causar ansiedade. A recusa poderia ser uma forma de proteger-se de um novo “objeto” que ele não conseguia integrar. Sendo assim, ao resistir à transição, em que a comida nova representaria algo desconhecido e potencialmente ameaçador, João poderia estar se apegando a alimentos conhecidos como um objeto transicional, buscando segurança na familiaridade, uma vez que a mudança na dieta podia ser vista como uma ameaça à sua estabilidade emocional (Winnicott, 1971/1975).

Por outro lado, vendo a satisfação de João ao negociar com a mãe a porcentagem de cacau no chocolate que comeria a partir de então, me fez pensar em seu nascimento, no momento inicial em que foi privado da companhia/amamentação da mãe. Aquela negociação, que era constante entre os dois, parecia uma forma muito sutil de manter o cordão que os unia (ou não) através da alimentação e não mais uma inibição. Além de certa troca de papéis (de passivo para ativo), quase uma reparação histórica, na medida em que João agora escolhia o quê e quando comeria, não estando mais à espera desse alimento. Ou mesmo algo sádico em seu comportamento com a mãe, na medida em que a mantém ligada a ele através dessas negociações. De qualquer maneira, como eu havia notado no jogo, ao dizer que não sabia se estava disposto a comer melhor, João estava sendo, sobretudo, honesto.

Após um breve período de análise com uma outra analista, João pediu que sua mãe procurasse um terapeuta homem; talvez caminhando pelo caminho da identificação, uma vez que pôde vivenciar a triangulação presente no complexo de Édipo.

A fine line between separating and dying

ABSTRACT: *This study explores the psychotherapeutic process of a nine-year-old boy who presented with anxiety and phobias following a traumatic event. The patient exhibited symptoms such as persistent fears and restrictive eating habits. Through psychoanalytic theory, the manifestation of castration anxiety and the Oedipus complex, alongside issues related to control, aggressiveness, and separation anxiety, are perceived. Over the course of a year and a half, therapeutic interventions involving transference management and an appropriate analytic setting enabled an improvement in the processing of fears and phobias, although eating problems persisted.*

KEYWORDS: *Childhood Anxiety, Transitional Objects, Analytical Setting, Oedipus Complex.*

Una línea tenue entre separar y morir

RESUMEN: *Este estudio explora el proceso psicoterapéutico de un niño de nueve años que presentaba un cuadro de ansiedad y fobias tras un evento traumático. El paciente exhibía síntomas como miedos constantes y hábitos alimenticios restrictivos. A través de la teoría psicoanalítica, se percibe la manifestación de la ansiedad de castración y el complejo de Edipo, así como cuestiones relacionadas con el control, la agresividad y la ansiedad de separación. A lo largo de un año y medio, las intervenciones terapéuticas utilizando el manejo de la transferencia, así como una apropiación del setting analítico, permitieron una mejora en la elaboración de los miedos y las fobias, aunque persistieron los problemas alimenticios.*

PALABRAS CLAVE: *Ansiedad Infantil, Objetos Transicionales, Setting Analítico, Complejo de Edipo.*

Referências

- Bion, W. R. (1991). *A atenção e interpretação*. Imago (Trabalho original publicado em 1970).
- Bion, W. R. (2018). *The dawn of oblivion*. Routledge. (Trabalho original publicado em 1979).
- Freud, S. (2010). Além do princípio do prazer. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 14). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1920).
- Freud, S. (2011). A dissolução do complexo de Édipo. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 16). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1924).

- Freud, S. (2014a). Conferência 25: A angústia. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 13). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1916-1917).
- Freud, S. (2014b). Inibição, sintoma e angústia. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 17). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926).
- Freud, S. (2015). Análise da fobia de um garoto de cinco anos (O pequeno Hans). In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 8). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1909).
- Freud, S. (2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 6). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1905).
- Klein, M. (1935). Uma contribuição à psicogênese dos estados maniaco-depressivos. In M. Klein, *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945)*. Imago.
- Klein, M. (1991). Luto e sua relação com os estados maniaco-depressivos. In: M. Klein, *Contribuições à psicanálise (1921-1945)*. Imago. (Trabalho original publicado em 1940).
- Klein, M. & Riviere, J. (1970). *Amor, ódio e reparação: as emoções básicas do homem do ponto de vista psicanalítico*. Imago.
- Lacan, J. (2005). Os nomes do pai. In J. Lacan, *Nomes-do-Pai*. J. Zahar. (Trabalho original publicado em 1963).
- Little, M. (1990). *Transference neurosis and transference psychosis: toward basic unity*. Jason Aronson.
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Imago. (Trabalho original publicado em 1971).
- Winnicott, D. W. (1982). *A criança e o seu mundo*. Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1957).

Recebido: 31/07/2024

Aceito: 09/11/2024

Karina Miziara Rocha

kmiziara@gmail.com

Famílias monoparentais: ensaio sobre representações referentes ao pai ausente

Naytiara da Silva de Almeida Rodrigues¹

Rebeca Nonato Machado²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre o lugar do filho homem em famílias monoparentais femininas e os atravessamentos da ausência paterna em sua subjetividade. Discutimos as repercussões das representações maternas sobre a ausência da figura paterna no filho em três aspectos: identificação com o “pai”, o lugar da filiação na relação com a figura ausente e a percepção sobre o ser masculino. A partir da teoria freudiana sobre as noções de representação refletimos que a figura paterna, como objeto, é criada pela transmissão de representações maternas e viabiliza a fantasia de temor à uma identificação maciça com uma figura masculina destrutiva.

PALAVRAS-CHAVE: famílias monoparentais; ausência paterna; representações; filiação.

Introdução

O concebimento de um filho acontece por meio do encontro entre duas pessoas e, a partir disso, o desejo de exercer a parentalidade ganha contornos inconscientes, planejamento consciente e é vivido a partir de diversas configurações familiares. De qualquer modo, o exercício do papel parental e sua qualidade psíquica farão parte da história subjetiva do filho (Gutierrez, Castro & Pontes, 2011). Somado a isso, o filho pode ser atravessado pelo tipo de configuração fa-

1. Psicóloga, Mestranda em Psicologia Clínica (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio).

2. Psicóloga, Psicanalista, Membro Associado da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ), Pós-doutora em Psicologia Clínica (PUC-Rio), Especialista em Psicoterapia de Família e Casal, Professora adjunta de Psicologia (PUC-Rio).

miliar em que está inserido: família recasada, homoparental, adotiva, monoparental etc. Tendo em vista a multiplicidade dos arranjos, compreendemos que essas transformações implicam a mudança dos papéis parentais e das relações entre pais/mães e filhos/filhas, pois a configuração familiar é capaz de provocar diversos caminhos (Ponciano & Féres-Carneiro, 2017). Neste trabalho, priorizamos as famílias monoparentais femininas que também são mães de meninos.

Apesar de não ser uma configuração recente, tendo em vista que “mães solteiras” e “abandonadas” fazem parte da história há muitos anos, a família monoparental se desenha segundo contornos contemporâneos. Papali (2011) aponta que foi na década de 1880 que historiadores demonstraram maior interesse na pesquisa de gênero com ênfase em questões relacionadas ao cotidiano, trabalho e maternidade de mulheres pobres em múltiplas vulnerabilidades. Nesta situação, a maioria era de mulheres negras, ex-escravas ou não. Historicamente no Brasil, as mencionadas “mães solteiras” e pobres não contavam com o aparato legal em suas reivindicações, para terem a guarda de seus filhos. Pelo contrário, foram vítimas de um sistema judiciário cada vez mais excludente no processo de maternidade e de filiação.

A filiação, por sua vez, é uma experiência construída reciprocamente entre pais e filhos, de maneira que deve ser reafirmada com o passar dos anos como se fosse um constante processo de adoção (Golse & Moro, 2017). Ela pode ser biológica, simbólica e/ou psíquica, segundo Guyotat (2005), e uma sem a outra não se sustenta, dado que pode haver o vínculo genético ou via legitimação do sistema jurídico, mas não ter a força de um senso de lugar de ser filho. Para que tal senso ocorra, é necessário que seja oferecida uma “posição subjetiva” (Lacadée, 2006) na cadeia geracional forjada entre as gerações anteriores, isto é, o ato de adotar um filho, incluindo-o na história do laço familiar.

Em famílias monoparentais femininas, podemos dizer que o pai ausente não adota psiquicamente seu filho. A mãe, em contrapartida, pode desejar ocupar esse lugar de ausência de forma onipotente, ao ponto de tornar o pai do filho “presente” por meio de representações carregadas de mágoa e abandono, por exemplo, pois a constelação de representações é revestida de valores, experiências, “sentido e conteúdo mental a partir de sua relação com as fantasias inconscientes” (Salem, 2016, p. 40). Portanto, as experiências psíquicas maternas oferecem vida a elementos de identificação paterna. E, assim como “os objetos representados na brincadeira infantil eram amados, odiados, fonte de segurança, ameaça, sadismo etc.” (Salem, 2016, p. 36), o pai ausente representado psiquicamente pode dificultar a integração com o objeto total.

Embora as representações sejam uma reconstrução do objeto, elas são provocadas por traços mnêmicos, logo, tornam-se cópias não exatas da realidade (Peres, Caropreso & Simanke, 2015). À vista disso, uma mãe solo, apoiada em diversas associações de objeto, imagens visuais, acústicas e afetos, pode representar um pai, porém, sem se igualar à externalidade da pessoa pai (Garcia Roza & Freud, 2012) e, então, a representação se dá “frente ao irrepresentável” (Campos, 2011). Indagamo-nos como em algumas situações a mãe apenas se identifica com a posição paterna onipotente, como defesa de negação da ausência paterna e de companheiro.

Baseado nisso, discorremos sobre como a concepção da própria filiação pelo filho e a transmissão da representação da figura paterna ausente decorrem nas chamadas configurações com contornos contemporâneos, como no caso da monoparentalidade feminina. A transmissão de uma representação não se dá, necessariamente, de forma consciente, porém, segundo Catão (2004), os filhos podem perceber, por meio de palavras e gestos, a transmissão do inconsciente parental. Desse modo, a representação materna atravessa a filiação, e o vínculo mãe-filho ganha especificidades.

Aqui propomos pensar no pai ausente como aquele que não vive mais na mesma casa e que pouco se sabe sobre seu paradeiro. A figura não deixa rastros concretos presentes, mas permanece em representações passadas e projeções de futuro. Por isso, torna-se um pai ausente-presente, pois habita nas representações maternas e de filiação, existindo por meio do papel simbólico de pai (Dor, 1991). A falta da figura paterna parece marcar tanto o espaço intrassubjetivo da mãe e do filho quanto o intersubjetivo. Neste contexto vincular que é coconstruída a novela familiar monoparental.

Como objetivo, portanto, apresentamos alguns questionamentos sobre possíveis repercussões subjetivas na filiação, atravessadas por uma figura paterna, ausente na rotina familiar, que se torna presente devido às fantasias e às representações da mãe solo projetadas no filho. Aos olhos de alguns leitores, nosso trabalho pode não trazer “descobertas” no sentido metodológico teórico-conceitual, no entanto, inspiradas em Perelberg (2021), apresentamos um ensaio de construções que organizam uma futura e mais ampla discussão sobre o romance familiar nas famílias monoparentais.

Filiação monoparental: representações maternas e transmissão

A monoparentalidade feminina se configura na pluralidade, dado que ela pode ser originada a partir de diversos fatores, como viuvez, divórcio, abandono, ado-

ção e por tecnologias reprodutivas. Todas têm em comum, contudo, a ausência concreta paterna, e esta afetará diferentemente cada história familiar, pois algumas se dão de forma voluntária, por escolha, e outras não. Neste trabalho, ao pensarmos nessa configuração, consideramos as particularidades das famílias monoparentais femininas involuntárias, isto é, aquelas que não optaram por dar início à maternidade solo. Isto posto, é importante considerar que diferentes afetos e pensamentos podem ser transmitidos transgeracionalmente pela figura materna por meio das representações e que pode haver repercussões na subjetividade do filho motivadas pela especificidade do arranjo familiar. Começemos pela filiação.

A filiação pode ser definida como uma “experiência de pertencimento recíproco” (Golse & Moro, 2017) que, ao longo da vida, deve ser reafirmada, como se fosse um processo contínuo de adoção entre os filhos e seus pais. De acordo com Guyotat (2005), é esse vínculo de filiação que permite definir, a partir do simbólico, o lugar de filho, de pai ou de mãe. Concretiza-se por meio da transmissão do nome, dos bens, da autoridade parental e das diferenças geracionais. A criança passa a se compreender como filho de seus pais e estes se entendem como pais dessa criança (Golse & Moro, 2017). Logo, esses pais se reajustam na cadeia geracional, permitindo que esse filho se situe no grupo familiar. A partir disso, haverá também um trabalho mental do próprio sujeito de se nomear e de se entender como filho de alguém. Guyotat (2005) questiona se podemos encarar o lugar de filiação como um organizador mental ou como algo que funcione como tal, pois, ao trabalhar isso em psicoterapia, por meio da aplicação do genograma (instrumento projetivo da árvore genealógica), por exemplo, propõe-se uma análise dessa posição e, para o autor, isso tem um “valor terapêutico” (Guyotat, 2005).

A noção de filiação envolve os campos biológico, simbólico e emocional (Guyotat, 2005). A filiação biológica apreende a transmissão genética entre o genitor e seus filhos, mas, sozinha, não garante uma filiação psíquica, isto é, o sentimento de ser filho, pai ou mãe. A filiação simbólica, por sua vez, é “assegurada pelas inscrições simbólicas oficiais” (Golse & Moro, 2017, p. 5), quando a criança é registrada como filho de alguém na certidão de nascimento, ou de forma não oficial, quando o próprio filho passa a escrever seu nome e sobrenome da família. Para que essa “operação de localização no campo do Outro e de nomeação” (Guerra, Moreira, Malta & Galhardo, 2019, p. 218) ocorra, precisamos que os pais desejem e adotem esse filho; e que construam, portanto, uma narrativa e inventem “uma posição subjetiva” (Lacadée, 2006).

O aspecto biológico da filiação, então, não se mostra “suficiente para fundar a parentalidade” (Golse & Moro, 2017, p. 5), muito menos garante um lugar de sentir-se filho adotado em seu desejo e alteridade. A partir disso, podemos pensar nas famílias monoparentais quando o lugar de filho não encontra espaço ao vivenciar o abandono do pai que não o “adota”. Neste caso, o romance familiar é composto por ausências, como a do pai real e a ausência de se sentir filho. As fantasias edípicas são entrelaçadas com a realidade do abandono e das múltiplas fantasias de assassinato, que tentaremos apresentar em algumas problematizações mais adiante.

A família monoparental, aqui abordada, é caracterizada por uma mãe solo presente e por um pai que não assume seu lugar. Apenas o vínculo biológico e simbólico, caso o nome do pai esteja presente na certidão, existem. Vale considerar, portanto, como se dá a filiação nesse contexto. Como citado, o vínculo de filiação é um constante processo de adoção; no caso da filiação monoparental por abandono, contudo, há interrupção na convivência com o pai, existindo “uma dialética profunda entre afiliação (sincrônica) e filiação (diacrônica)” (Golse & Moro, 2017, p. 4). Para além do que essa ausência concreta do pai pode desencadear na vivência da filiação, entendemos que, na maternidade solo por abandono, a mãe pode representar inconscientemente o pai de forma mais hostil, transformar sua ausência em uma presença de pai assassino e assassinado metaforicamente.

Existem, porém, poucos estudos que abordam esta temática e a relação mãe-filho. Neste sentido, como fundamentação teórica, tomaremos como referência uma autora que melhor põe em questão essa temática: Lisette Weissmann (2009). Embora autores como Gantt e Greif (2009) e Elliott, Brenton e Powell (2017) falem dos efeitos da monoparentalidade nos filhos homens e filhos(as) adolescentes de mães afro-americanas, adentram outros vieses e não o impacto da visão nociva da representação da figura paterna masculina, a partir de imagens mnêmicas maternas. Weissmann (2009), por sua vez, relata um caso clínico de uma família monoparental feminina composta por uma mãe, uma filha biológica e um filho adotivo. Este representa a “linhagem masculina” pertencente ao pai e, por esse motivo, Angélica (nome fictício da mãe), “parece ter um preconceito em relação à sua genética e a coloca como destino discriminador das condutas dos que portam esse sangue” (Weissmann, 2009, p. 247).

Conseqüentemente, o filho homem pode encontrar, perante a mãe abandonada, a impossibilidade maciça de se diferenciar das representações maternas em relação ao pai e não ser visto “em sua alteridade” (Weissmann, 2009). É

como se o lugar do masculino precisasse ser anulado. No entanto, o masculino emerge independentemente do desejo da mãe, durante a adolescência, provocando angústia nessas famílias, pois o se tornar homem põe em evidência uma alteridade que estaria presente no casal parental que, até então, inexistia nas famílias monoparentais (Weissmann, 2019). Cibella, Magalhães e Féres-Carneiro (2015) apontam que, diante do encontro da alteridade de dois sujeitos, a conjugalidade se instaura. Podemos perceber como isso se dá também no exercício da parentalidade. Deste modo, o filho, devido a sua semelhança com o pai, retorna um estrangeiro para a relação mãe-filho, que dificilmente se manteria em uma exterioridade (Dor, 1991).

E é nesse encontro com a alteridade que haverá interseção com o espaço intersubjetivo, onde se darão os vínculos. A imposição do outro e a consequente necessidade de dar lugar a ele permitirá a constituição da vinculação entre mãe e filho, por exemplo. No entanto, se a alteridade do filho, em seus aspectos masculinos, não é considerada, e essa mãe não cede um lugar para ele, a construção vincular é dificultada. É como se a referência do pai não pudesse existir nas características desse filho e o lugar do masculino devesse ficar ausente no arranjo monoparental feminino (Weissmann, 2019). Assim, uma defesa contra o objeto “ex-parceiro” parece se construir para evitar o desprazer de sua ausência e então sanar a angústia que emerge daí (Salem, 2016), apesar da presença provocada pela representação da figura paterna.

Portanto, estaríamos perante uma configuração cuja figura materna tem mais força, colocando-se como mãe e pai. Isto é, em um “par feminino e masculino conforme vivenciado por mulheres-mães” (Weissmann, 2009, p. 239). Estas, por meio de suas práticas, fantasias e representações, projetam no outro “qualificações e sentidos” (Langaro & Souza, 2012) atribuídos ao masculino e ao feminino. Para o filho, figura masculina nesta configuração familiar, pode-se criar “uma avaliação gradativa e permanente” (Negreiros & Féres-Carneiro, 2004) do que é *ser* homem, pai e esposo, correndo o risco de vivenciar dificuldades em se diferenciar do pai e de realizar uma identificação narcísica maciça com a figura paterna hostil. Nesse contexto, é possível que a ausência paterna resulte “em sofrimento e confusão em relação à constituição da identidade” (Silva & Macedo, 2012, p. 211). Em tal caso, os modelos de identificação parecem ser aqueles que não devem ser seguidos, como se tivessem falhas. É necessária a elaboração psíquica das especificidades desse romance familiar por aqueles que estão envolvidos, no qual a mãe pode vir a se inscrever “no registro da governabilidade do espaço privado” (Birman, 2006, p. 29) ou, neste caso, de modo invasivo no psiquismo do filho.

Representações do pai: recortes sobre problemáticas na relação parento-filial

Fundamentamos o entendimento de representação a partir do esboço inicial abordado por Freud em “Sobre a concepção das afasias”, texto publicado em 1891. Para que haja uma representação complexa de objeto, diversas associações de objeto são feitas. Isso aponta para o entendimento de que “o que é representado na representação não é um objeto” (Garcia-Roza & Freud, 2012, p. 47) em si, ou seja, as ideias não reproduzem o real. Entende-se, a partir disso, que a representação é uma “reconstrução complexa” (Peres, Caropreso & Simanke, 2015) e não uma cópia perfeita da realidade.

Para mais, o conteúdo dessas representações é composto por imagens mnêmicas, isto é, excitações experienciadas pelo sujeito que deixam uma marca permanente no córtex cerebral e auxiliam o resgate das lembranças para reconstruir um objeto e sua relação com ele. Desse modo, compreende-se que as representações, armazenadas na memória, por meio de imagens acústicas, cinestésicas etc., dizem respeito a algo ausente e que se torna presente de novo por meio de reorganizações dos “estímulos exógenos” (Peres, Caropreso & Simanke, 2015). Tais reorganizações acontecem ao longo do tempo devido a novos contextos e retranscrições (Freud, 1950/1989).

Isso posto, podemos questionar a representação da figura paterna em famílias monoparentais femininas. A partir da teoria freudiana, entendemos que a representação diz respeito a traços de memória e não à realidade. A memória, por sua vez, se retranscreve a cada nova situação. As lembranças que a mãe solo tem da figura paterna que abandona podem ser reajustadas, porém o abandono e o desamparo são experiências de grande sofrimento e de difícil elaboração. A lembrança materna do pai que abandona dificilmente se mostrará neutra, e talvez até mais predominantemente hostil, pois o ato de representar e o objeto representado independem da existência real da coisa, mas sim da qualidade da relação que essa mãe mantém com esse objeto. Podemos considerar que a mãe solo associa traços entre si em fantasias e estruturas de representação de um pai-marido “abandonante”, manifestada por um não-dito ou o desejo de destruir quem a matou (Garcia-Roza & Freud, 2012; Peres, Caropreso & Simanke, 2015).

Parece que entramos em um contexto de melancolia, em que é como se a mãe solo, no cenário de abandono, não pudesse substituir o investimento no objeto marido-pai. Diante da ausência externa, precisa tornar o objeto perdido

em uma presença que não liberta na realidade psíquica. A ausência-presença do objeto acaba sendo fonte de sofrimento para a mãe, que tenta conciliar suas dores no investimento libidinal do filho (Coelho Jr., 2001).

Desse modo, a ausência de um pai presente na vida do filho parece formar uma cadeia de sentidos e de fantasias relacionadas a essa figura que acaba podendo ocupar um lugar mítico de assassino (Baccelli, 2012). Outeiral (2003) acredita que, para entendermos as fantasias da filiação, tal como observado por Lima e Féres-Carneiro (2018), precisamos compreender primeiro como a mãe também vivenciou suas relações originais com seus próprios pais e como se registraram as imagens mnêmicas. Essa mãe ocupará um lugar de extensão de sua família de origem e a forma como ela representa inconscientemente o pai de seu filho também se relaciona com suas figuras parentais. Toda essa trama influenciada por essas relações primárias e, principalmente, “a partir de sua experiência com o universo masculino” (Meyer, 2008, p. 31), constitui uma cadeia de representações sobre o que é ser uma família, mãe, pai, filho e casal.

Se essa mãe teve um pai presente ou qualquer outra figura masculina, isso implicará a existência de um pai simbólico que ocasionará, conseqüentemente, a possibilidade de internalizar e exercer a função paterna. Então, na ausência do pai de seu filho, as características da função paterna amorosa poderão ser repetidas por meio de suas simbolizações. No caso da maternidade solo involuntária, a figura parental simbólica introjetada se juntará à mãe real e será transmitido o sentido de um casal parental. Baccelli (2012) ressalta a importância do “casal” real, pois cria-se a “primeira imagem social e de comunidade” (p. 32-33) no bebê.

Pensamos que, nos casos das famílias monoparentais, este processo não é perdido. Talvez seja igualmente possível desenvolver o senso de comunidade por meio da representação simbólica de casal presente na mente da mãe, permitindo ao filho a introjeção de representações de um casal parental e conjugal, mesmo na ausência concreta do pai. Nota-se, porém, nas concepções freudianas, que se a coisa em si não existe, a figura paterna também não existe em si, porque o pai como coisa é permeado pelas representações maternas e será apenas uma cópia retranscrita pelas lembranças da mãe. O cenário pode ficar mais complexo na construção da subjetividade do filho face ao abandono do pai e imerso em uma relação com uma mãe abandonada.

A constituição da subjetividade tem como elemento central a introjeção do objeto, que ocorre por meio da identificação primária. O ego, por sua vez, é

compreendido por Freud como um precipitado de identificações, em que o modelo fundamental são as figuras parentais (Coelho Jr., 2001; Freud, 1924/1996). As identificações constroem o caminho para o complexo de Édipo. No caso do menino, se constitui uma “identidade sexual masculina” ao identificar-se com o pai e colocá-lo como ideal de ego, impregnado pelo “predomínio do amor na relação do filho para com o pai” (Silva & Macedo, 2012, p. 211) e pelo desejo de matá-lo (Freud, 1924/1996). Sendo assim, estabelece-se o conflito de matar psiquicamente o pai como requisito para a inserção na ordem social e da singularidade, bem como o desejo de *ser* o pai.

Recorremos a algumas proposições de Perelberg (2021) para iniciar a construção de pensar o romance familiar na família monoparental. Entendemos que, para estabelecer essa discussão, não podemos deixar de incluir o lugar da violência nas relações humanas, violência esta que precisará de destinos, como ser reprimida, renunciada, denegada, sublimada, para que a cultura e a individualidade possam ser conquistadas.

Na obra de Freud, o pai é uma figura indispensável em sua presença na mente da mãe, tornando-se um terceiro elemento na díade mãe-bebê que institui a proibição do incesto nesta relação primária. A figura paterna não precisa estar concretamente presente, mas vivo na mente da mãe e de como “ela o situa em relação às fantasias edípicas de sua própria infância” (Perelberg, 2021, p. 652). No caso das famílias monoparentais, a figura paterna não se encontra fisicamente presente, e o pano de fundo parece ser a hostilidade e o sofrimento pelo abandono e ausência. Desse modo, a atenção do analista deveria ser às fantasias maternas que tornaram o “pai assassino” dela, do filho e da família? Um pai que deveria ser assassinado por sobrevivência narcísica? Cabe, portanto, ajudar esses sujeitos a elaborarem as identificações com o pai “assassino” da possibilidade de “matá-lo” no processo de diferenciação?

Filhos “monoparentais” também tomam como modelo essencial outras figuras, além da representação psíquica de uma figura paterna. Nesse cenário, porém, vale considerar que a subjetividade dos filhos poderá ser afetada, principalmente se tivermos em mente que esse modelo paterno com o qual o filho se identificará será baseado maciçamente nas representações maternas do objeto paterno. Apesar dos possíveis impactos nos complexos relacionais dos filhos, contudo, devemos compreender “a constituição da subjetividade como um processo de sucessivas identificações” (Coelho Jr., 2001, p. 42) em que as representações maternas devem ser substituídas pelas criações dos filhos do objeto “pai”, desenvolvendo um processo de separação da transmissão maciça da mãe.

Em suma, há a possibilidade de o filho criar o novo, elaborar a visão materna e então passar por uma “reconfiguração egoica” (Cibella, Magalhães & Féres-Carneiro, 2015). O perturbador seria a cristalização de não vivenciar a posição de sacrifício de abandonar as fantasias incestuosas, a fim de ocupar-se nos desejos da mãe (Perelberg, 2021). Ser criativo é o que permitirá o novo, impedindo a repetição de elementos traumáticos vividos com os objetos primários da infância (Cibella, Magalhães & Féres-Carneiro, 2015). Nesse sentido, o filho não carrega a repetição de elementos transmitidos pela mãe, manifestando um espaço mental criativo e vitalizado em sua potência.

Considerações finais

Em alguns casos de filhos de mães solo abandonadas, observamos o estabelecimento de vínculos de tipo narcísico, nos quais a realidade autônoma do objeto é negada. Há um anseio por um encontro com o objeto, mas um temor das relações diádicas, pois o estado da mente predominante é de existir o eu amalgamado no não-eu. Como reflexão futura, estamos em um processo de enlaçar as considerações aqui expostas, sobre o romance da família monoparental por abandono, à noção de “pai espancado”, elaborada por Perelberg (2021).

A autora propõe a importância de alguns pacientes manifestarem ao longo da análise, na relação transfero-contratransferencial, fantasias de “um pai é espancado”, que corresponderia ao processo de apropriação simbólica do pai e da função parental. A autora descreve que esta fantasia se manifesta na transferência em uma mudança de posição do paciente, que sai de um funcionamento predominantemente passivo, masoquista e indiferenciado para uma posição ativa e sádica. Para ilustrar suas proposições, descreve fragmentos de pacientes criados por mães que foram abandonadas por seus maridos.

Pensamos que talvez o processo de amadurecimento do funcionamento mental do filho abandonado seja sair do jorro de ódio da mãe para a identificação com o pai, fazer emergir a fantasia de “pai espancado”, e conseguir ir ao encontro do reconhecimento de sentir saudade. Na capacidade de sentir saudade daquilo que nem viveu, talvez possa perceber que há uma separação entre o eu e o não-eu, que existe uma realidade externa de pai e de si mesmo.

Destacamos que a forma pela qual serão transmitidas as representações do “pai” dependerá do grau de internalizações afetivas ou hostis que a mãe obteve com as figuras masculinas de sua vida, principalmente do ex-parceiro. O valor e o sentido que ela dará a esse objeto se relacionam com suas experiências

subjetivas, podendo o pai ausente ser representado com amor, ódio, fonte de insegurança etc.

Para mais, evidenciamos que o impacto da ausência paterna na família monoparental pode implicar uma dificuldade da mãe de lidar com a alteridade do filho e sua herança genética masculina. Ambas, as representações e a ausência do pai, podem promover abalos na constituição da subjetividade dos filhos, uma vez que o processo de identificação para a construção do ego tem como modelo essencial a figura paterna e, conforme elucidamos, esse modelo é atravessado pelas representações psíquicas maternas.

Neste arremate, ainda em construção de “desfecho”, de compreensões sobre a psicodinâmica nas famílias monoparentais, o que observamos na clínica é a descrição de um pai que não está ali para olhar o filho, a mãe e a relação dessa díade, não ocupando, portanto, um lugar de testemunha e de pessoa ativa neste sistema, lugar de terceiro com alteridade, para além da realidade psíquica da mãe abandonada. Em suma, o pai se faz ausente na realidade concreta, mas presente na realidade psíquica, e o filho, que não pôde ser adotado pela figura paterna, se identifica com uma ausência e talvez com um excesso de presença materna. Por fim, acreditamos que é preciso articular os estudos voltados para as mães solo por abandono com o processo de filiação.

Single-parent families: essay on representations regarding the absent father

ABSTRACT: *The present work aims to discuss the place of the male child in female single-parent families and the intersections of paternal absence in their subjectivity. We discuss the repercussions of maternal representations on the absence of the father figure for the child in three aspects: identification with the “father”, the place of filiation in the relationship with the absent figure and the perception of being masculine. Based on Freudian theory regarding the notions of representation, we reflect that the paternal figure, as an object, is created by the transmission of maternal representations and enables the fantasy of fear towards a massive identification with a destructive male figure.*

KEYWORDS: *single-parent families; paternal absence; representations; filiation.*

Famílias monoparentales: ensayo sobre las representaciones respecto del padre ausente

RESUMEN: *El presente trabajo tiene como objetivo discutir el lugar del hijo varón en familias monoparentales femeninas y los cruces de la ausencia paterna en su subjetividad. Discutimos las repercusiones de las representaciones maternas sobre la ausencia de la figura paterna en*

el hijo en tres aspectos: la identificación con el "padre", el lugar de la filiación en la relación con la figura ausente y la percepción sobre el ser masculino. A partir de la teoría freudiana sobre las nociones de representación, reflexionamos que la figura paterna, como objeto, se crea por la transmisión de representaciones maternas y posibilita la fantasía de temor hacia una identificación masiva con una figura masculina destructiva.

PALABRAS CLAVE: familias monoparentales; ausencia paterna; representaciones; filiación.

Referências

- Baccelli, M. S. (2012). *Considerações acerca da ausência paterna na adolescência* [Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista de São Paulo]. <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1309>
- Birman, J. (2006). Tatuando o desamparo. In M. R. Cardoso (Org.), *Adolescentes*. Escuta.
- Campos, É. B. V. (2011). Limites da representação na metapsicologia freudiana. *Psicologia USP*, 22: 851-878. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642011005000037>
- Catão, I. A. (2004). A transgeracionalidade do significante. *Revista da escola letra freudiana*, 23(33): 49-54.
- Cibella, C.; Magalhães, A. S. & Féres-Carneiro, T. (2015). Transmissão psíquica de elementos traumáticos na conjugalidade. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 49(3): 100-112. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v49n3/v49n3a09.pdf>
- Coelho Jr., N. E. (2001). A noção de objeto na psicanálise freudiana. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 4: 37-49. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982001000200003>
- Dor, J. (1991). *O pai e sua função em psicanálise*. Jorge Zahar Ed.
- Elliott, S.; Brenton, J. & Powell, R. (2017). *Brothermothering: gender, power, and the parenting strategies of low-income black single mothers of teenagers*. Social Problems.
- Freud, S. (1989). Fragmentos da correspondência com Fliess. In S. Freud, *Obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 1, pp. 211-322). Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1950).
- Freud, S. (1996). A dissolução do complexo de Édipo. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIX, pp. 193-198). Imago. (Trabalho original publicado em 1924).
- Gantt, A. L. & Greif, G. L. (2009). African American single mothers raising sons: implications for family therapy. *Journal of Family Social Work*, 12(3): 227-243. <http://doi.org/10.1080/10522150903030014>.
- Garcia-Roza, L. A. & Freud, S. (2012). *Afásias*. Jorge Zahar Ed.
- Golse, B. & Moro, M. R. (2017). Le concept de filiation narrative: Un quatrième axe de la filiation [The concept of narrative filiation: A fourth dimension of filiation]. *La Psychiatrie de l'Enfant*, 60(1): 3-24. <https://doi.org/10.3917/psy.601.0003>
- Guerra, A. M. C.; Moreira, J. O.; Malta, A. L. & Galhardo, L. (2019). A família processual: Pensando a filiação e a transmissão na contemporaneidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(1): 206-222. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v19n1/v19n1a12.pdf>
- Gutierrez, D. M. D.; Castro, E. H. B. & Pontes, K. D. D. S. (2011). Vínculos mãe-filho: reflexões históricas e conceituais à luz da psicanálise e da transmissão psíquica entre gerações. *Revista do NUFEN*, 3(2): 3-24. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v3n2/a02.pdf>
- Guyotat, J. (2005). Traumatisme et lien de filiation. *Dialogue*, 15-24. <http://dx.doi.org/10.3917/dia.168.0015>
- Lacadée, P. (2006). A modernidade irônica e a cidade de Deus. *Curinga*, (23): 35-54.
- Langaro, F. & Souza, M. De. (2012). (Des)construções do masculino e do feminino na relação de mulheres-mães com filhos e filhas. *Revista Estudos Feministas*, 20(3): 695-712. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300006>
- Lima, S. J. P. & Féres-Carneiro, T. (2018). Subjetividade e construção do vínculo em famílias monoparentais [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro]. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=41296@1>
- Meyer, L. (2008). A família do ponto de vista psicanalítico. In M. L. Agostinho & T. M. Sanchez (Orgs.), *Família: conflitos, reflexões e intervenções* (pp. 27-38). Casa do Psicólogo.
- Negreiros, T. C. D. G. M. & Féres-Carneiro, T. (2004). Masculino e feminino na família contemporânea. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 4(1): 34-47. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v4n1/v4n1a04.pdf>
- Outeiral, J. O. (2003). *Adolescer*. Revinter.
- Papali, M. A. C. R. (2011). A legislação de 1890, mães solteiras pobres e o trabalho infantil. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 39. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/5842>
- Perelberg, R. J. (2021). *Pai assassinado, pai morto*. Blucher.
- Peres, R. S.; Caropreso, F. & Simanke, R. T. (2015). A noção de representação em psicanálise: da metapsicologia à psicossomática. *Psicologia Clínica*, 27(1): 161-174. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v27n1/09.pdf>
- Ponciano, E. L. T. & Féres-Carneiro, T. (2017). Conjugalidade, parentalidade e separação: repercussões no relacionamento pais e filhos(as). *Psicologia em estudo*, 22(2): 277-287. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v22i2.32808>
- Salem, P. (2016). Objeto e fantasia inconsciente na psicanálise de Melanie Klein. *Primórdios*, 4(4): 33-44.
- Silva, F. C. F. & Macedo, M. M. K. (2012). A escuta do masculino na clínica psicanalítica contemporânea: singularidades de um padecer. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(2): 205-217. <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapt/article/view/17567>

Naytiara da Silva de Almeida Rodrigues e Rebeca Nonato Machado

Weissmann, L. (2009). *Famílias monoparentais: um olhar da teoria das configurações vinculares*. Casa do Psicólogo.

Weissmann, L. (2019). Monoparentalidade 10 anos depois. In J. Quayle; L. Mara & D. M. Farinati (Orgs.), *Psicologia em reprodução assistida* (pp. 234-240). Ee.

Recebido: 01/08/2024

Aceito: 30/09/2024

Naytiara da Silva de Almeida Rodrigues

naytiaradasilva@outlook.com

Rebeca Nonato Machado

recanm@gmail.com

Ausências presentes, ausências vazias: Lou Andreas-Salomé, o *Fort-da* e o divã

Samantha Nigri¹

RESUMO: O presente artigo pretende lançar reflexões sobre o valor da ausência como um potencial criativo enquanto vivida no encontro analítico e na própria psicanálise. A autora toma a brincadeira do *fort-da* como um modelo que, junto à temática pulsional, funcionaria para se pensar a relação presença/ausência na construção da subjetividade humana. Como um exercício livre de associações, realiza uma especulação sobre a possível presença de Lou Andreas-Salomé na construção do conceito de pulsão de morte e seus desenvolvimentos após a virada de 1920 na obra freudiana. Presença inferida e que também leva a uma reflexão sobre a função psicanalítica. Ao final, um recorte clínico apresenta o uso do divã como parte da construção do jogo simbólico que potencializa a ideia apresentada neste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: *Fort-da*; Lou Andreas-Salomé; pulsão de morte; divã; abstinência do analista.

Há poucos dias, assisti à apresentação de um balé contemporâneo e encontrei uma colega de minha sociedade de psicanálise, com quem tenho muitas afinidades. Após nos abraçarmos e comentarmos sobre a beleza do que acabáramos de assistir, ela exclama: “Você anda sumida! Está tudo bem? Está mais quietinha...”. Ao meu olhar de indagação, ela esclareceu que se referia aos grupos e mensagens de WhatsApp. Eu sorri e a noite seguinte...

Dias depois, eu me peguei pensando nessa conversa trivial e no constrangimento que senti diante da possibilidade de ser percebida como “sumida”, “quietinha”. Eu sabia que o comentário da colega era apenas uma expressão de

1. Membro Associado da SBPRJ. Integrante do Colegiado de Coordenação do Programa Perguntar & Pensar (parceria SBPRJ/Rádio MEC AM).

carinho, já que ela mesma é uma pessoa que sabe usar de forma reservada e funcional esses canais pós-modernos de comunicação, preferindo sempre um bom encontro, uma boa conversa de corpo presente e inteiro.

Mas eis que a força da cultura de cada época nos atravessa e lá estava eu, num certo imbróglio, caindo fácil em uma conotação negativa, me considerando ausente, sem refletir sobre o aspecto valoroso de se estar sumida e quietinha em diversos planos da vida.

O que chamou mais a minha atenção foi a sensação que se apossou de mim. Uma espécie de desassossego que relatei ao fato de ter encontrado uma colega que é presente e viva em seu trabalho psicanalítico. Fosse qualquer outra pessoa que fizesse esse comentário quase banal, não me faria nem cócegas.

Nossa cultura opera com a máxima de que a presença é sinônimo de uma atividade, uma espécie de produtividade que é considerada sinal de saúde emocional; e de que a quietude, a espera, o recolhimento e o silêncio são equiparados à *ausência*, no sentido de um vazio, de algo que falta, de escassez. Como psicanalista, não me esqueço disso – pelo menos, não deveria. Mas, como escreve Gilson Iannini (2024), quando algo da ordem do infamiliar² nos atravessa, “Freud nos cai no colo da mente” (p. 28).

O fato é que a situação que vivi a partir do comentário de minha colega, do meu suposto desaparecimento nas redes sociais, me fez pensar no risco que caímos, quando nos remetemos ao jogo pulsional, de tomar imediatamente a palavra “ausência” como um sinônimo de pulsão de morte, no lugar de marcá-la como uma característica dela que está associada ao silencioso retorno ao inanimado e a sua conexão ao princípio de nirvana. O mesmo pode ocorrer quando pensamos na pulsão de vida e simplificamos todo estado que remete à presença como um sinônimo de atividade da libido.

O desejo de responder ao convite da equipe editorial da *TRIEB* com o tema Presença/Ausência nasceu dessas dúvidas algo banais e estranhas. Nada melhor do que uma sensação inquietante para mover a alma psicanalítica a buscar significados e a circular a palavra escrita. É justamente no silêncio do recolhimento necessário à escrita que encontramos a possibilidade de mobilizar nossos músculos da escuta e da ética em psicanálise. É preciso pensar-escrevendo. E lá se vai Freud no colo da mente novamente: “a escrita é, na sua origem, a linguagem do ausente” (Freud, 1930/2010, p. 51).

A partir disso, duas situações me vieram à mente, de forma a lançar reflexões ao leitor sobre o valor da ausência como um potencial criativo, para que a presença possa inaugurar novas significações.

A primeira situação se refere a uma personagem da história do movimento psicanalítico e a segunda a uma situação clínica após uma análise intensa e de longa duração. Pretendo trazê-las na forma de livres reflexões, tendo como modelo o jogo da presença e da ausência, com base no modelo pulsional freudiano e na importância desse jogo para a construção e o desenrolar de nossas subjetividades.

O jogo presença/ausência

Ao tratar a presença e a ausência interligadas em um jogo – no sentido de uma relação, de um trânsito entre esses dois estados –, resgato a vivência do pequeno Ernst, de um ano e meio de idade, que sob olhar atento de seu avô entrou para a história da teoria psicanalítica em *Além do princípio de prazer* (1920/2006b) ao brincar – repetidamente – com uma linha amarrada num carretel que simbolizaria a partida (ausência) e retorno (presença) de sua mãe.

O emblemático jogo do *fort-da* é descrito neste texto, que inaugura a chamada virada freudiana de 1920, com a introdução do conceito de pulsão de morte e, com ela, a importância do intrincamento e da dualidade pulsional no processo de subjetivação humana. Freud observou na repetição contínua da brincadeira de seu neto em fazer “ir embora e retornar os seus brinquedos” no lugar de protestar e chorar diante da ausência de sua mãe, a criação do espaço simbólico. Ora afastando e aproximando sua mãe-carretel, ora afastando e aproximando ele próprio (quando sua mãe se ausentava por muitas horas, a brincadeira era de desaparecer no espelho exclamando “Bebê o-o-o-ó!”), podemos dizer que Ernst experimentava os estados presença/ausência, exemplificando a importância da capacidade de sabermos nos aproximar e nos afastar para se poder pensar.

Para fins deste trabalho não aprofundarei a escrita sobre o significado e a conceituação da capacidade de pensar em psicanálise, presentes em tantos autores desde o início do movimento psicanalítico aos dias atuais. Destaco o que Freud aponta em *A negativa* (1925/2007): “[...] o pensar possui a capacidade de novamente presentificar, através da reprodução no imaginar (*Vorstellung*), algo que já foi percebido, isto é, pode-se imaginar o objeto sem que ele precise estar presente no mundo externo” (p. 149). Essa re-presentificação do objeto ausente

2. Infamiliar, estranho, inquietante – no sentido do *unheimlich* freudiano.

é continuamente afetada pelo que chamamos do jogo pulsional, marcando – penso eu – a importância do quantum de energia, da proporção que ambas as pulsões (processos de construção e demolição) atuam combinadamente, resultando naquele que acabará “assumindo o papel de principal representante de Eros” (p. 150).

Nessas linhas, o foco é trazer à baila a facilidade com que escorregamos tanto na função analítica, com nossos analisandos, como também no pensar psicanalítico em geral, em uma espécie de “cartesianismo defensivo”, nos esquecendo de que o psiquismo é movido pelo contínuo fusionar e desfusionar das pulsões e não pela única e restrita regência acentuada de uma ou outra, a cada vez.

Sendo assim, nos cabe observar delicadamente a qualidade da relação que encontramos no trabalho psíquico envolvido nesses estados de presença e ausência, partindo da complexa e contínua combinação das intensidades pulsionais. É nesse vai e vem e em sua relação com o jogo que se estabelece entre as pulsões de vida e de morte que uma série de coisas acontece. É importante marcar que a ausência não é necessariamente um desligamento, um vazio ou um rompimento, e a presença não é necessariamente uma ligação, um vínculo ou uma conexão.

Dependendo da qualidade desse vai e vem, que funciona como uma espécie de caleidoscópio psíquico, podemos encontrar Ernst e seu carretel observados por Freud, Edith Piaf e sua interpretação visceral dos versos de Jacques Brel em *Non, je ne regrette rien* – “Não me abandones / Que eu te inventarei / Palavras insensatas” – e Pablo Neruda³, ambos observados na escrita de Celso Gutfreind (2019).

E quando esse caleidoscópio enrijece o seu chacoalhar de vidros coloridos por se encontrar com intensidades mais absolutas de um estado ou de outro, o nada se estabelece no lugar da criação. Esse nada pode vir tanto da presença maciça na forma de uma intrusividade, como também de um excesso de ausência que marca um vazio e uma vivência de desintegração, tal como encontramos nas situações clínicas em que predomina o irrepresentável.

Neste *continuum* encontraremos as nossas próprias observações na clínica cotidiana. Observações que partem da capacidade de contenção e da absti-

nência analítica, funções que são intimamente atravessadas pelo tema em questão e que se expressam em uma das situações que descreverei adiante.

Vejam as situações que eu comento para dar um pouco de forma ao que veio suscitar esse texto.

O *fort-da* ou jogo presença-ausência em Lou Andreas-Salomé

Não sei se nós podemos dizer que muito se escreveu sobre a vida e a obra da psicanalista e escritora Lou Andreas-Salomé (1861-1937), uma das destacadas mulheres que se encontra no silencioso *hall* das pioneiras da psicanálise.

Mas podemos dizer que muito se escreveu sobre a sua vida amorosa, sem evidenciar o devido valor para a qualidade dos vínculos com os homens com quem se relacionou. Homens que foram protagonistas e livres frequentadores dos lugares criativos do pensar subjetivo na ágora europeia da virada do século XIX para o XX.

Também não se escreveu muito sobre a qualidade dos vínculos que estabeleceu com as mulheres de seu tempo e o gigantesco caldo cultural que Ljollia Von Salomé sorveu desde sua educação com o pastor protestante Hendrik Gillot, passando por seus estudos de lógica, história das religiões, filosofia e metafísica, sua amizade com Malwida Von Meysenburg, uma das intelectuais e livres pensadoras de seu tempo, conectada a muitos dos seus afetos, como Nietzsche, e por aí vai. Sua história de vida entrelaça-se com diversos personagens que se destacaram em sua época e nos apresenta um panorama importante que influenciou a história do movimento psicanalítico.

Ainda que timidamente, artigos sobre a romancista, ensaísta, poeta, pensadora e psicanalista vão surgindo, principalmente nesse acoradar atual de vozes femininas. No entanto, se “googlarmos” as palavras “*femme fatale* da psicanálise”, seu nome aparece imediatamente vinculado como a amante de Nietzsche e Rainer María Rilke, e mais supostamente do próprio Freud, Wagner e Tolstói, dentre outros.

Numa busca ainda inicial, encontrei alguns trabalhos de colegas psicanalistas e assisti ao filme *LOU* de Cordula Kablitz-Post (2016) sobre ela. O filme e alguns desses trabalhos, apesar de trazerem panoramas interessantes de sua biografia, acabam por não resistir e caem no lugar comum de retratar a personagem histórica dando ênfase à intensidade de sua vida amorosa, evidenciando o casamento aberto com Friedrich Carl Andreas, seus famosos amantes e os homens que a rodearam.

3. “Nós, os que perecemos/tocamos os metais, o vento, as margens do oceano, as pedras/sabendo que seguirão/imóveis ou ardentes/e eu fui descobrindo, dando nome às coisas: foi meu destino amar e despedir-me” (Neruda, 1975).

Apesar dos artigos encontrados, arrisco afirmar que no meio psicanalítico das instituições filiadas à IPA, Andreas-Salomé é pouco estudada. Pesquisar o nome de Lou no site da IPA resultou em trabalhos que versavam sobre mulheres psicanalistas em geral. Não encontrei ali nada de específico sobre uma das primeiras mulheres a ser aceita no círculo freudiano em 1911. No site da FEBRAPSI, há uma resenha de apenas quatro parágrafos que exalta a riqueza e a vastidão de sua obra, descrevendo “que versa sobre temas como o erotismo e o amor relacionando com o universo feminino e a sua importante contribuição para uma abordagem dos problemas da mulher na sociedade contemporânea”⁴. E nada mais. Seus principais textos foram finalmente reunidos em uma publicação no Brasil pela editora Blucher em 2022, mas esses trabalhos estão ausentes nos institutos psicanalíticos. Parece existir uma espécie de apagamento intelectual ofuscado pelo reconhecimento de que era uma mulher inteligente e livre em seu tempo e, por conseguinte, desejada sexualmente por homens interessantes e importantes. E como pensadora? Onde está a presença dessa mulher?

Ouvi falar pela primeira vez sobre a obra de Lou com profundidade e interesse ao participar de um grupo de estudos com o tema do feminino em psicanálise, coordenado por Denise Salomão Goldfajn⁵ entre 2017 e 2019. Este grupo elaborou e apresentou um trabalho apresentado no congresso da IPA em Londres em 2019⁶. Recentemente, mergulhei na leitura da biografia que o filósofo e estudioso de Nietzsche, Dorian Astor (2016) escreveu sobre ela. Meu interesse em buscar saber mais sobre essa psicanalista veio de uma ideia que me ocorria: o quanto das trocas intelectuais, de estudo e convivência entre Lou e homens como Nietzsche, Rilke, Romain Rolland, Paul Rée e tantos outros, colaboraram para o desenrolar do pensamento freudiano e a construção da psicanálise.

É sabido que Freud manteve uma importante e consistente amizade com Lou até o final da vida dela em 1937, tendo expressado em diversas ocasiões o reconhecimento do valor de sua contribuição para o fortalecimento do movimento psicanalítico. A história dessa relação de amizade, marcada por

trocas afetivas e intelectuais, se expressou das mais variadas formas. Ambos se encontraram em 1911, no Congresso Internacional de Psicanálise realizado em Weimar, para o qual um amigo a convidara. Ela tinha uns 50 anos; Freud, uns 55. Ela havia acabado de publicar *O erotismo* (1910/2022b). A partir desse encontro, Lou entra para a história da psicanálise, bastante comprometida a se aprofundar nela.

Freud valorizou a sua entrada e a estimulou. A citação que ele fez do seu trabalho *O anal e o sexual* (1916/2022a) numa nota de rodapé acrescentada em 1920 em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/1974a) demonstra o apreço que ele dava ao que ela pensava. Foi Lou que inaugurou a importância que a psicanálise deu às primeiras proibições ao prazer da atividade e das produções anais, demonstrando a relação que isso tem com o desenvolvimento emocional. Ela fez a ligação desse primeiro grande “não” ao primeiro recalçamento da libido, que transformaria aquilo que é anal em tudo o que deve ser repudiado e afastado de nossas vidas. Esse primeiro recalçamento de prazer estaria ligado ao momento que a criança se depara pela primeira vez com a conotação de que as fezes são ruins e devem ser desprezadas. Para Salomé, o erotismo anal se conecta à alegria criadora, relacionada à busca de um retorno ao sentimento de unidade que existiria antes do primeiro recalçamento (Dacorso, 2017). Vale a pena ler Lou.

Ainda sobre sua relação com Freud, a troca epistolar (Salomão, 1975) entre eles, que se inicia mais fortemente com o advento da I Guerra Mundial, foi íntima e especial para ambos. Um exemplo dessa troca extensa e profunda é que Freud anuncia pela primeira vez a elaboração do texto *Além do princípio de prazer* para Lou, em uma carta datada de 02 de abril de 1919. É de se ressaltar também que *Além do princípio de prazer* é um título evocador do filósofo Friedrich Nietzsche e de seu *Além do bem e do mal, ou prelúdio de uma filosofia do futuro* (Assoun, 1991), escrito que alguns autores remontam ao fim da paixão entre o filósofo e a – na época – futura psicanalista (Colabone & Prado, 2020). Freud também propiciou a aproximação de Lou com Anna Freud. Desejava que a convivência entre essas duas mulheres de diferentes idades trouxesse mais liberdade de criação e de ser para sua filha, tão fortemente agarrada a ele. Ler e conhecer sobre a amizade que se estabeleceu entre elas, o estímulo de Lou para que Anna soltasse a sua escrita em forma de ficção literária (não muito bem sucedida) e os desenvolvimentos da moça após esse convívio e troca de correspondências com a “poeta da psicanálise” (como Freud a chamava) nos ajuda a ligar pontos importantes da história da psicanálise.

4. Recuperado de <https://febrapsi.org/publicacoes/biografias/lou-andreas-salome/>

5. Membro associado SBPRJ/SBPSP. Membro do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi.

6. “Fases do feminino: pensando o feminino e a psicanálise – uma jornada”. Autoras: Anna Lucia Melgaço, Cristiane Blaha Rangel, Denise Salomão Goldfajn, Eleonora Barbosa Mello, Gisela Gorrese Guimarães, Karla Loyo, Lucia Moret de Carvalho, Magda Rodrigues Costa, Marcela Ouro Preto Santos, Maria Noel Brena Sertã, Paola Amendoeira, Samantha Nigri e Vera Bulak.

Para fins desse artigo, ressalto o fato de Lou ter sido citada por Freud na introdução do texto *Sobre a transitoriedade* (1915/1974b) na forma de um disfarce bem à caráter de *A negativa* (1925/2007), em sua antítese de gênero e personalidade: “Não faz muito tempo empreendi, num dia de verão, uma caminhada através de campos sorridentes na companhia de um amigo taciturno e de um poeta jovem, mas já famoso” (Freud, 1915/1974b, p. 345).

Podemos pensar que Freud, com seu estilo literário e também ético em preservar a intimidade do casal de amigos e parceiros intelectuais, transformou a vivaz e solar mulher em “amigo taciturno ao lado do jovem, mas já famoso poeta”. Lou Andreas-Salomé estava então ausente, mas presente ao lado de Rainer Maria Rilke, que estivera com ela no Congresso Internacional de Psicanálise de Munique, em agosto de 1913 neste passeio com Freud.

Além disso, e bem mais profundamente, podemos dizer que Lou exercia um estado de ausência potente e criativa, visto que muito do seu trabalho e pensamento psicanalítico está presente na obra e na dialética da construção do pensamento freudiano. Sua presença inferida se confirma no diálogo que Freud descreve neste importante trabalho sobre o poeta desacreditado do valor das coisas belas, porém efêmeras, da vida com aquele amigo que reagia à sua posição melancólica. Quando entorna o caldo da virada de 1920, Lou discorda e discordará veementemente do conceito de pulsão de morte. Essa polêmica entre ela e Freud começa mais superficialmente girando entre o otimismo e o pessimismo diante da carnificina e dos horrores despertados pela I Guerra Mundial e seguirá por toda a vida, mais explicitamente com Lou se opondo sobre uma existência substancial da pulsão de morte. Mas diferente dos outros discípulos freudianos, esse desacordo não foi seguido de uma ruptura, e sim de um desenvolvimento na vida de seus participantes.

Pela leitura da biografia e de outros textos, percebemos que Lou Andreas-Salomé fez um percurso em sua formação psicanalítica, em que pôde exercitar a capacidade de suportar as tensões e as divergências com Freud e seus companheiros. Debatia e parecia expressar uma reatividade a qualquer defesa da existência de uma postura melancólica propriamente dita, fato que a fez terminar a sua relação amorosa com Rilke (que atravessava depressões), com quem seguiu mantendo uma amizade profunda até o final da vida.

Essa reatividade em concordar com a existência de um funcionamento melancólico é encontrada em vários textos e cartas de Salomé. Ela tinha um interesse vívido pelo que chamava de “laço indissolúvel do indivíduo da vida como um todo”. Isso dá a entender que a questão que discutia com Freud evi-

denciava certa dificuldade dela em aceitar a questão da destrutividade e sua relação com o retorno ao inanimado e com a descarga direta exercida pela pulsão de morte na conceituação apresentada a partir dos anos 1920. Sua reação em resistir a essa conceituação parece ter sido uma interlocução importante com Freud e acabou por fortalecer o próprio conceito em si.

Quando discordamos, quando o “não” aparece, estamos no território dos desligamentos de Tãatos. Neste território, os ventos desviam e cortam aquela sensação de ligação e harmonia. Disso nasce a nossa humanidade ou a nossa perdição. A discordância pode promover o pensamento ou o extermínio, dependendo da intensidade e da qualidade da combinação entre os dois domínios pulsionais.

Por esse viés, ousou fazer uma especulação de que essa discordância e a intensa troca de reflexões entre Lou e Freud acerca da temática pulsional, mais especificamente da relação entre as duas pulsões, contribuiu para a maturidade do conceito da pulsão de morte, e principalmente para o aprofundamento do valor do intrincamento, do jogo pulsional na obra freudiana. Ouso dizer também que Lou, apesar de desafiar pensar diferente e discordar, apesar de divergir do conceito em si, acabou por encarnar o potencial criativo que a pulsão de morte pode gerar quando funciona como o principal representante de Eros.

Ao longo de sua vida, Lou Andreas-Salomé pareceu viver fluidamente essa desacomodação do status quo acarretada pela pulsão de morte, que favorece o desgarramento da libido para que essa possa então seguir livre novamente em busca de novas ligações. Viveu plenamente a dura verdade de que só se pode aprender a pensar a partir de um encontro que possibilita os desencontros. Sabia que o que fazemos desses não-encontros, desses hiatos, vai resultar, ou não, na capacidade de presentificarmos o outro em sua ausência. Qualquer semelhança com a função psicanalítica não é mera coincidência. Sua fidelidade para com Freud, e também com seus outros interlocutores, foi sempre acompanhada pela afirmação da necessidade de vivenciar as contradições e os seus pontos de vista independentes. Por esse viés, podemos afirmar que Lou, exercitava o jogo presença-ausência de forma muito genuína, como o *fort-da* de Ernst.

Estudar a sua obra e a sua correspondência com Freud nos auxilia a exercer uma psicanálise em contato desnudo com o mundo que hoje vivemos e que precisa manter viva essa capacidade de suportar, de conter diferenças e ousadias teóricas em sua busca por conceituações que acompanhem esse furacão disruptivo que ora vivemos no planeta, no andar frenético dos tempos no nosso século.

O divã como um grande carretel

Voltemos para a ideia de vai e vem conectado ao jogo do *fort-da* que tomei como norte para pensar a relação dos estados presença-ausência em psicanálise. No início deste texto, mencionei as funções de contenção e de abstinência do analista como fatores intimamente ligados ao trânsito entre esses dois estados, que possibilitaria uma ausência que contém uma presença silenciosa e ativa. Para que o analisando possa suportar o trabalho psíquico empreendido numa análise, é preciso que o analista se ausente ativamente, que a-guarde: esperando e guardando o que está para nascer dos analisandos.

O divã é um mobiliário-mito, presente de uma analisanda⁷ que Freud transformou em uma espécie de ambiente de segurança para a dupla que se lança ao encontro desacomodante da análise. E tudo o que desacomoda, segue incomodando em busca de uma nova acomodação. Essa é a regra da dança analítica: as desan-danças.

Segue um breve recorte clínico de uma travessia analítica que segue seu curso, com os devidos cuidados éticos providenciados para esse texto.

Cena 1:

Quando Renato foi indicado para a análise, tempos atrás, sofria de tal paralisação desvitalizada em sua vida, que foi tomado por tratamentos anteriores como um paciente acometido por diagnósticos psiquiátricos que giravam em torno das psicoses.

Foi oferecido, após um tempo inicial de tratamento e conversas com a família, uma análise de alta frequência. O rapaz foi se desligando das poucas atividades que exercia na vida, mas paulatinamente se ligou às suas idas diárias ao consultório da analista.

A analista vivenciou, ao longo desses anos, momentos de muita desesperança diante do vazio frio e assustador, uma espécie de oco destituído de qualquer possibilidade de ligação, que Renato lhe transmitia sentado diante dela, entre palavras entrecortadas por severos golpes de pulverização de qualquer coisa que tentasse encadear em sua mente. Movimentar-se em qualquer direção ou tentativa de sentido o transformava em vítima cativa de uma condenação superegoica maciça e brutal. Conseguir se deslocar ao consultório de análise,

sentar e estar de corpo presente fisicamente, já era muito, pois o que prevalecia era a ausência de uma subjetividade capaz de dar sentido ao vivido.

Aqui encontramos o estado de ausência relacionado ao negativismo psicótico que impede a possibilidade de uma vida intelectual que faça ligações e que possa dar lugar à capacidade de pensar, compreendida como a possibilidade de presentificar o outro, mesmo em sua ausência, como apontado acima no jogo do *fort-da*.

Como tenho desenvolvido nessas linhas, a qualidade dos estados presença/ausência resultará em diferentes situações clínicas a serem observadas. No caso de Renato, observamos aquilo que chamamos de desgarrado da pulsão de morte como um componente fortemente vivenciado. Isso se relaciona ao negativismo psicótico na observação descrita por Freud em *A negação* (1925/2024):

O julgar é a continuação objetivada daquilo que originariamente é realizado de acordo com o princípio de prazer: a inclusão no Eu ou a expulsão (*Ausstoßung*) para fora do Eu. Sua polaridade parece corresponder à oposição dos dois grupos de pulsões supostos por nós. A afirmação (*Bejahung*) – como substituto da união – pertence a Eros; a negação – sucessora da expulsão – pertence à pulsão de destruição. O prazer de negar em geral, o negativismo de certos psicóticos, deve provavelmente ser entendido como um sinal de des fusão pulsional (*Triebentmischung*), através da retratação de componentes libidinais. (p. 309).

Cena 2:

Depois de algum tempo em sessões diárias frequentes, Renato fala menos entrecortado e consegue sair de seu estado de torpor que fica quando está em casa. Já não permanece horas sentado em seu quarto olhando para a parede. Faz um comentário, olhando para o divã, de que se sente um morto-vivo, “tipo um vampiro que fica o dia todo deitado em seu caixão, que fica guardado em baixo do divã da analista”. Acorda, senta ali para estar vivo e retorna para dormir no caixão. Aqui encontramos um lampejo de sentido com o analisando comunicando uma vivência de mortificação resultante do negativismo psicótico que alivia momentaneamente durante o encontro com a analista. Permanece algo da ordem da concretude: se não está com a analista, Renato não existe.

Cena 3:

Nos últimos anos, Renato desenvolveu uma presença significativa e singular em suas relações. É requisitado como uma companhia importante em situações

7. Madame Benvenisti, por volta de 1890.

difíceis que a família atravessou de perdas e lutos. Ainda é marcado pela perda do ideal do “filho bem sucedido, sendo aquele que não faz nada”, mas deixou de ser aquele que não existia. Em muitos momentos, é valorizado como a única pessoa do núcleo familiar capaz de ouvir as pessoas e conversar.

Na análise, muitas mudanças. A que destaco aqui é recente. Renato pede para deitar no divã: “Vou mudar de posição”.

Desde então, começa as sessões sentado, de frente para a analista na poltrona e segue para o divã em determinados momentos das sessões. Certo dia, já deitado, após um breve silêncio, diz: “Estou procurando aquela ausência de movimento que não é o vazio”. A ameaça de uma desconexão, de um desaparecimento total, ainda é bastante presente. Mas esse terror é falado, simbolizado.

Percebo o vai e volta de Renato ao divã como um exercício de construção simbólica que vem se transformando. Já não é mais assolado continuamente por uma ameaça de desligamento e não precisa mais controlar o nada, se concentrando em observá-lo na parede como forma de se proteger de uma desintegração maior (apesar de nunca ter apresentado um quadro clássico de alucinações e delírios, sofria constantemente por viver nessa corda bamba psíquica). O divã parece funcionar como um grande carretel, onde perguntas puderam aparecer, algo que não existia em seu discurso: “O que a psicologia tem para falar sobre a meditação? Meditar é desligar? Correr é uma meditação? O que acontece quando a pessoa solta aquela pressão de dentro, ela acaba ou vive?”

O divã-carretel tem sido um elemento do enquadre analítico que encarna a experiência de um estado de ausência potente. Este propicia um esboço de criação de tecido simbólico em alguém que vivia basicamente assolado pelo negativismo psicótico, com forte ausência de sentido oriunda do desligado pulsional. Em outras palavras: marco a observação da travessia analítica de um sujeito que inaugura o uso do divã (algo pouco recomendado para aqueles que transitam mais para o território da clínica das psicoses) experimentando a ausência visual com o aprofundamento da presença subjetiva, sem ser tragado por um desligamento total. Um exemplo de quem pôde viver, simbolicamente e em ato, um *fort-da* construído ao longo dos anos de trabalho analítico.

Outro elemento fundamental desse enquadre é a relação da função de abstinência do analista que implica a sua capacidade alucinatória negativa estruturante e a sua íntima relação com o tema presença/ausência.

Em *Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos* (1917/2006a), Freud esmiúça os caminhos da formação dos processos oníricos e a sua forte contribuição para a dinâmica que se estabelece para um contato mais ou menos livre

com o discurso inconsciente. Ali, ele estabelece a diferença e o valor da alucinação enquanto fenômeno regressivo tópico e/ou temporal (fruto da reversão do curso de excitação do Pcs pelo Ics até a percepção e que possui relação com o estágio primitivo que Freud denomina de satisfação alucinatória do desejo) e da possibilidade que esta tem de comunicar algo que “torna-se consciente na forma de uma percepção sensorial” (p. 84).

Resgato a leitura desse importante trabalho para enfatizar a relação da capacidade alucinatória negativa do analista que é mobilizada na função de abstinência, esse estado de reserva empreendido pelo analista para que o discurso inconsciente possa escorrer pelas frestas que se abrem. Esse estado de reserva é atingido da mesma maneira que nos preparamos para dormir, nos retirando de cena, nos ausentando e nos desprovendo de tudo o que veste a vida de vigília.

O analista, bem como aquele que se prepara para o sono, se despe das amarras sensoriais, se desconecta do mundo exterior numa espécie de recolhimento libidinal e se deixa levar por uma atmosfera que o convida à situação sensível do início “dos inícios de desenvolvimento da vida” (Freud, 1917/2006a, p. 79).

Ao mobilizar essa atmosfera, a função analítica é carregada dessa capacidade alucinatória estrutural – existe trabalho psíquico – que possibilita um pensar em imagens com mais liberdade, ou seja, com as palavras menos estruturadas e, por isso, mais suscetíveis a uma mente que pode ser mais permeada pelo ir e vir mais livre de quem respira em contato com o universo inconsciente. Habitando esse estado de mente, o analista abre a porta, o analisando tem a chance de entrar, e o desconhecido que nos habita tem a chance de significar algo mais além da dor psíquica.

Conclusão

Espero ter mobilizado a atenção do leitor para o valor do recolhimento e da ausência como um potencial criativo no trabalho analítico. São observações iniciais que precisam ser aprofundadas em textos futuros, que possam trabalhar a relação do masoquismo e da passividade enquanto contenção psíquica e promotora de subjetividade.

Por ora tentei apresentar uma ideia que me veio sobre a possível presença de uma das pioneiras da psicanálise na construção do conceito de pulsão de morte e seus desenvolvimentos após a virada de 1920 na obra freudiana. Presença inferida, já que encontramos seu pensamento intelectual ausente nas

formações psicanalíticas em geral. Seguindo as linhas desenvolvidas acima, podemos dizer que Lou Andreas-Salomé e suas contemporâneas sofreram uma espécie de alucinação negativa da cultura psicanalítica – em outras palavras, seria dizer que a cultura psicanalítica nega a percepção da existência delas, perpetuando uma ausência mesmo na presença – pois, apesar de toda a sua produção teórica, elas aparecem para os institutos de formação como se não existissem.

Marco aqui a diferença do descrito acima com a capacidade alucinatória negativa do analista, que se relaciona com o tema da abstinência e produz trabalho psíquico. Ler os textos de Lou, bem como ligar os pontos da história do movimento psicanalítico com a larga correspondência dela com Freud, me fez lembrar o material clínico apresentado e me conduziu a uma reflexão sobre a função psicanalítica. Com a sua incessante produção teórica e a persistência em psicanalisar até o final de sua vida, a despeito desse lugar que a colocavam, Lou ressalta para todos nós o valor da capacidade de contenção e abstinência do analista, sobrevivendo e mantendo a análise viva, sustentando o *setting* analítico no tempo que for necessário para o exercício de uma repetição contínua, como na brincadeira infantil observada por Freud, que propicia o avanço dos analisandos para territórios mais criativos de sua psique. Essa capacidade que ela teve de seguir atendendo e produzindo novos caminhos em psicanálise estimula a todas e todos que se sentem silenciados em uma busca mais criativa na arte de psicanalisar, principalmente em tempos tão brutos e massacrantes, como os que vivemos neste primeiro quarto do século XXI.

Tanto Lou Andreas-Salomé como o analisando no material clínico apresentado, vivenciam desencontros dolorosos e assustadores. O que faz a diferença é a forma com que se relacionaram com o que chamei aqui de jogo presença/ausência. Este contempla a necessidade de se observar com acuidade a qualidade da combinação do jogo pulsional, em que as rupturas suscitadas pela premência incansável de Tãanatos provocam desvios necessários para que a vida simbólica respire.

Psicanalisar sempre foi olhar para aquilo que dói na alma. Hoje em dia, as dores da alma se expandiram para sujeitos que outrora não chegavam aos encontros analíticos. É preciso resgatar a descoberta freudiana da capacidade de se ausentar verdadeiramente presente, para que possamos deixar viva a potente ferramenta da escuta analítica. Essa escuta de ruídos incessantes que, no seu silêncio, observa o nascimento de cada palavra. Escuta que, como Freud (1908/1996) bem observou, os escritores criativos devaneiam e nos escrevem: “Se o ar não movimenta, não tem vento, se a gente não movimenta, não tem vida” (Vieira Jr., 2019, p. 99).

Present absences, empty absences: Lou Andreas-Salomé, the Fort-da and the couch

ABSTRACT: This article aims to launch reflections on the value of absence as a creative potential while experienced in the analytic encounter and in psychoanalysis itself. The author takes the Freudian game of fort-da as a model that, together with the theme of drive, would work to think about the relationship between presence/absence in the construction of human subjectivity. As an exercise free of associations, it speculates on the possible presence of Lou Andreas-Salomé in the construction of the concept of death drive and its developments after the 1920s in Freudian work. This presence is inferred and also leads to a reflection on the psychoanalytic function. At the end, a clinical excerpt presents the use of the couch as part of the construction of the symbolic game that enhances the idea presented in this article.

KEYWORDS: Fort-da; Lou Andreas-Salomé; death drive; couch; analyst's abstinence.

Ausencias presentes, ausencias vacías: Lou Andreas-Salomé, Fort-da y el sofá

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo lanzar reflexiones sobre el valor de la ausencia como potencial creativo experimentado en el encuentro analítico y en el psicoanálisis mismo. El autor toma el juego fort-da como modelo que, junto con el tema pulsional, trabajaría para pensar la relación presencia/ausencia en la construcción de la subjetividad humana. Como ejercicio libre de asociaciones, se especula sobre la posible presencia de Lou Andreas-Salomé en la construcción del concepto de pulsión de muerte y sus desarrollos después del giro de 1920 en la obra de Freud. Una presencia inferida que lleva también a una reflexión sobre la función psicoanalítica. Al final, una sección clínica presenta el uso del sofá como parte de la construcción del juego simbólico que potencia la idea presentada en este artículo.

PALABRAS CLAVE: Fort-da; Lou Andreas-Salomé; pulsión de muerte; diva; abstinencia del analista.

Referências

- Andreas-Salomé, L. (2022a). O anal e o sexual. In P. S. Souza Jr. (Org.), *Sobre o tipo feminino e outros textos* (R. S. D. Mundt, trad.). Blucher. (Original publicado em 1916).
- Andreas-Salomé, L. (2022b). O erotismo. In P. S. Souza Jr. (Org.), *Sobre o tipo feminino e outros textos* (R. S. D. Mundt, trad.). Blucher. (Original publicado em 1910).
- Assoun, P. L. (1991). *Freud & Nietzsche: semelhanças e dessemelhanças* (M. L. Pereira, trad.). Brasiliense.
- Astor, D. (2016). *Lou Andreas-Salomé* (J. R. Simões, trad.). L&PM Pocket.
- Colabone, M. R. & Prado, L. E. (2020). Para situar a pulsão de morte: ata esquecida da Sociedade Psicanalítica de Viena. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 54(1): 201-210.

- Dacorso, S. T. M. (2017). Lou Andreas-Salomé: o que você tem a nos dizer? *Revista Estudos de Psicanálise*, 48: 181-194.
- Freud, S. (1974a). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. VII, pp. 118-128). Imago. (Original publicado em 1905).
- Freud, S. (1974b). Sobre a transitoriedade. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. XIV, pp. 345-350). Imago. (Original publicado em 1915).
- Freud, S. (1996). Escritores criativos e devaneio. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. IX, pp. 149-162). Imago. (Original publicado em 1908).
- Freud, S. (2006a). Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos. In S. Freud, *Escritos sobre a psicologia do inconsciente (1915-1920)*(Obras psicológicas de Sigmund Freud, v. 2, pp. 75-89). Imago. (Original publicado em 1917).
- Freud, S. (2006b). Além do princípio de prazer. In S. Freud, *Escritos sobre a psicologia do inconsciente (1915-1920)*(Obras psicológicas de Sigmund Freud, v. 2, pp. 123-182). Imago. (Original publicado em 1920).
- Freud, S. (2007). A negativa. In S. Freud, *Escritos sobre a psicologia do inconsciente (1923-1938)*(Obras psicológicas de Sigmund Freud, v. 3, pp. 145-158). Imago. (Original publicado em 1925).
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Obras completas* (v. 18, pp. 13-123). Cia. das Letras. (Original publicado em 1930).
- Freud, S. (2024). A negação. In S. Freud, *Neurose, psicose, perversão* (Obras incompletas de Sigmund Freud, M. R. S. Moraes, trad.). Autêntica. (Original publicado em 1925).
- Gutfreind, C. (2019). *A arte de tratar: por uma psicanálise estética*. Artmed.
- Iannini, G. (2024). *Freud no século XXI* (O que é psicanálise, v. I). Autêntica.
- Kablitz-Post, C. (dir., 2016). LOU. Produção: Cordula Kablitz-Poster & Gabriele Kranzelbinder. Alemanha. Prime Video.
- Neruda, P. (1975). *Ainda*. José Olympio.
- Salomão, J. (1975). *Freud/Lou Andreas-Salomé: correspondência completa*. Imago.
- Vieira Jr., I. (2019). *Torto arado*. Todavia.

Recebido: 31/07/2024

Aceito: 18/11/2024

Nós por todas¹

Maria Eduarda de Carvalho²

“Aos 28 anos, num intervalo de um mês, eu vi minha filha nascer e minha irmã morrer. Quando descobri que estava grávida, minha irmã terminava seu primeiro ciclo de quimioterapia e a notícia da gravidez me trouxe muita culpa. Ao contrário de mim, Maria Antonia (ou Tuni) sempre desejou ser mãe. Me sentia usurpando um desejo que nem sabia se também me pertencia...

Enquanto minha filha crescia dentro de mim, minha irmã desfalecia diante dos meus olhos. Não consegui estabelecer qualquer relação com a maternidade, até o dia em que Luiza nasceu. Foi no momento que a puseram sobre mim que eu me tornei mãe.

Eu não sabia o que fazer, nem como fazer. As enfermeiras caçoavam de mim, como que cobrando um saber prévio de uma mãe que também estava nascendo ali. Mas nada era mais importante do que cuidar daquele bebê.

Maria Antonia morreu um mês depois que Luiza nasceu. Como aceitar que minha filha crescerá sem conhecer pessoa tão determinante na minha formação? Decidi não me conformar com a realidade e recorri à fantasia pra tornar aquele encontro possível. Tentei escrever um texto de teatro que tornasse minha irmã viva para minha filha. Um dia, Luiza me perguntou: ‘A Tuni é invisível? Por que eu nunca vejo ela?’. Falar sobre a morte com uma criança de dois anos foi uma experiência transformadora. Dela, nasceu *Atrás do mundo*, espetáculo que assino com Luiza, porque através dos seus olhinhos desacostumados, aprendi a rever o mundo com olhar de primeira vez e fui capaz de transformar meu luto em poesia.”

(Em tempo: *Atrás do mundo* terá nova temporada em 2025!)

1. Trecho do documentário “Nós por todas”, roteirizado e dirigido por Maria Eduarda de Carvalho, ainda inédito com lançamento previsto para 2025.

2. Atriz, autora e diretora.

Maria Eduarda de Carvalho

Recebido: 01/12/2024

Aceito: 04/12/2024

Maria Eduarda de Carvalho

edumaria@gmail.com

Conferência

Afeto, supereu e processo de pensamento¹

Marina Papageorgiou²

Para Platão e Aristóteles, é na vivência de espanto, de deslumbramento (*thaumazein*) que surge o pensamento filosófico como desejo de compreender e conhecer. Observemos a polissemia do termo *thaumazein*: admirar, espantar-se, estar fascinado, perplexo, impressionado, mas também adorar, honrar, prestar homenagem. Platão fala da paixão pelo deslumbramento, própria do filósofo (“A filosofia é filha do espanto”, Teeteto³), enquanto Aristóteles se refere ao apetite pelo conhecimento, próprio da natureza humana (*physis*).

Sentir e pensar têm, portanto, uma origem comum: o ato de teorizar (*theorein*) visa produzir uma “visão do mundo” a partir de afetos suscitados pelo contato com o mundo. Ambos os verbos contêm a ideia de ser afetado pelo fascínio provocado pela contemplação de um objeto que suscita interrogações, a *aporia*. A raiz *theo* das palavras (teoria, *thaumazein* e teatro) refere-se à noção de um princípio superior, organizador. A mesma raiz remete a divindades e antepassados como instâncias supremas e tutelares que governam o ordenamento do mundo.

Nossas teorias – não só as teorias sexuais infantis, mas também as científicas, filosóficas, literárias – e, de modo geral, o pensamento vivo e criador têm sua origem na capacidade de espanto.

Abalo, resultante de uma brecha (etimologia de *étonnement* (espanto, assombro), do latim *attonnare*, atingir com um raio), e resposta da psique dão origem às produções de pensamento. Espantar-se é sair do estupor, da cegueira

1. Conferência proferida no II Diálogo França & Brasil em 12 de abril de 2024 na BiblioMaison da Maison de France. Tradução de Vanise Dresch.

2. Psicóloga, psicanalista, psicossomatista. Membro da Société Psychanalytique de Paris (SPP). Membro titular e formador do Institut de Psychosomatique Paris Pierre Marty (IPSO). Antiga diretora da Revue Française de Psychosomatique. Membro da International Psychoanalytical Society. Membro correspondente da Société Psychanalytique Hellénique.

3. Nota de tradução: Teeteto é um diálogo platônico sobre a natureza do conhecimento.

do óbvio. Essa capacidade de se sentir atingido, tocado pelos objetos do mundo faz nascer o pensamento.

Freud aborda a ação dos afetos já em 1890, ao descrever a dupla influência benéfica ou nociva da alma sobre o corpo. Em *Tratamento psíquico (Tratamento anímico)* (1890/1984), ele se refere à “expressão das emoções”, aos estados psíquicos designados *afetos*, que se manifestam através de expressões faciais, do fluxo de sangue na pele, do olhar, do tom de voz, da posição dos membros, principalmente das mãos, e até mesmo de alterações da atividade cardíaca – manifestações corporais dificilmente dissimuláveis e mais “eloquentes” do que as expressões verbais que podem acompanhá-las. Um “violento pavor ou uma vergonha esmagadora” ou mesmo “uma alegria inesperada” podem adoecer e até mesmo provocar a morte súbita. No entanto, os mesmos afetos violentos podem surpreendentemente curar um estado mórbido. Nessas intuições freudianas, o termo *psíquico* parece coincidir com a noção de afetivo.

A articulação entre afeto e processo de pensamento foi abordada nesse mesmo texto no que dizia respeito à *espera ansiosa* e à *espera crente*, dois estados psíquicos diferentes que mobilizam uma série de forças psíquicas, as quais podem influenciar negativamente ou positivamente o desfecho da doença.

Vejo ali o prenúncio da capacidade de investir a espera e da tensão provocada pelo desprazer, questão econômica fundamental que Freud só teorizou em 1924, em *O problema econômico do masoquismo*, após a introdução da segunda teoria das pulsões e a elaboração da segunda tópica, em particular com o superego.

A emoção pertence ao registro do corpo biológico, constituindo uma expressão sensoriomotora, ao passo que o sentimento e o afeto pertencem ao registro psíquico, nascendo em interação com o objeto (objeto da pulsão) que os gerou. Damasio (2021) evidencia essa diferença de registro.

Assim, ênfase o valor conceitual específico do afeto na metapsicologia freudiana.

Freud concebe o afeto primeiramente em uma dimensão econômica, o *quantum de afeto* sendo “algo que pode ser aumentado, deslocado, descarregado, e que se espalha pelos traços mnêmicos das representações como uma carga elétrica na superfície do corpo” (Freud, 1894/1973, p. 66).

Na primeira tópica, afeto e representação têm destinos diferentes e relativamente autônomos: qualidade e quantidade se unem e se desunem sob a égide do recalque, conforme o modelo do sonho. O prazer de pensamento se origina no investimento da erogeneidade do corpo e na pulsão epistemofílica.

Em *A interpretação dos sonhos* (1900/2003), os afetos sofrem o efeito de um trabalho de deformação ligado à censura, mas que é diferente daquele aplicado às representações por meio do recalque. Eles têm três destinos diferentes: a repressão, a transformação em seu oposto e a transformação em angústia. O fracasso do trabalho de deformação possibilita uma solução puramente quantitativa: a transformação em angústia automática, angústia difusa.

O objetivo dessas transformações é obter a *repressão* do afeto, a qual Freud opõe ao *recalque*, que se refere essencialmente à representação. Assim, ele afirma: “o afeto está sempre correto, pelo menos no que diz respeito à sua qualidade; pois sua intensidade pode aumentar graças a deslocamentos da atenção neurótica” (Freud, 1900/2003, p. 453).

Em meu relatório para a CPLF (2023), intitulado *Pensar o afeto*, acrescentei o subtítulo “O afeto está sempre correto?” para mostrar que, ao contrário do que se afirma hoje, a verdade do afeto não é um dado imediato e diretamente observável.

A afirmação de Freud parece contradizer a continuidade do texto, que mostra justamente que o afeto pode mentir, conforme sustenta Coblenz (2016). Em uma leitura atenta desse texto, Coblenz assinala que a noção de *qualidade* está associada à natureza do afeto, que, ao contrário da representação, não pode se desintegrar em pequenas quantidades e constituir recombinações em relação aos encadeamentos dos pensamentos do sonho. Esses encadeamentos formam montagens ideacionais, incompreensíveis antes da análise do sonho. O afeto, por sua vez, apresenta-se sempre em bloco, inteiro, razão pela qual o psiquismo precisa recorrer a outras formas de *deformação* para vencer sua resistência.

Todavia, fazer da repressão o destino do afeto (ou do representante-afeto) equivale a insistir em sua indivisibilidade, mas também em sua ligação inabalável ao corporal. Indício da excitação, o afeto conserva o traço da sensação à qual está ligado.

Seu “efeito” é indiscutível, pois é ele que estabelece a ligação entre a circunstância recente e circunstância infantil. É necessário atribuir a essa circunstância infantil uma intensidade emocional particular, intensidade (ou traço da intensidade) da qual o corpo é portador. O afeto está mais preso à *phôné*, na fala, do que à semântica, é um movimento que parte do corpo e a ele retorna. (Coblenz, 2016, p. 133)

Em uma narração, o tom, os silêncios e o ritmo produzidos pelo afeto são formas mais sutis e complexas do que o conteúdo do relato, que congela o movi-

mento. A escuta do analista deve levar em conta esta natureza paradoxal: quanto mais o afeto mente, mais ele diz a verdade. Eis as “armadilhas” do afeto, de acordo com Laurence Kahn (2012).

O afeto é um sinal qualitativo da inscrição de um acontecimento e o índice quantitativo de seu impacto, e, nesse sentido, portador não de verdade, mas sim da deformação ligada à censura e daquilo que a torna necessária. (Kahn, 2012, p. 95)

Em suma, o afeto seria apenas o sinal do próprio efeito do trabalho do sonho. O poder de abalo do afeto em si mesmo, sua verdade ou sua pertinência como acontecimento, permanece inalterado e requer “frieza de sentimento do psicanalista” (Freud, 1912/2005, p. 115). Daí a neutralidade do analista.

Defendo a ideia de entender como afirmativa a frase de Freud segundo a qual *o afeto está sempre correto*, desde que se considere que o afeto por si só não contém uma verdade imediata à qual possamos ter acesso direto. Sua qualidade deve ser compreendida como o produto e o indício de um trabalho psíquico, à semelhança da interpretação do sonho, que só é possível a partir do conteúdo latente. Falta ainda esclarecer para quem o afeto está sempre correto. Para o consciente ou para o inconsciente (por exemplo, o asco na histérica)?

O conflito comunicado pelo afeto aparece tanto na elaboração do sonho, em seu trabalho, quanto na escuta do analista, uma vez que um aparece como *analogon* do outro, pelo menos no que diz respeito à natureza dissimuladora e deformadora do afeto e à ação da forma.

O modelo da *conversão* histérica fornece uma medida da distância entre o quantum de afeto e o afeto como qualidade construída e complexa. A conversão descreve uma transformação própria do afeto, um salto do psíquico ao somático que provoca uma mudança de sua natureza e que ocorre por mecanismos específicos (inversão, condensação, deslocamento), inserindo-se no registro simbólico. O sintoma histérico assume, assim, o significado de uma *fantasia encarnada*. Esse é o primeiro paradigma da “psiquização” do afeto.

Em *Estudos sobre a histeria* (Freud, 1895/2009), a origem dos sintomas é atribuída ao afeto “preso”, ligado à lembrança do traumatismo sexual que age como um corpo estranho e mantém a carga traumática. O objetivo da ação terapêutica é provocar o ressurgimento, a descarga da emoção ligada ao acontecimento traumático esquecido, causador da “dissociação” entre afeto e representação. Esse conceito associado à sugestão e à hipnose foi posteriormente abandonado em proveito da associação livre. Freud assinala que, nas associa-

ções livres, o importante não é apenas a verbalização, mas também a *presença necessária* do afeto que acompanha a expressão das ideias. A simples verbalização ou rememoração desprovida de afeto permanece totalmente ineficaz.

A noção de *katharsis* (em grego, purificação, elevação, clarificação) foi inspirada na definição da tragédia dada por Aristóteles em sua *Poética*:

Portanto, a tragédia é a imitação de uma ação de caráter elevado e completo [...], feita por personagens em ação, não mediante uma narração, e que, suscitando piedade e medo, opera a purgação própria de tais emoções. (Aristóteles, 1979, p. 36)

A dimensão *estética* do efeito clarificador dos afetos (principalmente do medo e da piedade) vivenciados pelos espectadores é indissociável do prazer ligado por essa experiência estética. A palavra grega *esthesis* significa simultaneamente sentido, sensibilidade, sensação.

O efeito de catarse não pressupõe a eliminação do que seria ruim ou impuro, mas, ao contrário, visa suscitar os afetos que correspondem à ação dramática e que lhe conferem sua legibilidade. Em termos winnicottianos, poderíamos dizer: apresentação da realidade em pequenas doses não traumáticas.

O sonho e a tragédia, ambos com mecanismos próprios de sua eficiência processual, procedem a um trabalho psíquico de “encenar”, que não se restringe a criar ou veicular relatos e conteúdo. São também criados e veiculados continentes, mecanismos de agenciamento e de ligações psíquicas, que agem como fábricas de sentido, como causalidades psíquicas.

Em *Além do princípio de prazer* (Freud, 1920/2002), no conhecido trecho da descrição do jogo do carretel, Freud fala de uma estética de orientação econômica, a qual possibilitaria a compreensão de como, à semelhança da tragédia, uma impressão dolorosa pode se tornar fonte de gozo: a transformação da passividade em atividade de um afeto doloroso vivido no passado que se torna objeto de lembrança e de elaboração psíquica. O que faz o neto de Freud, “repetir e ab-reagir” impressões dolorosas ou impressionantes ligadas aos vivêns da mãe, tornando-se assim senhor da situação, só é possível porque essa repetição proporciona um ganho de prazer. O prazer de ser grande como os pais, mas também, para a criança, o prazer da criação e, para Freud, o prazer do pensamento teórico.

Esse texto de 1920 marca o advento da segunda teoria das pulsões e a necessária introdução da segunda tópica. A partir de então, o “corpo estranho” de natureza traumática é intrínseco à pulsão.

Com a segunda tópica, o trauma se torna o novo paradigma da teoria freudiana. Originando uma ruptura precoce das fontes pulsionais do afeto, a experiência traumática de pavor e de dor rompe as fronteiras e as capacidades de ligação do eu, induz a compulsão à repetição e um funcionamento em negativo do trabalho do sonho. Em *Complemento metapsicológico à teoria dos sonhos* (1917/1968), o sonho se torna uma *tentativa* de realização do desejo.

O afeto não é mais concebido como um elemento primeiro, que pode ser oposto à representação, mas como um elemento segundo, resultante de um estado inicial da pulsão que Freud chama de *representante psíquico da pulsão*.

O relatório de André Green sobre o afeto, apresentado no XXX Congresso de Psicanálise de Línguas Românicas em Paris (1970), e retomado em *Discurso vivo* (1973), insere-se na reformulação da teoria freudiana.

O afeto possui uma dupla natureza, sendo simultaneamente quantidade móvel, força energética que alimenta o trabalho de transformação, e qualidade de investimento que trabalha em “pequenas quantidades”, condição necessária para o funcionamento do pensamento. Essas duas características dão a medida para que o trabalho do pensamento seja possível.

Além ou aquém, o quantitativo está a serviço do desinvestimento e do desligamento, nenhum trabalho de pensamento sendo possível. O par afeto-representação se torna indiferenciado e perde sua inteligibilidade. A noção de medida remete diretamente à definição freudiana da pulsão, conforme postulada em *Os instintos e seus destinos* (1915/1968), como conceito-limite entre o psíquico e o somático, traduzindo-se em exigência de trabalho imposta ao psiquismo devido ao seu enraizamento no corpo.

A medida também é qualitativa, uma vez que envolve a apreciação daquilo que é comedido ou desmedido, aceitável ou inaceitável para o psiquismo. Descrevendo o processo de *psiquização*, Green (1970) dá um novo enfoque ao que ele designa como *representabilidade pulsional*. Ele considera, em primeiro lugar, a dupla origem da representação: “de natureza econômica, oriunda da pressão pulsional, como se esta gerasse esse trabalho”, ou de “origem simbólica, considerando que as excitações pulsionais solicitam e cooptam as representações em uma ordem simbólica como equivalentes endopsíquicos das percepções externas” (s.p.).

Freud estabelece a distinção entre um representante-representação e um quantum de afeto que fornece a tonalidade do investimento, enquanto Green postula a existência de um primeiro *representante-delegação*, de natureza não representativa, mas que representa uma excitação endossomática, *um misto* de

dois termos que se cindem somente sob o efeito do recalque para formar os futuros representante-representação e *representante-afeto*. Esse misto é “mais psíquico” do que a pulsão em sua fonte, mas menos que o representante-representação, sendo a representação de palavra a psiquização por excelência.

Green formula duas hipóteses. De acordo com a primeira, “os fragmentos do id são constituídos por um material que impossibilita a divisão em afeto e representação” (p. 1081). Na segunda hipótese, “no id, o afeto é irrepresentável, mas está em busca de representação” (p. 1082).

Opondo-se à hegemonia do significante e à gramaticalidade do inconsciente de Lacan, Green defende a heterogeneidade dos materiais inconscientes, heterogeneidade no que diz respeito tanto à forma quanto à substância, propondo reexaminar a concatenação desses materiais heterogêneos e sua inserção em uma cadeia no modo como surgem no discurso *vivo* e na escuta da sessão.

O afeto pode se ligar a uma representação somente quando tem um valor representacional, “o afeto é situado como um substituto de representação, como a carne do significante e o significante da carne”, afirma Green (1970, p. 1162).

Cristian David (1970) confere à representabilidade do afeto uma “qualidade de conhecimento da ação deformadora do objeto e da transformação do trabalho do sentido, muito mais móvel e independente do que a figurabilidade da representação” (s.p.).

Se o eu é a instância em que o afeto se manifesta, é no id que as forças pulsionais o geram. Sua expressão psíquica se torna mais incerta por causa das pulsões destrutivas e da inconsciência do eu. Ora o afeto se submete e se liga à cadeia de representações, ora rompe a cadeia, rompendo a barragem do recalque, e se torna indizível. Disruptivo e indomável, ele pode se tornar paixão devastadora, paralisando a psique. Mas também é uma força psíquica de ligação que leva ao encadeamento das representações, a serviço de Eros. Eu diria que o afeto se torna, assim, o articulador das duas tópicas.

As concepções greenianas são relevantes para a compreensão dos funcionamentos não neuróticos, principalmente no que diz respeito aos estados limítrofes, em que o afeto é transbordante e irrefreável, marcado pelo excesso, e à clínica psicossomática, caracterizada pelo silêncio e pela extinção afetiva. Trata-se de duas declinações paradigmáticas do trabalho do negativo, baseando-se na alucinação negativa. Uma é descrita como uma clivagem absoluta entre afeto e representação, resultante de uma experiência negativadora com o objeto primário. A outra dá origem não a uma ausência de representação, mas a uma *representação da ausência de representação*.

Uma alucinação negativa do afeto, conforme descrita por Claude Smadja (2005) a respeito da “criança bem comportada” (p. 176), provém, sob o efeito traumático de uma recusa das percepções internas, de uma recusa da realidade pulsional que se efetua na fronteira do psiquismo, entre o soma e o corpo. O silêncio sobre o afeto traduz os efeitos da clivagem – “cisão” dentro do eu (Freud, 1938/1985) – sobre a decomposição dos elementos que formam a complexa entidade somatopsíquica do afeto.

Um contexto traumático inicial vivenciado pela criança de forma precoce e duradoura em suas relações com o objeto primário provoca um estado de invasão permanente de seu espaço psíquico, uma confusão entre dentro e fora que leva a uma clivagem drástica. Trata-se de um estado de “fagocitose do id da criança pelo eu da mãe”, cuja característica é, de certa forma, impedir que a criança vivencie seus afetos (o caso clínico de Esther, que será apresentado mais adiante, é uma ilustração de tal funcionamento).

O espaço de ilusão e os processos de desilusão descritos por Winnicott ficam, assim, comprometidos. A presença excessiva da mãe impede a ação da alucinação negativa em sua valência estruturante, que, a partir da ausência da mãe, ou mais exatamente, a partir do trabalho do negativo na presença da mãe, leva à criação da estrutura enquadrante.

Ao contrário da histeria, a doença somática é pensada como expressão da falha da mentalização, uma falta de conversão em sua dimensão simbólica, ligada à linguagem. *Pensamento operatório* (Marty & de M'Uzan, 1963) e *depressão essencial* (Marty, 1968) são os dois principais conceitos da psicossomática que descrevem um psiquismo desvitalizado pelo apagamento do inconsciente dinâmico e desprovido das ligações pulsionais entre as representações e os afetos.

Proponho uma segunda hipótese etimológica para o termo *alexitimia*. Composto por *alexi* + *thymos*, o termo significa “repelir os afetos, defender-se e proteger-se deles”, o que enfatiza a dimensão de uma defesa radical, drástica, de um “*para-afetos*”, que pode mortificar o discurso e o funcionamento psíquico. De fato, na clínica, encontramos pacientes cujo funcionamento mental privilegia esse tipo de defesa, embora certa qualidade associativa pareça ser mantida. Trata-se de um discurso não vivo que carece do investimento do afeto, da “carne das palavras” (Kristeva, 2012). O afeto é então congelado, negado, forcluído ou desqualificado, apartado de suas raízes na fonte pulsional. O trabalho analítico consistirá em requalificar os afetos antes de possibilitar a interpretação dos conflitos.

A somatização e o agir (casos psicossomáticos e estados limítrofes) refletem a falta de *formações intermediárias*, aquelas em que os desejos inconscien-

tes encontram uma forma: sonho, fantasia, ato falho, lapso. Nessas configurações, o drama é ilegível, o enigma edípico precisa ser construído.

No lugar da neurose de transferência, vemos surgir uma transferência de fragmentos de afetos ou de emoções, sensações, descargas emocionais, mas sem qualquer ligação orgânica entre eles que possa lhes dar um valor funcional, como o Édipo atrator (Ody, 1990).

Além do princípio de prazer (Freud, 1920/2002) levanta justamente a questão de uma mudança na concepção da finalidade do tratamento analítico e no manejo técnico de sua processualidade. Não se trata mais de *decifrar* o enigma edípico, mas de fornecer ao psiquismo do paciente o material necessário para possibilitar a construção e o enunciado do drama edípico. Em outras palavras, trata-se de tornar legíveis e reconhecíveis pelo paciente as ligações entre diferentes elementos e momentos do tratamento. Muitas vezes, isso requer privilegiar mais as construções do que as interpretações.

A dor crônica como somatização organiza uma modalidade de funcionamento que congela os processos ligados ao trabalho do luto, mas também evita a via melancólica ou um colapso depressivo. Ao contrário do sobreinvestimento do objeto em nostalgia (descrito por Denis, 2017), a repetição da queixa de dor, mais próxima da fixação traumática, reflete uma indiscriminação qualitativa do afeto e se dirige a um objeto primário tão idealizado quanto insatisfatório e insuficiente, onipotente, mas incapaz de proporcionar conforto psíquico ao sujeito (Papageorgiou, 2006).

Fator de desmentalização, mas também de mentalização, o *afeto compartilhado*, descrito por Catherine Parat (1995), surge em uma configuração particular. O que “afeta” a contratransferência se torna um indício do que carece de psiquização no analisando e pode exigir criatividade intuitiva e teórica do analista.

Em *Inibição, sintoma e angústia* (1926/1982), Freud revisa sua teoria da angústia e completa sua teoria dos afetos (angústia automática ou sinal de alerta, angústia da perda, dor, luto). A discriminação qualitativa dos afetos se complexifica em função do papel do objeto. A qualidade de seu investimento e sua dimensão de *Nebenmensch* determinam a elaboração dos afetos associados à perda, de modo que Freud consegue solucionar o enigma da dor. Lembro que, em *Luto e melancolia* (1916-17/1968), Freud descreve a “sombra do objeto que se abate sobre o eu” do melancólico, em sua relação narcísica ambivalente com o objeto, como o resultado de uma divisão no eu que dá origem a uma função de *juízo*, prefigurando o futuro supereu.

Essa evolução teórica do afeto só foi possível a partir do momento em que Freud completou a descrição do supereu (1923/1981-1989) e reconheceu a existência de um masoquismo erógeno primário, *intrincador* das pulsões (1924/1973-1985). Esse núcleo de masoquismo erógeno permite “conter” o desprazer, adiar a descarga da tensão pulsional, estabelecendo assim a ligação entre desejo, dor e pensamento no interior do psiquismo (Aisenstein, 2020). Ele também introduz a temporalidade. Trata-se de uma mudança crucial na concepção econômica do aparelho psíquico que modifica a relação com os afetos e com os processos de pensamento, visto que envolve a capacidade de “manter” uma tensão psíquica e pensar o conflito psíquico. O inacabamento do masoquismo erógeno alimenta as manifestações do masoquismo moral, como o apagamento e a negatização dos afetos.

Uma leitura atenta do texto sobre o masoquismo, publicado um ano após *O eu e o id* (1923/1981-1989) e no qual Freud descreve o supereu (impessoal) como a instância mais difícil de ser alcançada pelos seres humanos e também a mais frágil, leva-nos a pensar uma correlação entre a discriminação qualitativa dos afetos e a qualidade da diferenciação das instâncias, principalmente no que diz respeito à qualidade do supereu em sua forma pós-edípica acabada.

Eu acrescentaria que a instalação do núcleo do masoquismo erógeno envolve uma forma incoativa do supereu, uma retenção, indispensável para o trabalho de mentalização e imperativo da inscrição, o que Bernard Chervet (2019) chama de *masoquismo de funcionamento*. Caso contrário, não vejo como as duas pulsões podem se intrincar e se desintrincar; sempre é necessário um terceiro. Convém lembrar que, nesse mesmo texto, Freud define o sentimento de culpa inconsciente como uma necessidade de punição, uma verdadeira perversão do supereu.

No final de seu relatório sobre o afeto, André Green (1970) menciona o efeito impressionante do *Moisés de Michelangelo* na descrição feita por Freud: a extraordinária musculatura demonstra a força excepcional do personagem, mas também sua capacidade psíquica, sobre-humana, de vencer sua própria paixão para cumprir a missão à qual se dedicou: “O domínio dos afetos adquire, assim, um valor de qualidade psíquica como o ato de evitar o desprazer e buscar o prazer, em uma organização regida pelos princípios do funcionamento psíquico, em uma solidariedade indissociável da força e do sentido” (p. 1127).

Em um comentário muito original ao relatório de Green, D. Braunschweig e M. Fain (1975) descrevem os espasmos do choro, verdadeira “doença do afeto”. Eles descrevem, como no caso dos bebês com insônia, um tipo de em-

balar materno que carrega uma excitação com um objetivo paraexcitante, sem valor de satisfação erótica. “A mãe calmante é pura cultura de instinto de morte, buscando apenas reduzir a tensão a um nível baixo, que será o da inconsciência” (s.p.). Censura materna antierótica e antiafetiva, totalmente desligada da lei paterna e da ameaça de castração. Essa é a forma negativa da “censura da amante”, conceito que aparece em *Prelúdio à vida fantasmática* (Fain, 1971) e depois em *A noite, o dia* (1975), para descrever uma identificação histérica com o desejo da mãe pelo pênis paterno, que assim se torna o “protótipo de um traço mnésico inconsciente” (s.p.).

“A interpenetração do corpo e da lei é permanente. Desde o nascimento, a mãe empresta seu corpo à criança, mas apenas para a sobrevivência e não para o gozo dela” (Green, 1970, p. 1180). Citando Green, Braunschweig e Fain (1975) propõem uma hipótese ousada: na mãe calmante, o desejo de sobrevivência da criança pela abolição total das tensões até o ponto da inconsciência também não visa ao prazer da criança, mas, por meio de sua ação, leva a uma transgressão da lei. Trata-se de uma ação materna inconsciente que visa extinguir e eliminar os afetos e o princípio do prazer-desprazer, substituído pelo princípio de Nirvana, enquanto evacua o pai e o supereu paterno.

Green e Fain referem-se a um modelo que insere a triangulação na psique desde o início: a mãe, a primeira sedutora, a única em contato tanto com o corpo da criança quanto com o corpo do pai, nas cadeias de Eros de forma certamente descontínua, mas sobreponível, transmite o desejo pelo pai e também se torna a guardiã da função paterna. Um eixo vertical liga a criança ao supereu parental e à filogênese, ao ancestral como identificação processual com o encadeamento das gerações de pais. Daí a importância dos processos de luto e seu *analogon* cultural, os ritos funerários, próprios da espécie humana, que visam não apenas conter e significar o compartilhamento dos afetos e o trabalho de luto, mas também tornar eficiente o trabalho de ancestralização, “detalhe por detalhe”.

Pensar sobre o afeto requer, portanto, uma teoria do ancestral como princípio fundador e organizador do grupo (tomo como exemplo *A invenção de Atenas*, de Nicole Loraux (1981), que mostra o *Epitáfio* de Péricles, uma oração fúnebre para honrar os que morrem pela pátria), o que implica a operação mental do assassinato fundador.

Em minha prática psicanalítica, a requalificação e a discriminação dos afetos e das representações me levam, na maioria das vezes, a privilegiar o investimento do lugar do pai e da função paterna, a reforçar o fundamento da terceiridade, a fim de restabelecer o tecido dos sonhos, rompido e destruído

pelo traumatismo e pela dor, e a diferenciação das instâncias, a fim de construir o objeto analítico (J. Chambrier-Slama, 2022).

O branco, a neutralização dos afetos: Esther

“Desde a minha infância, eu não consigo sentir dor”. Essa é a primeira frase de Esther, soando como uma denegação. Essa frase será imediatamente acompanhada pela descrição de uma coleção de sensações corporais desagradáveis ou dolorosas, as quais ela não consegue localizar e muito menos nomear. O mesmo se aplica aos seus desejos e gostos. Ela nunca sabe o que escolher nem do que realmente gosta, seja uma roupa, uma profissão ou um homem. Tudo está fadado à decepção e, subsequentemente, ao rompimento. Os estudos sempre foram seu “refúgio”, aquilo que a enquadra. Ela sempre foi uma boa aluna, mas não sabia qual profissão escolher; fez Direito por conformismo, mas preferia ter estudado literatura.

Esther deseja fazer uma análise “de verdade” para compreender a origem de sua dificuldade em “habitar seu próprio corpo”. Ela não sabe dizer se seus pensamentos e sentimentos provêm de dentro e pertencem a ela mesma ou se provêm de fora, com os quais tem de se conformar, “como se tivesse uma segunda pele, desconfortável, mas que a sustenta e lhe dá consistência”.

Diante dessa mulher de 30 anos, bela e inteligente, que se esforça para constranger, “enlutar” seu corpo em roupas masculinas, austeras e sóbrias, meus primeiros devaneios contratransferenciais se situam em um registro de dupla identificação. Esther me lembra, inicialmente, Branca de Neve: pele branca, cabelos da cor do ébano, lábios rubros, uma menina lutando contra a rivalidade edípica (e pré- edípica) materna. Depois, ela me faz pensar no Homem Invisível, personagem inapreensível, desprovido de corporeidade, envolto em bandagens brancas para se dotar de um envelope corporal. Minha associação deixa transparecer uma figura enigmática do terceiro excluído, terceiro ausente.

Durante as entrevistas preliminares, Esther volta a falar do mal-estar que sente, por vezes, ao conviver em sociedade ou quando deve fazer encaminhamentos administrativos ou profissionais. Ela se contrai ao descrever as brigas de seus pais, que formam um casal “infernial”. “Nunca se sabe qual deles vai atacar o outro e em que momento. Sempre à beira de uma ruptura, mas inquebráveis”. Contra essa onda passional, quase compulsiva, Esther parece ter adotado como defesa um intenso esforço para não sentir nada, para não pensar em nada. Quando pequena, refugiava-se sozinha no quarto e, na adolescência,

refugiava-se nos livros, os quais devorava, ou na música. Ela usava fones de ouvido mesmo durante o sono.

Por razões de calendário, combinamos vários encontros face a face antes do início de sua análise, que terá uma frequência de três e, mais adiante, de quatro sessões semanais, durante vários anos.

Em nosso último encontro face a face, Esther relata dois sonhos:

No primeiro, ela está em um apartamento parisiense, antigo, com paredes pintadas de um “belo branco” e assoalho de madeira castanha original. De repente, um líquido cáustico, um ácido branco ou transparente atravessa o piso e escorre para o apartamento do vizinho do andar de baixo. Ela pensa (no sonho) que isso ocasionará danos na casa dele, e o sonho acaba. Ao contar esse sonho, ela vira a cabeça e olha para as paredes do meu consultório, depois observa o teto e o assoalho ao lado do divã, como se quisesse verificar que não havia estragos ali. Esther associa sobre o seu apartamento em Paris, emprestado por uma amiga até que ela encontre um lugar para morar.

Depois, sem mais comentários, ela passa para o segundo sonho, “desagradável e angustiante”. Ela se encontra em uma paisagem de areia fina e clara. O solo se move, há vento e areia movediça. Ela vê brotarem do solo ossadas brancas de animais pré-históricos – mamutes, dinossauros ou crocodilos, animais do deserto. Ela associa sobre o Egito, país de origem de seu pai. Judeu sefardita, seu pai foi para a França aos 8 anos de idade, com toda a família. “Meu avô paterno havia compreendido que os judeus estavam em perigo muito antes da crise do canal de Suez e que era necessário ir embora para jamais retornar”. Esther tem a sensação de perder o chão, “como se o solo tremesse...”

Em seguida, olhando novamente para o divã à sua frente, ela me pergunta: “O que esse sonho significa?”

Espantada, eu lhe digo que ela resgata em sonho a perda do solo das origens paternas no momento em que está prestes a trocar a poltrona pelo divã.

Ela diz que a minha voz a tranquiliza. Na verdade, ela está apreensiva em não me ver mais e ficar sozinha com seus pensamentos, “separada” de mim. Ela associa, em seguida, sobre o personagem do avô, pivô da história familiar. Em vida, ele encarnava a coesão e a solidez dos laços familiares. Comerciante de perfumes, ele fundou uma próspera empresa familiar. Homem devoto e muito respeitado na comunidade judaica, ele faleceu no dia de Yom Kipur, o que lhe conferiu um status de “santo”. Nessa época, Esther tinha 16 anos. Seu pai ficou furioso por ela monopolizar o telefone, falando com o namorado e o impedindo de avisar o rabino. As palavras ofensivas do pai fazem eco ao romance

familiar tecido em torno do casamento “misto” dos pais de Esther. Quando o pai de Esther, o primogênito, anunciou seu casamento com uma mulher católica de origem siciliana, que, ainda por cima, estava grávida de Esther, a avó paterna respondeu agressivamente: “Que tristeza! Você vai romper cinco mil anos de história!”. Furioso, o pai agarra um objeto de cristal e pedras preciosas e quebra em mil pedaços. Alguns anos mais tarde, a morte do avô soou como um *après-coup* dessa primeira transgressão que provoca a “maldição” materna: o pai sofreu um revés profissional e perdeu consideráveis quantias de dinheiro, o que agravou as tensões familiares.

Desses dois sonhos inaugurais da viagem analítica – sonhos originários, sonhos das origens –, o primeiro não dá origem a um trabalho associativo propriamente dito, mas constitui, creio eu, um continente indispensável ao surgimento do segundo sonho, que poderia ser considerado o conteúdo latente do primeiro. Traduzindo uma angústia de efração narcísica, o primeiro sonho se destinaria a estabelecer uma representação do espaço analítico como *analogon* do espaço do corpo-espaço do sonho. A ruptura das paredes de cima para baixo, atravessando os espaços e as categorias, introduz de saída um terceiro “invisível”, atacado. Sua irrupção inesperada na cena analítica suscita hostilidade e parece concomitante ao medo de perder a ancoragem sensorio-perceptiva na pessoa do analista. Trata-se, para Esther, de representar a impermeabilidade de seus próprios limites, diante do perigo de ver emergirem afetos e palavras “cáusticos” que ameaçariam dissolver o enquadre e a relação analítica, tal um ácido corrosivo.

O sonho poderia, assim, ser o presságio de uma transferência negativa composta por necessidades de apoio narcísico, moções destrutivas ou passionais em relação ao objeto, bem como uma desconfiança quanto a sua fiabilidade e suas capacidades continentais. O segundo sonho dá origem a uma narrativa associativa e introduz a possibilidade de narrar um romance familiar traumático, encenando uma representação espaço-temporal da relação analítica. Ele pode indicar certa qualidade do funcionamento associativo de Esther, bem como sua capacidade de sonhar e de organizar narrativamente suas projeções. Ao contrário do primeiro sonho, o movimento se faz de baixo para cima, em uma dimensão histórica regrediente de descoberta dos restos ou de transformação dos traços em “pensamentos latentes dolorosos”. Restos diurnos ou restos enterrados e secretos do passado, ora relíquias totêmicas exumadas, ora reminiscências identificatórias da organização infantil que emergem em proveito da regressão na dinâmica transferencial. Exercendo a curiosidade infantil em sua pulsionalidade sádico-oral, Esther se situa, nesse sonho, em identificação com a linhagem

paterna. Em uma transferência paterna, ela parece provavelmente expressar o desejo de ser um filho primogênito, mas um filho que demonstre devoção e piedade filial, a fim de obter duplamente o “Grande Perdão”: para reparar o que ela sente como deficiência do supereu paterno e para se desembaraçar de sua própria culpa edípica.

O sonho com as ossadas parece, também, confrontar Esther com uma problemática de luto, com a questão de como tratar a angústia e, de modo geral, com o status e o porvir psíquico dos afetos e das emoções. Esse “luto branco”, da alvura de uma mortalha, de textura fria e mineral (como as ossadas), poderia indicar um luto muito antigo, ligado ao pai e ao universo paterno. Trata-se de vestígios, de seres pré-históricos, da relação com os antepassados.

O tema do branco figura, assim, como o elemento que “liga” os dois sonhos, ora como continente, ora como conteúdo, contrainvestindo o negro, associado ao tom de pele do pai, a sua “alma oriental”, como diz Esther, mas também ao “aspecto enlutado das mulheres da Sicília”, da linhagem materna.

Descubro mais tarde que a mãe de Esther se tornou órfã de mãe quando ainda era muito jovem e foi enviada para um colégio interno dirigido por freiras, muito semelhante a um orfanato. Essa experiência causou à mãe de Esther uma aversão à igreja e à religião em geral.

O líquido branco ou transparente, que evoca a urina, o esperma ou o leite, poderia indicar a dupla função de excitação e de descarga das zonas erógenas, mas também poderia representar um elemento de junção ou de mistura de um casal, casal parental ou casal mãe-filho. Arrisco uma primeira hipótese de que o líquido branco que invade a madeira escura (de tom castanho, como o pai) representa, para Esther, o confronto com a excitação da cena primitiva. Trata-se da transformação do belo branco, suave e puro, inerte, em branco ácido. Pergunto-me se isso poderia também representar a metamorfose fantasmática de uma mãe virginal e cuidadora, uma *Madona*, em mãe sedutora, corrosiva.

O branco permanece mudo por muito tempo durante a análise. Como significante, ele não produz nenhuma associação em Esther, o que me faz pensar na provável existência de uma outra função defensiva no que concerne à emergência dos afetos e de seus pensamentos. Como conteúdo, poderia ser submetido ao recalque e ao disfarce, mas como continente, adquirira o valor de mecanismo de defesa para neutralizar, “branquear” a coloração afetiva das vivências psíquicas.

Depois de faltar à uma sessão devido a uma viagem com seu companheiro, Esther expressa seu medo de não mais me encontrar em seu retorno. À

minha interpretação referente à culpa de me ver desaparecer no momento em que ela se ausenta, Esther responde: “Eu não sinto nada em relação ao que você diz, mas entendo o sentido. É como um branco na minha cabeça”.

Esse branco ressurge diversas vezes durante o tratamento, seja após minhas intervenções, seja para marcar uma interrupção do desenvolvimento associativo. As imagens e os pensamentos são frequentemente acompanhados por sensações dolorosas e angustiantes na cabeça, no abdômen ou nas articulações, muitas vezes em vésperas de férias. Ela encerra o movimento inaugurado pelo branco do pensamento perguntando-me: “O que eu sinto? O que você pensa sobre isso?”

Essa necessidade de concretude, como se Esther procurasse materializar a verdade de suas vivências psíquicas, fazendo com que fossem “traduzidas” pelos sentimentos e pensamentos da analista, suscita em mim, inicialmente, um sentimento de irritação. Surpreendo-me ao dizer a mim mesma que, no momento em que “estamos indo bem na sessão” e que é possível perceber certa processualidade, algo incongruente vem interromper nosso devaneio compartilhado. Esse movimento será posteriormente compreendido em relação ao funcionamento dos pais de Esther. Sua mãe, descrita como uma dona de casa hiperativa, mas também “narcísica, vaidosa e depressiva”, não suportava estar em contato com o corpo e com a pulsionalidade da filha. Quando Esther tentava comunicar-lhe suas experiências de prazer ligadas aos jogos, ao esporte, à dança, a mãe imobilizava e desqualificava imediatamente os entusiasmos da filha, dizendo: “Pare de se mexer”, “nada disso existe, é tudo coisa da sua cabeça”. Ou ainda: “Você é louca, filha, você é realmente louca”.

Inversamente, o pai é descrito como desfrutador, ganancioso, sedutor, gastador, amante das satisfações materialistas e imediatas. Para ele, tristeza e mágoa não existem, “são coisas da cabeça”. Diferentemente da mãe, que impede os movimentos do corpo e dificulta os autoerotismos, o pai, sempre impaciente e excitante, pouco terceirizante, incentiva Esther a caminhar, a falar e a crescer rápido, sem perder tempo com devaneios sentimentais que fariam dela “uma menina aérea”.

Assim, os pais se unem, de maneira oposta e complementar, na necessidade de apagar conteúdos psíquicos e de se apartarem de seus afetos. Prazer e desprazer, desejo e dor devem ser abolidos do psiquismo, mobilizando um esforço quase físico, corporal, para apagar da mente a representação de seu vínculo.

Desqualificado ou desinvestido, o pensamento permanece, em contrapartida, investido por Esther. Mas ela precisa passar/desviar por um objeto que

deve conter sentido e refletir o que de suas próprias vivências afetivas não pode ser “habitado” por ela. Em seu amor pelos livros e pela escrita, que a aproximou e a filiou de certa maneira ao universo do avô paterno, como nas perguntas que ela me dirige diretamente, Esther busca mais do que “respostas às perguntas sobre a vida”. Ela tenta escapar de um casal parental “misto”, vivenciado simultaneamente como incompatível, passional, fusional, quebrantável e inquebrantável, como duas “metades ímpares” ou “um casal de órfãos que adotam um ao outro”. Ela me diz, certo dia, que não consegue se sentir unificada diante desse casal. Metade francesa, metade siciliana, metade judia, metade católica, metade negra, metade branca, metade menino, metade menina, ela sempre se sente cindida em duas partes que se excluem mutuamente.

Esther percebe a representação desse casal “impossível”. Impossível por lhe aparecer sempre de modo erótico, passional, e não como um casal parental dessexualizado que se reúne para investir a filha e inscrevê-la em uma dupla filiação. Em seu funcionamento associativo, por vezes rico e abundante, as palavras não faltam – muito pelo contrário –, mas Esther não consegue assumir nem designar como seu o afeto que as acompanha. Para tanto, ela precisa se dirigir a um objeto externo que lhe restitua o que acontece em seu corpo (e em sua mente), a fim de restabelecer, por esse desvio reflexivo, uma unificação narcísica.

Nesse sentido, a mobilização do branco não traduz simplesmente uma expressão polissêmica imaculada a serviço do recalque ou da repressão, parecendo traduzir antes uma falha da subjetivação do afeto. Imagino que poderia ser um mecanismo de rejeição, de recusa: “Não, o que eu sinto não me pertence”. Ainda assim, isso me parece diferente da semiologia do branco do pensamento (*blank*) e da hipocondria negativa descrita por Green em *A psicose branca* (Green & Donnet, 1973).

Em Esther, o branco parece remeter mais a uma neutralização das origens contrastadas entre pai e mãe. As manifestações agressivas que colorem esses conflitos habituais adquirem uma forma extrema que deve ser apagada por essa ausência de coloração viva. As discórdias entre os pais alimentam uma profunda rejeição em Esther, que não consegue escolher sua identidade nem sua filiação e busca mascarar “suas escolhas e seus gostos” nessa neutralização. Essa dificuldade ligada à “função reflexiva do afeto” (Roussillon, 2008) dificulta muito a interpretação dos conflitos. Por conseguinte, o trabalho analítico e as intervenções da analista visam, em um primeiro momento, tornar reconhecíveis e aceitáveis os afetos recusados ou não experienciados, antes de tornar interpretáveis a natureza e as implicações do conflito.

O acesso às duas lembranças da infância nos permitiu compreender o branco em seu valor negativante de fantasias ligadas à sexualidade parental e à cena primitiva. Na primeira lembrança, Esther descreve a falta de despreocupação e de leveza que a impedia de brincar tranquilamente com sua irmãzinha. A segunda lembrança reaviva a vergonha e a raiva que ela se esforçava para “apagar de seu rosto e arrancar de seu ventre” toda vez que esperava pelo pai, do lado de fora da sinagoga, em meio a outras mulheres. Esther impunha a si mesma o silêncio e permanecia imóvel, enquanto sofria por ser excluída desse lugar “de calor, reunião e proteção”. Tudo que ela queria era ser envolvida pelo *talit* da oração.

“O *talit* que os homens usam?”, pergunto. “E as crianças”, ela responde.

Ela acredita que se tivesse nascido menino poderia ter tido um *talit* para o seu Bar Mitzvah, poderia até mesmo ter sido circuncidada, mesmo que sua mãe não fosse judia. Isso teria sido uma forma de se sentir inteira, de ter um corpo inteiro. Ela se pergunta, entretanto, se o rabino teria aceitado, devido ao casamento misto de seus pais...

“Afim, a circuncisão é uma questão masculina ou feminina?”, ela se pergunta. “Paterna ou materna?”, pergunto eu.

Ela gostaria de ter um filho, menino ou menina, pouco importa, mas com um homem judeu.

Ela conta um sonho em que vê na vitrine de uma livraria dois grupos de pintinhos, um com penugem negra e outro com penugem branca, em um espaço vazio, opaco, sem livros. Ela faz uma associação com uma nova hipótese médica, segundo a qual seus sintomas dolorosos seriam causados por uma doença benigna, de caráter genético, que acomete judeus da bacia do Mediterrâneo – portanto, transmitida pelo pai. O médico lhe prescreveu colchicina. Muito intrigada com essa “descoberta”, ela relaciona a etimologia grega da substância do medicamento à sonoridade do meu sobrenome grego. “Eu seria, então, judia pela doença e grega pelo medicamento que a cura”, exclama Esther, muito contente. Ela evoca os *colchiques*⁴ da canção infantil, o veneno, Cólquida, mãe de Medeia e, por fim, o “insuportável” perfume de sua mãe, *Opium*⁵, “remédio anal-

gésico, poção ou veneno, sonífero”. Inicialmente contente com esse diagnóstico, Esther logo se desilude com a reação violenta dos pais. A mãe: “Que bobagem, minha filha não é realmente judia. Não é possível essa doença!”. O pai: “Que bobagem, essa doença não existe. Ninguém em nossa família sofre disso”.

Digo-lhe que é insuportável para ela ver seus pais se unirem em uma recusa comum referente às suas origens e principalmente à sua filiação paterna. Acrescento que, da mesma maneira, no sonho dos pintinhos pretos e brancos ela prefere não pensar que os pais se misturam para gerar filhos. Reagindo imediatamente, ela diz: “Eu tenho ódio. Quando eles se aproximam, tenho vontade de acabar com eles com uma espada a laser, como nos filmes de ficção científica. Em um segundo, eu os vejo se desintegrar, evaporar. Acabados, aniquilados, restando apenas uma nuvem de pó branco”.

O movimento da sessão nos permite compreender que a emergência desse afeto e a necessidade de Esther de apagar o traço da união parental (da qual ela provém) estão relacionadas a uma fantasia inconsciente de que toda substância feminina proveniente de sua mãe é tóxica e nociva, fonte de contaminação para o pai. Isso abre uma possibilidade de elaboração de sua dificuldade de pensar sua “mestiçagem” sexual e identitária.

Durante o quarto ano de análise, quando Esther considera pela primeira vez viver com um homem e ter filhos, ocorre um incidente. No retorno das férias de verão, Esther me diz que, durante o recesso, sentiu dores abdominais, as quais associou, primeiramente, à menstruação. Ela sabia que não era uma apendicite, pois já havia sido operada durante seus anos de colégio. Ela achava que era diferente da apendicite que já havia tido e acabou indo a uma consulta médica. Teve de ser operada para a retirada de um cisto pancreático, não muito grave em si, mas que poderia evoluir para um câncer. Embora muito angustiada antes da cirurgia, Esther se sentiu confiante, bem amparada e cuidada pelo companheiro e pelos pais.

Ao escutá-la, pergunto-me se não se tratava de um “agir” médico-cirúrgico, mas percebo que é a primeira vez que Esther consegue descrever uma dor e ter uma “teoria” de sua origem. Uma angústia-sinal dá conta de uma mudança em sua maneira de sentir a dor e os movimentos corporais internos. Depois de permanecer em silêncio por um longo período, ela chora. “Tive muito medo, não de morrer, mas de ficar incapacitada ou estéril. Minha mãe dizia que cistos provocam esterilidade, e eu ria dela. Senti medo porque meu avô morreu devido a um câncer de pâncreas, em pouquíssimo tempo. Alguma coisa realmente me liga a ele, cortaram uma parte da cauda do meu pâncreas”.

4. N.T. Referência a “Colchiques dans les prés”, uma canção infantil francesa popular. O termo *colchiques* (*Colchicum autumnale*) designa uma planta com flor conhecida em português como açafraão-do-prado. Possuía uso medicinal e venenoso no antigo Egito e Grécia. Dela é extraída a colchicina, usada em tratamento de gota.

5. N.T. Referência ao perfume “Opium”, da marca francesa Yves Saint Laurent.

A operação é descrita como uma “pequena metamorfose, uma cicatriz semelhante a um corte, ou a uma circuncisão”, diz Esther, rindo.

Em um contexto em que gostaria de diminuir o número de sessões para desenvolver um novo projeto profissional, mas temendo minha desaprovação, ela traz mais dois sonhos. No primeiro, uma onda gigantesca ameaça engoli-la. É um sonho repetitivo de sua adolescência, que aparece, agora, de forma diferente: uma vidraça transparente se interpõe entre ela e a onda gigante. Esse muro invisível imobiliza a onda e cria uma barreira protetora. No segundo sonho, seu pai precisa ir a um local para encontrar sua verdadeira mãe, a qual não conhece: “É uma mulher doce, que parece com você”, diz Esther. “Ela é morena como você e meu pai, e de pele branca como você e minha mãe. Ela não é como as mulheres egípcias, parece mais com uma judia grega”. Ela continua contando o sonho: “Quando ele encontra sua mãe, meu pai chora muito, são lágrimas de alegria. É uma revelação. Depois, me vejo lendo um livro, talvez a Bíblia escrita em um alfabeto desconhecido, hebraico ou grego. No momento em que meu pai começa a chorar, vejo as letras se apagarem. À medida que elas vão desaparecendo, o livro fica em branco. Penso que tenho de comê-lo para guardá-lo dentro de mim, para que não se perca”. Esther acorda com vontade de comer carne vermelha, cujo prazer havia perdido há anos. Quer redescobrir o prazer de morder e mastigar, do qual ela se privou por tantos anos, como um bebê desdentado.

Em suas associações, Esther evoca, primeiramente, os problemas dentários que acometem seu companheiro. Apesar da erudição e de ser judeu, esse homem não agrada aos pais de Esther, que o chamam de velho sem ambições. Ela mesma sente nojo, por vezes, da boca de “velha bruxa desdentada” do companheiro. Mas também se sente enternecida ao compará-lo com um bebê desdentado. Essa imagem desperta mais uma vez a lembrança de um grave acidente de carro, ocorrido quando Esther tinha 8 anos, sobre o qual ela falou longamente. Tendo machucado a mandíbula, Esther usou pinos metálicos durante várias semanas. Ela só podia ingerir alimentos líquidos, que seu pai lhe dava com uma seringa. Responsável por esse acidente, ele foi o único que saiu ileso, enquanto a mãe e a irmã de Esther também se machucaram. Ela teve medo de ficar desfigurada após o acidente. Sentia o sangue escorrer pela boca e ficou momentaneamente cega. Recuperou a visão no momento em que uma mulher tocou nela e a tranquilizou, dizendo-lhe que seu rosto não estava desfigurado. Com o toque dessa mulher, Esther se sentiu “recomposta”. Ao contar a história, ela fala sobre o rosto do pai enquanto a alimentava: irreconhecível, marcado

pela dor e pelas lágrimas. Ela tem pena desse pai frágil e fraco, “como uma mulher arrasada”. Esse sentimento de pena se torna intolerável, pois Esther o associa à depressão e ao deixar-se afundar de sua mãe, que a filha se sentia obrigada a conter. Ela tinha de zelar pela mãe e compartilhar seu tédio, renunciando aos encontros com amigos.

Ela sente, então, a raiva a invadir e tem vontade de “espernear no divã” (de modo a conter o transbordamento do desamparo materno, “imobilizar” a onda transferencial, pensei).

Em seguida, ela faz uma associação com uma conversa desagradável que teve com o pai. Ele a fez prometer que ela escreveria um livro sobre casamentos mistos, judaico-cristãos, a partir de depoimentos. Isso eximiria o pai de sua culpa e possibilitaria que ele se apropriasse de sua história. Esther respondeu que esse projeto não era seu e que caberia ao pai realizá-lo. Ela quer crescer e avançar na vida, casar-se e ter filhos. Seu pai ficou furioso. Esther sentiu novamente “a angústia do branco”, a qual associa, desta vez, à dificuldade de ter com ele uma relação afetiva normal.

Ao escutá-la, penso que a conversa com o pai pode indicar os pensamentos latentes do sonho. Esther queria voltar àquilo que seu pai havia tomado como uma promessa: a escrita de um livro. Sua renúncia parece suscitar um sentimento de culpa. Nesse momento, eu intervenho: “Em seu sonho, você desconhece o alfabeto, como o seu pai não conhece a verdadeira mãe. E ele espera que você escreva esse livro para encontrá-la”. Em seguida, acrescento: “As letras evaporam no momento em que, sentindo-se reconhecido pela sua mãe, o pai pode retomar o contato com suas próprias emoções”.

“Meu pai perdeu suas lembranças aos 8 anos”, diz ela, estabelecendo uma relação com sua própria idade no momento do acidente. “Tudo parece apagado para ele, exceto a imagem de sua cidade natal, situada à beira do deserto, abrindo-se para um vazio. Ele não nos transmitiu mais nada. Ele quer que eu lhe conte seu passado, como quando contamos uma história para crianças. Se eu penso em casar, trocar de sobrenome ou ter filhos, tudo se desestabiliza, como se eu arriscasse provocar a morte de meu pai”.

Eu intervenho novamente: “Se você se separar de seu pai para viver sua própria vida, você teme apartá-lo novamente da terra natal, como a própria mãe dele o censurou por ele se separar dela quando se casou com sua mãe. Da mesma forma, você teme me afetar como à sua mãe se você se deixar levar por desejos e ambições, ao mesmo tempo em que você deseja crescer e compartilhar comigo os mesmos conhecimentos e os mesmos prazeres”.

Esther se diz tocada pelas minhas palavras. Ela me conta, então, um pensamento que teve alguns dias antes, no trajeto para sua sessão (pensamento que ela não havia contado), e que a encheu de alegria. Ela havia percebido que, no caminho entre o seu bairro e o meu, havia três coisas reunidas na mesma rua: uma sinagoga; uma livraria, exclusivamente dedicada a Freud e à psicanálise; e um açougue “kosher”, conhecido pela qualidade de sua carne vermelha. Sentiu-se aliviada e unificada por esse pensamento, que pode conter simultaneamente suas origens paternas judaicas, minha filiação ao pai da psicanálise e o prazer de ler e de pensar, o gosto pela vida.

Ao contrário dos dois sonhos inaugurais, nos quais ela era espectadora das paisagens, beirando a inquietante estranheza, em seus últimos sonhos, Esther “habita” suas narrativas, elaborando identificações vivas e complexas da cena primitiva. Menos fascinada e menos petrificada pelo casal parental, ela parece capaz de desviar o olhar das ossadas brancas, segredos enterrados nas entranhas da terra-mãe, para decifrar o alfabeto desconhecido das Escrituras, traços desejáveis e temidos, inscritos pelo pai no corpo materno. O apagamento das Escrituras bíblicas nos reencontros do par mãe-filho (duplo do par pai-filha) condensa a figuração do desejo de conhecer a sexualidade parental, geradora de culpa e do interdito desse mesmo conhecer.

A semelhança das Tábuas da Lei destruídas por Moisés, o apagamento das letras da Bíblia reescreve a cena em que o pai, enraivecido, destrói a Lei (e o objeto de cristal) para conjurar a fala materna que ressoa como uma maldição. O branco se torna, assim, uma tela paraexcitante contra o vermelho do desejo incestuoso, ao mesmo tempo que indica o desejo de Esther de transformar a piedade paterna em devoção filial (Freud, 1939/2010) e de reabilitar o pai em uma função superegoica, da qual a mãe seria mensageira.

Mais adiante no tratamento, Esther menciona uma fantasia consciente ligada ao acidente, pelo qual ela se sente culpada, pois quis beijar o pai, que estava dirigindo, em plena briga com a mãe.

Após o acidente, quando fez uma tomografia computadorizada do crânio, por ocasião de um período de sonambulismo, Esther imaginou que o aparelho podia “ler” e mostrar seus pensamentos íntimos, à semelhança da “máquina de pensar” que seu pai desejava inventar para espionar seus concorrentes. À época, para afastar o medo, Esther também precisava inventar um “contraprocedimento de apagamento de signos, uma espécie de filtro para neutralizar os pensamentos e branquear a tela”, neutralizando, assim, um supereu paterno excessivamente cômodo, mas também evitando uma escolha afetiva entre os pais.

“O que significa esse sonho?”. Escuto essa frase do início da análise como o enigma das origens dirigido a Esther e por Esther em seu nascimento: “O que significa essa criança? De onde ela vem? Em qual registro fantasmático e simbólico ela se insere, posto que encarna simultaneamente o amor e a divisão dos pais? Como os pais pensam a dupla filiação da filha?”

Se, por um lado, Esther procura identificar e identificar-se com os “traços míticos da arqueologia do pai” (Guillaumin, 2003), por outro lado, as ossaturas brancas dos seres pré-históricos (com forte conotação oral) figuram uma identificação direta com as fontes do supereu paterno cultural (os ancestrais, as Escrituras), assim como o desejo de reanimar os objetos da realidade psíquica da mãe – objetos de luto, que parecem ora inertes e inacessíveis, ora venenosos e mortíferos. Diante de pais magnetizados pela paixão e pelo ódio alimentados pelo desenraizamento e pelo desamparo infantil, restando pouco espaço para a representação da ausência, Esther se sente duplamente excluída, mas também obrigada a ser a guardiã, “guardiã do Templo”.

Esther compara seus pais a um casal de esquinhos que ela adorava quando criança. Cuidava bem deles, mas depois se cansou e eles se tornaram um fardo. Ela esquecia de alimentá-los, e eles acabaram morrendo. Ela chorou, pensando que os havia matado, mas, no fundo, ficou aliviada. Ao mencionar esse episódio, Esther imagina ora uma dor de dilaceração, que a assola internamente e que ela designa como o “luto de seus pais”, ora uma angústia de efração externa, que a invade e a qual compara a um desejo sexual insuportável.

O branco que simultaneamente liga e separa o primeiro par de sonhos, e que se torna uma barreira de proteção-barreira de contato no segundo sonho, representa aquilo que liga o casal parental, a coisa *entre* (trans-parente). Pertencente tanto ao universo materno quanto ao paterno, o branco poderia ser a categoria que condensa a figurabilidade da cena primitiva e das fantasias das origens, indicando ao mesmo tempo o mecanismo que permite neutralizá-la, apagar seu conteúdo representativo e os afetos a ela associados. Resta apenas uma tela em branco. Esther menciona o “eu prefiro não”, “*I would prefer not to*”, em *Bartleby* (H. Melville)⁶, frase que ilustra seu desejo “de ser perfeitamente lisa e zen, independente, despreocupada”. Seu pai diz com frequência: “não quero nada, não penso em nada, sou livre”. Mas ela percebe que esse estado é próximo da morte, “próximo de sua mãe”.

6. N.T. *Bartleby, O Escrivão* é um conto publicado em 1853, de autoria do escritor e poeta americano Herman Melville.

A noção de *alucinação negativa*, de Green (1972), assim como a *tela do sonho*, de Lewin (1949/1972) remetem ao desejo daquele que dorme de alcançar um estado de inércia, um sono sem sonhos. Isso me parece estar associado àquilo que Green designa – conforme a formulação de Freud segundo a qual “o trabalho do sonho não pensa” – como um pensamento não pensado, a serviço de uma “*contrateoria* psíquica em relação às construções das teorias sexuais infantis” (Green, 1972, p. 179). No funcionamento psíquico de Esther, esse branco visa negatizar os pensamentos projetados sobre a tela em branco do leito parental, a fim de neutralizar e de apagar os efeitos da união sexual dos pais.

Em *Traumdeutung*, Freud (1900/2003) descobre, também, a estrutura ternária do pensamento do sonho. Em seu estudo magistral sobre a obra e a autoanálise de Freud, Didier Anzieu (1959) compara essa descoberta à escrita hieroglífica, língua secreta decifrada a partir de suas relações com duas outras línguas, os três textos gravados na Pedra de Roseta.

Através do apagamento e da escrita-reescrita de seus sonhos, Esther consegue se sentir unificada, capaz de ficar sozinha diante dos pais, transformando o traço de união (judaica e grega) em uma identificação materna judaico-grega. Ao mesmo tempo, ela acessa uma configuração triangular a meio-caminho entre seu espaço e o espaço da analista, pertencente nem a um nem ao outro, um objeto *entre*, objeto transicional, objeto analítico, como o sonho, que provavelmente não pode ser compartilhado em si, mas cuja presença é indispensável para compartilhar o mundo externo.

Trata-se de um sentimento “de afeto compartilhado” (no sentido de Parat) na transferência, graças ao qual, no momento em que Esther fala de seu desejo de se tornar mãe, ela pode se perguntar: “O que minha mãe pode ter sentido sobre mim? Será que ela pôde sonhar comigo?”

Comentários

Creio que todo o trabalho dessa análise consistiu essencialmente em requalificar afetos que Esther havia desligado de suas respectivas representações de palavras a fim de neutralizá-los. É assim que penso ter compreendido a coexistência de sonhos e de certa riqueza associativa com uma espécie de “repressão”, de rejeição das raízes corporais do pensamento, relacionada à dificuldade da mãe em investir o corpo de sua filha. Quanto ao pai de Esther, acredito que ele investiu a feminilidade da filha de maneira ostentatória e certamente excitante, o que o confronta com seu contra-Édipo. Em contrapartida, ele não conseguiu investi-la

como menino, como filho pertencente fantasmática e simbolicamente a uma filiação masculina, devido à sua própria dificuldade com o grupo dos “pais/pares”.

Questionando-me sobre o funcionamento mental de Esther, não vejo um funcionamento limítrofe nem uma histeria de conversão, pois esses sintomas não conseguem diminuir a angústia. Estamos longe da “bela indiferença” da histeria. No entanto, talvez não tão longe do *Rancor da histérica*, descrito por Masud Khan (1974) como necessidade de permanecer “em branco”, ausente de si mesmo, para lutar contra a ameaça que constitui a rendição psíquica ao objeto, devido a um investimento materno falho.

Os processos de neutralização em jogo no funcionamento de Esther levantam, também, a questão de uma clivagem entre corpo e psiquismo, que pode ter se produzido precocemente e que atesta o papel da pulsão de morte como defesa precoce contra a constelação traumática.

Desse ponto de vista, Esther não me parece preencher as condições dinâmicas de uma histeria de conversão, mas o trabalho analítico lhe permite seguir uma trajetória de histericização secundária e de integração de seus sintomas somáticos em uma economia secundária histeriforme. Eu diria, antes, que há uma tentativa de histericização no funcionamento de Esther, uma tentativa de conversão (em seu duplo sentido). Isso se torna ainda mais claro pelo efeito simbolígeno da marca corporal após a cirurgia e sua elaboração secundária, ligada à ação do *après-coup*, a fim de pensar-se *efetivamente* judia e menina em um amor edípico pelo pai.

Para concluir, dou a palavra à sacerdotisa Diotima. No *Banquete* de Platão, ela apresenta uma teoria sobre as origens e o nascimento de Eros: ele é filho de Poros (o caminho) e Pênia (a penúria), do caminho e da falta.

Paris, março de 2024.

Referências

- Aisenstein, M. (2020). *Désir, douleur, pensée*. Ithaque.
- Anzieu, D. (1959). *L'auto-analyse de Freud et la découverte de la psychanalyse*. Puf.
- Aristote (1979). *Poétique* (J. Hardy, trad.). Les Belles Lettres.
- Braunschweig, D. & Fain, M. (1975). *La nuit, le jour*. Puf.
- Chambrier-Slama, J. (2022). Les objets du lien. Objet analytique, objet-analyste. *Bull SPP 2022-1*.

- Chervet, B. (2019). Sensorialité, sensualité, affect. *Rev Fr Psychanal*, 83(3): 739-750.
- Coblence, F. (2016). L'affect ment-il ? In J. André (Org.), *Vie et morts des affects*. Puf.
- Damasio, A. (2021). *Sentir et savoir*. Odile Jacob.
- David, C. (1970). Affect, travail et signification. *Rev Fr Psychanal*, 34(5-6): 1191-1202.
- Denis, P. (2017). Croyance, conviction et vérité. In A. Abella & F. Déjussel (Orgs.), *Conviction, suggestion, séduction*. Puf.
- Fain, M. (1971). Prélude à la vie fantasmatique. *Rev Fr Psychanal*, 35(2-3): 291-364.
- Freud, S. (1890/1984). Traitement psychique (traitement d'âme). *Résultats, idées, problèmes I*. Puf.
- Freud, S. (1894/1973). Les psychonévroses de défense. *Névrose, psychose et perversion*. Puf.
- Freud, S. (1895/2009). Études sur l'hystérie. *Œuvres complètes* (Vol. II). Puf.
- Freud, S. (1900/2003). L'interprétation des rêves. *Œuvres complètes* (Vol. IV). Puf.
- Freud, S. (1912/2005). Conseils au médecin dans le traitement psychanalytique. *Œuvres complètes* (Vol. XII). Puf.
- Freud, S. (1915/1968). Pulsions et destins des pulsions. *Métapsychologie*. Gallimard.
- Freud, S. (1916-17/1968). Deuil et mélancolie. *Métapsychologie*. Gallimard.
- Freud, S. (1917/1968). Complément métapsychologique à la théorie du rêve. *Métapsychologie*. Gallimard.
- Freud, S. (1920/2002). Au-delà du principe de plaisir. *Œuvres complètes* (Vol. XV). Puf.
- Freud, S. (1923/1981-1989). Le moi et le ça. *Essais de psychanalyse*. Puf.
- Freud, S. (1924/1973-1985). Le problème économique du masochisme. *Névrose, psychose et perversion*. Puf.
- Freud, S. (1926/1982). *Inhibition, symptôme et angoisse*. *Œuvres complètes* (Vol. XVII). Puf.
- Freud, S. (1938/1985). Le clivage du moi dans le processus de défense. *Résultats, idées, problèmes II*. Puf.
- Freud, S. (1939/2010). L'homme Moïse et la religion monothéiste. *Œuvres complètes* (Vol. XX). Puf.
- Green, A. (1970). L'affect, Rapport au XXX^e Congrès des Psychanalystes de Langues Romanes. *Rev Fr Psychanal*, 34(5-6): 885-1169.
- Green, A. (1972). De l'Esquisse à l'interprétation des rêves : coupure et clôture. *Nouv Rev Psychanal*, 5.
- Green, A. (1973). *Le discours vivant*. Puf.
- Green, A. & Donnet, J. L. (1973). *L'enfant de ça*. Éditions de Minuit.
- Guillaumin, J. (2003). Archéologie du père : entre l'angoisse d'une présence et la métaphore d'une absence, le « Père de la préhistoire personnelle ». In J. Guillaumin & G. Roger (Orgs.), *Le Père. Figures et réalité*. L'esprit du Temps.
- Kahn, L. (2012). *L'écoute de l'analyste*. Puf.
- Khan, M. (1974). La rancune de l'hystérique. *Nouv Rev Psychanal*, 10: 151-160.
- Kristeva, J. (2012). La chair des mots. In B. Chervet, S. Lambertucci-Mann, J. Chambrier-Slama (Orgs.), *L'interprétation* (pp. 133-150). Puf.
- Lewin, B. (1972). Le sommeil, la bouche et l'écran du rêve. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 5: 211-223. (Original publicado em 1949).
- Loraux, N. (1981). *L'invention d'Athènes*. Éditions de l'EHESS-Mouton.
- Marty, P. (1968). La dépression essentielle. *Revue Française de Psychanalyse*, 32c(3): 595-598.
- Marty, P. & de M'Uzan, M. (1963). La pensée opératoire. *Revue Française de Psychanalyse*, 27(23): 345-356.
- Ody, M. (1990). Œdipe comme attracteur. In *La psychanalyse, questions pour demain*. Puf.
- Papageorgiou, M. (2006). De la nostalgie à la douleur de l'impossible départ. *Rev Fr Psychosom*, 30: 39-54.
- Papageorgiou, M. (2023). *Penser l'affect. L'affect a-t-il toujours raison ?* Rapport au 83^e Congrès des Psychanalystes de Langue Française.
- Parat, C. (1995). *L'affect partagé*. Puf.
- Roussillon, R. (2008). *Le jeu et l'entre je(u)*. Puf.
- Smadja, C. (2005). La place de l'affect dans l'économie psychosomatique. In J. Boushira & H. Parat (Orgs.), *L'affect*. Puf.

Marina Papageorgiou

marina.papageorgiou@wanadoo.fr

Presentes-Ausentes

Lena Bergstein¹



Continuei pelo caminho das pedras e da falta, procurando pelo menino que tinha deixado lá. Só não encontrei mais a amoreira na qual costumava subir.

Darwich, 2011

Antes que nascesse o poeta, o menino e sua família foram exilados da Palestina e tornaram-se refugiados no sul do Líbano. Mais tarde, ele consegue voltar a

1. Artista plástica e professora de arte. Trabalha com telas, livros de artista, fotografias e vídeos. Uma obra cuja poética é centrada nas questões da escrita, do livro, das relações entre a pintura e a escrita. Coautora de *Enlouquecer o subjétil* (1999), vencedor do prêmio Jabuti em 1999, criado em parceria com Jacques Derrida; e é autora de *Um diário em aberto* (2023), de onde vêm as imagens do artigo. Suas últimas exposições foram: no Museu Nacional de Belas Artes, RJ, a exposição *Ficções* (março de 2018) e no Instituto Casa Roberto Marinho, RJ, a exposição *10 artistas contemporâneos* (abril de 2018). Site: www.lenabergstein.com.br

morar na sua terra natal, mas como um presente-ausente, designação dada a todos refugiados do Estado de Israel.

Mahmoud, agora um poeta, escreve: nós voltamos à noite caminhando por um terreno rochoso, cheio de pedras e cascalhos. Andávamos separados, em pequenos grupos, com medo de sermos capturados.

Depois de muitas noites de exaustiva caminhada, todos nos encontramos em uma vila. Tínhamos voltado à Palestina. Lágrimas escorreram pelo nosso rosto e se misturaram ao orvalho da noite.

Não sabíamos, porém, que estávamos trocando o status de refugiados no Líbano pelo de refugiados na nossa própria terra. Nenhum de nós percebeu que a presença física na terra natal constituía uma ausência aos olhos da lei que os novos imigrantes tinham imediatamente implementado. Eles nos chamavam de presentes-ausentes para que não tivéssemos direitos legais sobre nada. Muitos de nós foram empurrados e depositados nas fronteiras. Outros foram mortos, para que todos parassem de pensar na possibilidade de retorno.

Mahmoud, diante de um espelho, olha para sua própria ausência, reflete sobre o que era uma vida interrompida. Assim como ele, muitos camponeses começaram a ser expulsos de suas terras pelos compradores europeus. Começam a migrar para as cidades carregando seus pertences e suas dívidas.

Sabri Jiryis é um escritor e advogado árabe israelense. Formado pela Universidade Hebraica de Jerusalém, é o autor de *The Arabs in Israel* e *Democratic freedoms in Israel*.

A expressão “presente-ausente”, explica Jiryis no *Journal of Palestine Studies*, outono de 1971, é uma vergonha e uma desgraça para o Estado de Israel. Mas a expressão existe desde o fim da Segunda Guerra Mundial. O que é um presente-ausente? Atiro num homem, explica Jiryis, que vive na sua vila pacatamente. Ele foge. No momento em que entro nessa vila, esse homem e sua família não estão mais lá. Provavelmente, estão em algum vilarejo vizinho, ou no seu próprio vilarejo, em outro lugar; logo, eles são ausentes.

A desgraça é que eles se encontram no Estado de Israel. Às vezes eram expulsos e fugiam para o sul do Líbano, como Mahmoud, mas nunca deixaram o Estado, ou a ideia de que iriam voltar. E voltavam.

Para o Estado judeu, porém, estão ausentes. Suas terras, a terra dos seus pais, dos seus avós, a terra em que trabalharam e plantaram foi confiscada e dada para os novos imigrantes ocuparem.

A maioria das vezes, os ocupantes, sem ter nenhuma noção de agricultura, entregavam esse cultivo para os antigos moradores originais, que agora

passavam a cultivar a terra, suas terras, para os novos ocupantes, os imigrantes recém-chegados.

Eles te forçaram para fora dos campos. Mas tua sombra nem te seguiu nem te decepcionou. Congelou no mesmo lugar e se tornou uma pedra. Então cresceu como o sésamo, verde durante o dia e azul durante a noite.

Darwich, 2011

Uma das leis mais conhecidas em Israel é a Lei da Aquisição da Propriedade dos Ausentes, de 1950. No entanto, como é definido um ausente? Qualquer pessoa que era um cidadão do Estado de Israel e deixou sua casa no país depois de 29 de novembro de 1948. Os cidadãos palestinos que deixaram os vilarejos, assustados com o que acontecia, expulsos pelos israelenses, muitas vezes acabaram residindo na mesma aldeia, mas em outro lugar, escondidos, amedrontados, impedidos de voltar para suas casas e suas terras, confiscadas pelos israelenses pela Lei de Aquisição da Propriedade do Ausentes.

A expropriação das terras palestinas é um dos mais dolorosos capítulos da história dos árabes palestinos em Israel. Um dos primeiros resultados da expropriação de terras foi a remoção de vinte mil palestinos de suas vilas. Tornaram-se refugiados, “*absentees*”, vivendo a poucos quilômetros de seus vilarejos, que a partir daí começaram a ser usados como assentamentos judaicos.



– *Estou procurando pelo meu coração. Inclino-me no chão e começo a pegar seus pedaços, um por um, assim como as mulheres dos fellahin colhem azeitonas em outubro, uma azeitona de cada vez.*

Darwich, 2011

A guerra em Gaza está trazendo outra guerra para os moradores da Cisjordânia, tornando a vida muito difícil para os palestinos do West Bank. Além dos *checkpoints*, das estradas fechadas e da falta de água, as plantações de azeitonas, as oliveiras, estão sendo excluídas dos limites liberados para os agricultores palestinos. Antes, os agricultores tinham a possibilidade de colher de suas oliveiras por uma coordenação combinada com os soldados israelenses. Mas agora a época da colheita acabou e um terço da plantação continuava nas árvores, separando os palestinos do elemento central do seu ganha pão. As azeitonas ainda estavam ali, presentes, mas ausentes da possibilidade da colheita. Akram e Mohammed, dois agricultores palestinos, foram impedidos pela primeira vez de chegar até suas oliveiras, mesmo por um dia, mesmo por uma hora, por qualquer período curto de tempo, para colher as frutas pelas quais esperaram por um ano. Lançam um olhar desesperado para uma vista tão triste quanto maravilhosa. Se estendessem a mão, teriam a impressão de poder tocar a copa das árvores, acariciá-las, quem sabe até pegar algumas azeitonas. Elas estão ali, presentes, mas eles não conseguem chegar até elas, não conseguem tocá-las nem colhê-las, porque o assentamento de Ytzar, junto com as forças israelenses, transbordando maldade, produzem um inferno do alto do cume das montanhas.

Meu avô me ensinou a ler, me ensinou as fronteiras da terra, e a idade das oliveiras.

Darwich, 2011

*Quantas vezes terei de migrar, mudar, partir, se pergunta Mahmoud.
Minha memória é como um museu pessoal, me leva para a realidade do que foi perdido, para as saudades do que eu tinha antes, para os aromas, a fragrância do verão, a visão de um campo de sésamo, uma plantação de alface verde e exuberante, um sol redondo caindo dentro do mar.*

Darwich, 2011



Referências

Bergstein, L. (2023). *Um diário em aberto*. No prelo.

Darwich, M. (2011). *In the presence of absence*. Archipelago Books.

Levy, G. (2024). *I have land – but I don't*. Haaretz English.

Recebido: 14/08/2024

Aceito: 30/08/2024

Lena Bergstein

lenabergstein@terra.com.br

O que uma antropóloga e psicanalista negra tem a dizer sobre ausência e presença para uma revista sobre teoria e clínica psicanalítica?

Sônia Beatriz dos Santos¹

Introdução

É preciso que haja um modelo a partir do qual o indivíduo possa se constituir – um modelo ideal, perfeito ou quase. Um modelo que recupere o narcisismo original perdido, ainda que seja através de uma mediação: idealização dos pais/substitutos e ideais coletivos. Esse modelo é o ideal do ego.

O ideal do ego não se confunde com o ego ideal.

O ego ideal, instância regida pelo signo da onipotência e marcada pelo registro do imaginário, caracteriza-se pela idealização maciça e pelo domínio das representações fantasmáticas.

O ideal do ego é do domínio do simbólico. Simbólico quer dizer articulação e vínculo. Simbólico é o registro ao qual pertencem a ordem simbólica e a lei que fundamenta essa ordem.

O ideal do ego é, portanto, a instância que estrutura o sujeito psíquico, vinculando-se à lei e à ordem. É o lugar do discurso. O ideal do ego é a estrutura mediante a qual “se produz a conexão da normatividade libidinal com a cultural”.

Realizar o ideal do ego é uma exigência – dificilmente burlável – que o superego vai impor ao ego. E a medida de tranquilidade e harmonia do indivíduo dada pelo nível de aproximação entre ego atual e o ideal do ego. “Há sempre uma sensação de triunfo quando algo no ego coincide com o ideal do ego. E o sentimento de culpa (bem como o de inferioridade) também pode ser entendido como uma tensão entre o ego e o ideal do ego.”

1. Antropóloga, Ph.D. Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UERJ). Analista em formação e Membro Provisório da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ).

E o negro?

O negro de quem estamos falando é aquele cujo ideal do ego é branco. O negro que ora tematizamos é aquele que nasce e sobrevive imerso numa ideologia que lhe é imposta pelo branco como ideal a ser atingido, e que endossa a luta para realizar esse modelo. Como se constrói o ideal do ego desse negro? (Souza, 1983/2021, p. 64-65)

O trecho da citação acima consta no livro *Tornar-se negro* (1983/2021), escrito pela psicanalista Neusa Santos Souza. Ele exerceu grande influência no modo como busquei organizar meu texto, em que busco explorar aspectos psicanalíticos, sociais e culturais das noções de ausência e presença à luz de questões impostas pelo racismo e pelas situações de vulnerabilidade social que este têm produzido para a saúde mental de pessoas negras no Brasil. Isto posto, inicio esta reflexão considerando as palavras de Maria Polacchini (2023), que afirma que

Nascemos carregando influências do ambiente, esse outro social, cultural e histórico que nos antecede e nos circunda. Na visão bioniana elas comparecem na forma de pré-concepções do seio/mente pensante da mãe, do Édipo, do self, como “repertórios antecipadores” (Grotstein, 2017/2010) de experiências a se realizar com o outro – na visão de Martin Buber (1974/2003), da filosofia mítica judaica, o tu dentro do eu antes do próprio eu. (p. 14)

A partir do trecho de Polacchini (2023), passei a indagar o que ausência e presença significam para mim, em termos de experiência individual em psicanálise; no entanto, ao fazê-lo, também me reportei a dimensões sociais e culturais, no que tange a uma experiência traumática compartilhada com outras pessoas negras, que foi despertada por um trecho do texto de chamada deste número da revista *TRIEB* para o qual escrevo, que faz menção às “imposições e atravessamentos da pandemia da Covid-19”, vinculando este período nefasto da sociedade brasileira às “novas formas de presença e ausência que se impuseram no enquadre analítico”. O texto seguiu conjecturando que “se antes, os atendimentos on-line eram pontuais, no contexto pandêmico tivemos que aderir em massa a esta outra forma de relação”, e a partir deste ponto nos provoca com o questionamento sobre “como lidar com a ausência da sensorialidade e da corporalidade do paciente e do psicanalista”.

As primeiras perguntas que surgiram a partir da proposição do texto da revista foram: quem somos “nós” as pessoas que pudemos dispor na época da pandemia de Covid-19 de um atendimento psicanalítico on-line? Quem

somos “nós” que podemos lançar mão de recursos materiais, simbólicos e psíquicos para poder contar com a presença psicanalítica de um outro (sujeito humano) que podia estar ali conosco por trás da câmera de um celular ou computador em momentos tão difíceis e diante de uma ameaça iminente da extinção humana?

Lembrei-me também que, no começo da pandemia, eu tive a ilusória impressão de que, no caso desta catástrofe que se abateu sobre nós, estávamos, enquanto seres humanos, nivelados por condições similares de sobrevivência e vulnerabilidade, sem que marcadores sociais de diferença como raça, classe, gênero e orientação sexual pudessem representar de fato um diferencial considerável em termos de quem poderia morrer ou (sobre)viver, já que se tratava de um microrganismo causador da doença. No entanto, conforme o horror da pandemia do coronavírus foi acercando nossas vidas, as desigualdades quanto ao acesso às máscaras de proteção respiratória, a frascos de álcool 70 e acesso à água – que se configuravam como as principais medidas na prevenção da Covid-19 que poderiam estar ao alcance da população – eram, no início da pandemia, artigos escassos e muito dispendiosos (situação que se manteve mesmo após a regularização da oferta nas redes farmacêuticas). No caso da água, o Brasil possui em suas diversas regiões um histórico problemático de escassez, agravada em razão das desigualdades sociais e da ausência de formas sustentáveis no trato com os recursos naturais de que dispomos. E, neste sentido, as regiões mais afetadas pela situação de falta d'água são as áreas de grande concentração de populações socioeconomicamente desprotegidas, onde se situam majoritariamente pessoas negras, indígenas e ciganas, segmentos mais afetados pela exclusão social sustentada pelo racismo estrutural vigente na sociedade brasileira. Assim, a realidade social foi demonstrando o contrário. Segundo o IPEA (2019),

a pandemia da Covid-19 ao se instalar no Brasil, em março de 2020, não o faz sobre uma página em branco, mas encontra uma sociedade profundamente desigual, e é a partir deste terreno que ela exerce seus efeitos, evidenciando e aprofundando as desigualdades que marcam nosso país. (p. 347)

Recordo-me, ainda, que, durante este período, experimentei três vivências que se configuravam como um misto de experiência individual e social no que se referia à busca por estratégias de resistência e (sobre)vivência. A primeira delas diz respeito ao apoio afetivo e de cuidados mútuos dentro de minha família através de encontros presenciais, pelo WhatsApp e por conversas diretas pelo

telefone ou videoconferência, para além do auxílio no abastecimento de suprimentos alimentícios, remédios e outros materiais farmacêuticos. Minha família foi gravemente afetada pela pandemia, com resultados de adoecimentos e mortes. Naquela época, eu era a única pessoa que tinha acesso a um tratamento terapêutico dentre meus familiares, e isto fez toda a diferença para que eu pudesse suportar as adversidades e ainda conseguisse oferecer apoio emocional para todos os membros. Eu só pensava em estratégias para me salvar e salvar minha família. Eu assumi o comando, ficando à frente dos cuidados de quem adoecia e provendo informações essenciais para se evitar a contaminação pelo vírus.

A segunda vivência concerne às sessões de análise, que ocorriam uma vez por semana; estas eram cruciais para a manutenção de sentimentos de esperança e resiliência – meu e da analista – de que sobreviveríamos ao Covid-19. Neste sentido, tomo novamente as palavras de Polacchini (2023), que enquadra

A situação analítica, como uma especial condição de experiências de presença e ausência, encontro e separação, satisfação e falta, perda e luto, possibilita expandir sentidos, reorganizar os laços afetivos e de conhecimento, e ampliar o eu e sua relação com o mundo, particularmente o fortalecimento da identificação com o processo de busca de si mesmo. De modo singular, analista e paciente se desenvolvem nessa direção. A continuidade do viver favorece ampliações pelas infinitas cesuras. (p. 14)

Naquela época da pandemia, eu morava num bairro da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro e precisava atravessar a cidade para chegar até o bairro da zona sul onde estava localizado o consultório de minha analista; e, para me deslocar até lá, eu precisava utilizar três ou dois meios de transporte público entre van e ônibus, trem e metrô. Lembro-me que inicialmente houve uma persistência por parte da analista para manter as sessões presenciais e evitar a comunicação on-line. Hoje compreendo melhor os receios dela quanto às incertezas que os efeitos da ausência da análise presencial – sensorial e corpórea – poderiam causar à nossa relação transferencial. Portanto, não foi uma decisão fácil de ser tomada por ambas as partes, mas a rápida propagação da doença pelo coronavírus se impôs e tomamos a decisão de nos proteger.

E a terceira experiência diz respeito a uma ação colaborativa iniciada no ano de 2020 e desenvolvida ao longo do período da pandemia com o Grupo de Trabalho de Bioética do Observatório Covid-19 Fiocruz, cuja função era “produzir informações para ação”, tendo como objetivo “o desenvolvimento de análises integradas, tecnologias, propostas e soluções para enfrentamento da

pandemia por Covid-19 pelo SUS e pela sociedade brasileira”². Este grupo estava alocado no Eixo 4: Impactos Sociais da Pandemia³. Somando-nos a vários outros grupos de pesquisadores, tínhamos a tarefa de desenvolver informação em pequenos textos para apoiar a produção e a divulgação de materiais que permitissem à sociedade construir estratégias e ações de forma ágil no enfrentamento da pandemia. Nosso grupo de bioética se debruçava sobre os aspectos bioéticos da pandemia e das ações em torno desta, considerando as tomadas de decisões que profissionais da área de saúde na gestão e no atendimento clínico no front das unidades precisavam lidar. Em termos de formação profissional, eu era minoria no grupo, pois este era majoritariamente composto por profissionais de saúde epidemiologistas, infectologistas e sanitaristas, sobretudo das áreas médicas e da enfermagem, que atuavam na universidade e também possuíam vínculos com unidades de saúde ou profissionais que atuavam na linha de frente destas; lembro-me que havia uma colega do Direito, um colega de Filosofia e eu, das áreas de Ciências Sociais e Educação.

Recordo-me de como eu ficava assustada com os relatos das situações caóticas enfrentadas no atendimento direto da população e com os prognósticos alarmantes de morbidade e mortalidade no país. Lembro-me ainda de observar que aqueles profissionais de saúde que tiveram condições para fazê-lo retiraram-se ou, pelo menos, retiraram suas famílias do convívio dos grandes centros urbanos e os alocaram em áreas de região montanhosa, de matas ou litorânea. De tal modo que as circunstâncias que observava faziam com que eu temesse muito pelas minhas condições de vida e saúde, bem como pelas de minha família, amigos próximos e, num sentido mais amplo, das populações mais vulneráveis do estado – os negros, os indígenas, os grupos de moradores de áreas socioeconomicamente menos favorecidas (morros, favelas, bairros populares, regiões da zona oeste e da Baixada Fluminense). Porque, se antes da pandemia, os problemas enfrentados por este conjunto plural de indivíduos, em termos de acesso às unidades de saúde e tratamentos do Sistema Único de Saúde (SUS) já era precarizado, como os governos e a sociedade conseguiriam garantir condições de atendimento digno para estes segmentos populacionais totalmente dependentes do sistema público? Portanto, vislumbrei de imediato

2. Recuperado de <https://portal.fiocruz.br/observatorio-covid-19>

3. Os outros eixos eram: 1) Cenários Epidemiológicos; 2) Medidas de Controle e Organização dos Serviços e Sistemas de Saúde; e 3) Qualidade do Cuidado, Segurança do Paciente e Saúde do Trabalhador.

a catástrofe anunciada, que estava por sobrechegar ao estado do Rio de Janeiro e, num sentido mais amplo, ao país.

Assim, eu seguia no grupo de trabalho aprendendo tudo que podia para ensinar a minha família e as pessoas próximas o que poderiam fazer para se proteger da contaminação pelo coronavírus. Lembro-me que, após uma das reuniões do grupo, eu compreendi que toda a população precisaria utilizar máscaras específicas da área cirúrgica, porque a indicação era a de que protegiam melhor contra o vírus; e também o álcool auxiliava a higienização e o controle da proliferação da infecção. Lembro-me de ter saído após a reunião procurando estes produtos na farmácia e me dado conta de sua escassez. Eu consegui encontrar um último pacote de máscaras e quatro frascos de 500ml de álcool em gel numa farmácia localizada na estação de trem do bairro de São Cristóvão, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro/RJ; e distribuí entre minha família o material que consegui. Lembro-me de sentir que a “sorte estava do meu lado”, depois de tanto procurar por estes itens, pois eu entrava em todas as farmácias que encontrava em meus trajetos circulando pela cidade; eu estava determinada a garantir a minha sobrevivência e de minha família antes que a pandemia tomasse proporções alarmantes e o estado decretasse o regime de *lockdown*, instituindo compulsoriamente que as pessoas ficassem isoladas dentro de suas casas, e que instituições públicas e privadas adotassem trabalho e atendimento remoto. Eu estava indo para uma de minhas últimas sessões de análise presencial quando, no trajeto, encontrei estes materiais de proteção na farmácia.

Portanto, na época do período da pandemia, eu tinha uma consciência muito forte sobre como se configurava a tragédia que se abateu sobre a sociedade brasileira. E, mais do que isto, eu estava ciente sobre como a população negra seria drasticamente afetada, pelo fato de integrar uma família negra e viver entre muitas outras pessoas negras, tendo experienciado, assim, ao longo da vida, a relação problemática e traumática que os negros vivenciam quanto ao acesso e ao atendimento no SUS no Brasil. Um histórico atravessado pelo racismo que tem se materializado em desigualdades raciais abissais em saúde para negros e indígenas, resultando em muitos sofrimentos, em razão de adoecimentos graves e mortes.

Nas discussões com o grupo de trabalho, eu já sinalizava minhas preocupações com estes segmentos populacionais; eu já chamava a atenção para a necessidade de um olhar específico sobre as populações negras e indígenas como os grupos que potencialmente estariam mais suscetíveis aos efeitos da

pandemia por serem estes já afetados pelo racismo e a discriminação racial e pelas desigualdades que estes produzem na área da saúde, bem como em outros aspectos essenciais da vida em sociedade. Eu enfatizava que parcela significativa de pessoas negras atuavam em atividades laborativas fora do mercado formal ou em empregos com baixa remuneração, seja em setores das áreas do comércio, indústria, alimentícia, prestadores de serviços e em empregos do ramo doméstico, como casas, edifícios, portarias, dentre outros, ou seja, um grupo de pessoas cujo regime de trabalho remoto não seria útil, e que poderiam ficar desempregadas, situação que ocorreu de forma extensiva. Adicionalmente, eu indicava que a maioria das pessoas teria dificuldade para trabalhar em regime doméstico pela falta de infraestrutura e equipamentos adequados – computador, celular, acesso regular à internet, condições de custear a sobrecarga de energia elétrica, dentre outros subsídios.

Além disso, havia no grupo a discussão sobre quem seriam as primeiras pessoas que deveriam receber a vacina do coronavírus dos primeiros lotes que chegariam ao país. A tomada de decisões foi desastrosa para as populações negras e indígenas; para os moradores de regiões socioeconomicamente vulneráveis; para profissionais da área da saúde, cuja função era lidar com as demandas no front das unidades de saúde e no epicentro da pandemia. Dentre a população, decidiu-se por vacinar primeiro os mais idosos entre 80 e 100 anos de idade, o que não considerei equivocado, mas também era problemático considerar apenas esta faixa no início, porque os números da demografia populacional mostram que, devido ao impacto das desigualdades e violências impostas pelo racismo, a esperança de vida de pessoas negras e indígenas é menor que a de pessoas brancas, de modo que chegar à faixa etária de mais de 65 anos para estes grupos não é algo fácil; portanto, não raro negros e indígenas morrem antes de entrar na faixa dos 60 anos, ou são acometidos por situações de saúde muito graves, como diabetes, hipertensão arterial, insuficiência renal, doenças respiratórias, dentre outras – todas problemáticas que agravam o estado de um paciente adoecido pelo coronavírus. Isto posto, tais especificidades deveriam ter sido consideradas e os grupos idosos de ambos os grupos deveriam ter sido vacinados a partir dos primeiros lotes. E, num sentido mais amplo, por tudo que já foi enfatizado aqui, mesmo os indivíduos adultos negros e indígenas abaixo dos 60 anos deveriam ter sido priorizados quanto à vacinação emergencial.

No caso dos profissionais de saúde, seguiu-se a decisão de que os médicos seriam os primeiros a serem vacinados; mas o Conselho de Enfermagem também conseguiu garantir que seus trabalhadores(as) fossem priorizados. No

entanto, o direito à proteção para outros profissionais não foi garantido no início da vacinação; e o mais devastador desta situação desigual foi perceber os casos significativos de adoecimento e morte entre técnicos e auxiliares de enfermagem e trabalhadores das áreas de serviços gerais e alimentícios que lidavam com a infraestrutura hospitalar – resíduos e alimentos; estes grupos ficaram de fora do planejamento inicial de vacinação; justamente os segmentos em que majoritariamente concentram-se indivíduos dos grupos mais afetados pelas desigualdades raciais e sociais na sociedade brasileira. Oliveira et al. (2020) destacaram que “a enfermagem é uma categoria profissional majoritariamente feminina e negra”, que atuou “na linha de frente dos cuidados às vítimas da COVID-19” (p. 5).

Por fim, tais circunstâncias me reportam ao questionamento que sinalizei no início: diante desta realidade, quem de fato pôde dispor, na época da pandemia do Covid-19, de um atendimento psicanalítico on-line?

A saúde mental da população negra

Qual não foi minha surpresa e a de outros colegas conscientes das desigualdades raciais na saúde, quando o governo do estado do Rio de Janeiro, em 19 de março de 2020, há quatro anos, anunciou oficialmente a confirmação da primeira morte pelo coronavírus: uma mulher negra de 63 anos que trabalhava como empregada doméstica, diabética e hipertensa; ela teve contato com a patroa, que esteve na Itália e que estava com a doença. O drama desta mulher, no que tange a não ter a possibilidade de migrar para o trabalho remoto, não foi isolado. Como enfatizei anteriormente, trabalhadoras e trabalhadores domésticos e de áreas de prestação de serviços diversos no mercado de trabalho formal e informal foram, em grande medida, compelidos a continuar se deslocando para o trabalho, enfrentando transportes e lugares lotados de transeuntes, com baixa ou nenhuma capacidade de proteção contra o coronavírus. Sabemos que, dentre estes segmentos profissionais, estão a maioria das pessoas negras, sobretudo moradoras de regiões socioeconomicamente vulneráveis.

Neste sentido, tais circunstâncias nos levam ao racismo estrutural, responsável por produzir desigualdades sociais, a exemplo das situações de desigualdades sociais enfrentadas por pessoas negras na saúde. Como indicam Damasceno e Zanello (2018), “as condições indignas de vida da população negra persistem, evidenciando o racismo silencioso e não declarado” (p. 451). Fernanda Lopes (2005) enfatiza que

As vias pelas quais o social e o econômico, o político e o cultural influem sobre a saúde de uma população são múltiplas e diferenciadas, segundo a natureza das condições socioeconômicas, o tipo de população, as noções de saúde, doença e os agravos enfrentados. No caso da população negra, o meio ambiente que exclui e nega o direito natural de pertencimento, determina condições especiais de vulnerabilidade. Além da inserção social desqualificada, desvalorizada (vulnerabilidade social) e da invisibilidade de suas necessidades reais nas ações e programas de assistência, promoção de saúde e prevenção de doenças (vulnerabilidade programática), mulheres e homens negros vivem em um constante estado defensivo. Essa necessidade infundável de integrar-se e, ao mesmo tempo, proteger-se dos efeitos adversos da integração, pode provocar comportamentos inadequados, doenças psíquicas, psicossociais e físicas (vulnerabilidade individual). (p. 11)

Durante a pandemia, havia uma preocupação mais evidente com a saúde física em razão do coronavírus causar sequelas materiais em qualquer parte do corpo, e pouco se abordava sobre a saúde mental das pessoas, identificada como a quarta onda da pandemia. No entanto, vale sinalizar também que já havia um histórico de ausências acerca da relação entre saúde mental – suas instituições e profissionais – e a população negra brasileira, marcado pela marginalização, violência racial e dificuldades de acesso aos serviços. Ao se debruçarem sobre os impactos do racismo na saúde mental de pessoas negras no país, Damasceno e Zanello (2018) argumentam que

Opressão, agressão e violência são práticas que afetam a saúde mental da pessoa alvo. O racismo, como crença na superioridade de algumas raças sobre outras, que justifica a desigualdade entre os grupos, é uma forma de opressão, de agressão e de violência. (p. 450)

A partir destas reflexões preliminares fui tomada por um sentimento de angústia, de falta, uma sensação interna de opressão, de tal modo que tive dificuldades para seguir com esta escrita por algum tempo. Como venho demonstrando ao longo desta reflexão, fui deslocada no espaço e no tempo para vivências de quatro anos atrás; foram sentimentos ambíguos de familiaridade e estranhamento em termos de perceber os impactos da invisibilidade que as instituições de saúde imputavam às pessoas negras: a ausência de uma política específica de cuidados para este grupo impactava diretamente sua existência; tal circunstância me levou a um sentimento traumático de viver num país que, desde os primórdios da colo-

nização, instituiu políticas de morte na área da saúde, que tinha como alvos a população negra. É importante esclarecer que pessoas negras não são e não devem ser tratadas como um grupo homogêneo, destituídas de suas singularidades. No entanto, é preciso sinalizar que, a despeito da pluralidade de existências, o racismo tem produzido representações objetificadas e desumanizantes sobre os negros, acarretando experiências similares. Em geral, a convivência com ameaças à vida, provocadas pela discriminação racial, se constituem em experiências comuns para pessoas negras na sociedade brasileira.

Deste modo, até aqui, essa reflexão tem seguido por um caminho duplo, se configurando simultaneamente como uma experiência individual, mas que também me transportou para uma vivência social (compartilhada) e que, por sua vez, provocou inquietações quanto ao questionamento sobre o papel que a psicanálise pode desempenhar na melhoria da saúde mental da população negra. Neste sentido, Rafael Silva (2017) argumenta que

A questão do racismo, do preconceito racial e o histórico processo de desigualdade social e econômica do negro, devido ao nosso passado escravocrata, não é assunto novo na mídia, nos livros de história e nas investigações acadêmicas. [...] Essa história do negro no Brasil também poderia ser contada por meio de uma história do sofrimento humano, nosso país foi edificado sobre as bases da desigualdade, relegando à população negra sempre um espaço subalterno, o lugar das classes sociais mais carentes e de condições mais precárias [...]. Já passados mais de dois séculos da abolição oficial da escravatura dos povos africanos em nosso país, não há como negar que ainda se mantém, na nossa sociedade, um racismo silencioso, escamoteado. (p. 1)

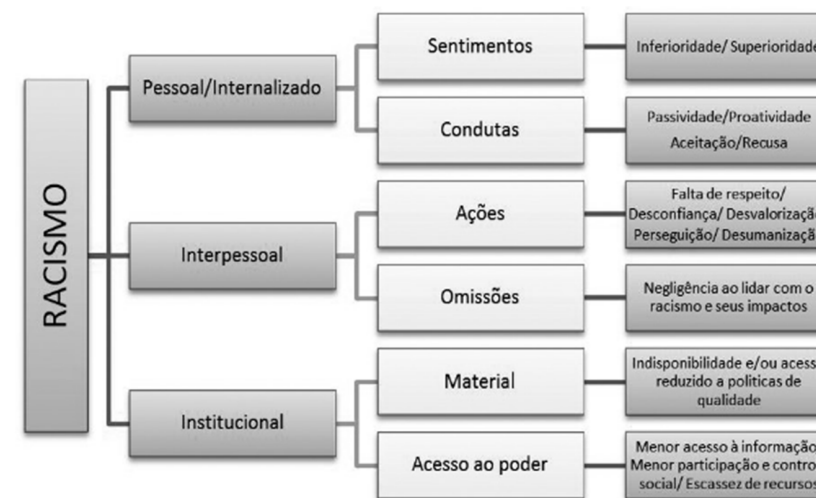
Em resumo, a sociedade brasileira ainda não foi capaz de promover mudanças sociais significativas que incidissem positivamente sobre as condições de vida e saúde da população negra, a despeito da instituição da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), por meio da Portaria GM/MS nº 992, de 13 de maio de 2009, do Ministério da Saúde (MS). Por meio desta política, o MS

Reconhece e assume a necessidade da instituição de mecanismos de promoção da saúde integral da população negra e do enfrentamento ao racismo institucional no SUS, com vistas à superação das barreiras estruturais e cotidianas que incide negativamente nos indicadores de saúde dessa população – precocidade dos óbitos, altas taxas de mortalidade materna e infantil, maior prevalência de doenças crônicas e infecciosas e altos índices de violência. (Brasil, 2017, p. 8)

A Política também reafirma as responsabilidades de cada esfera de gestão do SUS – governo federal, estadual e municipal – na efetivação das ações e na articulação com outros setores do governo e da sociedade civil, para garantir o acesso da população negra a ações e serviços de saúde, de forma oportuna e humanizada, contribuindo para a melhoria das condições de saúde desta população e para redução das iniquidades de raça/cor, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, geracionais e de classe (Brasil, 2017, p. 8)

Inobstante a instituição desta política, o país ainda está muito longe de um modelo de sistema de saúde que enfrente o racismo e as desigualdades que este produz e reproduz, que se materializam em obstáculos ao acesso a serviços de saúde. É possível vislumbrar estes impedimentos ao observarmos o quadro das dimensões do racismo apresentado por Jones (2002 citado por Werneck, 2016, p. 541) a seguir:

Figura 1 - Dimensões do racismo



Fonte: Baseado no modelo proposto por Jones (2002 citado por Werneck, 2016, p. 541)

Por fim, gostaria de trazer uma última questão que as noções de ausência e presença me suscitaram e que considero que merece a atenção do campo psicanalítico, sobretudo sob a perspectiva da formação das identificações na sociedade brasileira, atravessadas pelo racismo. Impulsionado pelo racismo, o Brasil

construiu social e culturalmente um modo estereotipado de representação dos afrodescendentes que rasura e apaga sua presença genética, física e simbólica e desencadeia um processo de aniquilamento destes, o que conseqüentemente tem impactos no psiquismo dos afrodescendentes, criando adversidades que vão comprometer sua saúde mental.

Para compreender melhor os impactos deste apagamento social dos negros, arquitetado pelo Estado brasileiro e levado a cabo por suas instituições, lanço mão do conceito de *racial interpellation* (interpelação racial), muito utilizado dentro dos Estudos da Diáspora Africana. Baseado na teoria marxista, o termo é utilizado para explicar como as estruturas sociais são projetadas para construir os indivíduos como sujeitos e como as identidades raciais são internalizadas por meio de um processo de interpelação (*interpellation*), um conceito originalmente formulado por Louis Althusser (1918-1990) para descrever o modo pelo qual

as ideias entram em nossas cabeças e afetam nossas vidas, de tal maneira que as ideias culturais têm tanto poder sobre nós que acreditamos que elas são nossas. A interpelação é um processo no qual encontramos os valores da nossa cultura e os internalizamos. A interpelação expressa a ideia de que uma ideia não é simplesmente sua (como “eu gosto de azul, sempre gostei”), mas sim uma ideia que foi apresentada a você com o propósito de que a aceite. Ideologias –nossas atitudes em relação a gênero, classe e raça – deveriam ser pensadas mais como processos sociais. Aceitar ou não as atitudes dadas por uma cultura coloca a pessoa numa relação particular com o poder. Para Althusser, a interpelação opera de modo semelhante a nomear ou a chamar uma pessoa na rua. Em outros termos, as ideologias “dirigem-se” às pessoas e lhes oferecem uma identidade específica as quais são estimuladas a aceitar. [...] Como esses papéis nos são oferecidos para onde quer que olhemos, ou mesmo atribuídos a nós pela cultura, eles são apresentados de tal forma que somos encorajados a aceitá-los. Isto funciona melhor quando é um processo invisível, mas consensual. Funciona melhor quando acreditamos que esses valores são nossos e refletem a maneira mais óbvia e lógica de viver. (McGee, s.d., minha tradução)

Portanto, o autor nos ensina que a interpelação é uma forma compulsória e violenta de classificar alguém. E, no caso específico da população negra, seu processo de interpelação. Assim, considerando os argumentos de Oliveira et al. (2020),

A perspectiva eurocêntrica de conhecimento, ao conservar a ideia de raça como critério de classificação social, expropria dos povos originários e daqueles provenientes do continente africano suas linguagens, histórias, conhecimentos, memória, reduzindo-os a uma massa uniforme sem ou quase nenhum valor nos termos de humano. Destituídos de humanidade, coisificados, tratados como inferiores que precisam ser dominados e explorados, os “não-europeus” foram deixando de ter nome, história, memória e língua própria, e ainda carregam, em seus corpos, a ferida aberta e pungente do trauma colonial. O racismo como processo de reprodução de desigualdades de povos, forjado com base nos atributos do corpo, é anterior à formulação da noção de raça, que produz então seres cuja identidade se encerra em ser “negro” e “índio”, como exemplos. A lógica racista está no cerne de práticas necropolíticas, operadas também no contexto de enfrentamento à COVID-19, especialmente nos territórios periféricos onde vivem majoritariamente a população negra e pobre. O conceito de necropolítica tem sido utilizado para compreender a relação entre Estado e um padrão de genocídio de populações racializadas. (p. 3)

Oliveira et al. (2020) evidenciam ainda que há um “desigual comportamento da doença entre as populações brancas e negras, com desfavorável tendência para estas últimas” e, a partir deste argumento, vão enfatizar que as desigualdades raciais são “resultantes de nossa matriz colonial que naturaliza o lugar de mundo destinado a cada um a depender de sua raça, também esta uma construção política” (p. 10). Posto isto, as imagens a seguir se constituem na perfeita representação do que busquei refletir até aqui, e me remetem às noções de presença e ausência de pessoas negras ameaçadas pelo projeto de branqueamento da população negra no Brasil.

De um lado, a clássica pintura em óleo de 1895, *A Redenção de Cam*⁴, do artista espanhol Modesto Broncos, que morreu no Rio de Janeiro em 1936 aos 84 anos. Sua obra retratava as controversas teorias raciais do final do século XIX e o desejo e empreendimento do embranquecimento progressivo da população através da miscigenação das famílias, resultando no desaparecimento dos africanos, nomeados como negros. Em seguida, apresento uma releitura da imagem original de *A Redenção de Cam* produzida pela artista visual Mariana Sguilla. Encontrei esta imagem na mesma pesquisa em que procurava uma imagem original da pintura, uma releitura da obra que foi exposta num catálogo de

4. A pintura está sob a guarda do Museu Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro até os dias atuais.

Figura 2 - *A Redenção de Cam* (1895),
Modesto Brocos



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira (2024)

Figura 3 - *A Redenção de Cam* (2022),
Mariana Sguilla



Fonte: SESC/SP (2022)

imagens no SESC São Paulo em 2022 e que fazia parte de um projeto chamado “Descolonizando o pensamento”, organizado pelas artistas Mariana Squilla e Carolle Lauriano. O documento da exposição revelou que em sua busca por “referências e inspirações” para suas criações artísticas de imagens, Mariana Sguilla constatou que “os resultados mais populares e disseminados eram majoritariamente brancos”, se deparando com uma “baixa presença de pinturas com negros e/ou afro-latinos”. Assim, é neste contexto que a artista criou sua imagem de releitura de *A Redenção de Cam*, comprometendo-se “a retratar aquilo com o qual pudesse se identificar, garantindo que produziria sempre algo que trouxesse alguma representatividade para negros” (SESC/SP, 2022, p. 8).

Em conclusão, considero que estas imagens representam ainda referenciais importantes para se pensar e problematizar as experiências individuais e sociais vivenciadas por pessoas negras – tendo em mente suas subjetividades plurais – na sociedade brasileira, no que diz respeito a noções de ausência e presença. Tais representações têm afetado a constituição de noções de sensorialidade e corporalidade de formas negativas e distorcidas entre a população brasileira, com efeitos ainda mais destrutivos para pessoas negras. E compre-

ender e discutir este processo de interpelação em curso no país desde o período da colonização europeia, a meu ver, deveria fazer parte da experiência de aprendizagem de psicanalistas dentro e fora de suas instituições, porque é preciso construir um caminho de disposições internas nos sujeitos que lhes permitam desejar aprender e conviver com o outro indivíduo, grupo ou instituição diferente, sem que a diferença seja vista e transformada em desigualdade e inferioridade. Creio firmemente que é a partir de uma experiência de mergulho na compreensão do racismo (do racismo à brasileira) e em suas distintas dimensões – estrutural, institucional, individual, subjetivo, epistêmico, patriarcal cis-heteronormativo, cotidiano, dentre outras de suas facetas, que se abrirá uma real possibilidade de psicanalistas alcançarem, vislumbrarem e sonharem sobre como preconceito e discriminação raciais incidem sobre as relações sociais e, por conseguinte, afetam diretamente a saúde mental de pessoas negras, bem como a de todos os outros grupos étnico-raciais direta ou indiretamente. Considero que a psicanálise poderia obter grandes ganhos para si e para os indivíduos afetados por uma sociedade racializada, se pudesse compreender melhor e analisar a maneira pela qual estes atuam em seus processos de interpelação e autodeterminação, pois ambos incidem sobre os modos de identificação do sujeito.

Considerações finais

A releitura descolonizada da pintura de *A Redenção de Cam*, de Modesto Broncos, trazida por uma mulher negra, Mariana Sguilla, apresentada na seção anterior, é um ato de resistência, um desejo de existir e de lutar contra as inscrições da ausência negra arquitetadas pelo Estado, que têm repercussões individuais e coletivas. A postura de resistência da autora se assenta no investimento libidinal que os próprios negros no passado e no presente vêm construindo em torno de suas gerações, através de sua organização social e política. Neste sentido, Neusa Souza (1983/2021) argumenta que

Os antepassados ocupavam um lugar privilegiado na história do negro, particularmente do negro brasileiro. Substancialmente investidos de energia libidinal, suas palavras têm estatuto de verdade e força de lei, e seus projetos não realizados são o destino dos descendentes. Assim, essas figuras ancestrais – mais ou menos remotas – constroem o sistema superego ideal do ego, viabilizando a interiorização das exigências e ideais a serem cumpridas por filhos, netos, bisnetos, *ad infinitum*. (p. 67)

Arriscando uma analogia em termos psicanalíticos, considero que é o movimento negro brasileiro em sua pluralidade, enquanto sujeito social – entendido como um ponto de encontro para o estabelecimento das relações entre o individual e o social, entre as condições materiais e as subjetivas, e para a (re)instituição da ética nas relações humanas –, que tem funcionado como um sustentáculo da relação de objeto primário com o sujeito negro na sociedade brasileira; pois, ao se posicionar como um corpo (social), uma presença para afrobrasileiros, ele tem oferecido apoio para o (re)estabelecimento de uma consciência racial e de resistência contra o apagamento de suas existências. Assim, como ressalta o IPEA (2019),

A sociedade brasileira se organiza e se estrutura a partir de desigualdades, como as de raça, classe e gênero. Foi a partir deste modelo de desenvolvimento que os espaços sociais foram abertos ou fechados a determinados grupos, que estes grupos foram considerados mais ou menos cidadãos e que suas necessidades foram consideradas mais ou menos relevantes na agenda pública, sendo mais ou menos merecedores de políticas que promovessem melhorias nas suas condições de vida. O contexto político social que precedeu a pandemia da Covid-19 – e que possibilitou entender como e porque foram os negros, as mulheres e as populações de mais baixa renda os mais afetados pelas consequências da crise econômica e sanitária daí decorrentes – não é, portanto, um contexto de todo circunstancial. As desigualdades raciais existentes neste momento pré-pandêmico e a forma como estas temáticas vinham sendo tratadas no âmbito do Estado refletem um momento em que uma conjuntura desfavorável reforçou uma condição estrutural de desigualdade. (p. 349)

Vou ficando por aqui, vislumbrando, conjecturando através de minhas fantasias e sonhos inspirados pela imagem de releitura de *A Redenção de Cam* de Mariana Sguilla: e se este fosse o enquadre da pintura original? Como seria a vida das pessoas negras se o Brasil pudesse sonhar e desejar um presente e um futuro em que não fossem forçadas a abdicar de seu pertencimento étnico-racial, de suas culturas e histórias, de seus corpos e imagens?

Referências

Brasil (2017). Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Recuperado de <https://www.gov.br/>

[saude/pt-br/assuntos/saude-sem-racismo/publicacoes/politica-nacional-de-saude-integral-da-populacao-negra-1-edicao-2010](https://saude.pt-br/assuntos/saude-sem-racismo/publicacoes/politica-nacional-de-saude-integral-da-populacao-negra-1-edicao-2010)

- Brocos, M. (1895). *A Redenção de Cam* [Pintura]. Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. Itaú Cultural, 2024. Recuperado de <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/83833-a-redencao-de-cam>
- Damasceno, M. G. & Zanello, V. M. L. (2018). Saúde mental e racismo contra negros: produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3): 450-464. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-37030003262017>
- IPEA (2019). Igualdade racial. In IPEA, *Políticas sociais: acompanhamento e análise* (pp. 347-406). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Recuperado de https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_cap08.pdf
- Lopes, F. (2005). Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil. In L. E. Batista & S. Kalkmann (Orgs.), *Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo 2004* (pp. 53-101). Instituto de Saúde.
- McGee, C. (s.d.). *Notes on interpellation*. Longwood University. Recuperado de <https://www.longwood.edu/staff/mcgeecw/notesoninterpellation.htm#:~:text=The%20term%20interpellation%20was%20an,an%20invisible%2C%20but%20consensual%20process>
- Oliveira, R. G.; Cunha, A. P.; Gadelha, A. G. S.; Carpio, C. G.; Oliveira, R. B. & Corrêa, R. M. (2020). Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(9): e00150120. doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00150120>
- Polacchini, M. A. S. (2023). Relações íntimas de presença e ausência: laços de vida e morte. *Berggasse 19*, 12(2): 13-21. Recuperado de <https://berggasse19.emnuvens.com.br/revista/article/view/74>
- SESC/SP (2022). *Descolonizando o pensamento: releitura de arte*. 30/09/2022. Recuperado de <https://www.sescsp.org.br/descolonizando-o-pensamento-releitura-de-arte/>
- Sguilla, M. (2022). *A Redenção de Cam* [Pintura]. SESC/SP. *Descolonizando o pensamento: releitura de arte*, 30/09/2022. Recuperado de <https://www.sescsp.org.br/descolonizando-o-pensamento-releitura-de-arte/>
- Silva, R. P. (2017). *Trauma cultural e sofrimento social: do banzo às consequências psíquicas do racismo para o negro*. XXIX Simpósio Nacional de História – Contra os preconceitos: História e Democracia. Recuperado de https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488493521_ARQUIVO_Traumassocialesofreimentocultural.pdf
- Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Zahar. (Original publicado em 1983).
- Werneck, J. (2016). Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde soc.*, 25(3): 535-549. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bIdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/?format=pdf&lang=pt>

Sônia Beatriz dos Santos

Recebido: 07/12/2024

Aceito: 12/12/2024

Sônia Beatriz dos Santos

soniabsantos@yahoo.com

Formação em psicanálise

História da psicanálise com criança: alguns recortes¹

Anna-Maria de Lemos Bittencourt²

A Celmy, irmã parceira de toda esta história

“Como possuímos agora uma técnica de análise de criança que não é meramente um derivado da técnica de adulto, mas equivalente a ela, não é mais necessário relegar a análise de criança para o final da formação, após o candidato ter se familiarizado com a técnica clássica [...] [os candidatos] serão formados em ambas e poderão, no futuro, especializar-se em qualquer uma delas”

(Anna Freud, Writings citado por Geissmann & Geissmann, 1992)

Introdução

Com honra, alegria e gratidão aceitei o convite do Instituto e do Departamento de Criança e Adolescente (DECAD) para participar deste momento inaugural da retomada da formação de analistas com criança e adolescente, agora na modalidade integrada – projeto que tomou corpo nesta gestão, de Ana Maria Sabrosa na direção do Instituto e Marcela Ouro Preto na do DECAD, após incansável trabalho de um grupo de colegas do mesmo DECAD³. Ela veio solidificar a ideia da psicanálise, como saber único, voltado ao inconsciente e ao infantil,

1. Versão escrita, com pequenas modificações e acréscimos, da aula inaugural proferida no início da Formação Integrada na SBPRJ, em 08/08/2024.

2. Psicanalista, Membro Efetivo da SBPRJ. Psicanalista de criança qualificada pela SBPRJ. Professora e supervisora na Formação Psicanalítica de adulto e criança.

3. Ana Maria Sabrosa, Eliane Pessoa, Lucia Moret, Magda Costa, Marcela Couto e Silva de Ouro Preto Santos, Maria Esther Mihich, Maria Noel Sertã, Maria da Conceição Davidovich, Paulo Bianchini e Teresa Rocha.

no adulto ou na criança⁴, considerando-se evidentemente a especificidade e a singularidade de cada prática.

Foi muito oportuna a ideia de lembrar nossa história. É importante integrá-la a projetos atuais ou vindouros da formação psicanalítica, especialmente quando se verifica a liderança assumida pela SBPRJ e pelos seus analistas em quase todos os momentos de desenvolvimento da psicanálise com criança no Rio de Janeiro. Rever a experiência é também método eficaz de evitar a repetição de entraves passados, tão limitantes ao nosso próprio desenvolvimento.

Ao se falar de psicanálise com criança, todos os caminhos levam a Freud e ao Pequeno Hans, à saga dos pioneiros e às trilhas próprias percorridas, quando suas ideias aportam ao Brasil (Perestrello, 1987). Apresentarei, deste roteiro, recortes de um determinado tempo e espaço, referentes ao Rio de Janeiro, e mais diretamente ligados à minha trajetória profissional e interesse. Acrescento algumas observações pessoais, considerando-se que, desde 1959, quando iniciei o curso de psicologia na PUC-Rio, tive contato direto ou indireto com a psicanálise com criança. Será um sobrevoo parcial e lacunar, certamente⁵.

Os primórdios

O desejo de comprovar, através da observação direta de crianças, as hipóteses sobre a sexualidade infantil – construídas, até então, a partir da análise de adultos – leva Freud a convocar colegas para realizá-las. Max Graf, membro das Reuniões das Quartas-Feiras, envia-lhe observações do filho de quase três anos de idade, Herbert Graf, o “Pequeno Hans” (Freud, 1909/2015), em que se evidenciam a sexualidade infantil perverso-polimorfa, o complexo de Édipo e as ameaças de castração, conforme Freud descrevera nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/2016). O pai é surpreendido quando Hans, aos três anos e nove meses, manifesta uma neurose fóbica, que resulta na decisão, naquele meio fértil, de iniciar-se, no início de 1908, a análise de Hans, tratado pelo pai, sob a supervisão de Freud. A análise durou cinco meses e foi considerada bem-sucedida, tendo havido remissão do quadro fóbico.

4. Prefiro a expressão “análise com criança” ao invés de “análise de criança” – não se trata de outra análise.

5. Agradeço aos colegas que me ajudaram a preencher algumas das minhas muitas lacunas: Aloysio d’Abreu, Aurea Lowenkron, Cristina Cunha, Edna Soter, Eliane Pessoa, Geny Talberg, Fernanda Marinho, Ney Marinho, Joaquim Amelio Couto Rosa, Ruth Lerner Froimitchuk e Teresa Rocha.

Tal modelo estimulou outros colegas a analisarem seus próprios filhos. Assim, em 1909, Jung tratou sua filha Agathli, de quatro anos; Abraham, em 1915, a filha Hilda, de seis anos e meio; Melanie Klein, em 1919, o filho Erich e, possivelmente, em 1923, o filho mais velho, Hans (Fendrix, 1991); Hermine Hug-Helmuth observou seu sobrinho Rolf; e, em 1920, o próprio Freud dá início à análise da filha Anna, então com 18 anos, que, por sua vez, veio analisar seus sobrinhos, Ernst e Heinele, filhos da Sophie (Geissmann & Geissmann, 1992).

A despeito de todas as informações recebidas e do sucesso da análise de Hans, Freud manteve-se reticente com a análise com criança, deixou-a numa espécie de latência, não a praticando ou indicando, inseguro talvez com o método ou a técnica, importada da experiência com adultos. A própria identidade desta análise talvez não estivesse bem sedimentada à época: seria ela um método para observação, um projeto pedagógico-psicanalítico, um processo terapêutico? (Checchia, Torres & Hoffman, 2015). Quiçá, tenham surgido indagações sobre a qualidade das relações transferenciais em uma análise cuja viabilidade apoiava-se na conjugação da autoridade paterna com a autoridade médica para ser aplicável. Havia ainda as questões transferenciais próprias ao caso Hans – o pai, discípulo de Freud, a mãe, sua paciente, anteriormente. E, ainda, as críticas ao suposto efeito iatrogênico da psicanálise com criança, que seria geradora de neuróticos e perversos, como Hans ou Rolf (o sobrinho de Hug-Helmuth).

Todos estes fatores podem ter sido responsáveis pela demora de quase 20 anos até Freud afirmar explicitamente ser a análise com criança adequada e capaz de trazer resultados profundos e duradouros (Freud, 1933[1932]/1996). Quando do caso Hans, ainda que ele afirmasse, “Hans está curado” (Freud, 1909/2015, p. 280) e descrevesse minuciosamente os mecanismos da fobia e de sua cura pela análise da neurose infantil, não mostrou anseio de expandir no futuro aquela experiência, tratou apenas de sua importância para a orientação da conduta dos educadores.

As pioneiras

Após a análise de Hans, sabe-se de experiências esparsas com criança – Ferenczi e Pfeiffer, dentre outros –, mas passaram-se muitos anos até que três mulheres vienenses, Hermine Hug-Hellmuth, Anna Freud e Melanie Klein, dessem início à esta prática, tornando-a continuada e legitimada, com teorias expandidas e técnicas próprias.

Alguns fatores certamente influenciaram-nas: a valorização da criança como indivíduo singular; o foco em sua formação, educação e saúde; o novo valor da família, da intimidade e do psíquico, advindos das transformações sociais do final do século XIX (Ariès, 1973/1978); o trágico rescaldo da grande guerra, com órfãos e crianças abandonadas e traumatizadas – Anna Freud e Melanie Klein voluntariaram-se para atendê-las em clínicas de assistência; havia ainda a história de cada uma das pioneiras, suas origens, ideais, entusiasmo, ousadia e, não menos importante, os estreitos caminhos que lhes foram então impostos, dada sua condição feminina – Freud, por exemplo, não permitira às filhas mulheres cursarem a universidade (Geissmann & Geissmann, 1992), Klein teve que interromper os anseios à carreira médica ao aproximar-se o casamento (Petot, 1979).

Acrescente-se a isto a posição adotada pela IPA – contrariando Freud –, impedindo aos leigos a prática da psicanálise, decisão consequente ao comprometimento de Ernest Jones com o movimento dos médicos americanos (Geissmann & Geissmann, 1992). A maioria dos analistas de criança, à época, eram mulheres e leigas (Hermine e Anna foram professoras) – sua experiência não podia ser, simplesmente, ignorada e, elas, dispensadas, daí a bizarra decisão tomada: elas serão isentas da formação médica, mas não serão qualificadas pela IPA para o atendimento de adultos, tarefa reservada apenas aos médicos. Construiu-se daquela forma uma estranha constelação: mulher – leigo – analista de criança (Fendrix, 1991). A psicanálise de criança virou um subproduto da psicanálise? Psicanálise virou coisa de mulher?⁶ Alguns comentários o sugerem, como o proferido por Jung:

Tais análises [de criança] são melhor levadas por mulheres [...] Parece que isto está destinado a ser uma vantajosa e nova profissão para as mulheres [...] por causa de sua intuição psicológica natural, estão de longe mais aptas do que os homens para este tipo de trabalho. (Geissmann & Geissmann, 1992, p. 32, tradução minha)

A própria Hermine repetia Jung e destacava a aptidão feminina para a psicanálise com criança (Geissmann & Geissmann, 1992). E ainda, da pena de Freud: “Aconteceu *automaticamente* que a análise de crianças se tornou domínio das analistas mulheres, e sem dúvida isto continuará assim” (Freud,

1933[1932]/1996, p. 146, grifo meu), e mais não disse. Trata-se de quê, da mesma intuição feminina de Jung? De uma questão natural de gênero? E a cientificidade da psicanálise, tão defendida por Freud, para onde foi?

Os preconceitos e a desvalorização da mulher e da psicanálise com criança estiveram ligados desde sempre e foram certamente fatores responsáveis, dentre outros, pelo atraso da IPA em formar psicanalistas leigos, assim como pelo retardo na introdução da formação de criança em seus institutos – respingaram na SBPRJ.

Foge ao escopo deste trabalho alongar-me na apresentação das ideias das três pioneiras, mas delas salientarei em seguida alguns poucos dados biográficos e contribuições mais características.

Hermine Hug-Hellmuth (1871 – 1924)

É considerada a primeira analista de criança. Inicia a vida profissional como professora, mas, aos 33 anos, entra na Universidade de Viena (única com formação universitária) para estudar filosofia, na primeira turma a aceitar mulheres. Participou de movimentos pela emancipação feminina. Iniciou análise com Isidor Sadger, ortodoxo freudiano, provavelmente em 1907, e em 1910 parece já possuir familiaridade com o pensamento psicanalítico. Foi a terceira mulher a entrar na Associação Psicanalítica de Viena, em 1913. É escolhida por Freud como representante da psicanálise infantil (Geissmann & Geissmann, 1992).

Tem-se notícias de que seus primeiros casos com criança datam de 1913, o que lhe daria anterioridade sobre o trabalho de Anna Freud, então com 18 anos; e sobre Klein, que só teria tido conhecimento da obra de Freud em 1910. Ainda que ambas tenham citado Hermine em suas obras, nunca expressaram de forma inequívoca o reconhecimento a seu pioneirismo (Geissmann & Geissmann, 1992).

Hermine atendia crianças no período de latência e puberdade, só então considerando possível o estabelecimento da transferência, que deveria ser então interpretada, em suas formas positiva e negativa, mas de modo cauteloso, evitando desta forma promover descontrole pulsional. Propôs inicialmente como enquadre ideal a residência da criança, onde também atendia os pais, acreditando poder, deste modo, diminuir as resistências ao tratamento. As sessões tinham a duração de 50 a 60 minutos, cinco a seis vezes por semana. Considerava o brincar, uma ação simbólica, equiparada à comunicação verbal do adulto, e o entende, como Pfeiffer – a quem cita – similar a outros produtos inconscientes, como sonhos, fantasias e lapsos –, mas o usava também como estratégia para facilitar

6. Referência a títulos de trabalhos apresentados por Anna-Maria Bittencourt e Liana Albernaz no XIII Congresso Brasileiro de Psicanálise, em 1993.

a aliança terapêutica com a criança, como veio mais tarde a fazer Anna Freud. Achava importante aliar o caráter terapêutico da psicanálise ao pedagógico.

Sua carreira foi coartada precocemente ao ser assassinada pelo sobrinho, Rolf, em 1924, após o que suas ideias sofreram um olvido, ainda que tenha produzido grande número de trabalhos sobre psicanálise com criança. Foi resgatada somente 50 anos após sua morte, graças a Colette Chilland, que a traduziu para o francês e escreveu sobre ela.

Anna Freud (1895 – 1982)

Anna estudou no Lyceum (não dava acesso à universidade) mas, curiosamente, Freud, que negara às filhas o ingresso à universidade, permitiu à Anna, aos 14 anos, ser “ouvinte” das famosas Reuniões das Quartas-feiras, em que discutia psicanálise com os discípulos (Geissmann & Geissmann, 1992). Trabalhou como professora por cinco anos e, após a guerra, com crianças carentes e delinquentes. Em 1918, com 23 anos, inicia a análise com o pai, seis sessões por semana, de uma hora, durante quatro anos, retomada posteriormente por mais quatro anos. Finda a primeira fase da análise, inicia a prática privada com criança e, em 1922, aos 27 anos, torna-se membro da Sociedade de Psicanálise de Viena – como analista de criança – naturalmente (Geissmann & Geissmann, 1992). Foi eleita duas vezes vice-presidente da IPA e lutou toda a vida pelo reconhecimento da análise leiga e pela introdução da formação da psicanálise com criança no currículo da formação psicanalítica da IPA, o que, lhe tendo sido negado, levou-a a criar, ao mudar-se para Londres, seu próprio curso de formação de criança na Clínica Hampstead, reconhecido, em 1970, pela Sociedade Britânica.

No início da prática, Anna só atendia crianças na latência, tal como Hermine, mas posteriormente passa a considerar viável o início mais precoce. Acreditava necessário uma fase preliminar na análise, um treinamento (*dressage*) – não um verdadeiro trabalho analítico, para romper as resistências iniciais e também para a criança apossar-se da própria demanda, posto que trazida pelo desejo dos pais (Freud, A., 1971). Anna dava importância ao trabalho dos sonhos e aos desenhos, sendo, contudo, reticente quanto ao valor simbólico do brincar. Não considerava a criança capaz de fazer associações livres, nem de estabelecer uma verdadeira neurose de transferência, por estar ainda muito investida libidinalmente nos pais (Freud, A., 1971). Como Hermine, era cautelosa nas interpretações – o acesso ao pulsional poderia ser disruptivo, o superego infantil ainda em desenvolvimento.

Foi defensora por toda a vida de uma cooperação entre psicanálise e educação, considerando caber ao analista de criança o cumprimento de ambas as funções.

Em 1938, Anna muda-se com o pai e a família para Londres para escapar dos horrores do nazismo. Cria ali um importante movimento e uma escola de pensamento sobre psicanálise com criança (Young-Bruehl, 1988/1992).

Melanie Klein (1882 – 1960)

Klein cursou o Gynasium (escola preparatória para a universidade, que não veio a cursar). Estudou posteriormente grego, latim e história da arte.

Klein morou em Viena até 1903 e, acompanhando o marido, foi morar no interior e depois em Budapeste, em 1910, onde tem seu primeiro contato com a obra de Freud. Em 1916 ou 1917 inicia sua análise com Ferenczi (Petot, 1979), com duração aparentemente de um ano. Ele a encoraja a ser analista de criança. Em 1918, no Congresso de Psicanálise de Budapeste, Klein vê Freud pela primeira vez – ainda que fossem ambos vienenses, não frequentavam o mesmo círculo.

Torna-se membro titular da Sociedade Húngara de Psicanálise em julho de 1919 (Petot, 1979), após ter apresentado ali seu primeiro trabalho psicanalítico (Klein, 1955/1969): a observação de Fritz, uma criança de cinco anos – pseudônimo para seu filho Erich, que ela virá posteriormente a analisar. Em 1921, muda-se para Berlim, onde inicia a prática clínica com outras crianças.

Muda-se para esta cidade a convite de Abraham, que, impressionado com o talento de Klein, desejara que ela viesse ali realizar análise com criança. Em 1922, ela já é membro da Sociedade Psicanalítica de Berlim. Em 1924 dá início à uma nova análise, desta feita com Abraham.

Diferentemente de suas predecessoras, considerava a interpretação das fantasias – de preferência o mais precocemente possível – fundamento de seu método, pois traria alívio imediato ao sofrimento da criança, minorando a severidade do superego. Entendia o brincar como instrumento fundamental da técnica, correlato às palavras do adulto, dando acesso por livre associação à mente infantil e às suas fantasias inconscientes, objetivo atingido pela análise da transferência (Klein, 1955/1969). O enquadre de Klein foi também inicialmente construído na casa da criança com seus brinquedos, eventualmente com água, num lugar pessoal, simples. Para ela, como para Freud, o verdadeiro *play-ground* da análise era a transferência.

Em 1925, é convidada pelo casal Strachey e por Ernest Jones a realizar conferências sobre psicanálise de criança para a Sociedade Britânica (da qual se tornará membro em 1927). Após a morte de Abraham, Klein muda-se definitivamente para Londres, onde constrói um importante movimento psicanalítico, divulgando e transmitindo sua experiência com a psicanálise com criança. Foi no Brasil, certamente, a principal influência.

As controvérsias

As divergências entre Anna e Klein datam do início das suas práticas e da publicação de suas ideias, e resultaram na criação de grupos psicanalíticos oponentes e rivais, as Escolas de Viena e de Berlim (futura Escola Inglesa), prenunciando os embates das Controvérsias, que se desenrolarão em Londres entre 1941 e 1945. Não tratarei desta importante parte da história da psicanálise, ela extrapola a questão específica da análise de criança.

Winnicott: o pioneiro tardio (1986 – 1971)

Não resisto em citar Winnicott, pediatra e psicanalista inglês, pela contribuição relevante ao conceito de *self*, construído pelo entrelaçamento entre mãe e bebê de experiências, em uma área intermediária, suposta de ser modelo para a experiência analítica. Tal conceito trouxe nova luz sobre as patologias dos limites, entre o corpo e a mente, o eu e o mundo, responsáveis por distúrbios psicossomáticos e patologias dos limites, tão comuns entre os distúrbios da infância e da adolescência.

A psicanálise com criança no Brasil carrega a marca destes pioneiros. A eles vieram juntar-se posteriormente outros autores da escola inglesa, franceses, argentinos – que não serão aqui tratados.

Os precursores⁷

As primeiras referências ao pensamento psicanalítico no Brasil encontram-se no final do século XIX e vêm de Juliano Moreira, psiquiatra e professor baiano

que apresentou as ideias de Freud na cátedra da Faculdade de Medicina da Bahia. Estas serão posteriormente difundidas e apropriadas, a partir de 1920, pelo meio cultural e científico brasileiro, inicialmente o meio médico-psiquiátrico, e depois, o escolar.

As primeiras notícias de trabalhos referentes à psicanálise de criança no Brasil giram em torno de 1927, mas irei referir-me aqui apenas a dois precursores, dentre os muitos que se destacaram – pelas ligações que se evidenciarão posteriormente: um na área da educação, o outro na saúde.

Arthur Ramos (1903-1949) e a educação escolar

Arthur Ramos foi um psiquiatra alagoano estabelecido no Rio, professor de antropologia e de psicologia social, estudioso das ideias de Freud e de seus seguidores. Tinha interesse em diferentes áreas do viver humano, como a loucura, o folclore e a criança, abordando-as sob o enfoque psicanalítico. Foi na área da educação, todavia, que suas ideias receberam maior destaque. Levava em consideração a interferência dos problemas emocionais – os inconscientes, inclusive – no desempenho escolar da criança. Tinha conhecimento da obra de Anna Freud e Klein, com cujas ideias estava absolutamente antenado, sabendo do valor simbólico do brincar e do fenômeno transferencial na criança.

Veio encontrar no ideário progressista da Escola Nova, criada em 1930, campo fértil para suas ideias, e, em 1933, coordenou a Secretaria de Ortofrenia e Higiene Mental (nome dado na época à saúde mental) do Instituto de Pesquisas Educacionais do Distrito Federal (então Rio de Janeiro), e criou as Clínicas de Orientação Infantil para atender crianças com dificuldades escolares. Ali, orientava pais e professores, esclarecendo-os sobre a mente da criança, a sexualidade infantil; aos últimos, recomendava uma formação psicanalítica.

Seu pioneirismo foi reconhecido, não apenas pelo grande conhecimento e divulgação da psicanálise, mas por tê-lo adequado à prática psicopedagógica escolar (Abrão, 2001).

Hosannah de Oliveira (1902 – 1997) e o tratamento da criança

Hosannah foi um pediatra baiano, professor da Faculdade de Medicina na Bahia. Fez uso em sua clínica pediátrica da psicanálise como instrumento indispensável para diagnóstico, tratamento e prognóstico das patologias infantis, sabedor da importância dos fatores emocionais e inconscientes na formação

7. Para que se acompanhe a trajetória dos precursores da psicanálise no Brasil, sugiro a leitura das relevantes pesquisas de Perestrello (1987) e Abrão (2001), das quais me apropriei nestes recortes.

do psiquismo e na construção dos sintomas, que não se restringiam à expressão biológica – poderiam, por exemplo, estar vinculados a um drama edípico, como descrito no caso clínico de um pequeno paciente. Convocava os pais para orientá-los, pois achava que o desenvolvimento da criança dava-se em três extratos: biológico, psíquico (a mentalidade individual, como ele chamava), mas também o social.

Conhecedor do psiquismo infantil e de suas ansiedades, estabelecia o contato imediato e primeiro com a criança, bem explicitando o lugar de destaque que ela ocuparia na consulta, como pode depor a autora, de quem Hosannah foi pediatra. Se o cito, todavia, não é só certamente por gratidão, mas pelo seu comprovado pioneirismo, como demonstrado por Abrão (2001).

Abrão (2001) conjectura que se poderia datar o surgimento do trabalho clínico de psicanálise de crianças no Brasil, em torno de 1930, com Hosannah, por causa da natureza psicanalítica dos casos por ele descritos. Por ter sido, todavia, uma experiência isolada de um “visionário”, não veio marcar nacionalmente a mudança da prática com criança.

Será somente a partir da fundação das sociedades psicanalíticas, na década de 1940, que a face terapêutica da psicanálise ganhará efetivamente sua expressão.

A Clínica de Orientação Infantil do Instituto de Psiquiatria da UFRJ

A partir de 1940/50 são organizadas, no Rio, clínicas de assistência à infância, desta feita sob a égide de instituições psiquiátricas.

É assim fundada a Clínica de Orientação Infantil (COI) do Instituto de Psiquiatria da UFRJ⁸, em 1953, graças ao interesse do professor Maurício de Medeiros, então diretor do Instituto de Psiquiatria, em criar um serviço de atendimento à criança (Marcílio & Figueiredo, 1998). Convidou para dirigi-lo o psiquiatra Afonso Neto e, posteriormente, a psicanalista da SBPRJ Maria Alzira Perestrello. Os diretores da Clínica, até 2009, foram ou vieram a ser psicanalistas da SBPRJ: Mara Salvini, e depois o triunvirato Aurea Lowenkron, Celmy Quilleli Correa e Clara Helena Portella. Seguiam, segundo Perestrello (citado por Abrão, 2001), um estilo de clínicas americanas, com equipe multidiscipli-

nar, visando orientação e prevenção. A chegada de Décio de Souza, também da SBPRJ (1956-58), trouxe para a Clínica o aporte terapêutico psicanalítico, mudando seu perfil.

A autora foi a primeira estagiária oficial da COI, em 1964, e teve a supervisão de Júlia Chermont, primeira psicóloga graduada aceita no serviço público (formada pela PUC-Rio, em 1960). Eu trabalhava com testes psicológicos – os psicoterapeutas na Clínica deveriam ter a formação médica –, mas pude participar de estimulantes reuniões semanais com uma equipe multidisciplinar psicanaliticamente orientada, com assistentes sociais, pediatras, psicanalistas e estagiários de pediatria e psicologia – onde muito aprendi de psicanálise com criança com Mara Savini de Souza, então diretora da Clínica, e Ana Elisa Mercadante (ambas da SBPRJ).

A Formação Psicanalítica de psicanalistas de criança na Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro

A Formação Integrada que hoje se inicia tem também sua história e pré-história, e chegamos hoje aqui pelo trabalho de muitos.

A Formação de criança na SBPRJ custou a organizar-se e foi intermitente, como veremos em seguida, no esquemático quadro cronológico, em que listo atividades da SBPRJ, direta ou indiretamente relacionadas a ela.

1955/56 – Chegada ao Rio dos médicos Décio de Souza e Manoel Thomaz Moreira Lyra, que foram a Londres realizar Formação psicanalítica, tendo ali também se habilitado como analistas de criança. Iniciam aqui clínica privada com criança e adolescente, indo Décio também trabalhar na COI. Dão ambos supervisão a membros do Grupo de Estudos Psicanalíticos (futura SBPRJ): os médicos Anna Elisa Mercadante, Jayme Salomão, Mara Savini de Souza, Rosa Beatriz Pontes de Miranda Ferreira e Yara Lansac. Este grupo será o responsável pela organização do primeiro Regimento para a Formação de psicanalistas de criança na SBPRJ.

1962 a 1973 – Organiza-se no Instituto de Formação da SBPRJ (inaugurada em 1959) o curso de Desenvolvimento Emocional da Criança e do Adolescente, por iniciativa e sob coordenação de Maria Alzira Perestrello.

1963 – Aprovação do Regimento para a Formação de psicanalistas de criança.

1964 a 1970 – É retomado o curso de Desenvolvimento Emocional da Criança e do Adolescente, coordenado por Inaura Carneiro Leão.

8. Restrinjo-me apenas à experiência na COI, ainda que já existissem então a Clínica Infanto-Juvenil do SNDM, onde trabalhou Maria Manhães da SPRJ, e a Clínica Infanto-Juvenil do Instituto Fernandes Figueiras, onde trabalharam Elisa Velloso (psicóloga e psicanalista independente) e Nilde Ribeiro (psicanalista da SPRJ)(Abrão, 2001).

1972 – Organização, por Rosa Beatriz Pontes de Miranda, no Rio, de um grupo de estudos privado para o estudo da observação da relação mãe-bebê. Rosa fora a Londres aprimorar seus estudos em psicanálise, especialmente com criança, com supervisões de Donald Winnicott e Sydney Klein. Lá realizou igualmente observação mãe-bebê, sob supervisão de Esther Bick.

1972 – É iniciado projeto de implantação da Formação de Criança e Adolescente. Comissão organizadora: Manoel Thomaz Moreira Lyra, Mara Salvini de Souza, Maria Alzira Perestrello, Rosa Beatriz e Yara Lansac. Aprovado pelo Instituto.

1974 – É introduzido oficialmente no Instituto, pela Dra. Rosa Beatriz, que o coordena, o curso de Observação da Relação Mãe-Bebê, que passa a ser integrado ao curso do Desenvolvimento Emocional da Criança e do Adolescente. Algum tempo depois, a coordenação passa a ser realizada por Geny Talberg e Joaquim Couto Rosa, que a mantem até 2002 (Rosa, 2019).

1975 – Tem início oficialmente a Formação de Criança e Adolescente na SBPRJ. É o primeiro curso no Brasil a obter o reconhecimento da Associação Psicanalítica Internacional (IPA).

1979 – Noé Marchevsky é qualificado primeiro analista de criança a realizar a Formação de criança e adolescente pelo Instituto da SBPRJ.

1980 – O Instituto aceita para Formação, pela primeira vez, graduados em psicologia. Fazem parte da primeira turma as psicólogas Diva Deiss Farias e Cecília Schiller.

1984 – O curso de Observação da Relação Mãe-Bebê torna-se pré-requisito para a Formação psicanalítica.

1988 – São capacitados a dar seminários e supervisões para a formação de criança 14 membros com experiência prévia em análise de criança, dentre médicos e psicólogos, não necessariamente formados pelo Instituto – autointitulados “a prata da casa”.

2000 – É oferecido à Clínica Social da SBPRJ a experiência da Clínica Pais-Bebê, por Eliane Pessoa, após estudos, cursos e estágios, realizados na Bélgica e no Brasil. Ela vem igualmente oferecer curso sobre o tema no Instituto.

2001 – É retomada a Formação de criança e adolescente, sob a coordenação de Anna-Maria Bittencourt, Celmy Quillelli Correa e Geny Talberg e, posteriormente, Eliane Pessoa e Madalena Maciel e, depois ainda, por Geny Talberg e Maria da Conceição Davidovich (às quais voltaram a se juntar Celmy Quillelli e Anna-Maria Bittencourt).

2001 – Início do programa radiofônico Escutar e Pensar, em parceria com a rádio MEC, graças à iniciativa de Sonia Eva Tucherman, Bernard Miodownik, Marina Tavares e Mônica Aguiar, para difusão de conhecimentos psicanalíticos, sendo posteriormente orientado para temas de interesse de criança e adolescente.

2003 – Primeiros passos para a qualificação pela IPA de 20 novos analistas de criança e adolescente – todos posteriormente efetivados – através da chamada *ley das abuelas*, projeto para reconhecimento de analistas sem formação regular em instituição filiada à IPA, mas com experiência prévia comprovada. Foram eles: Anna-Maria Bittencourt, Celmy Quillelli Correa, Conceição Davidovich, Cristina Cunha, Dagmar D’Angelo, Débora Unikowski, Eleonora Percmanis, Eliane Pessoa, Elias Goldenberg, Fernando Rocha, Geny Talberg, Jayme Salomão, Joaquim Couto Rosa, Laura Couto e Silva, Lia Nazareth, Madalena Maciel, Mara Savini, Maria Elena Salles, Maria Helena Monteiro, Neilton Dias da Silva, Noé Marchevsky, Rosely Lerner, Ruy Hansen, Sergio Nick, Tania Bastos, Teresa Mancini, Teresa Rocha, Yara Lansac. Maria Inês Escosteguy declinou deste pedido de qualificação optando por requerê-lo após cumprir as exigências oficiais da SBPRJ para formação de criança.. Maria Inês Escosteguy optou por requerer sua qualificação após cumprir as exigências institucionais oficiais para formação de criança, o que foi realizado pouco tempo depois.

2003 – Início do Projeto Travessia, que teve como objetivo oferecer cuidados de saúde mental, educação e cultura a áreas vulneráveis do Rio de Janeiro, organizado em parceria com organizações governamentais, universidades, escolas, centros culturais, associações e comunidades, com coordenação de Teresa Rocha e Teresa Lopes.

2019 – Primeiros movimentos para organizar a Formação Integrada, por Teresa Rocha, em parceria com Paulo Bianchini, em grupo de estudo da Relação Mãe-Bebê, logo encampada por comissão organizada pelo DECAD, que leva o projeto adiante.

2024 – É aprovado pela IPA o projeto de Formação Integrada na SBPRJ.

2024 – Início em 8 de agosto da primeira turma da Formação Integrada com 16 participantes.

Antes da implantação deste novo modelo, a formação de criança e adolescente na SBPRJ tinha início quando concluída a de adulto. Estudava-se durante dois anos, teoria e técnica, relacionadas ao desenvolvimento emocional da criança, seguindo-se estudo de autores de diversas escolas – Freud, Anna Freud, Mela-

nie Klein, Winnicott, dentre outros. Havia seminários clínicos e atendimento de dois casos sob supervisão. Neste modelo, formaram-se os quase 20 analistas de criança da SBPRJ, aos quais se virão juntar os 16 desta turma de 2024.

Psicanálise e universidade – algumas intercorrências

Iniciei o curso de psicologia na PUC (primeiro no Brasil, fundado em 1953) em 1959, no mesmo ano em que foi fundada a SBPRJ. Depois de disputas ministeriais para regulamentação do curso e profissão (ocorrida em 1962), achou-se por bem não se conferir ao psicólogo a função de psicoterapeuta, cabendo-lhe apenas tratar de “distúrbios de comportamento”. Este detalhe da lei dava alguma legalidade à sua prática – o que não impediu ao avô de uma colega aguardá-la na portaria do consultório, ameaçando acusá-la de charlatanismo, caso não parasse o tratamento do menino.

A Faculdade de Psicologia da PUC foi dirigida durante 10 anos pelo Padre Antonius Benkő, jesuíta húngaro, doutor em psicologia na Bélgica, com sólida formação intelectual. No consistente curso oferecido, estudava-se fundamentos de várias áreas da psicologia e também a psicanálise, que veio a despertar muito interesse e impactar fortemente a formação dos psicólogos clínicos.

Os professores, professores convidados e supervisores desta área foram, em sua maioria, analistas ou analistas em formação da SBPRJ: Guilherme de Castro, Roberto Azevedo (SP), Maria de Lourdes O'Donnell, Neilton Dias da Silva, Décio de Souza, Manoel Moreira Lyra, Octavio Salles (SP). Todos filiados à IPA. Foi, assim, consequência natural que os psicólogos clínicos interessados num tema tão palpitante no meio intelectual da época (até o presidente da república fazia psicanálise) e identificados com seus professores, se encaminhassem para a psicanálise. A influência do pensamento kleiniano era grande, como na SBPRJ, e os consultórios de criança na PUC seguiam as melhores recomendações técnicas: as salas tinham água, areia, brinquedos. Iniciou-se ali a prática de muitos.

Havia outro polo de influência advindo do Serviço de Ortofrenia e Psicologia do Instituto de Pesquisas Educacionais – originário daquele criado por Arthur Ramos –, no qual trabalhava um grupo de alunas da PUC, professoras da rede municipal. Cito duas colegas da minha turma: Edna Soter e Inez Farah (a última tornou-se psicanalista de criança). Sofreram ali influência e tiveram supervisão com Gerson Borsoi, médico, psicanalista, membro da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ), no trabalho terapêutico que, diferentemente das origens, era então realizado na instituição.

Os psicólogos clínicos seguiam a sua difícil formação não convencional, marginalizados da formação nas sociedades ligadas à IPA. Não existindo ainda cursos de pós-graduação, supria-se a falta do conhecimento psicanalítico com grupos de estudo privados – em um deles, coordenado pelo Dr. Fabio Leite Lobo, em que a autora esteve presente, surgiu o germe para que a psicóloga Regina Lobo e outros colegas viessem a fundar a Sociedade de Psicologia Clínica do Rio de Janeiro, hoje Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro, formadora de analistas (a mudança de nome reflete as agruras na busca de sua identidade). Procurava-se, ainda privadamente, supervisão e análise com analistas da SBPRJ, assim como com a pioneira psicóloga clínica, psicanalista – que assim nunca se permitiu chamar – Elisa Velloso, professora da PUC, diretora do Centro de Orientação Juvenil, que adquirira experiência em psicanálise através de sua análise pessoal com Alcyon Bahia e com seu supervisor Manoel Lyra, analista de criança, ambos membros da SBPRJ. Foi minha supervisora, e com ela dei meus primeiros passos na psicanálise com criança. Foram muitos seus generosos ensinamentos.

Face às dificuldades, um grupo de psicólogas cheio de ideias e ideais, capitaneado por Geny Talberg, e muito decidido a se oferecer uma melhor formação em psicanálise, decide cursar Medicina e, com este passaporte, iniciar a formação psicanalítica: na SBPRJ, Celmy Quilelli e Geny Talberg em 1974, Anna-Maria Bittencourt em 1975, Lia Nazaré em 1976; na SPRJ, Clara Helena Portella e Ana Maria Hissa em 1975; na Sociedade Britânica de Psicanálise, Maria Elena Salles de Brito em 1976 (pleiteara antes a SBPRJ).

O espírito de vanguarda da SBPRJ e de seus analistas na década de 1960 teve papel importante como difusor do conhecimento psicanalítico teórico na universidade, mas também de sua prática, supervisionado o trabalho clínico dos estagiários na Clínica da PUC (curiosamente chamada de IPA, Instituto de Psicologia Aplicada), ali dando ênfase à indissociabilidade de prática clínica e análise pessoal, divulgando inclusive a Clínica Social da SBPRJ, onde alguns psicólogos iniciaram suas análises. Num movimento oposto, a mesma Sociedade decide, nos anos 1970, recomendar por carta a seus membros que não mais oferecessem supervisão a psicólogos. Estranha contradição quando os então analistas de criança da SBPRJ estudaram, se analisaram ou tiveram supervisão com a analista leiga Melanie Klein, expoente da escola inglesa de psicanálise, pioneira da psicanálise com criança, membro de uma instituição com destacados analistas não médicos. A solução restritiva parecia repetir a Viena de 1922. Quais motivações impediram que, ao invés, se pleiteasse a abertura da SBPRJ para os psicólogos, como havia em outras sociedades? Corporativismo, precon-

ceitos, ecos da situação política do Brasil, na época, em plena ditadura militar? Isto veio a atrasar por muitos anos a formação de psicólogos na SBPRJ, o que só veio a ocorrer em 1980/81, quando se teve a alegria de receber uma turma de 34 alunos (até então a média das turmas era de seis).

Nem todos os psicanalistas acataram a carta, dentre eles Décio e Lyra, o último, supervisor da autora. Tenho do Lyra as melhores lembranças, por tudo que pude aprender com ele; tinha um grande rigor técnico, mas sem dogmatismos. Sua formação era kleiniana e tivera algum contato com Winnicott. Além do conhecimento e experiência, possuía uma grande vitalidade e um extraordinário senso de humor.

Conto esta pequena história para partilhar com os que hoje entram que, apesar de todas estas vicissitudes pessoais e institucionais, valeu e vale a pena entrar e pertencer a esta Sociedade, por tudo que ela me ofereceu em termos de formação profissional e pessoal, trocas intelectuais, amizades, trocas afetivas e tantas outras experiências de vida.

Outro motivo para contá-la é porque acredito que as “psicomédicas” – como carinhosamente as chamavam os colegas da Medicina, Anna-Maria, Celmy, Geny e depois, Lyra – deram, desde a entrada na Formação, uma modesta, mas importante contribuição para a abertura aos psicólogos, mostrando não apenas a seriedade de sua formação prévia, mas discutindo amplamente a situação paradoxal de que, ao fecharmos a Formação, estávamos na verdade fomentando a formação paralela de psicanalistas e nos furtando a transmitir nossa experiência a uma nova geração. Devemos, creio, o sucesso da empreitada à Rosa Beatriz Pontes de Miranda, que amealhou junto a si aquele bando de jovens analistas – como vocês que ora entram – e que, com seu espírito ousado e forte, consolidou o projeto de abertura.

Muitas coisas ocorreram depois destes começos. Cabe a vocês prosseguir com esta história. Hoje é dia de recomeço e continuação. Seja muito bem-vinda a turma de Formação Integrada de Criança e Adolescente SBPRJ de 2024!

E que a criança sempre viva em nós!

*A Criança Eterna acompanha-me sempre.
A direção do meu olhar é o seu dedo apontando.
O meu ouvido atento alegremente a todos os sons
São as cócegas que ele me faz, brincando, nas orelhas.*

Alberto Caieiro

Referências

- Abrão, J. L. (2001). *A história da psicanálise de crianças no Brasil*. Escuta.
- Ariès, P. (1978). *História social da criança e da família*. Zahar. (Original publicado em 1973).
- Checchia, M.; Torres, R. & Hoffman, W. (2015). Ata da reunião de 18 de dezembro de 1907. In *Os primeiros psicanalistas (1906 – 1908): atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*. Scriptorium.
- Fendrix, S. (1991). *Ficção das origens*. Artes Médicas.
- Freud, A. (1971). *O tratamento psicanalítico de crianças*. Imago.
- Freud, S. (1996). Conferência XXXIV: Explicações, aplicações e orientações. In S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. XXII, pp. 135-154). Imago. (Original escrito em 1932 e publicado em 1933).
- Freud, S. (2015). Análise da fobia de um garoto de cinco anos (“O pequeno Hans”). In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 8, pp. 123-284). Companhia das Letras. (Original publicado em 1909).
- Freud, S. (2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 6, pp. 13-172). Companhia das Letras. (Original publicado em 1905).
- Geissmann, C. & Geissmann, P. (1992). *A history of child psychoanalysis*. Routledge.
- Klein, M. (1969). A técnica psicanalítica através do brincar: sua história e significado. In M. Klein, *Novas tendências na psicanálise*. Imago. (Original publicado em 1955).
- Marcílio, N. & Figueiredo, C. (1998). IPUB 60 anos: histórias de vida e trabalho. In *Instituto de Psiquiatria: 60 anos (1938-1998)*(pp. 27-52). UFRJ.
- Petot, J.-M. (1979). *Mélanie Klein*. Dunod.
- Perestrello, M. (1987). Primeiros encontros com a psicanálise no Brasil 1899 – 1935. In M. Perestrello, *História da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro*. Imago.
- Rosa, J. A. A. C. (2019). Observação mãe-bebê – Método Esther Bick: um pouco de sua história na SBPRJ. *TRIEB*, ed. esp.: 89-95.
- Young-Buehl, E. (1992). *Anna Freud: uma biografia*. Imago. (Original publicado em 1988).

Anna-Maria de Lemos Bittencourt

annambittencourt@gmail.com

Tornar-se psicanalista¹

Dora Tognolli²

Antes de tudo, e o mais importante, meus agradecimentos a toda SBPRJ, nas figuras de Ruth Naidin, Ana Sabrosa, Bernard Miodownik, e tantos outros queridos amigos que fiz por aí, em *lives*, congressos, trocas de informações, letramentos mútuos e cruzados: convivência que admiro e cultivo.

Também me agrada a iniciativa desses intercâmbios entre diferentes institutos, que nos põe em contato com a pluralidade, a potência da psicanálise e a própria ideia da Febrapsi: diversos, mas conectados por um ofício instigante, que reaviva uma proposta de acolher o sofrimento humano em sua singularidade e em suas distintas dimensões nas diferentes regiões. Trocas assim têm um efeito integrador e nos tiram da difícil solidão e do isolamento que caracterizam nosso cotidiano.

O convite de vocês me instigou e preocupou: revisitei muitos momentos que me ligaram e ligam à Psicanálise e às conversas que venho tendo sobre formação, com diversos colegas. Porém, esse convite quase não pôde ser cumprido... Essa foi uma semana de dor, de morte e perda – perda de meu único irmão, que me fez pensar na impossibilidade de estar aqui, como eu gostaria. Quase... sempre quase... E me perguntei se seria possível participar da conversa do jeito que idealizei... Cá estou.

O tema da formação em psicanálise guarda algo na linha da dor, da desconstrução, da quebra dos ideais. Paradoxalmente, distante da ideia pedagógica de aprendizagem, de acúmulo de conhecimentos. Aqui, mais se trata do choque e do assombro que ocorre em nós a partir do contato sempre inquietante com o inconsciente, a cena que escapa e insiste, que nos desestabiliza e expõe, cada

1. Este texto foi apresentado como aula de abertura na SBPRJ, no dia 07 de março de 2024. Tem como referência um artigo meu publicado no *Jornal de Psicanálise da SBPSP*, vol. 55, nº 103.

2. Psicanalista. Membro Efetivo da SBPSP. Atual Diretora do Instituto Durval Marcondes.

vez que chega um novo paciente, que inclusive podemos ser nós mesmos. Basta um mero sonho que nos sobressalte.

Numa espécie de flecha do tempo, lembrei-me de como o interesse pela psicanálise tocou forte em mim, em 1976, segundo ano da Faculdade de Psicologia da USP, primeiras leituras de Freud, certa inquietação e desassossego, e a certeza de que lá havia um recado que mais tarde eu poderia entender... só depois, como sempre acontece.

Ao falar com vocês, gostaria de tocar em alguns temas, que a meu ver são muito caros à nossa singular formação. São eles a análise pessoal, a formação nos institutos e a transmissão – temas que se revelam importantes não apenas para os que chegam para iniciar sua jornada longa aqui, mas para os que já estão, nunca suficientemente livres dos ideais, das propostas de normatização e solução de conflitos, até de dogmas que penetram sem pedir licença e impedem o fluxo do pensamento, das trocas e da criatividade.

Hoje dispomos de vários autores, sofisticados, contemporâneos, de várias linhagens, idiomas e escolas, mas preferi recorrer a Freud, sempre ele... Faço aqui uma primeira citação que toca no tema da análise pessoal, que poderia ocupar todo esse espaço, dada sua relevância. A citação vem de um paciente ilustre de Freud, James Strachey, em uma carta para seu irmão Lytton Strachey em 6 de novembro de 1920, mas poderia ser nossa:

Todos os dias, menos domingo, passo uma hora no divã do Prof. (já foram 34, no total), e a “análise” parece fornecer toda uma subcorrente para a vida. Quanto ao que está em causa, nunca tive tão pouca certeza. Em todo caso, às vezes é extremamente excitante; às vezes, extremamente desprazeroso – então me atrevo a dizer que há algo ali. O próprio Prof. é muitíssimo afável e deslumbrante feito um intérprete artístico... Quase todas as horas são transformadas num todo estético orgânico. Às vezes o efeito dramático é absolutamente devastador. Durante a primeira parte da hora... tudo é vago – uma pista obscura aqui, um mistério acolá; então isso vai ganhando espessura; você sente coisas medonhas acontecendo por dentro e não consegue fazer ideia do que poderiam ser; então ele começa a dar uma ligeira indicação; de repente, você tem um claro vislumbre de uma coisa; daí vê outra; por fim, toda uma série de lampejos te invade; ele te faz mais uma pergunta; você dá uma última resposta – e à medida que te cai a ficha de toda a verdade, o Professor se levanta, atravessa o cômodo em direção à campainha e te mostra a porta. (Strachey, 1920 citado por Makari, 2008, s.p.)

Não encontramos, na vasta obra de Freud, um tratado sobre técnica, uma monografia sobre método. No entanto, as cartas, os textos clínicos, os sonhos, as digressões vão trazendo fragmentos de uma forma de trabalho tão simples e inusitada, que nós mesmos nos surpreendemos. No excerto aqui lido, a expressão “cai a ficha” (*Einfall*) contém em si, de forma minimalista, o que se passa, no encontro analítico.

A expressão corriqueira, na língua alemã, polissêmica – *Einfall*: queda, acontecimento, desabamento, “cair a ficha” –, oportuna para deixarmos no ar certo modo de estar no mundo, de se encantar, abrir a escuta, se deixar, num primeiro momento, entrar no externo que não é tão externo assim. Ao decompor essa palavra, o prefixo *ein*, que tem significado de movimento para dentro, ou de dentro, acrescido de *Fall*, queda, num jogo de tradução teria a ver com queda para dentro ou queda dentro. Algo cai, se despreza de um lugar. Essa expressão aparece também no texto “A questão da análise leiga”, quando se aproxima o tema do Eu e do Isso, e das fronteiras fluidas entre a fachada e o profundo. Um contraste entre a psicologia, que não entra em contato com a área do Isso, na medida em que privilegia o consciente como anímico, em contraponto com a psicanálise:

[...] podemos ter ocorrências {*Einfälle*} que não podem ter surgido sem uma preparação. [...] o senhor não escapa do fato de que dentro do senhor podem acontecer atos de natureza anímica, frequentemente muito complicados, dos quais sua consciência nada fica sabendo, dos quais o senhor nada sabe. (Freud, 1926/2018a, pp. 220-222).

Este recado claro, endereçado ao senhor do diálogo construído por Freud – e sabemos que é fruto das trocas e impasses com Ferenczi, seu grande interlocutor –, também pode ser endereçado a todos nós, sujeitos aos acontecimentos (*Einfälle*) que brotam de dentro, do outro em nós, do outro que nos busca: quase um preceito ético que nos coloca sempre próximos de quedas e abalos; que relembra a frase de Freud, de que a psicologia individual também é psicologia social (Freud, 1921/2011).

Gostaria de fazer referência, num giro de tempo, ao trabalho de Freud “Tratamento psíquico (ou anímico)” (1905/1996), começando com uma citação poética que vale a pena destacar:

[...] palavras também são a ferramenta essencial do tratamento anímico. O leigo achará difícil entender que distúrbios patológicos do corpo e da alma possam ser eliminados por “meras” palavras do médico. Ele achará que se lhe imputa acreditar

em magia. E ele não está de todo enganado; as palavras de nossos discursos cotidianos nada mais são do que magia empalidecida. Mas será necessário trilhar mais um desvio para tornar compreensível como a ciência consegue devolver à palavra pelo menos uma parte de seu antigo poder mágico. (p. 271)

O quão surpreendente nos parece, até hoje, um tratamento, um método, fundado na palavra? E é disso que se trata. Tão simples, e tão complexo...

Nesse trabalho de 1890, Freud vai trazer as figuras do médico e do sacerdote, que o mundo ocidental separou e cindiu: um cuida do corpo, outro cuida da alma. Ele se interroga: e os afetos, que se apresentam no corpo, mas são fruto da vida anímica?; que fazem os sujeitos adoecerem?; os afetos, com todos seus predicados – os intempestivos, os alegres, os depressivos, os expectantes, que reconhecemos claramente e que nos interrogam –, quem vai cuidar deles?; quem vai dialogar com eles?

Nesse mesmo texto, Freud vai reconhecer, através da hipnose, o efeito do sujeito- médico sobre o hipnotizado: o sujeito hipnotizado encontra-se dormindo para o mundo externo, mas acordado para o hipnotizador, que, portanto, exerce influência e poder sobre ele. Nessa condição, também fica evidenciada a influência da vida anímica sobre o corpo do hipnotizado. Num raciocínio rápido e raso, tendemos a dizer que Freud abandonou a hipnose, sem destacarmos os achados que ela lhe forneceu: sobre o poder do hipnotizador (futuro analista); os primórdios da formulação do conceito de transferência; e o poder da vida anímica (futuro Inconsciente, pulsões e suas vicissitudes).

Outra questão que emerge: então quem seria o analista? Nesse texto e mais tarde, nas correspondências com Oskar Pfister (25 de novembro de 1928/1982) e nos textos “O futuro de uma ilusão” (1927/2014) e “A questão da análise leiga” (1926/2018a), Freud vai dizer que pretende deixar a psicanálise afastada dos médicos e dos sacerdotes, e que pretende criar uma nova categoria de profissionais – uma espécie de “cuidador de almas” ou “pastor de almas” (*wertlicher Seelsorger* = verdadeiro pastor). Mesmo porque o próprio conceito de pulsão – fronteira entre o corpo e o psíquico – borra e embaralha essa divisão convencional pelo mundo ocidental. Esses seres somos nós: analistas. E tendemos a concordar com essa definição sobre nós. Ou não?

No trabalho de 1914, “Contribuição à história do movimento psicanalítico”, assistimos a um Freud preocupado em organizar e definir do que se trata a psicanálise – um sentido de rigor metapsicológico necessário, distante de rigidez. Assume as rupturas que ora formavam parcerias, em especial com Jung, confi-

gurando um campo e mostrando que a psicanálise sempre pode estar ameaçada – de fora ou de dentro. Mais tarde, numa carta a Groddeck, lemos: “Quem reconhece que transferência e resistência são o eixo do tratamento, esse já pertence irremediavelmente ao bando selvagem” (Freud, 1933/1982, s.p.). Pertencemos ao bando selvagem? O que a formação nas instituições tem a ver com isso?

No texto “A questão da análise leiga”, em que Freud dialoga com um personagem que se apresenta como um interlocutor “imparcial” (Ferenczi e tantos outros...), espécie de “advogado do diabo”, somos expostos a questões que ainda hoje nos rondam. Dentre tantos diálogos saborosos, destaco aqui um deles, em que Freud defende os analistas leigos, no sentido de não médicos:

[...] coloco a ênfase que ninguém que não tenha sido habilitado para tanto através de uma formação específica deva exercer a análise. Se essa pessoa é um médico ou não, parece-me secundário. “Então, que sugestões específicas o senhor teria a fazer?”. Ainda não cheguei a esse ponto e não sei se chegarei. (Freud, 1926/2018a, p. 269)

Voltando ao trabalho “A análise finita e a infinita” (Freud, 1937/2018b), tardio e inquietante, somos mais uma vez expostos a ideias e ideais de formação que podem estar sempre na base de nossas discussões éticas e que desembocam em reflexões importantes num espaço de formação institucional. Recorto aqui uma passagem que nos convida a pensar:

É como se o analisar fosse aquela terceira das profissões “impossíveis”, em que se tem certeza de antemão do resultado insuficiente. [...] não podemos exigir que o futuro analista seja um ser completo [...]. Onde e como o pobre coitado poderá adquirir aquela habilitação ideal, necessária em sua profissão? A resposta será: na própria análise, com a qual começa a preparação para sua atividade futura. [...] O seu trabalho estará terminado quando trouxer para o aprendiz a convicção segura da existência do inconsciente... (Freud, 1937/2018b, pp. 355-356)

Mais uma vez, numa carta a Groddeck, surge o debate inexorável da formação no seio de uma instituição: “Lamento que o senhor tente levantar uma parede entre a sua pessoa e os outros leões do zoológico do Congresso. É difícil exercer a psicanálise isolado, pois ela é um empreendimento notavelmente sociável” (Freud, 1924/1982, s.p.).

Se concordamos com Freud, que um psicanalista não se faz sozinho, não se faz nas universidades, nem nas academias, nem nas bibliotecas como leitor

contumaz, nossa linha de raciocínio tende a apontar para tudo que uma instituição não deve fazer: um manual antiprescritivo. O tripé análise pessoal, seminários teóricos e clínicos e supervisão parece um bom modelo, por isso sua adoção universal e irrestrita nos lugares de formação: necessário, mas insuficiente para permitir que a instituição possa lidar rigorosamente com a distinção entre análise pessoal, de um lado, essencial para “tornar-se analista”, como diz o título de nosso encontro; e a formação que acontece nos seminários e supervisões, dentro e entre grupos. O que nos faz pensar com muita cautela sobre a transmissão nos institutos e suas vicissitudes – tema que podemos conversar em breve.

O humor e a ironia de Freud – ele, mais uma vez nosso interlocutor que não sossega – expressos na volumosa correspondência que ele mantém com diversos interlocutores, que se encontram, desencontram, rompem, transformam, podem servir de guia para tratarmos do tema dos grupos e das instituições. Até que ponto operamos como seita, templo ou roda metapsicológica?

Lembramos que toda instituição ou grupo humano é porta-voz, depositário e transmissor de certas ideologias – marcas de sua constituição, de seu posicionamento político e de restos dos que dela participaram. Estamos aqui diante de um tema que lembra as mensagens enigmáticas transmitidas a todo bebê que chega ao mundo, incapaz de lê-las, que pode ficar submetido a seus imperativos (Laplanche, 1988). Ninguém foge dessa inflexão, que pode caminhar bem ou engessar de forma doutrinária os pressupostos que fundamentam a prática psicanalítica. Um alerta que deve estar no radar de todos!

“Nada é interno; nada é externo. / Pois o que está dentro está fora” (Goethe, 1819). Um novo recado também nos tem chegado – que vem de uma parte do Brasil silenciada e esquecida, marcada por fortes desigualdades, privilégio nenhum, e não falamos de minorias numéricas, mas de maiorias à margem, das quais os negros e pobres formam grandes contingentes.

Recentemente, foi constituída na SBPSP, a Comissão Virgínia Bicudo, que diz respeito a todos nós, Instituição, e também ao Instituto, lugar de transmissão. Seu trabalho tem sido o de refletir, propor ações afirmativas, trazer recados de fora, mas que também são de dentro, para o core do grupo institucional. Parece que estamos diante de um novo desafio, que vai pôr em questão nossa porosidade e capacidade de experimentar o *Einfall*.

No texto “O eu e o id” (Freud, 1923/2019), tão conhecido e mencionado por nós, o Eu nada tem de soberano: comanda, mas nada sabe; falha quando se aproxima do recalcado; é submetido a uma tripla servidão: ao mundo pulsional, de dentro, aos imperativos categóricos rígidos do Super-eu e ao mundo externo.

Parece que somos muito treinados em identificar o mundo interno e suas vicissitudes, os imperativos categóricos ancestrais, mas quiçá nem tanto as agruras do mundo externo, em especial quando não as vivemos na nossa pele. Esse fora de nós, que se apresenta em condições estruturais para certos grupos, precisa ser tematizado, tratado e trazido para dentro, no seu devido grau de sofrimento. Temos aprendido muito com o trabalho da Comissão Virgínia Bicudo: Frantz Fanon, Isildinha Baptista Nogueira, Cida Bento, Neusa Santos Souza, Abdias Nascimento... e os próprios escritos de Virgínia Bicudo, quando fala do sofrimento vivido pela condição negra, nos servem para abrir a escuta e abrir a roda. Passaram a ser nossos novos companheiros de navegação, para que o instituído não se cristalize e abra novas passagens.

No livro “A cor do inconsciente” (Nogueira, 2021), a autora nos mostra que o racismo estrutural contra os negros terá efeitos psíquicos ao modo de marcas mnêmicas, responsáveis por sofrimentos que portam o ódio e marcam posições identitárias dos sujeitos: essa dimensão precisa ser reconhecida, operando num espectro individual-grupal. Precisamos saber: corremos o risco de superestimar o mundo interno, meramente, nessa dinâmica complexa que tem a ver com as histórias clandestinas do nosso país e de grupos que nos formaram – indígenas, habitantes da Terra, e escravizados, que sustentaram a preço barato nosso desenvolvimento. Também é muito inquietante e perturbador ler em Fanon, 70 anos depois, que “a alienação do negro não é apenas uma questão individual...” (Fanon, 1952/2008, p. 28).

O contemporâneo chega sem avisar, entra nos consultórios, na vida, nos fazendo olhar para dentro e para fora, para um país extremamente injusto que se recusa a olhar para sua história e escutar as narrativas dos que foram silenciados. O velho e bom Freud, sempre ele... já havia se dado conta de que o ofício de psicanalisar inclui a curiosidade e o contato com diversas áreas da cultura, do saber e das vivências: nada mais acontece numa sala de análise do que uma conversa... (1926/2018a, p. 210), que parece tão simples e de uso fácil; traz a questão de quem escuta, e como a escuta pode recusar ou silenciar certas deformações que o sujeito veicula. Contagiado pela sua época, e tendo em vista o *furor prohibendi* (expressão de Freud, 1926/2018a, p. 270), ao se dirigir às práticas regulamentares e burocráticas que podem adoecer as instituições psicanalíticas e seus integrantes, Freud abre todas as competências, como hoje gostamos de falar, que poderiam acompanhar um psicanalista em sua jornada, que vão muito além dos seminários e percorrem todas as dimensões do humano: História da Cultura, Mitologia, Psicologia da Religião, Ciência da Literatura

(1926/2018a, p. 284) – pequena lista de Freud à qual podemos acrescentar tantas outras afinidades, que nos colocariam em contato com as realidades externas que marcam psiquismos e sofrimentos de sujeitos que nos procuram, que nos alertariam para o risco do saber único, de guetos e hordas.

Somos cientes, porém nem tão vacinados assim, do poder desestabilizador das pulsões que nos constituem, e que nos lançam, em diversos momentos da vida, ao lugar do desamparo que acorda os esqueletos que tanto queríamos tirar de nosso campo psíquico. Parece que não há prescrição preventiva certa, diante desse possível destino pulsional. Mas cabe a pergunta: o papel do outro, e aqui do outro na figura da instituição, nesse percurso. Qual a cena que a instituição nos oferece e até que ponto temos condições de participar dessa cena e alterar posições disponíveis para nós e em busca de serem construídas e desconstruídas, para evitarmos dogmatismos aprisionantes?

Referências

- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas* (R. Silveira, trad.). EdUFBA. (Trabalho original publicado em 1952).
- Freud, S. (1982). *Correspondência de amor e outras cartas (1873-1939)* (A. S. Santos, trad.). Nova Fronteira.
- Freud, S. (1996). Tratamento psíquico (ou anímico). In S. Freud, *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. VII). Imago. (Trabalho original publicado em 1905).
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do eu. In S. Freud, *Obras completas* (P. C. Souza, trad., Vol. 15). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921).
- Freud, S. (2012). Contribuição à história do movimento psicanalítico. In S. Freud, *Obras completas* (P. C. Souza, trad., Vol. 11). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (2014). O futuro de uma ilusão. In S. Freud, *Obras completas* (P. C. Souza, trad., Vol. 17). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1927).
- Freud, S. (2018a). A questão da análise leiga: conversas com uma pessoa imparcial. In S. Freud, *Fundamentos da clínica psicanalítica* (Obras incompletas de Sigmund Freud, C. Dornbusch, trad., Vol. 6, pp. 205- 313). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1926).
- Freud, S. (2018b). A análise finita e a infinita. In S. Freud, *Fundamentos da clínica psicanalítica* (Obras incompletas de Sigmund Freud, C. Dornbusch, trad., Vol. 6, pp. 315- 364). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1937).

Freud, S. (2019). O eu e o id. In S. Freud, *Obras completas* (P. C. Souza, trad., Vol. 16). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923).

Goethe, J. W. (1819). *Epirrhema* (C. Middleton, trad. em inglês). Recuperado de <https://taimur.wordpress.com/goethe/selected-poems-of-goethe/>

Laplanche, J. (1988). *Teoria da sedução generalizada e outros ensaios*. Artes Médicas.

Makari, G. (2008). *Revolution in mind*. Perspectiva.

Nogueira, I. S. (2021). *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. Perspectiva.

Dora Tognolli

dora.tognolli@gmail.com

Diferenças em um mundo compartilhado¹

Benilton Bezerra Jr.²

Quero começar agradecendo a Ruth Naidin e a Ana Sabrosa pelo convite para estar aqui hoje, e pela gentil e carinhosa apresentação. Os laços que unem a SBPRJ a mim e ao CPRJ são antigos e fortes, são décadas de convivência que têm produzido sempre bons e inspiradores encontros. Este de hoje é particularmente especial para mim, e sei que para vocês também, por causa de um amigo comum, Fernando Rocha, que poderia estar aqui em carne e osso, mas teve que se ausentar mais cedo do que gostaríamos.

Dentre muitas coisas, aprendi com Fernando que a psicanálise deveria ser vista não apenas como um projeto de elucidação da vida psíquica, mas como, essencialmente, um dispositivo teórico e prático voltado para a ampliação das possibilidades de fruição prazerosa da vida, na medida singular de cada um. Seu jeito de lidar com a psicanálise me parecia um lembrete constante de que questões epistêmicas devem estar sempre a serviço de horizontes éticos. Ele encarnou tão bem esse princípio, que até na sua despedida final o fez valer. Guimarães Rosa disse, pouco antes de ele mesmo partir, que “a gente morre é para provar que viveu”. No último adeus a Fernando, todos que estávamos lá tivemos uma prova do jeito dele de viver. Um momento em que a norma seria a atmosfera de tristeza pela perda de alguém querido se converteu num ritual alegre de celebração de sua existência. Agora que está “encantado”, estará presente sempre que o convocarmos. Como disse seu filho Rafael, o corpo de Fernando se foi, mas seu espírito vai continuar entre nós.

É com isso em mente que gostaria de iniciar a conversa em torno do tema que nos reúne hoje, um tema que tem nos ocupado bastante nos últimos anos, não só do ponto de vista das interrogações teóricas que ele enseja, mas

1. Conferência proferida na Aula Inaugural do Instituto de Formação da SBPRJ em 1º de agosto de 2024. Transcrição da gravação feita por João Pedro Saramago.

2. Psicanalista, psiquiatra, membro do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ).

também dos desafios que ele acarreta no cotidiano de nossas instituições, nos dispositivos da clínica, nas várias dimensões do nosso trabalho como analistas.

Falar das diferenças num mundo compartilhado significa tocar em questões que são, ao mesmo tempo, antigas e atuais, universais e historicamente contingentes. São antigas e universais porque a psicanálise, desde Freud, se constituiu como uma abordagem da vida psíquica que a vê como um fenômeno emergente, que resulta da interação incessante do organismo com o mundo em que ele é jogado. Em qualquer contexto sócio-histórico, é dessa interação, que implica um exercício permanente de demarcação e remarcação de diferenças, fronteiras e bordas – entre interno e externo, entre eu e outro, entre sujeito e objeto, entre permitido e interdito, entre ideal e possível etc. – que surge a experiência subjetiva em suas várias dimensões, do arranjo psíquico singular de cada sujeito às formas de subjetivação típicas de uma época.

Mas são, ao mesmo tempo, questões extremamente atuais, porque vivemos um momento histórico em que elas ganharam uma urgência, um recorte e uma complexidade sem precedentes, tanto na cultura quanto em nossas instituições psicanalíticas. Isso aparece com clareza na discussão em torno do papel das diferenças identitárias na vida subjetiva hoje, e em fenômenos como, por exemplo, a constituição de programas de ações afirmativas em um número crescente de sociedades psicanalíticas, o aparecimento de crescentes demandas de análise pautadas por marcadores identitários (busca por analistas assumidamente negros, gays, católicos etc.), e o debate bastante polarizado, no campo psicanalítico, entre os que consideram o tema da identidade como central para a renovação do arsenal teórico-clínico no cenário contemporâneo, e aqueles que veem a discussão em torno desse tema como uma renúncia à teorização psicanalítica e uma rendição a abordagens próprias à psicologia e às ciências humanas em geral.

O jogo das diferenças

Sempre que pensamos no papel das diferenças na vida subjetiva tendemos a pensar de imediato no valor fundamental dessa noção para o entendimento dos fenômenos que ocorrem no plano psíquico individual ou no universo social. Mas, na verdade, a importância desse tema está presente em planos bem anteriores a esses. Sua relevância aparece até mesmo na compreensão do próprio fenômeno vital.

Se pudéssemos nos situar do “ponto de vista de Deus” ou do ponto de vista de “lugar nenhum” – uma visão totalizante, absoluta, despida de qualquer

perspectiva particular –, seríamos capazes de apreender de imediato e simultaneamente todas as dimensões da realidade. Teríamos um acesso direto ao real, anterior a qualquer categorização, independente de qualquer sistema conceitual específico. Os seres vivos, no entanto, não têm escapatória, são necessariamente dotados de um ponto de vista. Na verdade, estar vivo significa exatamente *incarnar* um ponto de vista, não ser indiferente ao meio, estar sempre produzindo categorias diferenciais e representações que permitam ao organismo mapear as relações entre o meio interno e o meio externo, entre o *self* e o mundo dos objetos, de modo a preservar as melhores condições para o exercício da normatividade vital, para usar a expressão de Georges Canguilhem (1974/2009), voltada para a preservação e reprodução da própria existência. Existir, para qualquer ser vivo, significa lutar contra a entropia crescente. Os sistemas físicos resistem, mas de forma passiva. O que caracteriza os seres vivos é essa resistência ativa contra a tendência natural à dispersão de energia e à dissolução.

Desse modo, categorizar a partir da demarcação de diferenças é um processo indispensável à preservação da vida e constitui uma forma de moldar a realidade e dar sentido ao mundo e ao lugar que o ser vivo ocupa nele. No caso da experiência subjetiva humana, mediada pela linguagem, a produção de diferenças é o meio que torna possível a constituição do sujeito, o compartilhamento e negociação de significados, o reconhecimento da multiplicidade inevitável de perspectivas e a aceitação da incompletude que caracteriza qualquer uma delas. É nessa estrada que o tema das diferenças encontra, no meio do caminho, as questões em torno da identidade no cenário contemporâneo.

A identidade como questão do sujeito

A percepção da identidade como uma questão central para o sujeito é uma experiência relativamente recente na história humana, e está ligada às profundas transformações ocorridas na passagem do mundo *tradicional* para o mundo *moderno*, e intensificadas no cenário *contemporâneo*. Recordemos rapidamente como isso se dá.

No mundo tradicional ou pré-moderno (sociedades tribais, antiguidade helênica, sociedade indiana de casta), as diferenças que organizam a vida subjetiva são dadas de antemão por uma estrutura hierárquica fixa, estável e totalizante. Apoiada numa origem transcendental (divina, natural ou cosmológica), essa ordem hierárquica prescreve de forma não negociável as diferenças que organizam o sentido da existência, a identidade e o lugar do indivíduo no mundo.

No mundo tradicional, as diferenças existem e podem ser brutais nas suas consequências, mas não são exatamente fonte de perturbação psíquica ou inquirição subjetiva individual, como passam a ser na modernidade. Por quê? Porque elas estão estruturadas de forma tão orgânica e coesa na totalidade da cultura que sobra muito pouco espaço para questionamento, e os conflitos dos indivíduos com essa ordem normativa externa são regulados por rituais socialmente compartilhados. Os heróis gregos vivem um roteiro traçado não por eles, mas por seres que, do Olimpo, se divertem desenhando o destino dos humanos. Assim, as marcas diferenciais que constituem a identidade de cada um são definidas pela posição simbólica herdada, cuja legitimidade está fundada num Outro unificado e totalizante, de natureza religiosa ou transcendental. O sofrimento subjetivo é mais ligado à opressão causada por essa ordem externa superior e às possibilidades de transgressão e culpa (Édipo, Sísifo), do que propriamente a angústias existenciais individuais.

É com a modernidade que isso começa a mudar, porque a modernidade significa, fundamentalmente, a pluralização desse Outro totalizante. O que isso quer dizer? Que o mundo moderno deixa de se caracterizar pela existência de uma única fonte de autoridade e produção de significados. É isto que Max Weber chamou de “desencantamento do mundo” (1904/2004). A religião e o mito perdem seu monopólio, e emerge, por assim dizer, uma pluralidade de Outros possíveis num universo, em si, despido de sentido essencial. A laicização, a afirmação do valor do indivíduo, a exploração da interioridade psicológica e o exercício da problematização reflexiva passam a ser novas fontes primordiais de produção de sentido. As diferenças tornam-se negociáveis, a identidade passa a ser um projeto – e uma injunção – para cada sujeito. Abrem-se possibilidades de mobilidade na hierarquia social, passa a existir uma tensão entre normas sociais e aspirações privadas. O questionamento das hierarquias tradicionais abre caminho para a afirmação de direitos individuais e formas de expressão idiossincráticas. O conflito interno passa a ocupar lugar central na experiência subjetiva, girando em torno da oposição entre desejo e proibições internalizadas. A construção de identidades inseridas em narrativas autobiográficas se torna o eixo organizador dessa experiência. Mas agora a identidade e o sentido da experiência se tornam abertos, instáveis, incertos, conflituados (Hamlet, Werther, Raskolnikov). Em outras palavras, emerge uma forma de subjetivação típica, a da neurose. Criam-se as condições para o surgimento da psicanálise, na alvorada do século XX.

Quando nos debruçamos sobre as últimas quatro ou cinco décadas, percebemos uma aceleração acentuada e um aprofundamento desses movimentos:

a contestação das instâncias normativas hegemônicas, a crítica às fontes tradicionais de autoridade, a pluralização dos referenciais simbólicos, a valorização da liberdade entendida como exercício da autonomia individual. Dentre os efeitos positivos desse cenário estão o surgimento no pós-guerra de movimentos políticos que partiam de marcadores particulares de construção identitária (mulheres, negros, deficientes, LGBT) para contestar os processos de opressão e exclusão de que eram alvo – mesmo por parte de movimentos políticos e práticas discursivas orientados para um horizonte emancipatório, como foi o caso do marxismo e da psicanálise – que resistiu, até recentemente, a perceber o quanto sua forma de pensar e agir em relação a questões como raça e gênero eram fortemente atravessadas pelo imaginário hegemônico da época e pelo mecanismo do desmentido coletivo.

No entanto, consequências menos auspiciosas vieram junto: instabilidade e precarização generalizada dos vínculos, o surgimento de uma ilusão de “autonomia” que revela no fundo uma alienação em relação aos determinantes da experiência subjetiva e da vida social, e assim por diante. Sem poder contar com as estruturas tradicionais de autoridade e produção de sentido, em meio à liquidez que caracteriza as referências simbólicas e os vínculos, o sujeito se vê, cada vez mais, às voltas, não com um raio maior de liberdade, mas com uma experiência crescente de desorientação. Essa desorientação, de maneira previsível, conduz facilmente o sujeito a uma busca desesperada por alguma estabilidade e experiência de coesão, um mínimo de chão seguro. Identidades se tornam candidatas a preencher essa lacuna.

Vale a pena assinalar, ainda que rapidamente, dois outros vetores de transformação que vêm incidindo de maneira poderosa nos processos de subjetivação que caracterizam as últimas décadas. A primeira é o surgimento, nos anos 1980, do paradigma neoliberal e a segunda é a emergência das tecnologias digitais. O neoliberalismo, como sabemos, é muito mais do que um modelo de regulação econômica das formas de produção e distribuição de bens; é um modelo de gestão da vida social e do sofrimento psíquico, fundado na fetichização do indivíduo como gerente de si mesmo, na forclusão da dimensão social da condição humana. A famosa frase emitida por Margareth Thatcher diz tudo: “não existe essa coisa que chamam de sociedade; só existem indivíduos”.

O segundo vetor de transformação da vida subjetiva nas últimas décadas é a rápida emergência da esfera digital, que começa com a universalização da internet no início do século, e se acelera com o barateamento dos dispositivos de acesso permanente a ela, a partir de 2010. A entrada dessas inovações tecnológi-

cas na vida cotidiana vem alterando de maneira muito significativa e crescente não apenas o conteúdo da experiência subjetiva, mas os próprios mecanismos por meio dos quais essa experiência é processada e ganha sentido. Elas incidem diretamente no modo como lidamos com as diferenças, tanto na experiência do sujeito consigo mesmo, quanto nas relações com o mundo que ele habita.

Mencionemos apenas um dos efeitos basais desse fenômeno: a fragmentação da experiência do tempo e do espaço. A instantaneidade e o caráter simultâneo que caracterizam a comunicação digital alteram o modo como as funções mentais são exercidas (a crescente terceirização da memória e intensificação farmacológica da atenção) e afetam nossa capacidade de processar e integrar experiências por meio da autorreflexão, da capacidade de elaboração psíquica de conflitos e da resistência a reações afetivas imediatas e simplificações polarizadas. O espaço e o tempo internos são cada vez mais atropelados pela hiperconectividade e pelo excesso informacional, causando uma espécie de encolhimento da nossa capacidade de tolerar frustração, ambiguidade ou conflito, e levando a uma busca frenética por reconhecimento imediato e certezas apaziguadoras que ofereçam contenção à experiência de instabilidade e desorientação.

Todo esse cenário impacta diretamente nossa relação com as diferenças, que se torna complexa e problemática. Byung Chul Han (2017, 2022) joga uma luz interessante sobre essa questão quando afirma que, na sociedade atual, o elogio e a celebração das diferenças, que rapidamente se transformam em emblemas identitários ou em produtos consumíveis, escondem, na verdade, uma radical recusa da alteridade, que caracteriza a cultura atual. A alteridade, diz ele, em sua opacidade fundamental, produz necessariamente um estranhamento que exige elaboração, e propicia uma experiência de transformação autêntica. As diferenças, por outro lado, objetificadas e incensadas pela cultura da performance e do consumo, produzem, ao contrário, experiências empobrecidas, tipificadas de antemão, variações de padrões hegemônicos, desprovidas de qualquer elaboração criativa. São diferenças desidratadas, despidas de contraste inovador. São pouco mais que etiquetas a serem usadas no mercado das experiências e das identidades *prêt-à-porter*.

Esse cenário, claro, tende a produzir um efeito social de generalização do narcisismo como estrutura de defesa contra a fragilidade do eu, em uma situação na qual as identificações simbólicas tradicionais não conseguem facilmente operar enquanto tais como antes. O declínio das estruturas normativas tradicionais não favorece necessariamente uma liberação dos sujeitos em relação a coerções socialmente impostas, mas, na verdade, catalisa novas formas outras

de alienação e assujeitamento por meio de identidades cristalizadas como respostas defensivas. Quando vistos contra esse pano de fundo, o apego às bolhas digitais e a adesão automática e irrefletida a tribos identitárias deixam de ser fenômenos difíceis de compreender. Reações como essa podem ser compreendidas como recursos a defesas narcísicas que visam contornar a incerteza e a precariedade subjetiva pelo estabelecimento de alguma estabilidade e segurança.

Psicanálise, identidade e identitarismo

De que modo, então, somos interpelados por esse cenário? Quero aludir a dois pontos: o primeiro diz respeito a como pensar a relevância do tema da identidade para a reflexão psicanalítica hoje, e o segundo se refere a uma noção crítica que pode ser útil nesse debate, que é a noção de identitarismo.

Por muito tempo, o tema da identidade foi majoritariamente considerado como alheio à reflexão psicanalítica, como uma noção que pertenceria às reflexões da psicologia ou das ciências humanas. Afinal, a partir de conceitos como inconsciente, pulsão, desejo e sujeito, a identidade é descrita como uma construção imaginária que se contrapõe ao fluxo contínuo das identificações e ao caráter processual da vida psíquica. A identidade configuraria, portanto, a busca por uma imagem substantiva e totalizante do eu, em contraponto ao vazio do sujeito e à singularidade de sua trajetória de identificações. A psicanálise, resistindo ao risco da adaptação normativa de seu dispositivo e à psicologização de sua prática, tem como objetivo justamente o de questionar e recusar essa lógica identitária, apostando na singularidade do desejo que caracteriza o sujeito vazio do inconsciente. De modo esquemático, essa era a visão pressuposta em afirmações do tipo “o inconsciente não tem cor”, “analista não tem sexo”, que tanto circularam entre nós.

Mas essa não é a única maneira de compreender o papel da identidade na vida subjetiva. Considerar a identidade como uma construção imaginária, ou uma produção ficcional de si, pode ser fazer dela algo muito diferente – uma chave para a elaboração do modo pelo qual o sujeito se engaja no mundo compartilhado socialmente. Pode nos fazer percebê-la como uma janela por meio da qual conseguimos elucidar a dimensão social inevitavelmente presente, mas nem sempre reconhecida, no processo de constituição de sujeitos que são de carne e osso, e não figuras abstratas, que vivem em meio a condições específicas e particulares, sejam elas sociais, econômicas, culturais ou tecnológicas. Pode nos ajudar a perceber a incidência e a operação silenciosa desses marcadores

sociais das diferenças, inclusive sobre nossas teorizações e nossos dispositivos clínicos. É ainda impressionante nos darmos conta de por quanto tempo a comunidade psicanalítica internacional foi capaz de considerar a homossexualidade como expressão de falha ou incompletude do desenvolvimento psicosssexual, sem se dar conta do uso da teoria para racionalizar o que nada mais era que o atravessamento do campo pelos preconceitos da época.

E não só isso. Pensem na reação de boa parte da comunidade psicanalítica aos movimentos em defesa da homoparentalidade nos anos 1990. Psicanalistas eminentes foram para os jornais, para a televisão, denunciar o risco da “recusa da diferença sexual”, da “forclusão da diferença geracional” e do consequente perigo de “psicotização” das crianças – tudo isso afirmado em nome da defesa de uma suposta ordem simbólica universal e dos princípios teóricos axiais da psicanálise.

Finalmente, é preciso fazer alusão ao processo muito recente de enfrentamento, por parte da comunidade psicanalítica, da parte que nos cabe no latifúndio do racismo estrutural que caracteriza a sociedade brasileira. Somente há muito pouco tempo nos demos conta da questão da branquitude não problematizada, da não consideração dos efeitos do *dispositivo da racialidade*, como diz Sueli Carneiro (2023), da cegueira causada pela tomada inconsciente da figura do homem branco europeu como modelo implícito para a ficção do sujeito, e pela escotomização das consequências simbólicas de marcação racial sobre os processos de subjetivação de populações não brancas. O racismo estrutural tem essa característica, a invisibilização e silenciamento dos processos que perpetuam as diferenças entre os privilegiados e os oprimidos, favorecendo o mecanismo do desmentido social que caracterizou até há pouco a quase totalidade de nosso campo, e viabilizando o que Cida Bento (2022) chamou de *pacto da branquitude* em defesa de privilégios não assumidos. Num contexto como esse, a reivindicação da identidade pode, portanto, estar a serviço, não de uma recusa ou coagulação imaginária da posição de sujeito, mas justamente do resgate da posição de sujeito normativo e desejante.

Mas, pode alguém perguntar, quando é que a identidade desliza para o chamado identitarismo? Numa perspectiva crítica, o identitarismo pode ser descrito como a recusa do caráter processual do movimento de subjetivação que se expressa na formação de identidades. Ele se inclina para a constituição da fantasia de um eu essencial – ou soberano, como diz Roudinesco (2022), fruto de uma cultura em que a valorização extrema do individualismo e da identidade resultam paradoxalmente na constituição de indivíduos fragilizados, inclinados

a formas de assujeitamento e controle social disfarçados de lutas por reconhecimento e realização pessoal. Conceber assim as identidades, como realidades estáveis e estanques, implica pensar a política ligada a elas como mera administração, gestão identitária das diferenças, sem a confrontação das raízes estruturais da opressão e da exclusão que incidem sobre as identidades reivindicadas.

Por isso, no contexto atual, o identitarismo aparece como uma expressão particular do modelo de gestão da vida que nos atravessa de cabo a rabo, o modelo neoliberal. Ao caírem nessa “armadilha da identidade” (Haider, 2019), grupos historicamente subalternizados acabam se tornando reféns dessa lógica que é, acima de tudo, uma lógica de sobrevivência do *status quo* do capitalismo atual. Reivindicar identidades raciais ou de gênero sem confrontar as estruturas que historicamente as tem excluído ou subalternizado pode acabar servindo a essa mesma lógica, reduzindo a luta contra a exclusão racista a aspirações de reconhecimento com vistas à conquista de um quinhão maior de acesso ao consumo de bens materiais e simbólicos no interior do “mercado”.

Aqui é importante lembrar a proposta de Fanon (2020): a assunção da identidade racial (branco, negro) é um passo crucial na luta contra o racismo, mas como um caminho provisório a ser necessariamente trilhado para superar de maneira radical a própria estrutura social que utiliza diferenças raciais para dividir hierarquicamente a humanidade em grupos oprimidos e opressores. Em outras palavras, racializar agora, para poder abandonar a raça adiante. A aceitação provisória da identidade racializada é, então, um momento de passagem que torna o sujeito capaz de se orientar e dar sentido a seus atos, mas sem perder de vista o horizonte de superação do sistema de distribuição hierárquica dos humanos com base na diferença racial.

Psicanálise e horizonte emancipatório

Podemos ver assim que a identidade mostra sua dimensão política emancipatória quando consegue ir além dos interesses específicos de um grupo e aponta para um plano universal, ao projetar, no horizonte, a reestruturação da totalidade do espaço social que é fonte de exclusão e opressão. Já sua dimensão conservadora fica visível quando a identidade é convocada como mera reivindicação de uma diferença a ser reconhecida para encontrar seu lugar entre as diferenças a serem administradas e geridas no interior de uma totalidade social, cuja estrutura nunca é posta em questão. É o ponto de partida e o ponto de chegada. É o que vemos, por exemplo, no estímulo ao empreendedorismo identitário – negro, gay, trans

etc. – como saída contra a subalternização desses grupos. Sem uma estratégia que mantenha em foco a transformação das causas estruturais dos problemas, a proliferação de identidades fluidas e atuantes em busca de reconhecimento pode facilmente se encaixar no quadro de reprodução da gestão neoliberal da vida social.

Do ponto de vista político, portanto, o desafio em relação às identidades é compreender como ultrapassar os limites de uma política identitária circunscrita a questões particulares, em direção à construção de uma política emancipatória que tome as identidades como ponto de partida para a construção de uma vida social solidária. A psicanálise é um dispositivo de escuta do sofrimento, uma caixa de ferramentas conceituais que possibilita a elucidação da experiência psíquica e uma crítica dos fundamentos da vida social. A ela compete acolher os processos identitários, não como expressão de alienação imaginária ou como solução final para impasses subjetivos, mas como processos de elaboração de si que não necessariamente são aprisionantes, que podem se constituir como exercício de emancipação, de alargamento da autonomia possível de cada sujeito no universo que ele habita.

A dimensão emancipatória da psicanálise não se confunde, claro, com os arroubos da psicologia positiva ou com as promessas enganosas da cultura do espetáculo e da performance atuais. Ela consiste, ao contrário, na crítica ao universalismo formal e abstrato e na denúncia dos desmentidos sociais. Ela se baseia na premissa da inconsistência última da realidade, na compreensão da vida psíquica como fenômeno emergente em contexto, na inexistência de soluções universais para o sofrimento psíquico e na aposta, para cada sujeito, de interrogação quanto a seu desejo. É a partir desses aspectos que podemos pensar a psicanálise como um projeto voltado para a ampliação da autonomia possível do sujeito – autonomia que reside na capacidade do sujeito de estabelecer uma relação mais lúcida e menos automática, portanto potencialmente mais criativa, com suas determinações psíquicas.

Esse processo engaja a psicanálise como dispositivo voltado simultaneamente para busca da autonomia, no plano individual e na esfera coletiva. Suas ferramentas conceituais permitem articular o singular e o universal da experiência subjetiva, reconhecendo a dimensão política do inconsciente, criticando os processos de normatização e analisando os sintomas em sua inserção social, sem, no entanto, acenar com a possibilidade de uma autonomia absoluta do sujeito. A dimensão emancipatória da psicanálise aparece como o impulso a um exercício permanente de questionamento, imaginação e criatividade, num processo permanente de diferenciações e mudanças.

Os desafios para manter viva esta dimensão emancipatória não são poucos. Primeiro, é preciso recontar honestamente a nossa história, revisitar retrospectivamente os momentos em que fomos inadvertidamente tomados pelo imaginário normativo vigente, fazendo uso de racionalizações teóricas para o encobrimento dessa captura. É preciso questionar permanentemente os pressupostos normativos que estruturam o laço social. É necessário estabelecer diálogo produtivo com movimentos sociais e manter viva a autocrítica institucional, levantando o véu sobre os desmentidos sociais que nos atravessam. É ainda importante estimular a entrada de novos atores no campo, novas vozes capazes de promover a renovação teórica e as transformações no dispositivo analítico que o tornem apto a enfrentar as questões desses tempos que nos interpelam, lidando com as diferenças na sua capacidade de enriquecer o mundo compartilhado e permitir transformações emancipatórias.

Referências

- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Cia. das Letras.
- Canguilhem, G. (2009). *O normal e o patológico*. Forense Universitária. (Original publicado em 1974).
- Carneiro, S. (2023). *O dispositivo da racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Zahar.
- Fanon, F. (2020). *Pele negra, máscaras brancas*. Ubu.
- Haider, A. (2019). *Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. Veneta.
- Han, B. C. (2017). *Sociedade do cansaço*. Vozes.
- Han, B. C. (2022). *A expulsão do outro: sociedade, percepção e comunicação hoje*. Vozes.
- Roudinesco, E. (2022). *O eu soberano: ensaio sobre as derivas identitárias*. Zahar.
- Weber, M. (2004). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Cia. das Letras. (Original publicado em 1904).

Benilton Bezerra Jr.
beniltonjr@gmail.com

A dialética presença-ausência: para uma metapsicologia da presença¹

René Roussillon²

RESUMO: O autor propõe esboçar uma metapsicologia da presença, para compreender melhor, em especial, alguns aspectos da patologia narcísico-identitária. Para isso, ele se apoia sobre três “analisadores clínicos naturais”: a experiência da separação, a experiência da capacidade de estar sozinho diante da pulsão na presença do objeto e a experiência do encontro primitivo entre mãe e bebê. Ele tenta mostrar como essas experiências contribuem para a emergência de um modo de simbolização primária, anterior às formas de simbolização que tomam a ausência como paradigma essencial.

PALAVRAS-CHAVE: separação, patologia do narcisismo, diferenciação eu/não-eu, duplo, alucinação vs. percepção.

Introdução e problemática

Durante muito tempo, o pensamento psicanalítico foi dominado pelo primado de uma teorização da ausência e de suas formas. A presença era dada como óbvia; apenas as formas da ausência – perda, separação, castração e todas as formações do negativo – pareciam constituir um problema. Na análise da sedução, talvez se pudesse detectar uma abordagem das formas da presença do objeto, mas essa questão rapidamente era encerrada por uma teoria da fantasia e da projeção, vistas como o recurso do desejo diante da ausência e da falta.

1. Texto traduzido do francês para o português por André Luiz A. Vale: Roussillon, R. (2010). La dialectique présence absence, pour une métapsychologie de la présence. *Tribune psychanalytique*, 9: 13-39.

2. Psicanalista. Analista Didata da Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP). Professor emérito da Universidade Lumière Lyon 2. Autor de diversos livros, recebeu o prêmio M. Bouvet por *Paradoxes et situations limites de la psychanalyse* (1991).

Quando, por exemplo, M. Mahler (1968/1977), que foi referência para várias gerações de psicanalistas, tenta pensar a organização precoce da psique, é na dupla separação-indivuação que ela se apoia. O encontro é dado, em primeiro lugar, assumindo a forma de uma simbiose primitiva, que não pode ser objeto de um pensamento – mais ainda, que se opõe ao pensamento. Pois, como afirma W. R. Bion (1962/1983), o primeiro pensamento é o pensamento do não-seio: o não-seio é o seio ausente, ausente do encontro do desejo primário, o seio não encontrado onde era esperado.

Nesse contexto, a simbolização aparece como simbolização da ausência, da perda, da separação, da castração, da falta; o analista, o objeto, é silencioso, como se retirado da cena. Ela ocorre sob o primado de uma posição paterna, separadora, ampliando uma lacuna na suposta fusão ou simbiose narcísica primária, forçando o sujeito a renunciar ao que, necessariamente, já tivera lugar e deveria ser deixado para crescer, se desenvolver e se autonomizar.

Esse modelo começou a ser questionado diante de certos quadros clínicos específicos, embora tenha levado algum tempo para que sua insuficiência fosse reconhecida. No geral, foi em torno das problemáticas nas quais o sofrimento que eu chamo de narcísico-identitário ocupa o primeiro plano que essa insuficiência se tornou mais evidente. Nessas situações, a questão da diferenciação não assume apenas a forma da diferença entre os sexos ou de gerações, mas também afeta a própria diferença eu/não-eu, a diferença eu/objeto no seio da presença do objeto. Além disso, a clínica das formas do traumatismo também coloca em evidência que algumas formas de presença podem ser traumáticas – violência, desqualificação, maus-tratos etc.

Esse modelo também foi questionado quando alguns psicanalistas começaram a considerar que não se podia mais ignorar o que os clínicos da primeira infância (Mahler, 1968/1977) afirmavam com vigor: não existe “fase simbiótica normal” (Dornes, 2002), nenhuma fusão primária a partir da qual seria necessário se separar para se diferenciar. A diferença está presente desde o início (Decety, 2002; Rochat, 2006), pelo menos quando os impulsos pulsionais não transbordam as capacidades do bebê de percebê-los. E, se a diferença está presente desde o início, um tempo adicional deve ser pensado – o tempo do encontro com o objeto, o da construção do vínculo com ele, de suas condições de possibilidade. É preciso primeiro se conectar, para poder se separar de outra forma. O problema da relação primitiva é tanto o de se ligar ao objeto quanto o de se separar dele; os dois estão dialeticamente ligados: dificuldades no encontro levam a dificuldades na separação, assim como dificuldades na separação afetam o encontro.

Outra “nova problemática” é a da síntese, da unificação, da junção dos estados subjetivos, da integração (Winnicott, 1958/1976). O bebê, mesmo que apareça unificado em grande parte de seu funcionamento cognitivo (Rochat, 2006), conhece, ao contrário, estados subjetivos complexos e variados – formando uma espécie de “nebulosa subjetiva”, segundo a expressão de M. David e G. Appel (1973) –, que precisam ser reunidos para o bebê se sentir ser. A teoria psicanalítica “clássica” dos fundamentos do narcisismo foi, em parte, baseada em premissas que a clínica da primeira infância não parecia confirmar, ou que, pelo menos, interrogava sobre alguns de seus pontos essenciais.

Como mencionamos, a partir do momento em que o vínculo primário não é dado, nem em uma simbiose nem sob outra forma, a questão surge: como ele se estabelece? Ou seja, como se efetua o primeiro encontro? Como se criam as condições para isso? A partir do momento em que o vínculo deve ser construído, ele também pode faltar, e os parceiros podem permanecer um ao lado do outro, sem conseguir produzir as condições para um encontro. Essas são as questões que envolvem uma “metapsicologia da presença”, as quais ela deve enfrentar para se estabelecer, e é a partir delas que proponho construir minha reflexão.

A dialética presença-ausência

Antes de mais nada, é importante evitar o erro metapsicológico anterior, que consistia em tentar pensar a ausência sem referência às modalidades de encontro e de presença do objeto. O que está em jogo aqui não é tanto uma metapsicologia da presença, mas sim estabelecer alguns primeiros marcos de uma metapsicologia do par presença-ausência, pois um não pode ser pensado sem o outro, um não se revela sem o outro.

A esse respeito, uma experiência surge como o pivô a partir do qual a reflexão deve se organizar, como um dos “analisadores” privilegiados: a experiência da separação. Na separação, revelam-se tanto as particularidades da ausência quanto as da presença. A separação e seu horizonte têm importância sobre o encontro tanto quanto revelam como o encontro foi estabelecido e quais foram suas particularidades. Se uma metapsicologia do par presença-ausência é possível, certamente deve ser em torno da experiência da separação que ela encontrará seu ponto de partida, e mesmo seu fundamento.

Não é por acaso que a problemática da separação ganhou relevância clínica nas últimas décadas, e isso não se deve apenas às particularidades da experiência da separação em si, ao que ela exige do psiquismo para ser metabo-

lizada, nem está relacionada ao aumento do abandono ambiental. Em vez disso, é em razão do lugar que a separação ocupa no processo de diferenciação entre o eu e o não-eu que ela ganhou essa importância.

Em um primeiro nível, pode-se destacar que, na experiência da separação, ocorre uma alternância na qual as marcas do encontro e da presença anterior tendem a se tornar representação do objeto e tentam se substituir à percepção do objeto, agora ausente. É nesse sentido que a experiência da separação se apresenta como um “analisador clínico natural” do par presença-ausência. No entanto, é necessário refinar mais o processo do que se apresenta como uma alternância fora-dentro. Eu propus a hipótese de que, na separação, a representação e a percepção do objeto devem se descolar uma da outra. Tal formulação já implica certa concepção do que está em jogo na presença, na medida em que ela supõe uma conjunção anterior entre as duas, o que deve ser esclarecido antes de irmos mais longe.

Em boa parte da obra de Freud e em grande parte da teorização psicanalítica ainda atual, percepção e representação se opõem; a representação se dá como alucinação da marca do objeto na ausência do objeto. Segundo esta concepção, ou se percebe ou se alucina. Toda uma concepção da psicose, por exemplo, baseia-se nesse postulado. Somente em *Construções em análise* (1937/1985), Freud parece se engajar em uma teoria alternativa, na qual percepção e representação poderiam andar juntas. O implícito da teoria do delírio que ele propõe contém a ideia de que o delírio é uma forma de retorno de uma experiência passada (portanto, alucinada) que se mistura com o presente (portanto, perceptivamente presente). No entanto, é em Winnicott (1958/1976, 1971), a partir da concepção que ele propõe do objeto “encontrado-criado” e, de uma maneira mais geral, da transicionalidade, que se engajou de forma mais resolvida uma teorização das condições para a conjunção de um processo perceptivo com um processo alucinatório.

Para Winnicott, a alucinação não ocorre, como era classicamente afirmado, na ausência da percepção do objeto da pulsão, para compensar essa ausência, mas exprime em que direção a pulsão tende, quer o objeto esteja presente ou ausente. Se o objeto está presente e suficientemente adequado, isto é, suficientemente congruente com o objeto alucinado, a alucinação “funciona” e o bebê tem a sensação de ter criado o que encontra. A alucinação, então, expressa o processo primário, e a percepção, o processo secundário. A conjunção suficientemente harmoniosa desses processos define a condição de possibilidade das experiências transicionais, para as quais, como destaca Winnicott, a oposição dentro-fora não é relevante.

Essa hipótese, que parece ter recebido as primeiras confirmações em pesquisas de neurociências, significa que o que especifica a presença do objeto não é a percepção por si só, mas o encontro entre um objeto alucinado e a percepção desse objeto – a maneira como a alucinação pode se alojar na percepção, se misturar a ela³ ou, ao contrário, a maneira como a percepção vem desmentir a alucinação. Uma metapsicologia da presença deve, então, repousar sobre a exploração das condições que tornam possível uma adequação suficiente entre o objeto alucinado e o objeto percebido, que, assim, possibilitam um encontro entre alucinação e percepção.

Podemos notar, de passagem, que a concepção que Winnicott propõe da criação de um objeto misto, feito de alucinação e percepção, envolvendo uma participação do sujeito que se alia à participação do objeto, converge com as proposições de uma série de autores contemporâneos.

M. Little (1981/1991), situando-se claramente na linhagem de Winnicott, sugere a ideia da necessidade de se experimentar o que ela chama de “estados de unidade”, nos quais se criam estados intermediários entre o eu e o outro. Esses estados são preliminares aos verdadeiros processos de diferenciação. Para se diferenciar, é preciso primeiro tornar-se “um”, construir uma pele comum.

No pensamento de D. Anzieu (1974), a diferenciação das “peles” supõe, de fato, a criação prévia de uma “pele comum” entre o bebê e sua mãe e, eventualmente, vivências de “arrancamento de pele”, caso ocorram separações muito bruscas ou fracassos na construção dessa pele comum. Essa proposta foi o ponto de partida para uma ampla reflexão sobre os envelopes comuns nos grupos, famílias, instituições...

J. McDougall (1986), por sua vez, descreveu as formas patológicas dessa “pele comum”, identificando processos em que existe apenas “um corpo, ou parte de um corpo, para dois”. Eu sugeri (Roussillon, 2008) que, nesses casos, tudo parece ter acontecido como se a “sombra do objeto” (Freud, 1917[1915]/1988) tivesse caído sobre o corpo – a sombra do objeto sendo aquilo que ele não pôde compartilhar com o sujeito, o que ele não pôde refletir por meio de um compartilhamento empático e identificatório. A formação de “um corpo (ou

3. Para ser mais rigoroso, seria também necessário ir além da oposição percepção/representação, na medida em que o que chamamos de percepção deveria ser chamado de “representação perceptiva” devido às operações de decomposição-recomposição que caracterizam o processo perceptivo. Este é, de fato, um processo altamente complexo e ativamente organizado, mesmo que pareça ocorrer sob a forma de um processo quase passivo.

um pensamento ou uma parte de um ou outro dos dois sujeitos) para dois” emerge, então, a partir de um fracasso na construção da “pele comum”, segundo o conceito de Anzieu.

G. Pankow (1983), uma extraordinária analista da psicose, também já havia descrito anteriormente, na economia familiar da psicose e no relacionamento com o corpo de sujeitos psicóticos, formas de “buracos”, resíduos de arrancamento de partes do corpo “familiar” que não foram ou foram mal diferenciadas.

Ainda poderíamos adicionar a essa lista, indicativa e não exaustiva, alguns aspectos das proposições de P. Aulagnier (1975) sobre os pictogramas do sistema mamilo-boca ou alguns resultados da clínica da psicose e do autismo de F. Tustin (1986/1989), que também descreve vivências de “arrancamentos” do mamilo que deixam um “buraco” na boca do bebê. Todos esses trabalhos, mesmo que não explicitamente, pressupõem uma formação psíquica comum.

Podemos agora iniciar uma primeira reflexão sobre as condições que tornam essa “pele comum” propícia a um processo de diferenciação ou, “ao contrário”, que o obstruem.

A simbolização primária “em presença do objeto”

O interesse por uma formação psíquica comum, por uma “pele comum” ou por um “compartilhamento de experiência” primário só pode ser bem compreendido em relação ao que ele permite para tornar possível a emergência de uma atividade de simbolização. O afeto primário se apresenta como uma sensação, uma sensação corporal “colada” ao corpo, sendo, portanto, vivido pelo sujeito como uma parte inseparável de si mesmo, não simbólica. No entanto, se o afeto, a sensação, são “compartilhados” e tornados comuns pelo ajuste e pela sintonia com outro sujeito, empático e mesmo identificado a ele, então ele tende a começar a se separar do corpo, pode começar a ocupar um lugar no sistema de comunicação⁴.

O bebê busca experiências nas quais pode explorar suas capacidades de ação sobre o mundo, o mundo inanimado e o mundo animado, seu poder sobre o objeto. Quando ele começa a descobrir que suas sensações podem ser “compartilhadas” com sua mãe ou com um objeto significativo de seu ambiente, essas sensações começam a se tornar um meio de agir sobre o outro, um meio de compartilhar essas sensações, de comunicação de suas vivências internas.

Numa época em que a linguagem verbal não está disponível e em que os meios de comunicação entre o bebê e seu entorno são bastante limitados, a sensação e, de modo mais geral, os afetos (emoções, paixões, sentimentos, humores... além das sensações) parecem ter o poder de comunicar ao objeto algo de seus estados internos. De comunicar, de fazer compartilhar e de reconhecer seus estados. Mais adiante, voltaremos a explorar mais detalhadamente as condições desse compartilhamento e desse reconhecimento.

No entanto, a partir do momento em que uma sensação pode ser compartilhada, em que um estado interno também pode ser sentido pela mãe ou por outro personagem significativo do ambiente, ele começa a poder ser “descolado” de seu berço corporal, ele começa a poder se tornar “mensagem”. O valor mensageiro da vida pulsional não tem sido suficientemente enfatizado. Os três tipos de representantes que Freud reconhece para a pulsão – o representante-afeto, o representante-representação de coisa e o representante-representação de palavras –, todos produzem formas de linguagem. Para a linguagem com as palavras, isso é óbvio por definição, mas as representações de coisas também produzem uma forma de linguagem, que podemos depreender, por exemplo, do que Freud descreve em 1913 como “linguagem do sonho” ou em algumas formas de linguagem das “representações” ou do ato, e até mesmo o afeto foi reconhecido por Darwin (1889/2001) com o valor de um sistema linguageiro.

Se o afeto, a sensação ou a emoção forem compartilhados, então eles começam a se tornar “mensageiros”, começam a fazer parte do sistema de troca e comunicação, abrindo-se para as formas de simbolização. O símbolo, o *sumbolon*, é preciso lembrar, é união, reunião de duas partes separadas, mas ajustáveis. O compartilhamento de afeto realiza essa união de duas partes, ele se torna simbólico, fator de simbolização na medida em que reúne, em uma “pele comum”, em uma “sensação comum”, ambos os parceiros. O afeto, portanto, pode começar a ser trocável, a valer como “troca afetiva”, como a própria linguagem já indica. Por isso, considero que, a partir do momento em que o afeto ou a expressão mimo-gesto-postural são compartilhados, eles começam a fazer parte da atividade de simbolização (supondo que não estejam já potencialmente inscritos nela desde o início).

Existem, portanto, modalidades de simbolização, de criação de um universo simbólico, que ocorrem “em presença do objeto”. Essas atividades de simbolização, ou protossimbolização, como alguns preferem, representam, inclusive, uma condição necessária para que a futura simbolização da ausência, simbolização *na* ausência, possa se desenvolver.

4. Para um aprofundamento desses pontos, ver Roussillon (2008). *Le jeu et l'entre je(u)*. Paris: PUF.

A capacidade de estar sozinho diante da pulsão na presença do objeto

Considero necessário, seguindo Winnicott (1958/1976), situar a importância de outra experiência “em presença do objeto” em uma tentativa de esboçar uma metapsicologia da presença. Esse outro “analisador natural”⁵ da problemática da presença é uma experiência paradoxal, intermediária, que desconstrói a oposição subjetiva entre presença e ausência, entre presença plena e separação. Winnicott formulou essa experiência como a “capacidade de estar sozinho na presença do objeto”, mas me parece importante sublinhar que essa experiência só adquire todo o seu valor no contexto de um aumento pulsional na criança pequena – um aumento em direção ao objeto ou, melhor dizendo, como veremos, em direção à sua representação. Por isso, prefiro formulá-la como a “capacidade de estar sozinho *diante da pulsão* na presença do objeto”.

Antes de tentar explorar toda a complexidade metapsicológica dessa ideia, é importante acrescentar que o que Winnicott descreveu sobre a vida psíquica do bebê também pode se manifestar em formas mais tardias. Eu já descrevi, por exemplo, a capacidade de estar sozinho “na presença do casal” como uma experiência central na organização da crise edípica, e também a capacidade de estar sozinho “na presença do pai” como um momento crucial na organização da individuação na adolescência, especialmente em sua dialética com a capacidade de estar sozinho “diante do grupo”⁶, que comanda o acesso à “psicologia individual” (Freud, 1921/1980). Trata-se de diferentes formas em que a capacidade primeira de estar sozinho diante do objeto é complicada pela presença de outros objetos e pelos modos de relação entre eles.

Quando a “capacidade de estar sozinho diante da pulsão na presença do objeto” não é adquirida, o sujeito é vítima de uma forma de duplo vínculo: ou o objeto permanece discreto, até silencioso, e o sujeito se sente potencialmente abandonado ou deixado; ou o objeto se manifesta, e o sujeito vive uma ameaça de intrusão. Essa dupla restrição é particularmente sensível em sujeitos que apresentam estados de sofrimento narcísico-identitário, que parecem sempre

ter de lidar com essa dupla ameaça de abandono ou intrusão, o que é especialmente agudo em situações de análise.

É interessante notar, por outro lado, que a aptidão dos analistas para praticar a análise “face a face” ou trabalhar sob a forma de uma “conversa psicanalítica” está condicionada ao desenvolvimento de sua própria capacidade de “estar sozinho diante de seus analisandos”. Inversamente, a dificuldade de tolerar a presença pulsionalmente investida do objeto tende a fazer acreditar que a simbolização só pode ocorrer na ausência efetiva do objeto, ou em seu equivalente. Isso pode levar à ideia de que não é possível realizar uma análise face a face.

Essas observações visavam apenas destacar o interesse em aprofundar a proposição de Winnicott. Agora, vamos abordar essa ideia, pelo menos em sua primeira forma, aquela que serve de protótipo para as outras.

Tipicamente, o bebê e sua mãe estão “em presença” um do outro, mas sem uma relação aparente, sem uma relação manifesta. No entanto, J. Bleger (1967/1981) observou com muita pertinência, a meu ver, que, nesses casos, basta que a mãe se levante para trocar de lugar ou mudar de cômodo para descobrir que este não é o caso, e que uma forma de relação está bem presente. O bebê, por sua vez, vai atrás da mãe. Assim, existe uma relação, mas ela está implícita na situação típica. Outros sinais também mostram que há uma relação: de vez em quando, o bebê levanta a cabeça e olha para sua mãe, ou a mãe interrompe seus afazeres por um momento e olha para a criança. Digamos que a criança esteja brincando e a mãe esteja tricotando ou lendo uma revista (atividades que não exigem total concentração).

De que brinca a criança? Para que a experiência tenha o seu máximo de significado, devemos supor que o bebê está brincando de “ser a mãe”, ou seja, está brincando de dar a si mesmo o que sua mãe lhe deu. O bebê está brincando “de mãe”, ou seja, ele brinca de ser a mãe que dá satisfação ao bebê, ele começa a introjetar a posição materna em relação a ele próprio.

Na experiência “típica”, o objeto é suficientemente discreto e silencioso para ser “ausente”, para que sua presença possa ser colocada em latência, permitindo uma ilusão de solidão. O investimento pode, então, “se voltar” para a representação interna do objeto, com a qual algum tipo de “jogo” se torna possível. Mas ele também é suficientemente “perceptível”, a ponto de, no momento da necessidade, poder “verificar” que a aparição do objeto no mundo da fantasia e da representação não o faz desaparecer do mundo perceptivo, a ponto de permitir uma exploração das diferenças objeto-representação de objeto. O vaivém, do objeto a sua representação interna, possibilita um trabalho de apropriação

5. Talvez não seja inútil dizer algumas palavras sobre esta noção e o que ela implica. A posição clínica não é uma posição experimental, baseia-se na existência, observação e análise de formas de experiência graças às quais uma parte da vida psíquica se torna analisável. Os “analisadores naturais” são os equivalentes dos paradigmas experimentais na clínica psicanalítica.

6. Sobre todas essas formas, ver Roussillon (2008). *Le jeu et l'entre je(u)*. Paris: PUF.

subjetiva progressiva do vínculo e da diferença entre o objeto percebido “fora” e concebido “dentro”. Assim, o paradoxo da situação torna potencialmente possível explorar a experiência da ausência do objeto na segurança da sua presença.

No entanto, a qualidade da experiência subjetiva e sua fecundidade dependem de que o paradoxo seja respeitado, ou seja, de que o objeto permaneça suficientemente discreto para ser esquecido, permitindo que o sujeito libere a percepção e o contato com o objeto para “experimentar” a ilusão da ausência. Tais condições, porém, podem vir a entrar o valor subjetivante da situação e de seu dispositivo.

Para avançar na análise dos desafios da situação típica, devemos considerar uma hipótese que Winnicott não menciona, mas que sua familiaridade com o pensamento de Freud nos permite inferir que opera por trás de sua análise. Freud destaca que o “narcisismo secundário” – os autoerotismos, portanto – foi “retirado do objeto”. Nós também sublinhamos que o objeto percebia a questão potencial da atividade autoerótica do sujeito. Assim, dos dois lados da linha que separa sujeito e objeto, surge a questão de qual será a reação do objeto à apropriação subjetiva da representação do objeto pelo sujeito.

A clínica dessa situação mostra que esse é um jogo “de verdade”. Pois a mãe não pode não ser sensível ao fato que, por meio desse jogo, o bebê começa a aprender a viver sem ela. Ela reagirá a essa situação latente nas brincadeiras do bebê, dividida entre, por um lado, o orgulho pelos consideráveis progressos que ele está realizando “em sua presença” (e pela liberdade que isso proporciona ao bebê) e, por outro, o que isso manifesta da separação e da capacidade de diferenciação e autonomia que ele adquire. Isto já prenuncia a sua futura partida, a sua futura capacidade de deixá-la. Se o orgulho predominar, a mãe “sobrevive” à apropriação subjetiva e à introjeção pulsional que isso implica; se a tristeza e a ameaça de depressão prevalecerem, a mãe pode ser tentada a se misturar no jogo (intrusão) ou a se retirar (psiquicamente, afetivamente ou de fato), como uma forma de represália pelo abandono, pelo deixar-se ir. Há uma espécie de diálogo mudo entre o bebê e a mãe, com ambos sensíveis às questões latentes que se desenrolam no jogo do bebê.

Para o bebê, a questão é, então: o objeto será “atingido” pela apropriação representativa? Ele “sobreviverá” a isso? O objeto exercerá represálias contra o direito que o bebê se atribui ao lidar com a representação? Essas questões influenciam a forma como o bebê interpreta as ações do objeto e o tipo de “resposta” ou orientação sobre a natureza exata das ameaças enfrentadas. Se o objeto se ausentar demais ou se retirar muito em sua própria atividade, isso é um

sinal de que o vínculo com ele está ameaçado e deve ser restaurado? Sabemos que essa conjuntura é particularmente ativada quando o objeto se “deprime” ou se retira afetivamente. Se o objeto se manifestar demais, se for intrusivo, não será porque ele “teme” que a representação o substitua? Que ele não tolere ser “usado” como representação e, portanto, “morto” na percepção etc.? Cada reação do objeto será avaliada de acordo com a problemática dominante no sujeito naquele momento, pois tudo o que ocorre no objeto dentro de uma relação investida é sempre considerado uma “mensagem” dirigida ao sujeito.

No entanto – outra série de conjunturas –, será que o próprio sujeito consegue suportar a discricção do objeto e o inevitável afastamento relativo que a acompanha? Será que ele precisa que a presença do objeto seja necessariamente acompanhada de uma disponibilidade total? Será que ele consegue suportar ser momentaneamente “solto” do olhar ou da atenção do objeto? Ou ele precisará se agarrar ao objeto, se apegar a seu contato perceptivo? Ou, inversamente, o sujeito começará a se retirar, aumentando a perda de contato com o objeto, desenvolvendo uma “evitação” do objeto ou até mesmo tentando “apagá-lo” da percepção, alucinando-o negativamente?

A hipótese que proponho é que essa experiência subjetiva contribui para estabelecer a diferenciação subjetiva entre a representação interna do objeto, ativada alucinatoriamente, e o objeto “externo” tal como é percebido. Anteriormente, destacamos a superposição da alucinação da representação do objeto com a percepção dele nos processos de encontrar-criar. Essa superposição está na origem do registro da ilusão primária. As experiências em que a representação e a percepção começam a se descolar uma da outra são de grande importância para o processo de desilusão. As experiências que levam à separação entre a representação interna e a percepção externa pressupõem uma experiência “em presença do objeto”; elas supõem um modo de “prova de presença” no centro de uma metapsicologia da presença. Apenas quando essa separação pode ter sido experimentada, as representações do objeto na ausência dele estarão à disposição do bebê.

Se, a longo prazo, a experiência de estar sozinho na presença do outro “prepara” a futura separação, ela também herda, no início, as condições da presença, as condições dos encontros anteriores. Ela possui valor próprio, por aquilo que ela possibilita e pelo que atualiza em seu nível próprio, mas só faz sentido quando contextualizada na história do encontro, em função do lugar que ocupa nessa história. O jogo do desejo autoerótico, que pode se desenrolar na experiência de estar sozinho na presença do objeto investido, e, portanto, o

processo diferenciador que o sustenta, supõe a construção prévia de uma relação suficientemente segura com esse objeto – uma relação que não seja excessivamente ameaçada pela perda, de um lado, nem pela intrusão, de outro.

O encontro primário

Agora somos levados a desenvolver o que foi anunciado anteriormente sobre as condições do encontro primário, da construção do vínculo. Após os dois primeiros “analisadores clínicos naturais” mencionados – a experiência da separação e a experiência da solidão na presença do objeto investido –, devemos focar no que, na presença e na organização do vínculo, torna possível estar sozinho na presença do objeto e, posteriormente, suportar sua ausência. As condições do encontro primário serão, portanto, nosso terceiro “analisador clínico natural” da problemática da presença.

Como o encontro e a presença devem ser organizados para que o encontro seja satisfatório e o vínculo se estabeleça em boas condições? Só podemos verdadeiramente nos separar, como já indicamos, dos objetos com os quais foi construído um vínculo suficiente e suficientemente seguro. Só podemos abandonar um objeto investido se ele tiver sido previamente encontrado efetivamente como tal.

A hipótese que vou desenvolver agora propõe um modelo para a construção do encontro primário, reunindo uma série de trabalhos que vêm tanto da clínica do bebê e das relações precoces, quanto da observação direta dessas relações e de um conjunto de trabalhos da psicologia do desenvolvimento da primeira infância. Esse modelo diz respeito, inicialmente, à organização da relação primária entre a mãe e o bebê, mas também pressupõe que, sob as complexidades que a história posterior traz para esse esboço inicial do vínculo, o “fundo” dessa relação primária permanece presente e mais ou menos ativo. Portanto, não é um modelo “genético”, mas um modelo que, partindo da gênese, elabora uma concepção metapsicológica de um componente essencial do vínculo humano⁷.

O essencial do modelo baseia-se na hipótese de que, para que se organize um vínculo suficientemente seguro com um objeto investido, é necessário que

esse objeto seja, progressivamente, primeiro “percebido”, “construído” e “concebido” como um “duplo” de si mesmo. É nesse sentido que o “fundo” da relação pode ser considerado “homossensual primário”: o prazer está no “balé” (Stern, 1985/1989) do encontro com outro semelhante, um duplo. Um “duplo” é um outro semelhante, um espelho de si, mas ainda assim outro; não há confusão entre o si mesmo e o duplo. Um duplo deve ser suficientemente “igual” para ser um reflexo de si, mas suficientemente “outro” para não ser si mesmo.

Minha hipótese é que uma das componentes essenciais do investimento primário e fundamental do outro como “objeto” repousa na construção progressiva desse objeto como “duplo” de si. Essa relação em duplo se constrói por meio de um compartilhamento e de uma troca que ocorrem em dois níveis, que precisam ser diferenciados: o primeiro nível é o do compartilhamento “estético”, de ajuste e compartilhamento de sensações corporais; o segundo é o do compartilhamento emocional, de ajuste afetivo.

O compartilhamento “estético”⁸

É o nível primário e o mais fundamental, pois condiciona o primeiro investimento libidinal do corpo. Ele se observa a partir da “coreografia” do ajuste mimogesto-postural recíproco entre mãe e bebê, conforme descrito por D. Stern (1985/1989). Aos gestos, mímicas e posturas de um correspondem e se ajustam, de modo próximo – retornamos sobre este ponto essencial –, os gestos, mímicas e posturas do outro. Busca, encontro e afastamento um do outro, “respiração” de movimentos recíprocos, formam uma espécie de “coreografia” corporal, na qual se ajusta, comunica e transmite um conjunto de sensações “compartilhadas” e também reguladas. O investimento do corpo e das sensações corporais do sujeito passa pelo encontro com o investimento do reflexo que o objeto lhe comunica em troca através do seu ajuste.

Esse ajuste recíproco é, em grande parte, inconsciente e amodal, o que significa que não é perfeitamente “simétrico”, mas opera por correspondências modais. Ao gesto do bebê, dadas suas capacidades limitadas, especialmente em termos de um nível baixo da integração motora, corresponde o gesto da mãe, dadas suas capacidades próprias e de seu próprio nível de integração motora. O

7. Trata-se do modelo atual com o qual trabalha e que “trabalha” a equipe de pesquisa que coordeno no Centro de Pesquisa em Psicologia e Psicopatologia Clínica (Centre de Recherche en Psychologie et Psychopathologie Clinique – CRPPC) da Universidade de Lyon 2.

8. Utilizo aqui o termo utilizado por M. F. Dispaux no seu relatório ao Congresso de Línguas Francesas apresentado em 2002 em Bruxelas.

ajuste é recíproco, mas não simétrico. As capacidades de transferência sensorial “amodal” permitem estabelecer correspondências de um sentido a outro, de um movimento a outro, de uma percepção sensorial a uma outra ou mesmo para o movimento correspondente, e são essenciais para entender como um outro pode também ser um duplo. O “duplo” pode ser um espelho exato ou um espelho “amodal”, ou seja, um espelho “com uma adaptação”, mas também pode ser um espelho ajustado ou se ajustando, isto é, em que o importante é a busca pelo ajuste – o processo pelo qual esse ajuste é buscado (60% das interações entre bebê e o ambiente são interações de ajuste).

Há três características essenciais aqui para entender como essa relação “em duplo amodal” se estabelece, e vale a pena destacá-las nesse contexto.

A primeira característica está relacionada às capacidades inatas de “imitação” do bebê. Desde as primeiras horas de vida (Decety, 2002, 2004), o bebê é capaz de reproduzir as mímicas vistas no rosto do outro, especialmente de sua mãe, rapidamente investida, identificada e discriminada. Um diálogo mimético pode começar, assim, a se estabelecer: o bebê e a mãe podem “responder” um ao outro em ecos, e assim começar a explorar “de dentro” os movimentos do outro. Dessa forma, uma certa “compreensão” dos estados estésicos e afetivos do outro parece poder se desenvolver.

No entanto, o balé do encontro só pode ocorrer se cada um, especialmente o bebê, puder antecipar os movimentos ou variações do outro. Podemos atribuir ao aparelho psíquico da mãe, que atingiu uma complexidade adulta, a capacidade de realizar essa tarefa sem excessivas dificuldades, desde que ela permaneça em contato com seus próprios movimentos profundos e espontâneos. Mas como o bebê consegue antecipar os processos manifestados por sua mãe? Claramente, ele só pode fazê-lo até certa medida, e uma mãe muito brusca, caótica, ultrapassaria suas capacidades de antecipação. Quando a coreografia materna não ultrapassa suas capacidades, o bebê vai se apoiar em uma surpreendente habilidade para captar os contornos dos “ritmos” que emergem do movimento materno.

Os bebês são dotados de uma capacidade de identificar, organizar e decompor os ritmos dos movimentos ou das percepções do outro, o que começa a ser agora amplamente explorado pela pesquisa do desenvolvimento. É o ritmo, primeiro nível de organização de uma forma de temporalidade, que torna possível alguma “previsibilidade” da mãe e de seus movimentos. O ritmo define uma “sequência”, permitindo antecipar uma continuidade, identificar uma regularidade e, assim, “prever” a sequência seguinte. No entanto, mais uma vez,

é necessário entender essa capacidade de captar os ritmos como parte de uma percepção “amodal” dos mesmos. O bebê pode transpor ritmos “ouvidos” em ritmos “vistos” ou em “movimentos” rítmicos. Ele pode decompor as “melodias” dos gestos e transpô-las em “melodias” cinestésicas, auditivas ou visuais (Rochat, 2006). Para ser ainda mais preciso, pesquisas recentes demonstraram que, mais do que os ritmos em si, os bebês são particularmente atentos às *variações* de ritmo. Pôde-se comparar, assim, as “improvisações” rítmicas de duetistas de jazz àquelas observadas na coreografia do primeiro encontro entre mãe e bebê. Para poder “improvisar”, é necessário ter captado a regra rítmica implícita. A improvisação pressupõe uma habilidade em que o respeito pela “regra do jogo” e a liberdade se combinam e se harmonizam.

Observe que, enquanto é possível “falsificar” uma imitação simétrica do outro reproduzindo fielmente suas mímicas – o que pode criar uma sensação de falsidade, “soar exagerado”, “caricatural” –, a imitação amodal, ao contrário, gera uma sensação de verdade, precisamente porque só pode ser realizada com base em um compartilhamento estésico real. Não é possível simplesmente “mostrar” uma sensação que, na verdade, não foi sentida. É necessário sentir efetivamente para “transpor” uma sensação em sua forma correspondente “com uma adaptação”.

Finalmente, a última parte do tríptico que estou explorando aqui, o efeito de eco estésico inerente à coesão e à harmonia da coreografia primária, quando atingido, produz um afeto de êxtase, um afeto de prazer estético. D. Meltzer (1985) enfatizou a importância do sentimento estético na relação inicial entre a criança e o rosto da mãe, mas isso só faz sentido se o ajuste recíproco, o balé primário, também refletir ao bebê uma imagem de coesão e harmonia que lhe permita se sentir, em espelho, suficientemente “belo”. O investimento no rosto e no corpo da mãe, que se ajusta aos movimentos e estados estésicos internos do bebê, produz um sentimento estético em que o bebê percebe o reflexo de sua própria “beleza” potencial. Bem refletido, o bebê é “belo”; ele se sente bem. Mal refletido, ele começa a se sentir “vilão”, “vil”, “mau” e portador de um mal-estar, de um mal dentro de si. É o investimento do processo, no qual o bebê se sente “refletido” por sua mãe, que regula o estado “estético” do bebê e, além disso, seu estado de alma e de ser.

O “compartilhamento estésico” inicial permite, como destacamos, começar a explorar sensações e, então, as primeiras formas de afeto. No entanto, considero necessário adicionar a essa hipótese fundamental que a exploração não se limita apenas aos afetos, mas também abrange os primeiros processos

psíquicos de transformação e tratamento dos estados internos. Os primeiros “pictogramas” (Aulagnier, 1975), as primeiras figuras dos “significantes formais” (Anzieu, 1987), os ideogramas (Bion, 1963/1979), os “continentes formais” (Nathan, 1994), as protorrepresentações (Pinol-Douriez, 1984), em resumo, o conjunto dos primeiros processos do registro que proponho chamar de “simbolização primária”, parecem ser também encontrados, investidos, encenados e explorados dentro da relação de compartilhamento estésico inicial.

D. Anzieu sempre destacou fortemente que os processos psíquicos encontram nas sensações e experiências corporais a matéria-prima de sua forma e organização. Eu pessoalmente acrescento que é no modo de “compartilhamento” dessas sensações e experiências, no tipo de acompanhamento e reflexo que o objeto primário lhe proporciona, que se encontra a matéria e o investimento para seus desenvolvimentos futuros.

O narcisismo primário, o investimento do corpo e de seu funcionamento pelo bebê, não é imediato nem direto; ele passa pelo compartilhamento estésico, pela mediação do investimento oferecido pelo objeto, refletido de volta ao bebê. Ele se “constrói” com base na natureza e no tipo de ajuste e de espelho que o objeto primário oferece. É nos fracassos dessa coreografia corporal primária que se constituem as falhas narcísicas, sobre as quais as patologias ditas “psicossomáticas” estabelecerão suas primeiras bases.

O compartilhamento afetivo: o ajuste emocional

O compartilhamento estésico forma o pano de fundo sobre o qual se estabelecerá a possibilidade de um ajuste emocional. Já o investimento nas percepções provenientes do próprio corpo produz “sensações” e estados afetivos primários que prefiguram os futuros estados emocionais do bebê. Há um continuum entre o afeto de sensação e o afeto da emoção; a emoção se “compõe” a partir das sensações primárias, sendo uma forma mais complexa destas. Da mesma forma, o ajuste em duplo “amodal” deve se prolongar em um “ajuste emocional” (Stern, 1985/1989). A relação em duplo continua a se “construir” até que o objeto possa ser “concebido” como diferente de sua representação interna.

No entanto, assim como existem sensações amodais, o compartilhamento emocional também será em duplo “amodal”, ou seja, haverá uma correspondência “em duplo” no ajuste emocional, ao mesmo tempo que haverá uma possibilidade de desvio nas modalidades da expressão emocional para evitar confusões entre os dois parceiros da relação ajustada. D. Stern (1974/1983) propõe uma

observação que nos permite complementar a nossa compreensão do que, desde a relação primária, começa a configurar a diferenciação entre a representação e a percepção da coisa. Ele destaca a frequência de um tipo de ajuste materno, reservando, aliás, o conceito de ajuste para essa forma, em que a mãe, ao perceber que a expressão emocional do bebê não é adequada, deliberadamente atenua, em sua resposta, a intensidade emocional do seu ajuste. Parece-me que essa forma de ajuste começa a transmitir ao bebê a diferença entre um afeto “passional”, intenso, adequado a certas circunstâncias muito particulares, e um afeto-sinal que se contenta em “representar” o afeto, oferecendo o seu sinal. Assim, começaria a ser transmitida a diferença entre a coisa “em si” e sua simples representação.

Refletindo sobre a importância do ajuste afetivo amodal, B. Golse (2006) sugere a hipótese de que esse ajuste supõe, para a vida afetiva, um nível “meta”, análogo ao que seria o “sexto sentido” para a sensorialidade. Tudo indica, mais uma vez, que existe um nível mais genérico e abstrato que, além das diferenças nas modalidades de expressão, permite integrar, dentro de uma matriz fundamental comum, as diferentes formas de expressão. Vale mencionar que a tradição dos diferentes teóricos da hipnose, desde Mesmer, passando por De Puységur, De Faria ou ainda Noizet, defende desde o século XVIII a existência de um tal “sexto sentido”, pressentido amplamente pelo conceito aristotélico de “senso comum”. É mais que provável que os processos da hipnose, comprovados neurofisiologicamente nos últimos anos por várias equipes de pesquisa (INSERM⁹), compartilhem a mesma base que os processos de ajuste estésico e de ajuste emocional “amodal”. A hipnose e as capacidades psicossomáticas particulares que o estado hipnótico proporciona podem ser vistas como uma persistência dos modos de relação primária, uma redescoberta do “fundo” da relação “em duplo”. Os teóricos da hipnose moderna chamaram de “sincronização” o equivalente dos processos descritos em termos de ajuste por D. Stern. Sem dúvida, devemos também a S. Ferenczi o mérito de, após o general Noizet¹⁰, mas com uma amplitude clínica incomparável, ter antecipado amplamente a relevância do vínculo entre hipnose e a relação materna precoce.

9. Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale (em português: Instituto Nacional de Pesquisa Médica e de Saúde) é uma organização pública francesa exclusivamente dedicada à pesquisa biológica, médica e de saúde pública.

10. Ele havia proposto, desde meados do século XIX, estabelecer uma ligação entre a relação hipnótica e a relação primitiva entre mãe e bebê. Sobre estes pontos, ver Roussillon, R. (1995), *Du baquet de Mesmer au « baquet » de Freud*. Paris, PUF.

Voltando ao ajuste emocional primário, as descrições feitas pelos especialistas em observação clínica “precoce” convergem para retratar esse ajuste mais como uma coreografia emocional, composta por aproximação, encontro e afastamento¹¹, do que como “colagem” ou “fusão”. O ajuste é um movimento, um processo – não um estado ou um dado imediato da relação ou do primeiro vínculo. Tudo isto exige, para terminar com todas estas considerações sobre a natureza da relação primária e talvez sobre o “fundo” subjacente a todas as relações, pensar que a pulsionalidade que se expressa através da tensão que caracteriza a relação “em duplo” é o sinal de um valor fundamentalmente “mensageiro” da vida pulsional. Além da função de descarga, geralmente considerada um dos objetivos fundamentais da pulsão, é preciso também reconhecer sua dimensão de sentido, de vetor de toda comunicação em direção ao objeto. Assim, o prazer e a satisfação dependeriam tanto da “descarga” da tensão interna – objetivo fundamentalmente “narcísico” da pulsão – quanto da troca que a mensagem carrega em direção ao outro – objetivo, então, “objetalizante” da vida pulsional.

Nosso percurso nos levou da questão da construção da representação do objeto em si, da produção do “reflexo” do objeto na representação interna, à questão da representação de si por meio do espelho do objeto. A capacidade de refletir o objeto em si passa pela história de como fomos refletidos pelo objeto, pela maneira como ele pôde cumprir a função de espelho “identificante” de nossos estados internos. Se é no momento em que o espelho não está mais lá que realmente podemos começar a apreender a nós mesmos, esse momento decisivo só pode ser o “início” se for precedido pela instalação de uma função reflexiva herdeira do espelho primário.

Para concluir, espero ter começado a mostrar que não apenas uma metapsicologia da presença é possível, mas que ela é indispensável para uma série de explorações clínicas contemporâneas, particularmente no que diz respeito às formas de sofrimento narcísico-identitário, nas quais a questão da presença está fundamentalmente implicada. Gostaria de encerrar com uma observação que abriria outro capítulo da dialética presença-ausência. Uma metapsicologia da presença deve também envolver a questão das relações entre as modalidades de “presença” para o outro e as modalidades de presença para si mesmo. Proporia a ideia de que a capacidade de estar presente ao que se passa em si mesmo,

de estar “consciente” do que se passa em si – para usar uma formulação mais tradicional –, está intimamente ligada à capacidade de estar presente para o outro. É num mesmo movimento que a consciência de si e a consciência do outro se desenvolvem e se aprofundam.

Referências

- Anzieu, D. (1974). Le moi-peau. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 8, 195-209.
- Anzieu, D. (1987). Les signifiants formels et le moi-peau. In D. Anzieu, *Les enveloppes psychiques* (pp. 1-22). Dunod.
- Aulagnier, P. (1975). *La violence de l'interprétation*. PUF.
- Bion, W. R. (1979). *Éléments de la psychanalyse*. PUF. (Original publicado em 1963).
- Bion, W. R. (1983). Une théorie de l'activité de pensée. In W.R. Bion, *Réflexion faite* (pp. 125-135). PUF. (Original publicado em 1962).
- Bleger, J. (1981). *Symbiose et ambiguïté*. PUF. (Original publicado em 1967).
- Darwin, C. (2001). *L'expression des émotions chez l'homme et les animaux*. Rivage poche. (Original publicado em 1889).
- David, M. & Appel, G. (1973). *Löczy ou le maternage insolite*. Le scarabée.
- Decety, J. (2002). Naturaliser l'empathie. *L'encéphale*, 28, 9-20.
- Decety, J. (2004). L'empathie est-elle une simulation mentale de la subjectivité d'autrui ? In A. Berthoz, G. Jorland (Orgs.), *L'empathie*. O. Jacob.
- Dornes, M. (2002). *Psychanalyse et psychologie du premier âge*. PUF.
- Freud, S. (1980). Psychologie des masses et analyse du moi. In S. Freud, *Essais de psychanalyse*. Payot. (Original publicado em 1921).
- Freud, S. (1984). L'intérêt de la psychanalyse. In S. Freud, *Résultats, idées, problèmes I*. PUF. (Original publicado em 1913).
- Freud, S. (1985). Constructions dans l'analyse. In S. Freud, *Résultats, idées, problèmes II*. PUF. (Original publicado em 1937).
- Freud, S. (1988). Deuil et mélancolie. In S. Freud, *Métapsychologie*. PUF. (Original publicado em 1915).
- Golse, B. (2006). Naissance de la pensée et aléas de son développement. *L'Information Psychiatrique*, 82, 713-721.
- Mc Dougall, J. (1986). Un corps pour deux. In J. Mc Dougall, *Corps et histoire* (pp. 9-43). Les Belles Lettres.
- Mahler, M. (1977). *Psychose infantile, symbiose humaine et individuation*. Payot. (Original publicado em 1968).

11. Lembro-me que M. de M'Uzan tinha sublinhado, durante uma conferência na SPP, uma forma de “respiração” da relação psicanalítica em termos muito próximos destes.

René Roussillon

- Meltzer, D. (1985). L'objet esthétique. *Revue Française Psychanalyse*, 5, 1385-1389.
- Nathan, T. (1994). Enquête sur la technique thérapeutique. In T. Nathan, *L'influence qui guérit* (pp. 35-160). O. Jacob.
- Little, M. (1991). *Des états-limites : l'alliance thérapeutique*. Des femmes. (Original publicado em 1981).
- Rochat, P. (2006). *Le monde du bébé*. O. Jacob.
- Pankow, G. (1983). *Structure familiale et psychose*. Aubier Montaigne.
- Pinol-Douriez, M. (1984). *Bébé agi-bébé actif : l'émergence du symbole dans l'économie interactionnelle*. PUF.
- Roussillon, R. (2008). *Le jeu et l'entre je(u)*. PUF.
- Stern, D. N. (1983). Le but et la structure du jeu mère-nourrisson. *La Psychiatrie de L'enfant*, XXVI(1): 193-216. (Original publicado em 1974).
- Stern, D. N. (1989). *Le monde interpersonnel du nourrisson*. PUF. (Original publicado em 1985).
- Tustin, F. (1989). *Le trou noir de la psyché*. Le Seuil. (Original publicado em 1986).
- Winnicott, D. W. (1971). *Jeu et réalité*. Gallimard.
- Winnicott, D. W. (1976). *De la pédiatrie à la psychanalyse*. Payot. (Original publicado em 1958).

René Roussillon

roussillon7@gmail.com

Da Zona de Interesse à esperança

Luciana Saddi¹

No filme *Zona de interesse* (2023), o comandante de Auschwitz Rudolf Höss e a esposa empenham-se em construir uma boa vida para a família numa linda casa com imenso e colorido jardim, vizinha ao campo de extermínio. Diante da promoção e da transferência do comandante para outra cidade, a esposa recusa-se a sair da casa e da vida tão sonhadas. É no âmago da rotina familiar, frente às ambições de riqueza, aspirações de consumo e ideais de felicidade que observamos, estarrecidos, o desenrolar do cotidiano da típica família de classe média nazista alemã que nega, ignora e desfruta do horror que mora logo ao lado.

Esse é, em resumo, o roteiro do longa-metragem *Zona de interesse*, escrito e dirigido por Jonathan Glazer, vencedor do prêmio do júri na última edição do Festival de Cannes, indicado a cinco categorias do Oscar 2024, incluindo Melhor Direção e Melhor Filme, além de vencedor na categoria Melhor Filme Estrangeiro.

O título *Zona de interesse* faz referência ao perímetro de 40km evacuado ao redor dos campos de concentração. À época, expulsava-se os moradores locais para não haver testemunhas dos crimes nazistas e, assim, também se evitava o contato dos prisioneiros/vítimas com o mundo exterior. Dessa maneira, formava-se um enclave com regras próprias, na qual o crime era lei; um local impermeável à moralidade convencional e à solidariedade humana.

Isolamento, ilhas em que tudo pode acontecer sem nenhum tabu — crueldade, necrofilia, sadismo, incesto, estupro, assassinato — são temas explorados pela literatura e cinema. No entanto, o Holocausto impõe um esforço maior ao diretor Jonathan Glazer, que, por questões éticas e estéticas — como

1. Psicanalista e escritora. Membro Efetivo e Docente da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Mestre em Psicologia pela PUCSP. Autora de *Educação para a Morte* (Ed. Patuá); coautora dos livros *Alcoolismo – Série O que fazer?* (Ed. Blucher) e *Maconha: os diversos aspectos, da história ao uso*. Fundadora do Grupo Corpo e Cultura. Coordenadora do Programa de Cinema e Psicanálise da Diretoria de Cultura e Comunidade (SBPSP), em parceria com o MIS e a Folha de S.Paulo.

a não glamourização do sofrimento, a impossibilidade de simbolizar o trauma e falar sobre o indizível —, opta por introduzir o horror em forma de alusão e sugeri-lo indiretamente.

Enquanto a família Höss desfruta do lindo jardim, ouve-se sons de tiros, cães latindo e gritos vindos do campo — que dividia o muro com a bela e confortável residência. Observa-se a sra. Höss experimentar um casaco de pele alguns números maior que o dela. Há diamantes costurados na bainha do casaco ou escondidos nos tubos de pastas de dentes. O estilo de filmagem assemelha-se ao de um *reality show*: são expostos eventos como festa de aniversário do comandante, problemas conjugais, visita de parentes. As referências ao horror chegam ao espectador pela prolongada imagem preta no início do filme, pela demorada imagem vermelha na tela a certa altura da película e, principalmente, por sons desconcertantes vindos do Campo, ouvidos repentinamente, como pequenas explosões. Tiros, rajadas de metralhadora, gritos, urros, latidos de cães. Incomodam alguns personagens o fogo das chaminés, fuligem, fumaça, cinzas caídas sobre as lindas flores do jardim e o odor. Um bebê chora, uma filha pequena não consegue dormir. Ora um poema escrito por uma vítima é musicado ao piano. Um filho brinca com dentes de ouro, outro, com soldados de chumbo. Auschwitz é o pano de fundo. A família nazista, a figura.

No decorrer do filme, o diretor joga com doses variadas de presença e ausência do campo de concentração, além da ausência e presença do campo na vida da família Höss. O extermínio e o horror se infiltram como sintoma nas reações claustrofóbicas da mãe da sra. Höss, na insônia da babá, no bebê que não para de chorar, no sonambulismo da filha pequena. É sabido que o odor de morte, típico de curtumes, impossível de disfarçar, impregnava o ar ao redor do campo, mas como dar forma e imagem à profanação dos corpos soterrados em valas, expelindo gases e poluindo o solo e o rio da região? As ordens recebidas e executadas meticulosamente por Höss, segundo Merle (1952/2022), eram de manter o bom funcionamento do campo e solucionar problemas complexos advindos do ofício de matar em escala gigantesca, a fim de não contaminar o rio próximo ao campo. Como presentificar o cheiro de putrefação? Como dar forma à máquina industrial de matança e ao ignóbil tratamento dado aos vivos? Glazer, sempre minimalista, opta por mostrar muito com pouco, cria uma cena em que Höss e os filhos se banham calmamente no rio, a chuva começa, o volume da água aumenta com a enxurrada, e, então, um pedaço de mandíbula, vindo pela correnteza, acerta o comandante, que rapidamente procura tirar os filhos da água, a essa altura, contaminada.

Tudo que aconteceu em Auschwitz vai, aos poucos, tornando-se mais palpável para o espectador, mais assustador e, embora nada seja diretamente mostrado, o contraste entre a vida comezinha e o horror aumenta progressivamente. De certa forma, o trabalho do analista é análogo à filmografia. Captamos excessos furtivos escondidos sob penumbras, sofrimentos não nomeados e sinais que indicam haver algo de desconcertante. O que não pode ser dito ou contado apresenta-se de forma indireta, e, com isso, construímos quadros em que figura e fundo se alternam.

A ausência pode se transformar em presença sutil ou até mesmo inegável. Não seria essa a condição da transferência? Da escuta descentrada do analista? A própria presença do trauma, o indício de sua vigência, reside na produção do silêncio e supressão das palavras. O que se faz presente por ausência. Não me lembro qual diretor de cinema do século passado, talvez Bergman, afirmou buscar filmar o que acontecia entre as pessoas. Dar visibilidade ao invisível. Os infinitos recursos do cinema — a lógica emocional da cinegrafia e sonoplastia — podem e devem ser recursos usados também para analisar os pacientes em modo virtual. O campo de concentração se fez muito mais presente quando tratado por alusão e, assim, estimulou as fantasias da audiência.

Sutilmente, o filme induz o espectador a ocupar um lugar desconfortável. Enquanto criticamos a desumanidade dos Höss, não conseguimos deixar de pensar na nossa própria. Em situações que não suportamos ver diariamente para continuar funcionando sem impactos mentais desconcertantes. A trama coloca a audiência diante de cisão psíquica individual e coletiva produzida pelo nazismo – conceito psicanalítico que auxilia na elaboração e compreensão dos crimes contra a humanidade. Cisão também frequente no cotidiano. É só não pensar no que acontece ao lado ou diante de nós e dizer: “eu sei, mas e daí?”; trata-se, com certeza, de um desafetamento, de uma negação da realidade ou de parte dela. A desumanização das vítimas: “não passam de ratos, destruíram a nação, nos entregaram ou nos entregarão aos inimigos, são inferiores. Não me importo com eles, desde que meus filhos e minha família tenham tudo de que precisam”.

Zona de Interesse não se limita ao passado, e talvez esse seja o aspecto mais interessante do filme. Ao apresentar imagens cotidianas, reconstruções dos anos 1940 e alusões ao horror dos campos de concentração, somos invariavelmente remetidos aos horrores do presente e às cisões que hoje perpetrados.

A distância com que os personagens são filmados em sua vida comezinha e a ausência de julgamento moral da narração reproduzem o método, a frieza e a racionalidade da indústria da morte construída pelos nazistas. Ao descrever

banalidades diárias, apresentar um conflito superficial, talvez tolo, entre o comandante e sua esposa, o filme expõe em forma e conteúdo a “banalidade do mal”, expressão cunhada por Hannah Arendt (1999) por ocasião do julgamento de Eichmann, em Jerusalém — ele também um cidadão respeitador das leis, cumpridor das ordens de Hitler, que eram a encarnação da lei no Terceiro Reich.

O filme nos leva a perguntar intimamente o que cada um de nós teria feito naqueles tempos e vai além: o que fazemos hoje? Essa é a maior perturbação causada pelo filme. Até que ponto não nos assemelhamos aos Höss, com nossos “espíritos sequestrados”, segundo Daniel Kuperman (2024), impossibilitados de pensar empaticamente — condição propícia para que a cultura do ódio floresça. Quão próximos estamos da destruição dos circuitos da convivência que caracterizam a solidariedade humana e reduzem o homem a menos que coisa, segundo Hannah Arendt (2013)? Nas palavras de Glazer (2023), em entrevista concedida a Sean O’Hagan “o filme trata da nossa capacidade de cometer violência. E de nossa indiferença, cumplicidade, dissociação dos horrores do mundo para proteger nosso estado mental, nossa segurança, nossos luxos”.

É sabido que o nazismo ditava uma ideologia completa sobre como viver, trabalhar e obedecer. Os ideais para a família ariana incluíam a procriação de filhos de “raça superior” para o Reich — sob o lema “quanto mais filhos, melhor” —, pois estes povoariam o mundo, principalmente o Leste Europeu, com sua raça superior. O papel da mulher nessa engrenagem era a submissão ao marido e o recato do lar, exercendo a tarefa de coadjuvante reprodutora e operadora da educação ariana dos futuros integrantes do Reich. Mais que conservadoras, as regras estabeleciam um modo de vida reacionário em relação às lutas feministas por emancipação e autonomia. Na trama, quando a sra. Höss caminha, marcha, seu corpo é rígido, quase sem encantos ou molejo, encarnando os ideais de mulher e família nazista.

Será que nossas famílias funcionariam, hoje, como a retratada em *Zona de interesse*? Em *O mal-estar na civilização* (1930/2010), Freud afirma que as famílias tendem a se isolar da sociedade, criam regras e cultura próprias — como pequenas zonas de interesse, simbólicas, com códigos específicos de moralidade. E o que dizer de nossas “bolhas” repletas de verdade e cancelamento, repetindo *slogans* preches de moralidade autoritária? A “lógica do condomínio”, expressão cunhada por Christian Dunker (2020), pode ser justamente aplicada à *Zona de interesse*.

Ecoam as palavras do Nobel de Literatura Imre Kertész, que, ao sair dos campos, passou a perceber o mundo inteiro como um grande campo de con-

centração. Em seu livro *Eu, um outro* (1997/2008), o autor observa, por exemplo, que a África é o Auschwitz da atualidade. Faz uma palestra que tem como título “O Holocausto como cultura”, e afirma, atônito, a vitória de Auschwitz. A lógica do campo, reduzir o homem a menos que coisa, é transferida para inúmeras facetas do cotidiano.

O que o filme não mostra é o lento caminho de construção coletiva até que a “solução final”, o extermínio de todos os judeus da Europa e outras minorias, seja colocado em prática. Examinar a ordenação das circunstâncias individuais e coletivas que triunfaram num determinado momento histórico será sempre indispensável. A ampla crise europeia, a dissolução do Império Austro-Húngaro e dos Estados Nações pós-Primeira Guerra com a consequente crise da Alemanha derrotada são as principais peças desse complexo tabuleiro geopolítico. Motivações psicológicas incluídas, humilhação e rancor dos vencidos, manipulação das massas e *fake news* adulando os frágeis egos esmagados pelas humilhantes condições de vida e pelo desamparo dos vencidos resultaram no caldo de cultura em que floresceu o nazismo.

Por exemplo, haveria melhor notícia para os derrotados que saber que, na verdade, a Alemanha vencera a guerra, mas fora traída pelos nobres oficiais e pelos judeus? A negação da derrota na Primeira Guerra se espalhou como rastilho de pólvora entre os alemães; acreditava-se que os altos oficiais do Exército, junto com os judeus, haviam vendido a Alemanha aos inimigos. Note-se que apenas 1% da população alemã era formado por judeus. O crescimento do antisemitismo — afinal, há sempre um culpado, um inimigo externo, um bode expiatório — ocorreu por uma estratégia de propaganda que visava a unir as massas — nada como um inimigo comum para manter um grupo unido, como dizia Freud (1930/2011). As tropas vencidas, o desemprego, baixos índices socioeconômicos causaram efeitos psicológicos e geraram intermináveis séries de afrontas narcísicas que, dentre outros motivos, tornaram possível a maior tragédia da humanidade.

A democracia alemã — ainda em construção e enfrentando duras perdas impostas pelo Tratado de Versalhes no final dos anos 1920 — conseguiu, a muito custo, alguma recuperação econômica para a Alemanha, mas foi profundamente golpeada na bolsa americana pela Crise de 1929. O período, também chamado de Grande Depressão, trouxe ampla e desmedida recessão econômica e marcou a decadência do liberalismo econômico daquele momento, tendo como causas a superprodução e a especulação financeira. A partir de então, a Alemanha voltou a se afundar.

O partido nazista soube tirar proveito não apenas do desamparo, mas também da depressão e do ressentimento dos alemães. Levantou a moral dos derrotados, transformando-os magicamente em super-homens arianos; e, como psicanalistas, sabemos que a mania é corolário da depressão e desvalia, afinal, como afirmou Freud (1921/2011): “A psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado” (p. 14). O projeto de eugenia nazista amparado num modo delirante de grandeza definia o ariano como raça superior ao *Homo sapiens*, criando um inimigo comum: o judeu.

Esse projeto prometia um futuro grandioso e, ao mesmo tempo, inventava ou reescrevia um passado mítico identitário tendo como objetivo a união da nação. A propaganda instigava as massas, arregimentava as frustrações nacionais, manipulava o medo da modernidade dos camponeses e a vergonha dos soldados derrotados, mas, acima de tudo, prometia a todos uma espécie de vida idílica, tendo como fundamento a utopia da força, da saúde e da superioridade. Freud, em *Psicologia das massas e a análise do eu* (1921/2011), afirma:

A massa é extraordinariamente influenciável e crédula, é acrítica, o improvável não existe para ela. Os sentimentos da massa são sempre muito simples e exaltados. Ela não conhece dúvida nem incerteza. Ela vai prontamente a extremos; a suspeita exteriorizada se transforma de imediato em certeza indiscutível, um germe de antipatia se torna um ódio selvagem. (pp. 25-26)

No ensaio, escrito sob a égide do fascismo e do comunismo, Freud (1921/2011) procura definir a relação das massas com os comandantes, os processos regressivos e de identificação. A escolha de um líder, Hitler, foi orquestrada pelo partido nazista, que soube tirar proveito de condições históricas, arregimentar o ódio em prol de um projeto de poder e guerra e, ao mesmo tempo, criar condições para que as massas aceitassem e desejassem um ditador tido como um verdadeiro messias. O próprio Rudolf Höss, segundo a reconstrução biográfica de Robert Merle em *A morte é meu ofício* (1952/2022), teria renunciado oficialmente ao catolicismo e a Deus, tendo exigido que fosse registrado ateu em seus documentos, como modo de provar aos dirigentes do partido o quanto estava preparado para adorar e obedecer somente ao *Führer*.

A vitória de Hitler culminou na vitória dos desclassificados, da ralé, dos soldados de baixa patente aliados à burguesia industrial que anteviu enormes lucros com o regime nazista que escravizava opositores. Esse triunfo da loucu-

ra coletiva acarretou 60 milhões de mortos, como descrito no documentário *Hitler e o nazismo: começo, meio e fim* (2024). A crueldade, a mentira e o antisemitismo venceram.

No capítulo “Como o povo alemão o conhece”, contido no estudo psicanalítico *A mente de Adolf Hitler: O relatório secreto que investigou a psique do líder da Alemanha nazista*, de Walter C. Langer (1972/2018), é investigada a relação do *Führer* com as massas, que se sentiam possuídas por seus arrebatados discursos que prometiam gozo, poder e glória. O próprio Hitler dizia que tratava as massas como mulheres submetendo-se ao coito. O povo alemão, cego, jamais questionou, por exemplo, sua aparência afeminada, tão pouco ariana, ou a distância que mantinha da própria família, com quem Hitler passou uma década sem se comunicar. Nunca perguntaram que tipo de homem renunciaria ao sexo por considerá-lo uma fraqueza que convertia homens em tolos: o povo simplesmente transformava suas anormalidades em virtudes, com o auxílio da engenhosa propaganda e da infantilização característica da psicologia das massas. É espantoso saber que o povo alemão via em Adolf Hitler um homem de paz!

Ainda hoje nos perguntamos, incrédulos, como foi possível que a nação mais educada da Europa tenha seguido tal caminho de cegueira, horror e destruição?

Vivemos, desde 2008, um conjunto de crises que insiste em permanecer: profundas transformações no modo de trabalhar, avanço da tecnologia sobre a vida cotidiana, crise climática, aumento dos deslocamentos forçados, crise da democracia e dos sistemas de representação e a obscena desigualdade. A pandemia agravou as crises. Observa-se o aumento da desconfiança em tempos marcados por perdas e instabilidades constantes.

A violência e a passagem ao ato são proporcionais à incerteza que sentimos em relação à realidade. As novas patologias atestam o crescimento das compulsões, adições, *cuttings* e suicídios. É inegável o entrelaçamento entre expressões culturais, sofrimentos individuais, sintomas, manifestações sociais e produções artísticas. Num mundo em que nada parece ser, suspeitamos dos fatos. Não à toa a ansiedade e a depressão tiveram aumento considerável de diagnóstico na sociedade atual. Estão em crise as estruturas organizadoras do nosso mundo, como a família, o gênero, a sociedade patriarcal. É como se o mundo estivesse sobre um barril de pólvora. Como psicanalistas, sabemos que as frustrações geram ódio e que o ódio é uma força que pode ser facilmente capturada por qualquer projeto de destruição. Será que aprendemos com os horrores do nazismo e seremos capazes de evitar o mal absoluto em dimensões planetárias?

Recentemente li *A zona de interesse*, de Martin Amis (2015), que empresta o título ao filme. O romance tem pouquíssima semelhança com o filme, embora também tenha Auschwitz como personagem principal junto a outros quatro personagens: Angelus Thonsen, ariano, oficial de patente média destacado para tratar dos problemas de mão de obra do complexo fabril e plantas das fábricas de material bélico situadas na zona de interesse de Auschwitz; Doll, comandante do campo de concentração, descrito como bufão, alcoólatra, sádico, vaidoso e louco; Sra. Doll, esposa do comandante e mãe de seus filhos, a bela e infeliz prisioneira de um casamento insuportável; e Smul, chefe do *Sonderkommando* e prisioneiro judeu comandante dos prisioneiros que auxiliavam os nazistas a operar a máquina industrial de matar.

Uma das principais tarefas do comandante Doll era receber os prisioneiros que chegavam de trem ao campo e garantir-lhes um tipo de recepção que não permitisse desconfiar que seriam selecionados para morrer imediatamente na câmara de gás ou trabalhar até a morte. Uma grande encenação era montada com o objetivo de manter a ordem — inclusive, a própria brutalidade destinada aos prisioneiros recém-chegados ao campo fazia parte do programa de manutenção do controle, com menor emprego possível de soldados e cães. Os *Sonderkommandos* exerciam um papel fundamental nesse processo: sendo judeus, passavam credibilidade suficiente para enganar os recém-chegados. Doll sentia muito orgulho da capacidade de encenação, dos detalhes do teatro e de seu papel como principal ator dessa farsa criminoso: como se fosse difícil dominar milhares de criaturas fragilizadas por um longo processo de *apartheid*, pessoas que já haviam perdido tudo e sofrido as mais diversas barbaridades. Pessoas famintas, desidratadas e exauridas pela viagem em condições sub-humanas.

A zona de interesse — o livro — retrata a loucura de Auschwitz, o cotidiano dos soldados da SS que serviam no campo, o dia a dia dos prisioneiros e das famílias dos nazistas que operavam a indústria da morte. A loucura do comandante Doll é muito bem exposta. São descritos diversos aspectos da história de Auschwitz, inclusive a relação com os poloneses que moravam próximos à zona de interesse. Para fazer essa portentosa recriação, Amis se baseou em inúmeros documentos históricos, e a complexa linguagem utilizada pelo autor dificulta a identificação dos narradores, provavelmente porque os três narradores (Comandante Doll, Smul, Oficial Thonsen) estão de alguma forma unidos, como numa simbiose produzida pelo campo, pelo medo e pela vontade de viver.

É preciso perseverar na leitura, suportar certa dose de não compreensão para então identificar o narrador que conta uma cena ou história específicas.

De vez em quando, o leitor sente-se confuso. Creio que esse efeito produzido pela leitura seja proporcional à confusão que reinava em Auschwitz. O destaque maior é dado pelo progressivo aparecimento da culpa insuportável de três personagens — sra. Doll, Smul e Thonsen. À medida que a trama se desenvolve e que o próprio campo vai se tornando cada vez mais absurdamente mortífero, a culpa torna-se mais evidente e os personagens passam a ser individualizados, perdendo a característica da linguagem simbiótica inicial. A culpa passa de fundo à figura. E percebemos, então, que ela estava presente na narrativa de modo insidioso, muito antes de ser realmente explicitada.

Apesar do esforço empreendido pelos três personagens para desvencilharem-se da culpa, a culpa não os abandona. Com isso, cada um dá um destino diferente às suas vidas, tanto durante a guerra quanto no pós-guerra: um destino que tem a culpa como norte.

Já no filme *Zona de interesse*, a culpa não é retratada. São destacados, na realidade, a claustrofobia, a repulsa pelo odor exalado do campo, o nojo e a náusea. O vômito do comandante Höss nos últimos minutos do longa-metragem é bastante significativo. Esses elementos podem ser vistos como princípios iniciais de moralidade. Freud, em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2016), refere-se ao nojo, à náusea, à repulsa e à vergonha como elementos originais do superego, apontando que esses sentimentos se ligavam a representações repelidas pela consciência, interdições sociais e culturais ligadas à sexualidade ou à agressividade que insistem em retornar e provocam asco quando vistos na realidade.

É sabido que os soldados da SS formaram tropas específicas para eliminar todos os judeus da Europa a partir da invasão à União Soviética no verão de 1941, fazendo uso de fuzilamento em massa de homens, mulheres e crianças judias. São responsáveis por aproximadamente dois milhões de mortes. As tropas, em geral, sentiam náusea, nojo e repulsa ao trabalho que lhes era designado, e, com exceção de um ou outro grupo de sádicos, a maioria obedecia às ordens com dificuldade. Vomitavam, tremiam, se envergonhavam da tarefa cruel e, depois, para se esquecer, se embriagavam.

Poderiam escolher outra função, mas a maioria não era capaz de abandonar os colegas de pelotão por medo do julgamento que sofreriam por parte do bando e pelo funcionamento típico das massas, totalmente regressivo e amoral, que admite barbaridades que jamais seriam perpetradas se não estivessem em grupos, como visto no documentário *Homens comuns: assassinos do Holocausto* (2023). Aliás, a reação desses soldados foi tão intensa e difícil que aqueles dire-

tamente responsáveis pela solução final de todos os judeus da Europa viram-se obrigados a mudar de estratégia para alcançar o êxito do programa de extermínio nazista. A morte por monóxido de carbono, empreendida primeiro em caminhões fechados e posteriormente nas câmaras de gás com o uso de Zyklon B, é consequência da náusea e do nojo das tropas da SS durante os fuzilamentos em massa. O assassinato por gás visava a poupar os soldados das reações intestinais e viscerais provocadas pelo contato direto com as vítimas e, assim, protegê-los de acometimentos por transtornos psíquicos e alcoolismo.

Quando, nos minutos finais do filme *Zona de interesse*, Höss é designado a um cargo superior e torna-se o comandante de todos os campos, o personagem surge triunfante e orgulhoso, mas, ao sair do escritório, à medida que desce as escadas, o vômito irrefreável o toma e também nos toma de surpresa. O paradoxo e absurdo é que princípios de moralidade, como vômito e náusea, tenham causado algo ainda mais terrível, a morte pelas câmaras de gás com a cínica encenação para que as vítimas não percebessem do que se tratava, poupando os soldados de sentir mais profundamente o que eles mesmos causavam. Inclusive, grande parte dessa operação era relegada aos próprios prisioneiros do campo — como o personagem Smul —, que faziam o trabalho de profanação e posterior transporte dos corpos até os fornos.

Diante de todo o sofrimento causado pelo mais diabólico plano de extermínio e expropriação visto até hoje, diante da guerra, do horror cotidiano e do medo incessante, a esperança se faz necessária e pode minimizar sentimentos de humilhação, ódio, vergonha e desespero. Prefiro, assim, concluir esse texto contando que em *Zona de interesse* há algumas cenas filmadas com o uso de uma técnica especial chamada “efeito térmico”, especialmente nas cenas em que vemos uma garota escondendo frutas em lugares onde os prisioneiros poderiam encontrá-las. A ideia é nunca mostrar diretamente os acontecimentos que dizem respeito ao campo de Auschwitz, por isso o efeito especial.

Em entrevista, Glazer explica a veracidade dessa história: uma menina de doze anos entrava furtivamente com sua bicicleta na zona de interesse e escondia frutas para alimentar as vítimas, mesmo correndo o risco de ser descoberta e morta. Foi a história da jovem heroína solidária que o inspirou a terminar o filme, que levou dez anos para ser concluído.

Muitas vezes, psicanalistas e artistas atuam como a brava garotinha: foram as zonas de interesse, colocam alimento em campos desolados, tecem redes simbólicas com ideias e sentimentos, trazem alguma luz e esperança para a terra arrasada. Que a brava garotinha continue a nos inspirar!

Referências

- Amis, M. (2015). *A zona de interesse*. Companhia das Letras.
- Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém* (J. R. Siqueira, trad.). Companhia das Letras.
- Arendt, H. (2013). *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo* (R. Raposo, trad.). Companhia das Letras.
- Berlinger, J. (2024). *Hitler e o nazismo: começo, meio e fim* [Streaming (Documentário)]. Estados Unidos: Netflix.
- Dunker, C. (2020). A lógica do condomínio. *ArchDaily Brasil*. Recuperado de https://sites.usp.br/projeto4_iauusp/wp-content/uploads/sites/613/2020/05/099y_A-L%C3%B3gica-do-Condom%C3%ADnio--ArchDaily-Brasil.pdf
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Obras completas* (P. C. de Souza, trad., Vol. 18). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do eu. In S. Freud, *Obras completas* (P. C. de Souza, trad., Vol. 15). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921).
- Freud, S. (2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Obras completas* (P. C. de Souza, trad., Vol. 6). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1905).
- Kertész, I. (2008). *Eu, um outro*. Planeta.
- Kupermann, D. (2024). Freud no Oriente Médio: entre a vítima e o agressor. *Controvérsia*, 10. Recuperado de <https://controversia.com.br/2024/02/10/freud-no-orientes-medio-entre-a-vitima-e-o-agressor/>
- Langer, W. C. (2018). *A mente de Adolf Hitler: O relatório secreto que investigou a psique do líder da Alemanha nazista*. Leya. (Trabalho original publicado em 1972).
- Merle, R. (2022). *A morte é meu ofício*. Autêntica. (Trabalho original publicado em 1952).
- O'Hagan, S. (2023). Interview: Jonathan Glazer on his Holocaust film *The Zone of Interest*: 'This is not about the past, it's about now'. *The Observer*. Recuperado de <https://www.theguardian.com/film/2023/dec/10/jonathan-glazer-the-zone-of-interest-auschwitz-under-the-skin-interview>
- Oldenburg, M. (2023). *Homens comuns: assassinos do holocausto* [Streaming (Documentário)]. Estados Unidos: Netflix.
- Wilson, J.; Puszczynska, E. (Produtores) & Glazer, J. (Diretor). (2023). *Zona de interesse* [Streaming]. Reino Unido: A24. [Amazon Prime Vídeo].

Recebido: 17/07/2024

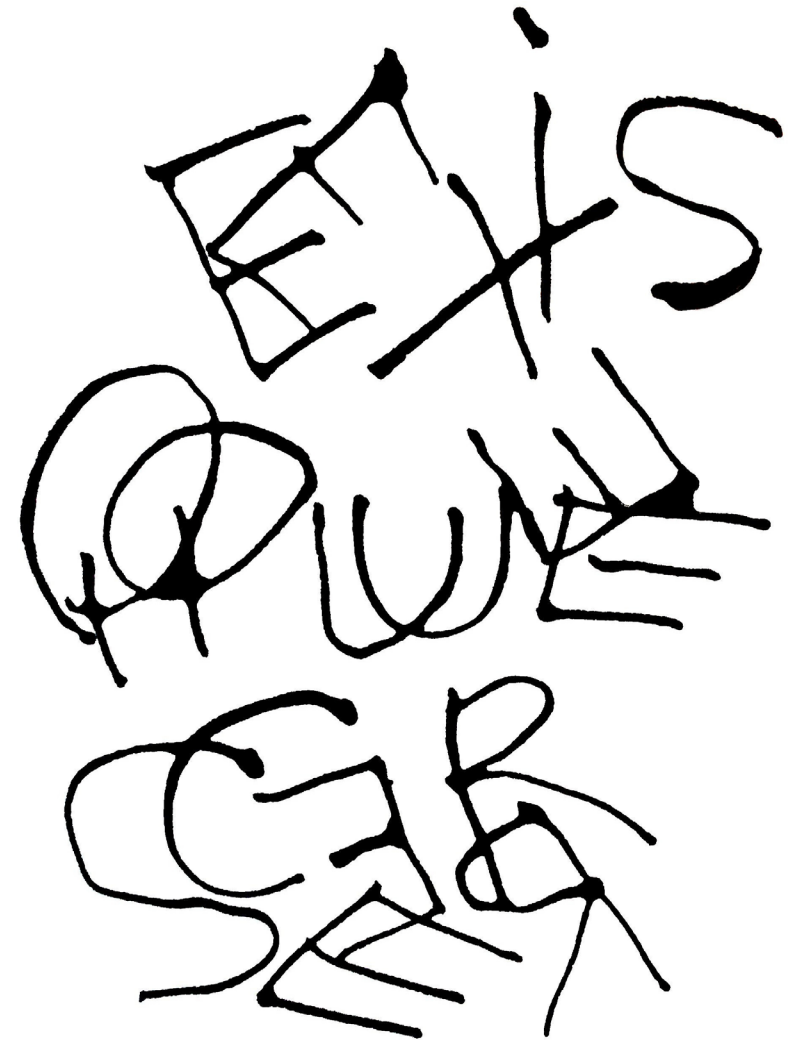
Aceito: 04/09/2024

Luciana Saddi

lusaddi@uol.com.br

EIS QUE SER

Arnaldo Antunes¹



1. Músico, poeta, compositor e artista visual.

Literatura infantil: Cartas ao filho, **de Alejandro Zambra¹**

Maria Noel Brena Sertã²

Foi há pouco tempo que descobri o chileno Alejandro Zambra, apesar do escritor ser um dos principais nomes da literatura contemporânea, traduzido para mais de 20 idiomas.

Estreei com *Literatura infantil: Cartas ao filho* e gostei tanto que me alegra saber que terei ainda um porvir, uma longa estrada para usufruir de sua literatura. Afinal, é autor de inúmeras obras, transitando pela poesia, pelo conto, pelo ensaio e pelo romance.

Literatura infantil: Cartas ao filho não é um livro de literatura infantil. Também não sei se são cartas ao filho. Aqui, de maneira suave e leve, sem deixar de lado a profundidade de quem mergulha no interior de si, o autor se dá a conhecer, como pai e, depois, como filho.

Alejandro é pai de Silvestre. Alejandro é marido de Jazmina. E é a eles, ao filho de Jazmina e à mãe do Silvestre, que ele dedicou o livro, organizado em duas partes. A primeira parte é uma ode ao nascimento, à chegada do primeiro filho e à sua estreia como pai. A segunda, é uma coleção de contos, quase sempre situados em sua adolescência, e sempre às voltas com o tema da paternidade e da filiação. Uma escrita original e intensa, que nos leva invariavelmente a dar vida às nossas próprias lembranças infantis e adolescentes.

Se tivesse que sugerir uma epígrafe para a primeira parte do livro, aquela em que Alejandro nos fala do nascimento de Silvestre e sobre o seu deslumbramento com aquele ser tão perfeito, recorreria ao texto de Freud, *Introdução ao narcisismo* (1914/2010), na parte em que nos fala sobre o tão forte e estruturante narcisismo primário, que nada mais é do que a revivescência e reprodução do narcisismo dos pais, há muito abandonado. Diz Freud:

1. Tradução: Miguel Del Castilho. Companhia das Letras, 2024. 222 páginas.

2. Psicanalista, Membro Efetivo da SBPRJ.

Os pais são levados a atribuir à criança todas as perfeições – que um observador neutro nelas não encontraria – e a ocultar e esquecer todos os defeitos [...] Doença, morte, renúncia à fruição, restrição da própria vontade não devem vigorar para a criança, tanto as leis da natureza como as da sociedade serão revogadas para ela que novamente será centro e âmago da Criação. *His Majesty the Baby*, como um dia pensamos de nós mesmos. (p. 37)

“Com você no colo, vejo pela primeira vez, na parede, a sombra que formamos juntos. Você tem vinte minutos de vida” (Zambra, 2024, p. 11). É assim que Alejandro Zambra inicia o relato, com Silvestre nos braços. Passa a relatar os momentos passados com o filho, as trocas de fraldas, as noites mal ou pouco dormidas, os cansativos dias felizes, os felizes dias cansativos, os felizes dias felizes.

O autor fala da paternidade, deixando que o leitor sinta o seu assombro, o seu estranhamento e o seu encantamento com as descobertas, com o fazer-se pai. Compara um pai de primeira viagem aos jovens estudantes que chegam à sala de aula risonhos, sem saber que era dia de prova. Um susto!

Os homens não são ensinados a serem pais, enquanto isso, diz o autor, as mulheres sim costumam ser ensinadas a serem mães. Evidentemente, refere-se à cultura ocidental, onde o livro e nós nos situamos. “Enquanto as mulheres transmitiam a suas filhas o imperativo asfixiante da maternidade, nós crescemos mimados e incautos e até cantarolando Billie Jean” (Zambra, 2024, p. 14).

Essa fala me transporta à minha própria infância, às brincadeiras de criança quando tinha oito ou nove anos de idade. Éramos quatro amigas e fingíamos dois casais. Cada casal tinha o seu bebê, que era primeiro gestado como almofada por debaixo da roupa. Depois nascia, sabe-se lá como, era amamentado e cuidado, sempre por sua mãe. Ninguém queria fazer o papel de pai na brincadeira, então sorteávamos. Isso porque o pai não fazia muita coisa: era acompanhante, dirigia o carro que levava a mãe à maternidade e depois ficava sentado em casa lendo o jornal. A melhor parte da brincadeira ficava com a mãe: troca de fraldas, banho, peito, comidinha, colocar para arrotar, ninar e ler historinhas. Ao pai cabia estar ao lado, como se fosse guardião de algo que não se sabia o que poderia ser. Nunca nos perguntamos, e nem saberíamos responder, mas, se ninguém queria ser o pai, por que ele existia na brincadeira? Por que não éramos todas mães?

Como crianças, precisávamos concretamente materializar a figura paterna. Não poderíamos imaginar o que Freud colocou em teoria: que a dimensão do pai simbólico transcende a realidade de haver ou não o homem que seja

o pai. Éramos nós, as meninas – as filhas brincando de mães – que sustentávamos a existência do pai, atribuindo-lhe o objeto fálico. Provavelmente intuíamos – a partir do triângulo já internalizado – que fazendo ou não alguma coisa interessante, sendo ou não o pai que só dirige ou que só lê o jornal, era preciso haver alguém ali para que a brincadeira não degingolasse.

Zambra relata com satisfação sobre a sua paternidade e, em alguns momentos, parece desempenhar funções que certamente não eram desempenhadas pelo seu próprio pai. Segundo o autor, seu pai era um pai bem típico no seu meio social, bastante parecido com o das minhas brincadeiras. Zambra, por sua vez, é um típico pai da contemporaneidade, dividindo os cuidados do filho, mesmo os mais básicos, com a mãe. Ao mesmo tempo, um pai que não se esquece em nenhum momento da forte ligação entre o seu filho e sua mãe.

Me orgulha o fato de que a primeira palavra pronunciada por meu filho, cinco dias atrás, e contra toda a estatística, tenha sido a palavra papá. Agora ele a diz a todo momento. Ainda tem dificuldade, porém, de articular a oclusiva bilabial surda p, de modo que por enquanto a substitui pela nasal bilabial vozeada m. (Zambra, 2024, p. 22)

Em *O pai e sua função em psicanálise*, de Joël Dor (2011), há uma passagem muito bonita em que, ao explicar o pai como uma metáfora, compara a figura do pai da realidade com a de um embaixador, que deve representar o governo do pai simbólico, assumindo a autoridade junto à comunidade estrangeira mãe-filho.

Diz, então, Dor (2011) que, assim como um diplomata tem mais crédito quando fala bem a língua estrangeira do país onde é embaixador, também o embaixador paterno realiza melhor a sua função simbólica se souber falar a língua do desejo dos protagonistas junto aos quais deve assumir essa função.

Será, portanto, melhor embaixador quanto mais próximo emocionalmente estiver da linguagem da ternura, na língua ferencziana. O que me levou a fantasiar uma bonita relação entre Alejandro e a sua própria mãe (que o autor não aborda no livro), pensando em uma transmissão dessa linguagem primária, a verdadeira língua materna.

Zambra conclui a primeira parte do livro relatando a satisfação que lhe traz a ideia de que ele e sua mulher estão fazendo tudo “direitinho”. Oferecem ao filho experiências plenas de afeto e possibilidades criativas, contam-lhe histórias, brincam. Evitam o acesso da criança à fritura, ao açúcar e às telas. São pais da atualidade consciente. Fazem o que melhor sabem e intuem. E, ainda

por cima, registram tudo, em fotografias quase que diárias, que o autor se indaga se em determinado momento deveria apagar, para dar lugar ao incrível esquecimento, à fundamental amnésia infantil. Para deixar o filho viver, deixar ser o adulto que tiver de ser.

Talvez eu prefira imaginar que esse adulto do futuro nos ama como eu amo meus pais: com um amor incondicional e com um desejo fervoroso e provavelmente frassado de não me parecer com eles. (Zambra, 2024, p. 96)

A segunda parte de *Literatura infantil* é uma coletânea de contos do autor, aparentemente baseados no seu romance familiar e em lembranças da sua infância e adolescência, tendo como linha mestra a relação pai-filho.

Histórias em que o pai pode ser presente, mas ausente, o pai pode estar ausente, porém, bem presente, ou mesmo ser inexistente na realidade e, ao mesmo tempo, um pai muito vivo na mente. Contos sobre futebol, pesca, assalto, heróis, o sim e o não.

Na verdade, a segunda parte talvez seja uma carta ao pai. Agora é o filho falando sobre o pai, que ao ler os contos lhe pergunta: “você está escrevendo sobre mim? De novo? Até quando?”

Cito Dor (2011), uma última vez:

Por desconcertante que seja, a emergência do pai, enquanto metáfora pura e simples, não deixa de subsistir como a única investidura estruturante para a criança. Mas, da mesma maneira, ela permanece rica em avatares irreversivelmente determinantes quanto ao seu porvir. (p. 52)

Para finalizar, gostaria de trazer uma reflexão do autor acerca do termo literatura infantil. Diz Zambra que, no fundo, toda literatura é infantil, pois o escritor procura com a sua escrita recuperar percepções apagadas pela suposta aprendizagem que com tanta frequência lhes trouxe infelicidade.

Seu suposto estilo “infantil” (ele diz que não acredita que tenha apenas um estilo) teria se originado na adolescência, como um resgate. Refletiu que, quando começou a escrever, procurava agradar aos professores e logo se deu conta de que, fazendo isso, corria o risco de se afastar daqueles a quem amava.

Sua literatura infantil surgiu quando se imaginou tendo um irmão mais novo, contando para ele sobre o que e sobre como via as coisas do mundo. Seria, então, a sua escrita adolescente a semente de cartas ao filho?

Referências

Dor, J. (2011). *O pai e sua função em psicanálise*. Zahar.

Freud, S. (2010). Introdução ao narcisismo. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 12). Companhia das Letras. (Original publicado em 1914).

Recebido: 30/07/2024

Aceito: 19/08/2024

Maria Noel Brena Sertã

marianoelbrena@gmail.com

A palavra que resta, de Stênio Gardel

Ruth Naidin¹

Primeira história

Essa é a história de Raimundo Gaudêncio de Freitas, cujo pai queria chamar de Raimundo Pedro, mas a mãe impôs o Gaudêncio em homenagem a um grande médico. Acabou mesmo sendo Raimundo. Era Gaudêncio só para Cícero. O pai era Francisco Damiano de Freitas, e a mãe, Maria Caetana Lopes de Freitas. Raimundo tinha uma única irmã, Márcia, Marcinha porque era a mais nova. O pai, seu Damiano, teve um irmão mais moço que morreu afogado, Dalberto, dele restando uma cruz. Raimundo também teve dois irmãos natimortos, Antônio Pedro e Antônio Manuel.

Essa foi sempre a questão. Muitos nomes para se guardar e lidar, imagina sem saber nem ler nem escrever.

Desde pequeno, Raimundo era amigo de Cícero, filho de seu Nonato, as famílias vizinhas na roça. Aos 17, num forró na quadra da escola, se apaixonaram. Amor proibido, profundo, de almas e de corpos. Amavam-se sob o sol na terra, perto do rio, dentro do rio, entre os pés de milho, durante dois anos, até que foram pegos. Por seu Nonato. Seu Nonato esmurrou o filho e o enxotou pra casa. E ameaçou Raimundo de avisar a seu pai. Seu Damiano então bateu 16 dias, todos os dias, nas costas de Raimundo com cinto de fivela. Queria que o filho mudasse.

Foi quando Cícero mandou um recado a Raimundo pedindo para se encontrarem no rio. Raimundo nem dormiu pensando no futuro, no que iam resolver. Mas Cícero não apareceu. Quem apareceu foi seu Damiano, no lugar. Quando o filho tentou lhe enfrentar para falar, seu Damiano lhe bateu com mais raiva ainda uma vez. A última. Raimundo resolveu ir-se embora, a mãe con-

1. Psicanalista. Membro Efetivo credenciada para funções específicas do Instituto. Atual presidente da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro – SBPRJ.

vente, o pai sem saber. Levou uma trouxa de roupa e uma carta que o acompanhou pela vida, fechada, pois não sabia ler. A carta era de Cícero.

Raimundo se virou sozinho, carregando caminhões. Carregava muito peso e viajava pelo interior na boleia. Dormia mal, nunca numa cama. Ia ao cine pornô para o sexo, escondido, sem enxergar nada. Até que esbarrou com Suzzanný. Travesti inteligente, ousada, honesta, verdadeiro bobo da corte, a voz da consciência, personagem central na vida de Raimundo, foi quem promoveu o encontro dele consigo mesmo. Depois de uma surra violenta que ela perdoou, eles se tornaram amigos. Irmãos. Parceiros. Moravam juntos numa pensão. Depois de uns anos ela parou de trabalhar e ele, de carregar peso. Passou a cozer roupa na máquina de costura, como sua mãe fizera há muitos anos. E, mais importante que tudo, ele foi à escola e aprendeu finalmente a ler, aos 71 anos de idade.

Segunda História

Essa é a história de um amor homossexual que começou muito antes de Raimundo Gaudêncio nascer.

Dalberto, irmão do pai de Raimundo, não sabia nadar, mas sabia que gostava de homem. Honesto, falou isso a seu pai, avô de Raimundo, mas ele não pôde suportar. Também não adiantou Damião implorar ao irmão que se rendesse ao natural da vida, casar com mulher e ter filhos. Implacável, o pai tocou o filho Dalberto pro rio, entrou com ele na água e o fez afogar-se.

Damião perdeu sua metade. Restou a cruz.

Dizer que resta a cruz sinaliza para algo doloroso a ser suportado na vida. Esse algo foi história que não encontrou caminho devido na mente e fica se repetindo, tornando-se carga pesada. Não adianta fugir dela que ela reaparece, inexoravelmente. Foi assim que Raimundo reeditou um pedaço da história do pai. Damião, por mais que recusasse a homossexualidade do filho, tinha mais medo ainda é de perdê-lo, porque isso também estava na sua história. Coube a Raimundo a tarefa de achar caminho, na vida e na mente, para acomodar o amor por Cícero dentro dele, absolvendo-se. A sua cruz. Em nada esse trabalho foi simples. Teve ódio de Cícero por tê-lo deixado, depois de tudo revirado dentro dele, e da carta, porque não lia.

Tentou render-se pensando em levar a vida ao lado de mulher para ter filhos, ora ele, ora Cícero aventando e se magoando com a ideia. Até tentou numa época com mulheres para “desentortar”. Não deu. Peitar o pai não foi

opção. Sofreu por saber o quanto ofendia os pais e os desonrava sendo do seu jeito. Foi a mãe mesma que lhe sugeriu ir-se embora. Viu ele apanhar e não fez nada. Era medo que o marido o matasse, como foi com Dalberto? Era ódio por achar que a imundície de Raimundo lhe havia matado os gêmeos? Como ficar, sabendo que ela o queria longe? Já o pai sempre teve medo de perdê-lo e apostou em lhe tirar a coisa de dentro antes que a coisa lhe tirasse o filho. Mas Raimundo cansou de se esconder e viver vigiado pelos outros. Foi preferível o peso da carga, não ter lugar para pouso e viver com dor nas costas. Enquanto viajava, procurava por Cícero e também fugia dele.

Encontrou-se.

Terceira História

Desde pequeno, Raimundo queria ir à escola. O pai não deixou porque precisava dos braços dele para o trabalho. Era para ser igual ao pai, mas não era, queria ler e escrever, não se contentou em assinar com o polegar. Cícero lhe prometera ensinar. Talvez, afinal, estivesse esperando por Cícero, já que demorou tanto tempo até aprender. Depois de passar a vida carregando caminhão e viajando pelo interior, finalmente Raimundo parou ao lado de Suzzanný e foi graças a ela que tomou coragem e foi-se ver com as letras, livrando-se da vergonha. Demorou até se sentir capaz, ele que passara a vida pensando em Cícero, em como poderia ter sido, em como foi com o outro, compondo histórias. Preparou-se para ler tudo e entender, sozinho. A carta foi o transporte que o fez chegar até ali e o desejo de ler a carta era o motor.

Então, essa é a história de um amor pela palavra. É a história também da esperança de um futuro diferente. Esperança na existência de um outro mundo possível, onde se consegue conviver com os de fora, sem prejuízo do de dentro. Uma vida de liberdade para o que é sentido, e de aceitação.

Raimundo imaginou mil vezes esse mundo com as poucas letras que possuía. Sensível, ele percebeu que a libertação incondicional para esse mundo passava por aprender a ler e escrever, porque quem liberta é a palavra, a tomada da consciência. Se demorou, foi porque carregou, por muito tempo na vida, o peso do conflito. Respeito genuíno aos pais e ao seu sofrimento, mas também medo do mundo, vergonha, culpa, raiva do seu próprio desalinho, falta do Cícero ao seu lado, falta de alguém ao seu lado, falta de absolvição. Foi à Suzzanný que coube a chamada final, o alerta para o agora ou nunca. E assim Raimundo e mais onze foram à escola. Ele aprendeu a ler e escrever, tirou documentos

Ruth Naidin

sem a pecha de analfabeto, mudou de identidade. A máquina de costura, agora fechada, tem um caderno sobre ela, onde Raimundo escreve histórias. Diferente dos pais. Livre.

Recebido: 30/07/2024

Aceito: 06/08/2024

Ruth Naidin

ruthnaidin@gmail.com

Homenagem

Homenagem a Jean-Claude Rolland Psicanálise: a ciência da linguagem

Simone Grinapel Prais¹

Jean-Claude Rolland partiu no dia 16 de abril de 2024, nos deixando de presente uma obra psicanalítica original e genial, oferecendo instrumentos novos, capacitando o analista para conduzir o processo analítico de uma maneira original, em que seu analisando pudesse se aproximar mais e sentir melhor a textura das suas vivências arcaicas, com seus objetos arcaicos, instalados na sua “bolsa arcaica, antes de ser um ser falante”, ou seja, quando o bebê capta as coisas aos pedaços.

O tema desta *TRIEB*, Presença/Ausência, e o convite para homenagear meu amigo e mestre Jean-Claude Rolland, me conectaram diretamente ao seu belíssimo texto intitulado “Enlutamento e desenlutamento” (texto não publicado).

Início essa homenagem com meu carinho e gratidão imensuráveis, pois o conheci em 2010, estudando com ele durante uma semana em sua casa localizada próxima de Lyon. O encantamento foi imediato, pois encontrei o que eu buscava: uma sustentação teórica para a minha escuta e um desenvolvimento profundo da condução do processo psicanalítico com o qual me identifiquei.

Assim, deu-se início a um profundo enriquecimento profissional e pessoal. Tive o prazer de trazer Jean-Claude na Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ) a fim de proferir palestras e comentar casos clínicos meus e de nossos colegas nos anos 2016 e 2017.

Primeiramente, situarei o leitor, contextualizando o Jean-Claude que conheci muito de perto e, em seguida, com a eterna presença de Jean-Claude em mim, oferecerei ao leitor uma articulação do seu texto com a minha clínica, desejando despertar o interesse de conhecer e se aprofundar no pensamento teórico e clínico desse importante e inovador psicanalista francês.

1. Médica; Psiquiatra; Psicanalista. Membro Efetivo com funções específicas do Instituto da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ). Ministra curso eletivo no Programa Curricular da Formação Psicanalítica da SBPRJ desde 2021, intitulado “Pensamento teórico de Jean-Claude Rolland”, com uso de material clínico próprio. Coautora dos livros *Atendimento psicanalítico de gêmeos* e *Vozes da psicanálise*.

JCR habitava, junto com sua adorável e admirável esposa de uma vida inteira, Josiane, uma belíssima casa recheada de poesia, com paredes forradas por livros e quadros. Sua vasta cultura era visível nos quatro cantos da casa. Em seu jardim, encontramos animais marinhos, aves, cachorros e árvores frutíferas, cujos frutos JCR me oferecia para saborear as delícias da natureza. Tenho gravada em minha mente suas conversas com os animais ao nutri-los, pois era claro que eles se comunicavam e se entendiam através de sons.

JCR pegou o fio deixado por Freud sobre os atos falhos e chistes, e desenvolveu uma teoria colocada na prática clínica, sustentando ser a psicanálise uma “ciência da linguagem”.

JCR deu importância capital ao trabalho do negativo de André Green como recurso indispensável a ser captado pela “terceira orelha do analista” (termo cunhado por JCR).

JCR não trabalhava sobre o conteúdo do discurso do paciente, ele trabalhava sobre a linguagem no discurso do paciente.

JCR oferece para nossa prática clínica vários instrumentos criados a partir do desenvolvimento de seu pensamento teórico, tais como: terceira língua, terceira orelha, discurso interno do analista (D.I.A.), desenvolvimento das palavras usando o trabalho do negativo e o trabalho com as consoantes e vogais, sonoridade das palavras, aproximação analógica dos significantes (e não dos significados), interpretação analógica.

As palavras vêm envelopadas no discurso do analisando para possibilitar a palavra atravessar a barreira do inconsciente para o pré-consciente. Para atravessar essa barreira, a palavra tem que vir camuflada. Assim sendo, o D.I.A. será construído usando uma terceira orelha situada exatamente nessa barreira do inconsciente com o pré-consciente, para captar a palavra saindo ainda camuflada.

Para JCR (2010), sonho, poesia e análise são “três enquadres e um processo (o inconsciente)”.

Em 2019, ele me enviou seu manuscrito de 180 páginas que deu origem ao seu último livro, chamado *A língua e o psíquico*, e me convidou para um fim de semana em sua casa, onde trocamos muitas ideias sobre o manuscrito e sobre a psicanálise de uma maneira geral.

Num determinado momento, nessa ocasião, JCR com o livro de Arthur Rimbaud² em suas mãos me pergunta se já li essa obra-prima, seu livro de ca-

beira desde a adolescência. Eu lhe digo que não. Informa não haver disponível para compra esse livro de Rimbaud e gostaria que essa preciosidade ficasse guardada comigo. Acrescentou: “essa também é uma maneira de lhe dar carta branca para transmitir meu pensamento psicanalítico com a sua clínica para seus colegas da SBPRJ”.

É com essa emoção, deste momento inesquecível, que eu escrevo saudosa essa homenagem honrosa.

Articularei o texto com a sessão clínica de minha analisanda, com nome fictício Bia, desejando que o texto possa ser mais vivamente apreendido, bem como os instrumentos psicanalíticos originais oferecidos por esse grande pensador francês com crucial contribuição para novos caminhos na psicanálise.

A sessão de Bia será apresentada na íntegra, a fim de fazer em seguida a articulação teórico-clínica.

Gostaria de deixar claro que o *discurso interno do analista* (D.I.A.) é o trabalho feito pelo analista com sua terceira orelha, não é verbalizado para o paciente, se passa apenas na mente do analista que conduzirá às aproximações analógicas e às interpretações analógicas verbalizadas oferecidas pelo analista.³

Bia: *Terminei a casa e a cliente está muito feliz. Mas eu só queria acabar a obra e sair correndo porque, como eu te falei, eu fiz o erro de ter feito a obra sem pedir autorização para a prefeitura. Desabafei sobre isso com minha superamiga Maria, que tem a mesma formação profissional que eu, e ela me disse que ela não passa por esse problema porque trabalha com uma construtora e a equipe dela lhe protege. A verdade verdadeira é que eu estou fazendo o que não sei fazer, não tenho todos os conhecimentos para construir. É horrível porque fico o tempo todo achando que a casa vai cair.*

[D.I.A.: Verdade verdadeira / Mentira mentirosa
Equipe protege / Sem equipe desprotege
Construir / Cair]

Bia: *Imagina só?!? Ontem era para botar uma pedra decorativa na parede. Os caras da obra colocaram e me disseram que estava pronto. Quando fui ver, a pedra estava de cabeça para baixo!! De cabeça para baixo?!? Que*

2. Arthur Rimbaud, *Œuvres complètes: Correspondence* (1987/2004).

3. Colchetes serão utilizados para indicar que se trata de algo que se passa na mente da psicanalista.

displícência!! E eles ainda disseram que o problema estava na pedra!! O pior é que enquanto eu não consigo adormecer por preocupação, a cliente está feliz.

[D.I.A.: Pedra / Perda (de sono)]

Bia: *Na verdade, eu teria que fazer diferente, eu teria que fazer com precaução. Eu deveria fazer o projeto com calma, que demoraria uns três meses. Eu faço em uma semana. Isso não está certo.*

[D.I.A.: Precaução / Displícência
Precaução / Preocupação]

Bia: *Também fico pensando que só gosto da coisa boa. Da poeira da obra, por exemplo, eu não gosto. Eu queria mesmo é estar vendo o festival de Cannes. Eu queria estar me divertindo.*

[D.I.A.: Diversão /
Precaução /
Preocupação]

Bia: *Mudando de assunto, fui de novo na dermat. Ela disse que essa lesão na minha cabeça não é micose. A dermat me atendeu sem paciência nenhuma, ela até disse: ah! Todo mundo tem micose! Como assim?! Todo mundo tem micose?! Ela foi muito displicente comigo. A verdade é que essa micose não melhora. Quase perdi a cabeça ontem com a dermat.*

[D.I.A.: Pedra de cabeça para baixo, como assim?! /
Todo mundo tem micose na cabeça, como assim?!
Pedra de cabeça (para baixo) / Perda de cabeça
Paciência / Displícência]

ANALISTA: *Bia, ao você falar da displicência da pedra de cabeça pra baixo, você me fala sobre a displicência da dermat e você perder a cabeça.*

Bia: *Dessa vez na obra realmente eu não suportei, cheguei a passar mal com o meu erro de fazer a obra sem autorização da prefeitura. Eu preciso*

que você me ajude, Simone, a pensar no porquê eu me arrisco tanto. Não posso continuar displicente assim. Imagina que vergonha se a casa cai!?!

[D.I.A.: Mico(se) /
Mico (vergonha)]

ANALISTA: *Ao falar da micose, você parece estar pensando nos micos, nas vergonhas, nas displicências, Bia.*

Bia: *Bem, a minha vida é cheia de displicências e de micos. Agora me lembrei daquela viagem, que te contei, que fiz com a escola para passar um fim de semana, eu devia ter no máximo oito anos de idade. Quando cheguei com a minha mala enorme, com roupas, brinquedos, que não fazia o menor sentido, meus amigos riram muito. Claro que as mães deles fizeram as malas das crianças, mas eu fiz a minha sozinha.*

[D.I.A.: Sozinha /
Equipe que protege]

Bia: *Minha vida é cheia de micos e de displicência. A morte do meu irmão foi displicência total. Na verdade, ninguém nunca me contou direito aquele acidente do meu irmão. São tantas versões. Cada um conta uma versão. Como saber o que é mito, lenda, e o que é fato?*

[D.I.A.: Mito / Mico / Mico(se)
Versão / Diversão /
“Só a parte boa”]

Bia: *Talvez seja verdadeira a versão de que meu irmão estava dirigindo muito rápido, mas o que teria causado o acidente, na verdade, foi o cara que estava sentado do lado dele, no banco do carona, porque parece que de repente ele girou o volante para o lado. Aí meu irmão teria batido com o carro num poste de madeira que quebrou e caiu na cabeça do meu irmão, e matou na hora. Pensei agora que eu poderia procurar pelo boletim de ocorrência do acidente...*

[D.I.A.: Ocorrência /

Displícência /
Paciência
Cair poste na cabeça / Cair a casa
Mito / Versão / Verdade verdadeira]

Bia: *Essa versão é da minha mãe, mas sempre desconfiava das versões da minha mãe. Mas sabe que na semana passada eu achei o resultado do exame de DNA da minha mãe, meu pai e o meu exame sobre a nossa descendência europeia, e a minha mãe tinha falado a verdade?!*

[D.I.A.: Descendência /
Displícência /
Paciência]

Bia: *O resultado do exame revelou que era verdade que minha mãe veio de famílias originadas de uma tribo do norte da França. Eu nunca soube se o que minha mãe falava era verdade.*

ANALISTA: *Quando você falava na verdade verdadeira de não ter equipe que te proteja, você estava falando da verdade verdadeira da tribo-equipe da sua mãe.*

Bia: *Coitada da minha mãe. Estou pensando aqui agora que ninguém teve paciência com ela. Puxa, coitada! Ela perdeu o filho dela... Mas nós todos na casa queríamos que ela seguisse em frente. Ninguém parava para conversar com ela. Coitada.*

ANALISTA: *Você está pensando aqui comigo nas verdades verdadeiras e nas mentiras e desproteções que podem fazer as casas caírem, Bia?*

Bia: *Coitada da minha mãe, pensando bem, ela foi até maltratada pela família por ela não passar da fase da dor da perda do filho dela. O fato é que ninguém acolheu ela.*

ANALISTA: *Ao você falar da sua amiga Maria com equipe protetora, pensa na sua mãe sem equipe protetora, quando a casa da sua mãe caiu, quando ela perdeu um filho.*

Bia: *É a primeira vez que penso pelo lado da minha mãe. Sempre pensamos e nos queixamos sobre ela ter se fechado no canto dela. Sabe que minha mãe guardou numa caixa, até a morte dela, uma peça do carro e uma peça de roupa do meu irmão? Como pode, né? Eu, minhas irmãs, meu pai, passamos a vida reclamando com raiva por ela ter se fechado numa concha.*

ANALISTA: *Ao falar da tribo-equipe francesa do DNA da sua mãe, Bia, você se aproxima da concha da sua mãe.*

Bia: *A gente só queria que ela saísse daquela concha que ela se enfiou.*

ANALISTA: *Ao você falar da dermatose sem paciência dizendo “todo mundo tem micose” faz você pensar na sua tribo sem paciência com sua mãe dizendo: “todo mundo perde filho”.*

Bia (triste): *Mas, na verdade... nem todo mundo perde um filho...*

ANALISTA: *Pensando no DNA da sua mãe, Bia, você está pensando na perda do filho dela com o DNA dela.*

Bia fica em silêncio alguns minutos.

Bia: *Olha que coisa! Por falar em DNA... Nunca falei aqui uma coisa que me veio agora na cabeça: em alguma conversa entre as minhas irmãs, há muito tempo atrás, elas falaram que no enterro do meu irmão, uma garota veio dizer que estava grávida do meu irmão. Elas disseram que minha mãe ficou com raiva da garota porque achou que ela era uma oportunista. E ninguém soube mais dessa história. Uma loucura essa história, não é?*

ANALISTA: *Ao você falar da pedra de cabeça pra baixo você está se dando conta nas histórias de cabeça para baixo da sua vida, Bia.*

Bia: *Essa história dessa garota grávida... eu nunca falei aqui, não é, Simone?*

ANALISTA: *Ao falar da dermatose displícência com a micose na sua cabeça, você pode estar perguntando se foi displícência minha não ver esses mitos / micos na sua cabeça.*

Bia: *Que loucura. Estou pensando aqui agora que aquela criança tem hoje 45 anos!!*

ANALISTA: *Ao falar do DNA da tribo da sua mãe, do seu pai, você pensou nessa criança da sua tribo, Bia?*

Bia: *É mesmo... Pensando bem, essa pessoa seria herdeira do meu irmão! Caramba!*

ANALISTA: *Ao falar da morte da sua mãe, que guardou peças do seu irmão, agora você está pensando numa outra peça. Na peça-filho do seu irmão.*

Bia: *Acho que esse era mais um assunto proibido de falar na minha casa. Minha mãe não admitiria falar sobre isso.*

ANALISTA: *Quando você falava sobre a equipe da sua amiga Maria, que a protege, você pensava, sem se dar conta, na equipe que não protegeu o possível herdeiro com o DNA do seu irmão, Bia?*

Bia: *Foi tudo errado na minha casa. Meu pai teria que ter protegido minha mãe, mas, ao contrário, ele só ficava bravo com ela por ficar o dia inteiro de camisola e não cuidar dos filhos pequenos. Realmente eu era muito pequeninha. Eu tinha quatro aninhos de idade!*

Bia (em tom muito triste): *Que errado... Não é todo mundo que perde um filho. Eu sou mãe e sei que o maior horror de toda mãe é perder um filho. Acho que é a primeira vez que penso: coitada da minha mãe por não ter sido cuidada direito pelo meu pai.*

ANALISTA: *Você está entrando na concha da mamãe desprotegida.*

Bia: *Sabe? É muito triste... mas é bom poder pensar assim.*

Termina a sessão.

Como fazer o desenlutamento dos nossos primeiros objetos amorosos perdidos, guardados nas nossas bolsas arcaicas, lá onde pulsa a nossa alma? Rolland criou uma terceira orelha! Uma terceira orelha para escutar uma terceira língua!

O texto “Enlutamento e desenlutamento” inicia com o poema “*Le dormeur du val*”⁴ de Arthur Rimbaud (1987/2004). Com esse poema, talvez o mais conhecido da língua francesa, Rimbaud, quase órfão, conseguiu se desenlutar de seu pai. Esse desempenho psíquico do trabalho poético contribuiu para o seu desempenho poético propriamente psíquico.

JCR nos diz que só temos acesso a um plano profundo da cena da alma, como no *dormeur du val*, o autor, que tinha dúvidas se seu pai morreu, no último verso, quando o poeta escreve: “*il y a deux trous rouges au côté droit*”⁵, começando assim um possível desenlutamento de um luto que estava abortado.

“O discurso poético tem o poder de vencer o silêncio e a escuridão instalados pelo recalque do desejo e da dor pelo objeto perdido” (“Enlutamento e desenlutamento”). Na sessão da Bia, através do Discurso Interno do Analista, com a terceira orelha, a analista capta a terceira língua fazendo o trabalho de desenvolvimento das palavras, seja na gramática (consoantes e vogais): pedra/perda; seja na sonoridade: displicência/paciência; seja através do trabalho do negativo: proteção/desproteção.

Bia pôde começar a entrar no luto da mãe enlutada.

A língua tem a capacidade de ressuscitar o morto amado. Depois que ressuscita, aí sim, poderá morrer (pela segunda vez) definitivamente.

Na sessão da Bia, os Discursos Internos do Analista: mico(se)/mito; mico-se na cabeça/poste na cabeça, conduziu Bia alcançar a tribo/concha de sua mãe.

Veja, nos diz JCR, no próprio título do poema, vemos que o poeta nos fala daquilo que está ao mesmo tempo adormecido e morto, *dor-meur* (*dort* e *mort*). Ou seja, um traço melancólico, pois mantém unidos os dois significantes *DORT* e *MORT*⁶.

No processo melancólico, temos a instauração de um simulacro que barra as fronteiras entre a vida e a morte. Na sessão da Bia, paulatinamente, ela se aproxima e entra na concha melancólica de sua mãe.

A primeira etapa do processo de desenlutamento é a figuração do objeto.

No caso da Bia, a terceira orelha da analista captou no D.I.A. os significantes “displicência” e “paciência”, escutando a sonoridade dos dois significantes

4. “O adormecido do vale”.

5. “Tem dois furos vermelhos do lado direito”.

6. “Dorme” e “morte”.

tes e, através da aproximação analógica feita pela analista, fez surgir o boletim de “ocorrência”.

JCR faz um paralelo do trabalho da imagem nos poemas com o trabalho realizado no trabalho analítico pelo discurso associativo, geralmente pouco audível em si.

Quando uma representação inconsciente, solicitada pela memória na transferência analítica, insiste em passar à superfície da língua, ela cria, buscando impor sua imagem à consciência, uma oposição de significantes que remetem a uma mesma característica e a um mesmo objeto. No caso da Bia, a aproximação analógica feita pela analista, captando o que estava insistindo em passar à superfície da língua: Como assim, a pedra de cabeça para baixo?! / como assim, todo mundo tem micose?! fez chegarmos em: “Como assim, todo mundo perde um filho?!”. Assim, podemos ver a importância das aproximações analógicas captadas NA LÍNGUA do discurso do analisando, através do Discurso Interno do Analista com sua terceira orelha, bem como as interpretações analógicas feitas pela analista.

O desenlutamento se desenrola seguindo um percurso temporal que podemos esquematizar da seguinte maneira:

1º) traço mnêmico (imagem negativa do objeto) [Sessão da Bia: a casa cair].

2º) imagem figurada desse mesmo objeto [Sessão da Bia: o poste que caiu na cabeça do irmão causando sua morte]. Observação: a importância do D.I.A. escutando os significantes pedra e perda (do sono), possibilitou a aproximação analógica.

3º) afastamento dos significantes da língua por criação de uma oposição semântica [Sessão da Bia: pedra / perda; paciência / displicência / ocorrência].

4º) figuração e... EPIFANIA do objeto! [Sessão da Bia: A CONCHA DE SUA MÃE (a mãe morta de Green)]!

5º) nomeação do objeto [Sessão da Bia: a mãe na concha desprotegida pelo pai da Bia].

6º) finalmente: A EXPULSÃO DESSE OBJETO [Sessão da Bia: entrada da Bia (vivida na transferência com a analista) na concha da mãe enlutada, iniciando o processo de desenlutamento dessa mãe morta dentro da Bia].

Termino essa declaração de amizade e gratidão eterna com a frase genial do querido Jean-Claude: “É preciso suportar perder aquilo que amamos para poder amar aquilo que perdemos” (“Enlutamento e desenlutamento”).

Referências

Rimbaud, A. (2004). *Œuvres complètes: Correspondence*. Éditions Robert Laffont. (Trabalho original publicado em 1987).

Rolland, J. C. (2010). Grupo de estudos em Lyon, França.

Rolland, J. C. (s.d.). Enlutamento e desenlutamento [texto não publicado].

Simone Grinapel Prais

sgprais@icloud.com

Homenagem a Fernando Rocha

Amigo Fernando, saudades...

Sonia Bromberger¹

Do Editor da *TRIEB* e da profícua parceria por anos, Vivi já tão bem relatou.

Gostaria, pois, de falar da pessoa, do amigo.

Era o ano de 1982. Uma ex-supervisionanda da PUC me fala de um excelente analista recém-chegado ao Rio de uma longa estadia de formação e trabalho clínico em Paris. Interesse imediatamente despertado, procuro o Dr. Fernando Rocha para conversar sobre um caso complexo de criança que eu atendia em psicoterapia.

Muito viva ainda a lembrança do consultório com charme europeu no alto de uma simpática travessa da rua Fonte da Saudade. Nome tão apropriado e que anos depois serviu de mote para um belo trabalho clínico seu.

Lá estive por mais de dois anos em supervisão de crianças e adultos, aprendendo e me enriquecendo com o profundo saber psicanalítico e a sensibilidade clínica do Fernando, a quem devo o convite e o incentivo para minha entrada na SBPRJ.

Na época diretora do Departamento Científico, Helena Vianna, convidara Fernando para ingressar na Brasileira e ocupar a coordenação da Clínica, quando formou uma equipe de colaboradores, aos quais logo me incluiu, assim que iniciei minha formação no Instituto.

Foram outros dois anos de aprendizado e cooperação, e logo se seguiu outro convite: integrar o time de colaboradores da *TRIEB*, a revista da Sociedade que Fernando idealizou com Vivi Frankenthal, na primeira e ainda incipiente fase.

Foi um tempo inesquecível de reuniões de pauta, de tarefas interessantes, com direito às feijoadas musicais na sua acolhedora e linda casa da Lagoa.

1. Psicanalista. Membro Associado da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro. Formation 2013 IPSO Pierre Marty.

E, *en plus*, com direito a uma sólida e afetuosa amizade que se desenvolvia e até hoje perdura forte e boa na minha lembrança.

E como são boas, ricas e divertidas estas lembranças...

Noites de risos, vinho e caipirinhas pós reuniões, fossem da Clínica, dos seus ótimos seminários, dos eventos da Sociedade e congressos aqui e lá fora, de noites de autógrafa em lançamento de livros, sem esquecer dos seus inúmeros CDs lançados em shows memoráveis quando Fernando passou a se dedicar com o esmero habitual à sua outra paixão, a música tocada e lindamente cantada!

E as festas? Os Natais sempre com dezenas de amigos, recebidos com fidalguia e requinte por Ruth, ele e seus filhos tão queridos e também artistas.

Com Fernando nunca tinha tempo feio nem chato!

Seu charme cativante, seu humor e ironia finos, e *last but not least*, sua enorme generosidade e companheirismo foram sempre sua marca indelével.

Muita falta e saudade, amigo querido, psicanalista cantador, que só me chamava de *Soninha*...

Um enorme privilégio o meu ter tido um mestre e amigo como Fernando.

Agora, sua querida lembrança tornada sempre presente, é o que fica...

Sonia Bromberger

scbromberger@gmail.com

Homenagem a Fernando Rocha Criação, parceria e amizade: lembranças com Fernando Rocha

Viviane Frankenthal¹

Fernando Rocha e eu, Viviane Frankenthal, estávamos no Conselho Científico – ele, diretor, e eu, secretária –, quando tivemos a ideia de criar a Revista **TRIEB** para substituir o *Boletim Científico* impresso na Sociedade sem nenhum critério de seleção. Foram muitas discussões no Conselho Diretor, na gestão de Luiz Levy, até conseguirmos transformar a revista em realidade. Formamos, então, uma ótima equipe primordial e pusemos em prática a ideia!

Nossa Equipe Editorial era composta pelos seguintes membros efetivos e provisórios da SBPRJ:

Diretor: Fernando José Barbosa Rocha; Coeditora: Therezinha Câmara Leão; Coordenadora Geral: Viviane Frankenthal; Comissão Editorial: Carlos Alberto Quilelli Ambrósio, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Raimundo José Reis Porto e Sônia Cecília Bromberger.

Nosso primeiro Conselho Editorial (pessoas de notório saber da SBPRJ) era composto por Membros Efetivos da nossa Sociedade: Anna-Maria de Lemos Bittencourt, Carlos Doin, José Carlos Zanin, Roberto Martins e Yara Lansac.

A capa da revista foi feita especialmente para a **TRIEB** pela artista plástica Lena Bergstein. O projeto gráfico era de Tatiana Podlubny.

O número 1 saiu em 1991, composta e impressa pela Imago Editora, e já trouxe mudanças na forma de apresentação de nossos trabalhos. Conseguimos, através da amizade do Fernando com a Joyce McDougall, uma entrevista logo no primeiro número!

Fernando foi um entusiasta da ideia de publicar a Revista e sua contribuição foi inestimável! Sua consistência teórica na escolha qualitativa dos trabalhos a publicar, seu bom trânsito entre pessoas de todos os saberes e entre

1. Membro Efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.

nossos pares de diferentes escolas psicanalíticas, seu prestígio profissional e sua seriedade contribuíram para solidificar a base de uma revista psicanalítica oficial da SBPRJ!

Trabalhar com Fernando foi sempre um enorme prazer! Sua sagacidade e humor davam o tom dos nossos encontros, assim como o cuidado com a Revista e seu conteúdo!

Após 2 anos de trabalho desta equipe, passamos a editoria para Miguel Calmon, que deu continuidade à edição da Revista com o mesmo cuidado e profissionalismo do início. O tempo de editoria mudou, não acompanhava mais a gestão do Conselho Diretor do momento. Essa independência foi fundamental para o crescimento da publicação! Após 8 anos, Miguel passou a Editoria para mim, e me apressei em convocar meu amigo Fernando para uma parceria editorial novamente. E nós chamamos a Marci Dória Passos para compor nossa equipe.

Na gestão da Sonia Eva Tucherman, 2002, novas mudanças aconteceram: criamos a Nova Série, com novo trabalho de capa de Lena Bergstein, Tatiana Podlubny como Assistente de Projeto e nova numeração, composta e impressa pela Relume & Dumará. Dessa forma, realizamos a indexação na base de dados *Index Psi Periódicos*. Posteriormente, Munira Aiex Proença participou como Consultora Editorial, organizando as referências com muita competência.

A partir daí, aprovamos o regulamento da **TRIEB**, onde deveria haver no mínimo dois editores, não havendo editor chefe. A Revista ficaria ligada apenas à presidência e teria independência de decisões. Os editores poderiam permanecer por tempo indeterminado na função, sem acompanhar os biênios de Conselhos Diretores da Sociedade.

Foram mais oito anos de uma frutífera parceria, de muito aprendizado e atualizações de conhecimento, pois líamos todos os trabalhos, mas a seleção era feita anonimamente por pareceristas.

Abrimos o Conselho Editorial para membros de outras Sociedades e de outros saberes, assim como para autores diversos e não apenas da nossa Sociedade. Sônia Eva ofereceu um *fondue* em sua casa para o novo grupo de consultores, demonstrando seu apoio à escolha dos editores. A indexação da Revista aumentou o interesse pela nossa publicação, trazendo artigos de autores brasileiros e internacionais.

Todo esse trabalho foi feito de uma forma intensa, com alto investimento de todos! Assim era o ritmo de Fernando!

Essa foi a última vez que trabalhamos juntos na **TRIEB**! Continuamos próximos e parceiros até a sua recente morte...

Fernando fez sua formação na Sociedade Psicanalítica de Paris e isso foi um fator a mais na proposta de uma revista psicanalítica aberta e diversificada, que até hoje nos representa!

Sua criatividade era intensa e diversa. Como ele mesmo dizia, possuía duas asas: a psicanálise e a música. Cantava, tocava violão, fez vários shows e gravou muitos CDs.

Que privilégio ter convivido e trabalhado com o Fernando!

Viviane Frankenthal

vivifrank2@gmail.com

Ficção e psicanálise: a pergunta feita a Ariosto¹

Roberto Bittencourt Martins²

I

A pergunta foi feita no século XVI, mas permanece atual. Freud a ela se refere na primeira fase de seu trabalho sobre *Escritores criativos e devaneio* (1908[1907]/1996b) e, numa nota de rodapé, conta o episódio: o Cardeal Ippolito d'Este foi o primeiro patrono de Ariosto, que a ele dedicou o Orlando Furioso. A única recompensa do poeta foi a pergunta: “Onde encontraste tantas histórias, Ludovico?”

O mesmo fato, mais lendário do que real, é relatado por Otto Maria Carpeaux em sua *História da literatura ocidental* (1961/2008). Nesta versão, porém, a pergunta do Cardeal teria sido: “Messer Ludovico, onde achaste tantas loucuras?”. Sobre a obra do poeta, feita de histórias ou loucuras, diz Carpeaux: “A atitude de Ariosto com respeito a mundo e vida reais era o ceticismo. [...] um caos desordenado de criaturas e coisas absurdas” (p. 364). Com o instrumento de sua poesia, no entanto, ele

domina as desarmonias e dissonâncias da vida “cinquecentesca”, harmonizando aventuras e crimes, loucuras e nobrezas, sabedoria e doidice, tudo numa harmonia maravilhosa, puramente imaginária, e contudo não menos real do que qualquer outra realidade. Ou antes, Ariosto considera esse seu mundo mais real do que o real [...]. (p. 364)

E seus personagens teriam o odor de gente...

A realidade dos tempos de Ariosto, que viu guerras, roubos e massacres, nada teve dessa harmonia maravilhosa; e seu ingrato patrono, o Carde-

1. Artigo publicado originalmente em 1999 na *TRIEB* (8): 105-112, com algumas referências atualizadas.

2. Membro Efetivo da SBPRJ.

al, foi responsável por crimes hediondos. Ignoramos qual terá sido a resposta de Ariosto. Mas, na tentativa de responder à indagação do Cardeal, Freud (1908[1907]/1996b) lança outras interrogações:

Será que deveríamos procurar já na infância os primeiros traços de atividade imaginativa? A ocupação favorita e mais intensa da criança é o brinquedo ou os jogos. Acaso não poderíamos dizer que ao brincar toda criança se comporta como um escritor criativo, pois cria um mundo próprio, ou melhor, reajusta os elementos de seu mundo de uma nova forma que lhe agrade? (p. 135)

Seguindo o rumo apontado por essas sugestões de Freud, a psicanálise tem, ao longo do século, formulado e reformulado hipóteses. Não pretendemos historiá-las num apanhado metódico de teorias; pelo contrário, o convite é para um breve passeio que nos permita vislumbrar algumas dessas ideias.

Tomemos, por exemplo, o relato de uma brincadeira no diário de Helena Morley, *Minha vida de menina* (1979/1998). Ante o sucesso do livro, sua autora, na verdade Alice Dayrell, protestou com modéstia: “Mas este livro só tem bobagens de menina!”. Para Carlos Drummond de Andrade, porém, a leitura do livro produz “uma satisfação profunda ao sentirmos alguma coisa que não se deixou vencer pela robotização nem pela selvageria a que o extremo da civilização vai conduzindo o homem” e sua autora “nos redescobre a infância, faz rir e comove, observadora sagaz e moleque de um panorama familiar que se alarga até abranger a vida em movimento da cidade e da região” (citado por Marina, 2023, s.p.). Podemos deter-nos agora diante de um trecho do Diário em que Helena/Alice recorda uma visita feita, ainda em criança, à chácara de uma amiga de sua tia.

Nessa propriedade, ela conhecera uma menina de sua idade, filha da dona da casa e “muito linda” que lhe indagara por que estava usando botinas furadas. A sinceridade da resposta de Alice – “porque não tenho outras” –, evidenciando sua pobreza, fizera com que a menina Nazinha exclamasse: “Coitadinha!”. Ouvimos o que Alice escreve, lembrando sua visita à chácara de Gupiara:

Não gostei do “coitadinha” mas ela era tão linda que eu não pude deixar de me sentir satisfeita de ter-lhe causado aquela pena. Depois ela me perguntou: “Quais os brinquedos que você sabe?” Eu fui falando os que sabia e ela dizendo: “Para brincarmos só as duas, este fica sem graça. Inventa outro”. Eu olhei para o chão, vi umas pedrinhas brancas e redondas e disse: “Vamos inventar fazer de galinhas e pôr ovos”. Ela disse:

“Muito bom! Vamos”. Então eu comi, apanhei uma porção de pedrinhas, escondi na moita de capim e começava a cantar como galinha. Ela vinha e apanhava os ovos. Depois ela disse: “Como é este?”. Eu expliquei que era brincadeira de cozinhar, que a gente cozinha, faz comidas, põe na pedreira servindo de mesa e às vezes, se é de verdade, come. Ela disse que esse estava muito bom e perguntou o que era preciso. Eu respondi: “Se a comida é de verdade, a gente precisa arroz, toicinho, carne e tudo para fazer: Se é de mentira, a gente tem de fingir”. Ela: “Então vamos fazer de verdade”. Foi pedir à mãe que lhe arranjasse panelas e comidas. A mãe não concordou, dizendo que sujava e queimava as mãos. Então fizemos comidinha de mentira. Fomos as duas. Apanhamos umas plantinhas cheirosas que têm um botãozinho branco parecendo arroz e umas folhas para servir de ervas e ficamos distraídas nisso muito tempo. (Morley, 1979/1998, p. 148-149)

Fingir... A comidinha de mentira, inventada para substituir a interdita feita da comida de verdade... As galinhas que põem os ovos. No brincar ingênuo das duas meninas na chácara da Diamantina, um psicanalista poderia vislumbrar não apenas a repetição das ações dos adultos, gente grande a ser imitada pelas crianças, como até mesmo a tentativa inconsciente da elaboração da feminilidade... Poderia observar também a reação de Alice, cujas botinas furadas haviam merecido a compaixão de sua pequena anfitriã. Conta Alice:

Na saída, ela disse à mãe: “Pede a tia Madge para trazê-la sempre aqui, mamãe. Ela é tão boazinha e sabe tanto brinquedo”. Depois, virando pra mim: “Você vem, sim?”. E acrescentou: “Mesmo que tenha acabado de sair o verniz de suas botinas, não faz mal; vem assim mesmo” (Morley, 1979/1998, p. 149).

Fácil seria apontar que, com a riqueza de sua inventividade na criação das brincadeiras, Alice havia sobrepulado qualquer sentimento de humilhação despertado pela pobreza de seu calçado gasto e único e conseguira estabelecer um vínculo de companheirismo, estima e admiração mútua com a menina mais rica, “linda” e, até então, uma estranha.

Todas essas observações, e outras mais, poderiam ser estendidas. Mas, neste momento, o importante para nosso tema é ressaltar a descrição exata e simples desse espaço do fingir onde se desenrola a invenção do “mundo de mentira” do brinquedo. O trecho que acabamos de citar aponta claramente para o grande trabalho da infância, essencial ao desenvolvimento do ser humano e indispensável para a obtenção da maturidade psicológica do adulto. E, ao no-

tarmos a expressão compenetrada de uma criança em seu brinquedo – como Alice fazendo de conta que é uma galinha pondo ovos, ou Nazinha a recolhê-los –, podemos perceber toda a seriedade colocada nessa atividade. Não são bobagens; é a vida que está sendo posta em movimento no livre exercício da imaginação. Ou, como diz Mário Quintana (1962) em seu poema *Fantasia e realidade*: “As crianças não brincam de brincar: Brincam de verdade”.

II

Tomemos agora uma outra pergunta, feita já na segunda metade do século XX:

[...] o que estamos fazendo enquanto ouvimos uma sinfonia de Beethoven, ao visitar uma galeria de pintura, lendo *Troilo e Créssida* na cama, ou jogando tênis? Que está fazendo uma criança, quando fica sentada no chão e brinca sob a guarda de sua mãe? Que está fazendo um grupo de adolescentes, quando participa de uma reunião de música popular? (Winnicott, 1971/1975, p. 147)

É o que indaga Winnicott em seu *O brincar e a realidade* (1971/1975). E propõe: “Não é apenas: o que estamos fazendo? É necessário também formular a pergunta: onde estamos (se é que estamos em algum lugar)?” (p. 147).

Winnicott (1971/1975) sugere a existência de uma área imaginária em que se desenrolam tanto o brincar quanto a experiência cultural. Tal área seria muito variável em cada indivíduo, sendo composta por suas experiências pessoais – como bebê, criança, adolescente e adulto – em sua relação com o ambiente. Vindo da pediatria para a psicanálise, Winnicott pôde integrar essas várias experiências, como diz Júlio de Mello Filho em *O ser e o viver* (1986):

Partindo da observação do fato corriqueiro de que a criança, ao dormir, costuma chupar o dedo, acariciar lençóis e fronhas e agarrar-se ao seu brinquedo de estimação, Winnicott agregou um sem número de dados (cantigas de ninar, balbucios infantis, o apego ao objeto sujo que não pode ser lavado) e correlacionou-os todos com as ansiedades de separação da figura materna, por volta da fase do desmame. (p. 55)

Dentro da hipótese winnicottiana, a origem dessa área imaginária estaria situada na fase em que o bebê percebe sua separação da mãe. Até então estivera tomado por um sentimento de fusão com a figura materna. Para ilustrar com maior viveza esse sentimento de fusão, vejamos sua descrição, realizada por um

pediatra e escritor, Carlos Acselrad, em suas bem-humoradas *Confidências de um recém-nascido* (1993), emprestando voz e palavras ao bebê:

[...] sou muito novinho e por isso ignoro muita coisa: pra mim, o seio é uma parte do meu próprio corpo. Tenho até umas ideias malucas: eu sou o seio, ou então o seio sou eu. E pior: só ele existe (ou eu, tanto faz). (p. 78)

[...] não sei se eu sou eu e o seio é o seio, ou se somos uma mesma pessoa. Sei apenas que, ali, nele, numa espécie de gaveta secreta da qual só eu tenho a chave, mas não posso alcançar sozinho, naquela gaveta secreta tem duas coisas boas: matéria e espírito, razão e sentimento, leite e amor. (p. 213)

Quando esse período de fusão termina, a mãe percebe instintivamente que nasceu em seu bebê uma necessidade nova: a de senti-la como uma entidade diferente de seu filho. Concedamos novamente o dom da fala ao recém-nascido de Acselrad (1993):

Agora – maquiavélica armadilha do destino – na hora de mamar no teu peito, o que era prazer passa a te incomodar, a mim não resta outra escolha: tenho de usar as gengivas para mamar, mas agora não posso evitar de morder o bico do belo seio da mamãe. Deve estar na hora do feijão com arroz, bife e batata frita. Por causa de outra incrível coincidência, findos estes seis (ou sete ou, às vezes, oito) meses de intimidade com o peito, acabo descobrindo que mamãe não é uma bola fofinha com um botão no meio, mas sim uma pessoa... (p. 86)

Será nesse momento, focalizado com perspicácia pelo humor de Acselrad, que ganhará força, na mente rudimentar do bebê, um objeto que substitui a mãe, que dá alívio e conforto ao bebê como se fosse a mãe – mas que sabidamente não é a mãe. E aquele urso de borracha, ou pedaço de fronha, ou lençol, adquirem uma intensidade mágica: acolhido pelo bebê, é com ele que começa a desenvolver-se o primeiro rudimento do brincar e da criatividade. Denominado por Winnicott (1971) de “objeto transicional”, será o primeiro símbolo (ou protossímbolo) criado pela mente do bebê; sua primeira posse não-Eu. Seu aparecimento marca o início de uma nova espécie em relação: é um objeto que não faz parte do corpo da mãe nem tampouco de seu bebê. Representa o seio, mas não é o seio, e o bebê que já possui coordenação motora suficiente para segurar um objeto, em vez de apenas desejar

fazê-lo, pode controlá-lo pela manipulação. Desse modo, consegue recuperar seu bem-estar e sua segurança.

Uma vez eleito – por sua textura ou forma especial –, torna-se vitalmente importante para o bebê, que o utiliza ao adormecer ou quando está intranquilo. A criança adquire direitos sobre ele; os pais percebem e o levam para toda parte, como um companheiro inseparável de seu filho. Materialmente, não possui serventia alguma; sua única propriedade essencial é aquela que lhe confere a mente do bebê. Quando já é possível, ganha mesmo um nome, em geral de uma sílaba só. O bebê o acaricia afeiçoadamente e às vezes o ataca raivosamente, sabendo que ele poderá resistir às suas ações. Pertence ao reino da ilusão e aparece geralmente entre 4 e 12 meses. É com sua aparição que se evidencia a fundação do espaço potencial, situado entre o mundo externo e o mundo interno da realidade psíquica.

Sua significação é subjetiva e, de acordo com o psicanalista Carlos Doin (1979), “é vivenciado ao mesmo tempo como interno e externo. É externo, porque não pertence ao corpo da mãe ou do bebê, não é imposto pela mãe, mas acolhido (e, neste sentido, criado) pelo filho; não é mais usado para satisfações instintivas” (p. 2). Representa ou pré-simboliza, segundo Doin, “o bebê, a mãe, parte dos dois, a união dos dois, a crescente separação dos dois, o mundo lá fora. Desta riqueza de significados, resultará sua função de reservatório de criatividade” (p. 2). Esse objeto transicional constituirá, portanto, a primeira substância da ilusão, o sinal do surgimento desse espaço potencial – onde estamos, na formulação de Winnicott (1971/1975), quando ouvimos música, jogamos tênis, apreciamos alguma pintura ou lemos um livro. Com o decorrer do tempo, entretanto, ele será desinvestido do afeto da criança – não mais um bebê – que o abandonará. E seu lugar será gradativamente ocupado pelas várias formas de brincar – desde seus primeiros esboços toscos até a brincadeira compartilhada – numa escalada que irá conduzindo a criança, desde seu primeiro “*rosebud*” (a enigmática palavra-chave da personalidade do Cidadão Kane de Orson Welles), até toda vasta gama das experiências culturais. Será esse talvez o mesmo caso do exemplo trazido por Freud (1900/1996a) em sua *Interpretação dos sonhos* (“Material infantil como fonte dos sonhos”). Conta Freud:

um médico de trinta e poucos anos relatou-me que, desde os primórdios de sua infância até a época atual, um leão amarelo aparecia frequentemente em seus sonhos e pôde fornecer uma descrição minuciosa dele. Esse leão de seus sonhos surgiu um dia em forma concreta, como um enfeite de porcelana há muito desaparecido.

O rapaz soube então, por intermédio da mãe, que esse objeto fora seu brinquedo predileto durante a primeira infância, embora ele próprio houvesse esquecido desse fato. (p. 220)

Podemos pensar que, sendo ou não aquele objeto transicional primevo, o leão amarelo de porcelana permaneceu, na mente do antigo menino, como vestígio de um tempo em que estaria instaurando, com os fenômenos transicionais, o espaço potencial, viveiro, palco e universo da experiência cultural.

III

Tomemos agora um outro exemplo, relativo ao fenômeno transicional e à cultura, mas observado no final do milênio passado, no momento em que um garoto está descobrindo a ficção. O menino tem dois anos; é, por exemplo, o único filho de um casal jovem. Ganha livros que os pais leem para ele – próprios da idade, pequenas vinhetas com muitas ilustrações e texto mínimo. Alguns possuem engenhos, botões que produzem sons, nos quais ele vai exercitando sua coordenação motora. Já formula claramente seus desejos e suas frases expressam sentimentos. Brinca, mexe em tudo e, vivendo em nossa era eletrônica, aprende a imitar os pais no manejo do controle remoto que muda os canais da televisão e acelera ou interrompe o vídeo. A televisão não prende ainda sua atenção – à exceção de um curto vídeo musical com animais e crianças dançando.

Alguém o presenteia com a fita da Branca de Neve. Embora os pais não a julguem apropriada à sua idade, o menino insiste em vê-la. Os pais terminam por acatar seu desejo e, enquanto a fita vai sendo passada na tela, vão narrando a história, fazendo comentários tranquilizadores em suas partes mais assustadoras – as quais fazem correr, com exclamações como “xô, bruxa!”. De posse do final feliz, o menino passa gradualmente a assistir ao filme inteiro. Até então, a televisão fora para ele quase apenas um campo em que exercia o poder de seus dedos através do controle remoto; agora, quer ver o filme mais uma vez e outra e outra... Afeiçoa-se a ele, escolhe suas passagens favoritas – aquela em que os anões estão presentes, ao lado dos heróis repetindo suas canções, balançando o corpo batendo palmas. Quando a bruxa e seus comparsas aparecem, ele os vai e faz correr a fita, apertando o botão do controle remoto. Pede que o filme seja projetado incontáveis vezes e tenta inserir a fita no vídeo. Às vezes, distraído com outros brinquedos, nem levanta o olhar para a tela. Mas protesta, quando a projeção é interrompida.

Quando viaja para a casa dos avós, noutra cidade, pede aos pais para levarem sua Branca de Neve. Lá chegando, assiste às suas cenas prediletas, faz acelerar os momentos assustadores, vaia os vilões – repete, enfim, o mesmo comportamento que tinha em sua própria casa. E o filme se torna, como lá, um pano de fundo indispensável para suas brincadeiras; mesmo que não preste atenção às cenas, protesta quando a televisão é desligada – como se Branca de Neve e suas músicas precisassem acompanhá-lo na casa estranha, tanto na vigília quanto antes do sono.

A fita parece funcionar nos mesmos moldes de um objeto transicional, que pode ser manipulado através do controle remoto e que acalma as ansiedades decorrentes da separação do ambiente físico de seu lar. Mas isso, ele não o faz como objeto concreto, por sua textura ou formato, e, sim, pelos sons, imagens, sequências e personagens que, quando inseridos no vídeo, faz espalhar sonora e visualmente pela casa. O menino não compreenderá, provavelmente, todos os elementos da história de Branca de Neve e dos sete anões; apesar disso, sua presença o tranquiliza – como se houvesse trazido, para dentro de um lugar desconhecido, um pedaço de seu ambiente familiar. A continuidade interrompida pela viagem parece estar sendo recuperada por meio da sequência conhecida de figuras, canções, episódios que, preenchendo o espaço desconhecido, impedem que o menino “estranhe” a casa diferente da sua.

Estaremos talvez diante de um momento marcante na evolução de uma criança que, a partir dos fenômenos transicionais, começa a inserir-se no espaço cultural. Pois *Branca de Neve e os sete anões*, que pertencem ao imaginário de nossa cultura, passam a integrar firmemente aquele mundo da fábula ou reino da ilusão do mundo mental do menino.

Já podemos agora descansar nossa atenção num livro que, não por acaso, nos fala nesse imenso reservatório de produtos da imaginação – inaugurado pelo velho trapo ou gasto brinquedo do objeto transicional infantil. É de Monteiro Lobato (1957), em sua atividade do brincar compartilhado que é a ficção:

O sítio de Dona Benta foi se tornando famoso, tanto no mundo de verdade, como no chamado Mundo de Mentira. O Mundo de Mentira, ou Mundo da Fábula, é como as gentes grandes costumam chamar a terra e as coisas do País das Maravilhas, lá onde moram os anões e os gigantes, as fadas e os sacis, os piratas como o Capitão Gancho e os anjinhos como Flor das Alturas. Mas o Mundo da Fábula não é realmente nenhum mundo de mentira, pois o que existe na imaginação de milhões e milhões de crianças é tão real como as páginas deste livro. O que se dá é que

as crianças, logo que se transformam em gente grande, fingem não mais acreditar no que acreditavam. (p. 7)

Fingem, mas continuam acreditando. E acrescentam continuamente novos personagens a esse mundo da ilusão: Capitu, Diadorim, a cachorra Baleia, o capitão Rodrigo, Ana Terra e a Karenina. Sem falar nos efêmeros moradores das telas da televisão, cujo dia a dia folhetinesco é acompanhado e vivido por milhões de mentes e, pouco depois, descartado. Ninguém renuncia ao faz de conta do mundo da fábula; a ficção é tão essencial à sobrevivência psicológica do adulto, quanto o brincar para o desenvolvimento da criança.

Referências

- Achselrad, C. (1993). *Confidências de um recém-nascido*. Página Aberta.
- Carpeaux, O. M. (2008). *História da literatura ocidental* (Vol. 1). Senado Federal. (Trabalho original publicado em 1961).
- Doin, C. (1979). Do objeto transicional ao jogo e à cultura. *Boletim Científico da SBPRJ*, 4: 1-6.
- Freud, S. (1996a). Interpretação dos sonhos. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. IV). Imago. (Trabalho original publicado em 1900).
- Freud, S. (1996b). Escritores criativos e devaneio. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. IX). Imago. (Trabalho original escrito em 1907 e publicado em 1908).
- Marina, A. (2023). Meu livro de cabeceira foi escrito pela menina Alice, no século 19. *Estado de Minas*, 27/05/2023. https://www.em.com.br/app/coronistas/anna-marina/2023/05/27/interna_anna_marina,1499361/meu-livro-de-cabeceira-foi-escrito-pela-menina-alice-no-seculo-19.shtml
- Mello Filho, J. (1986). *O ser e o viver*. Artes Médicas.
- Monteiro Lobato. (1957). *O picapau amarelo*. Brasiliense.
- Morley, H. (1998). *Minha vida de menina*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1979).
- Quintana, M. (1962). *Poesias*. Globo.
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Imago. (Trabalho original publicado em 1971).

Roberto Bittencourt Martins

robertomartins1701@gmail.com

Agradecimento aos pareceristas

Aos nossos colegas, nosso profundo agradecimento pela generosidade e valiosa parceria que muito contribuem para a qualidade da revista.

Arnaldo Chuster

Augusto Paim

Bernard Miodownik

Carlos Fernando dos Santos Motta

Eliana Atiê

Eliana Lobo

Fernanda Marinho

Haydée Côrtes de Barros Silveira Piña Rodrigues

Lucila Faerchtein

Maria Noel Brena Sertã

Margarida Cavalcante

Michelle Gorin

Roberto Musacchio

LINHA EDITORIAL

A Revista *TRIEB*, publicação oficial da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, filiada à Associação Psicanalítica Internacional, vem sendo editada regularmente desde 1991. Sua proposta editorial caracteriza-se pela divulgação de artigos inéditos referidos ao campo teórico e clínico da psicanálise e às suas articulações com outros campos do saber. Os artigos sobre clínica são necessariamente acompanhados por uma discussão teórica e/ou crítica. As edições podem ser organizadas tematicamente e sua periodicidade é semestral. Publica, ainda, conferências, entrevistas, traduções, artigos de valor histórico e resenhas de interesse para o campo da psicanálise.

PROCEDIMENTOS DO CORPO EDITORIAL

Os editores apreciarão os trabalhos quanto à sua originalidade e adequação à linha editorial, podendo, a seu critério, submetê-los à apreciação de consultores ad hoc sem divulgação da identidade dos autores e vice-versa. Após análise do material, os autores recebem por escrito o resultado da avaliação: recomendado; recomendado com modificações; ou não recomendado para publicação. Caso seja necessário fazer modificações no texto, o autor será encarregado de providenciá-las, devolvendo o manuscrito reformulado no prazo indicado pelos editores em comunicação escrita. Caberá ao Corpo Editorial a decisão final acerca da publicação ou não do manuscrito, bem como a data de sua publicação. O Corpo Editorial reserva-se ainda o direito de introduzir pequenas modificações no texto aceito para publicação, com vistas a adequá-lo aos critérios de coerência, clareza, fluidez, correção gramatical e padronização editorial adotados pela revista. O trabalho enviado para publicação deverá ser encaminhado de acordo com as instruções abaixo enunciadas. Recomenda-se a todos os autores que guardem consigo uma cópia do trabalho, uma vez que a *TRIEB* não se responsabilizará por devolvê-lo, mesmo no caso de manuscritos não aceitos para publicação.

DIREITOS AUTORAIS

O conteúdo do material enviado para publicação deve ser inédito e não pode ser submetido simultaneamente para publicação em outros locais. A exatidão das informações é de responsabilidade do autor. Os trabalhos aceitos e publicados tornam-se propriedade da *TRIEB*, sendo vedada a sua reprodução. Para serem publicados em outros locais, ainda que parcialmente, necessitam da autorização por escrito dos editores. Os autores deverão anexar ao manuscrito uma carta de autorização, de acordo com o modelo a seguir representado, que trata do termo de transferência de direitos autorais. Deverão constar também nome completo, telefone, e-mail de todos os autores e a(s) sua(s) respectiva(s) assinatura(s).

O(s) autor(es) abaixo assinado(s) concede(m) uma licença exclusiva de primeira publicação à Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro - SBPRJ, autorizando a reprodução, publicação e distribuição, nas versões impressas e digitais da Revista *TRIEB*, o trabalho intitulado “ _____”, podendo a SBPRJ divulgar e promover o artigo em todos e quaisquer meios, inclusive em seu *website*, *blogs*, *mailing lists* e redes sociais, sendo o(s) Autor(es) inteira e exclusivamente responsável(is) pelo conteúdo do referido artigo.

Data:

Autor(es):

Endereço(s) postal(ais):

Telefone(s):

E-mail(s):

O artigo deve ser encaminhado à Revista *TRIEB* em arquivo eletrônico Word, letra Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5, formato *.doc. Deve ter no máximo 40 mil caracteres, incluídos os espaços. Deve ser enviado por correio eletrônico para o endereço revistatrieb@sbprj.org.br. A apresentação do manuscrito deve obedecer às regras e normas que estão disponíveis no *site* da SBPRJ <http://www.sbprj.org.br/publicações-trieb>.

EDITORIAL

Entre presenças e ausências

ENTREVISTAS

Fábio Belo

Romildo do Rêgo Barros

Tereza Estarque

CORRESPONDÊNCIA

Espera, morte, poesia e arte.

Celso Gutfreind

Decio Gurfinkel

CONVIDADOS

Luto terminável e interminável

Aída Ungier

Quando nada acontece,

há um milagre que não vemos

Neyza Maria Sarmento Prochet

ARTIGOS TEMÁTICOS

Uma linha tênue entre separar e morrer

Karina Mizziara Rocha

Famílias monoparentais: ensaio sobre representações referentes ao pai ausente

Naytiara da Silva de Almeida Rodrigues

Rebeca Nonato Machado

Ausências presentes, ausências vazias:

Lou Andreas-Salomé, o *Fort-da* e o divã

Samantha Nigri

DEPOIMENTO

Maria Eduarda de Carvalho

CONFERÊNCIA

Afeto, supereu e processo de pensamento

Marina Papageorgiou

INTERFACE

Presentes-Ausentes

Lena Bergstein

O que uma antropóloga e psicanalista negra tem a dizer sobre ausência e presença para uma revista sobre teoria e clínica psicanalítica?

Sônia Beatriz dos Santos

FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE

História da psicanálise com criança:

alguns recortes

Anna-Maria de Lemos Bittencourt

Tornar-se psicanalista

Dora Tognolli

Diferenças em um mundo compartilhado

Benilton Bezerra Jr.

TRADUÇÃO

A dialética presença- ausência;

por uma metapsicologia da presença

René Roussillon

PSICANÁLISE E CINEMA

Da zona de interesse à esperança

Luciana Saddi

PSICANÁLISE E LITERATURA

EIS QUE SER

Arnaldo antunes

Resenha: Literatura infantil: Cartas ao filho

Maria Noel Brena Sertã

Resenha: A palavra que resta

Ruth Naidin

HOMENAGEM

Homenagem a Jean-Claude Rolland

Psicanálise: a ciência da linguagem

Simone Grinapel Prais

Homenagem a Fernando Rocha

Amigo Fernando, saudades...

Sonia Bromberger

Criação, parceria e amizade:

lembranças com Fernando Rocha

Viviane Frankenthal

MEMÓRIA *TRIEB*

Ficção e psicanálise: a pergunta feita a Ariosto

Roberto Bittencourt Martins



SBPRJ
Sociedade Brasileira de Psicanálise
do Rio de Janeiro

ISSN 1517-185X



9 771517 185009